

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO



# TRANSFIGURAÇÃO DA NATUREZA: TERRITÓRIO INDÍGENA E DESAFIOS AMBIENTAIS

Karinne Wendy Santos de Menezes  
Dirce Maria Antunes Suertegaray (Orientadora)

Porto Alegre  
2022

Karinne Wendy Santos de Menezes

**Transfiguração da natureza:  
território indígena e desafios ambientais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Ambiente, Ensino e Território.

Linha de Pesquisa: Análise Ambiental

Orientadora: Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray

Porto Alegre

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Santos de Menezes, Karinne Wendy  
Transfiguração da natureza: território indígena e  
desafios ambientais / Karinne Wendy Santos de Menezes.  
-- 2022.  
269 f.  
Orientador: Dirce Maria Antunes Suertegaray.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Ambiente. 2. Natureza. 3. Áreas protegidas. 4.  
Povos originários. 5. Povo Tapeba. I. Suertegaray,  
Dirce Maria Antunes, orient. II. Título.

Karinne Wendy Santos de Menezes

**Transfiguração da natureza:  
território indígena e desafios ambientais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray (Presidente)

Profa. Dra. Sinthia Cristina Batista (POSGEA/UFRGS)

Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula (FURG)

Prof. Dr. Dilermando Cattaneo da Silveira (CLN/ UFRGS)

Porto Alegre

2022

Aos meus pais João e Lúcia, meus  
grandes mestres;

À Claudia Maria Magalhães  
Grangeiro (*In Memoriam*).

- Com amor.



## AGRADECIMENTOS

---

Agradeço primeiramente à Deus e minha família, pois nesse processo de doutoramento precisei resgatar a minha fé, força e energia que meus familiares me transmitiram para seguir em frente.

À minha orientadora Dirce Maria Antunes Suertegaray, agradeço imensamente por embarcar nessa jornada comigo, pela autonomia e acompanhamento no trabalho de campo, aos quais os momentos de diálogos e orientação me conduziram a uma nova leitura geográfica sobre o ambiente.

Aos meus amados pais, João e Lúcia, que moveram céus e terras para que eu pudesse ir a escola e à universidade. Meus pais são o equilíbrio da minha vida, enquanto minha mãe me ensinou a ser uma mulher forte, persistente e determinada, meu pai sempre acreditou que o filho do pobre poderia ser “doutor”, me apoiou, incentivou, e esteve presente nos momentos mais difíceis e importantes da minha caminhada.

Agradeço imensamente ao meu querido pai por me acompanhar nos trabalhos de campo e embarcar nas minhas aventuras geográficas;

Aos meus irmãos Lucelândio e Karoline, e ao meu sobrinho Lucas Gabriel, por fazerem os momentos em família serem mais especiais a cada visita.

À família Rabaioli Zanette, em especial ao Felipe Zanette, por me receberem em Porto Alegre e me oferecer todo o suporte que eu precisei para ter condições de cursar o Doutorado, principalmente no primeiro ano do curso. Obrigada por todo carinho e por me fazerem sentir parte da família.

A Taylana Marinho, que foi minha rede de apoio em momentos delicados na pós-graduação, me auxiliou na produção do mapeamento, e pelos bons momentos compartilhados em todos esses anos de amizade.

À Cristiane França, Heron Freire, Andrea Crispim, meus professores substitutos na Universidade Estadual do Ceará, pessoas que admiro e tenho muito carinho, também agradeço a todos os professores que contribuíram com a minha formação, desde a educação básica.

Ao povo Tapeba, pela oportunidade de conhecer a sua cultura, luta e resistência no território, e aos indígenas da Aldeia da Ponte, principalmente a Pajé Dona Raimunda, Sérgio e Verônica, pela receptividade e por abrirem as portas de sua Aldeia durante todo desenvolvimento da pesquisa;

Ao querido Cristiano Quaresma de Paula, amigo querido e generoso, por ter me acompanhado nessa jornada e ter iluminado a minha trajetória, gratidão!

Ao querido Ivamauro Silva, uma amizade valiosa que construí nesse percurso e que tornou a caminhada mais leve;

À Denise Brito, pelos momentos compartilhados e apoio no trabalho de campo na Aldeia da Ponte;

Às minhas amigas de infância, Cecília Mesquita, Érica Lima, Janaina Viana, Andressa Facundo, Ticiany Pazetti e Carla Farias;

A querida Aline Neris, ser humano sensível e gentil, que tenho a felicidade de chamar de amiga;

Agradeço também ao professor Lúcio Cunha, da Universidade de Coimbra; ao professor Edson Vicente, o Cacau, da Universidade Federal do Ceará; e ao professor Marcos Nogueira, da Universidade Federal do Ceará.

À professora Leonor de Maria, pelas palavras de carinho e amizade; e ao Rodrigo Queiroz e Werlon Souza, pelo apoio na pesquisa.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS) Matheus Gleiser e Éder Rodrigues pelos momentos compartilhados.

Ao Laboratório de Geografia Física e Estudos Geoambientais, da Universidade Estadual do Ceará, pelo suporte à pesquisa;

As professoras Cláudia Pires e Sinthia Batista pelas contribuições na qualificação da pesquisa;

Ao Programa de Educação Tutorial – PET Geografia UECE, ao qual tenho muito orgulho de ter feito parte da sua história, sem esta oportunidade, eu não teria chegado à pós-graduação. Também agradeço aos petianos pelo apoio nas atividades em campo;

A professora Claudia Maria Grangeiro, que apesar de não estar mais nesse plano foi uma das razões que me fez seguir a carreira acadêmica. A sua perda foi marcante na minha trajetória, mas os seus ensinamentos me fizeram despertar para um novo olhar geográfico.

Também agradeço aos amigos do IFFar, campus Santo Augusto, Gustavo da Costa e Cristine da Fonseca, por todo apoio na reta final do doutorado.

Para finalizar, agradeço a CAPES pelo apoio ao desenvolvimento pesquisa; e a todas as pessoas que contribuíram com a minha trajetória na pós-graduação. Muito obrigada, eu não cheguei até aqui sozinha.

Ando devagar porque já tive pressa  
E levo esse sorriso  
Porque já chorei demais  
Hoje me sinto mais forte  
Mais feliz, quem sabe  
Só levo a certeza  
De que muito pouco sei  
Ou nada sei [...]”<sup>1</sup>



---

<sup>1</sup> Música: “Tocando a Vida”, autoria de Almir Sater & Renato Teixeira (1990).

## RESUMO

---

A Geografia é uma ciência que permite interpretar o espaço geográfico sob diferentes perspectivas, como pelo intermédio do conceito de ambiente, que pode ser compreendido através de múltiplas instâncias, como a cultura e natureza, que se transfigura por meio de práticas sociais. Diante disso, buscou-se bases epistemológicas que contribuíssem este entendimento a partir da relação da sociedade-natureza. Dessa forma, definiu-se como proposta de tese, compreender uma natureza transfigurada a partir de interfaces manifestadas entre territórios originários e áreas protegidas no Brasil, representados nesta pesquisa, pela Aldeia da Ponte do povo Tapeba que tem uma área de proteção ambiental, à APA do Estuário do Rio Ceará - Rio Maranguapinho que está sobreposta ao seu território. O povo Tapeba está situado no município de Caucaia, no estado do Ceará, região Nordeste do Brasil, com uma população de aproximadamente 8.000 indígenas, divididos em seus 17 Aldeias. A APA sobreposta a TI é uma unidade de conservação de uso sustentável, e têm a sua gestão sob responsabilidade estadual. Para isso, adotou-se para este estudo, metodologias participativas que permitissem o diálogo com os sujeitos da pesquisa. Também foram estabelecidos procedimentos metodológicos e técnico-operacionais, que associaram as bases teóricas, com os trabalhos de campo e as geotecnologias. Associado a isso, organizou-se levantamentos bibliográficos e documentais, trabalhos de campo e reuniões com as lideranças e populações indígenas, com o intuito de entendermos os seus modos em que vivem os povos originários deste país, que são singulares. Para isso, discutiu-se também as políticas, legislações e direito originário no território brasileiro, a luta dos povos cearenses pelo reconhecimento e acesso a saúde e educação escolar indígena, o protagonismo do povo Tapeba e sua resistência no processo de retomadas e delimitação de seu território, além dos desafios enfrentados pela Aldeia da Ponte diante das adversidades.

**Palavras-chaves:** Ambiente. Natureza. Unidade de Conservação. Povo Tapeba. Povos Originários.

## ABSTRACT

---

The Geography is a science that allows the interpretation of geographic space from different perspectives, such as through the concept of environment, which can be understood through multiple instances, such as culture and nature, which is transfigured through social practices. In view of this, epistemological bases were sought to contribute to this understanding from the society-nature relationship. In this way, it was defined as a thesis proposal, to understand a transfigured nature from interfaces manifested between original territories and protected areas in Brazil, represented in this research, by the village of Ponte do Tapeba people that has an area of environmental protection, to the APA of the Ceará River Estuary - Maranguapinho River that is superimposed on its territory. The Tapeba people are located in the municipality of Caucaia, in the state of Ceará, in the Northeast region of Brazil, with a population of approximately 8,000 indigenous people, divided into its 17 villages. The APA superimposed on the IT is a sustainable use conservation unit, and its management is under state responsibility. For this, participatory methodologies were adopted for this study that allowed dialogue with the research subjects. Methodological and technical-operational procedures were also established, associating theoretical bases with fieldwork and geotechnologies. Associated with this, bibliographic and documentary surveys, field work and meetings with indigenous leaders and populations were organized, in order to understand their unique ways in which the native peoples of this country live. For this, it was also discussed the Policies, Legislation and Original Law in the Brazilian Territory, the struggle of the people of Ceará for the recognition and access to health and indigenous school education, the role of the Tapeba people and their resistance in the process of recovery and delimitation of their territory, in addition to the challenges faced by Aldeia da Ponte in the face of adversity.

**Keywords:** Environment. Nature. Conservation Unit. Tapeba people. Original Peoples.

## RESUMEN

---

La Geografía es una ciencia que permite la interpretación del espacio geográfico desde diferentes perspectivas, como por ejemplo a través del concepto de medio ambiente, que puede ser entendido a través de múltiples instancias, como la cultura y la naturaleza, que se transfigura a través de las prácticas sociales. Ante ello, se buscaron bases epistemológicas que aporten a esta comprensión desde la relación sociedad-naturaleza. De esta forma, se definió como propuesta de tesis, comprender una naturaleza transfigurada a partir de interfaces manifestadas entre territorios originarios y áreas protegidas en Brasil, representada en esta investigación, por el pueblo de Ponte do Tapeba que posee un área de interés ambiental. protección, a la APA del Estuario del Río Ceará - Río Maranguapinho que se superpone a su territorio. El pueblo Tapeba está ubicado en el municipio de Caucaia, en el estado de Ceará, en la región Nordeste de Brasil, con una población de aproximadamente 8.000 indígenas, divididos en sus 17 aldeas. El APA superpuesto al TI es una unidad de conservación para uso sustentable, y su manejo está a cargo del Estado. Para ello, se adoptaron metodologías participativas para este estudio que permitieran el diálogo con los sujetos de investigación. También se establecieron procedimientos metodológicos y técnico-operativos, asociando las bases teóricas con el trabajo de campo y las geotecnologías. Asociado a ello, se organizaron levantamientos bibliográficos y documentales, trabajos de campo y encuentros con líderes y poblaciones indígenas, con el fin de comprender sus singulares formas de vivir los pueblos originarios de este país. Para ello, también se discutieron las Políticas, Legislación y Ley Original en el Territorio Brasileño, la lucha del pueblo de Ceará por el reconocimiento y acceso a la salud y educación escolar indígena, el papel del pueblo Tapeba y su resistencia en el proceso. de recuperación y delimitación de su territorio, además de los desafíos que enfrenta Aldeia da Ponte frente a la adversidad.

**Palabras clave:** Medio ambiente. Naturaleza. Unidad de Conservación. Pueblo Tapeba. Pueblos Originarios

## LISTA DE FIGURAS

---

<b>Figura 1 –</b>	Natureza e sociedade correspondendo essencialmente ao mesmo “tipo de ser” (A) e como dois “tipos de ser” mutuamente excludente e diametralmente opostos (B) .....	42
<b>Figura 2 –</b>	Diferença conceitual entre diálogo de saberes e dialética .....	46
<b>Figura 3 –</b>	Fluxograma da teórico-metodológico da pesquisa.....	57
<b>Figura 4 –</b>	Objetivos da pesquisa.....	58
<b>Figura 5 –</b>	Fluxograma do contexto da pesquisa .....	64
<b>Figura 6 –</b>	Organograma das metodologias participativas .....	65
<b>Figura 7 –</b>	Direito a terra indígena.....	92
<b>Figura 8 –</b>	Proporção da População de Indígena na População Total, 1991, 2000 e 2010 .....	102
<b>Figura 9 –</b>	População Indígena Total, 1991, 2000 e 2010.....	102
<b>Figura 10 –</b>	População Indígena Urbana, 1991, 2000 e 2010.....	104
<b>Figura 11 –</b>	População Indígena Urbana, 1991, 2000 e 2010.....	104
<b>Figura 12 –</b>	Fases do Processo Demarcatório.....	112
<b>Figura 13 –</b>	10 etnias indígenas vítimas de graves violações de direitos humanos no período da ditadura militar brasileira .....	115
<b>Figura 14 –</b>	Representação indígena .....	122
<b>Figura 15 –</b>	Reunião de professores indígenas, para a reivindicação de concursos públicos específicos.....	133
<b>Figura 16 –</b>	Organização das Dseis .....	135
<b>Figura 17 –</b>	Distrito Sanitário Especial Indígena no Ceará.....	137
<b>Figura 18 –</b>	Cacique Pequena, primeira mulher cacique do Brasil .....	140
<b>Figura 19 –</b>	Pajé Raimunda, povo Tapeba.....	142
<b>Figura 20 –</b>	Rito sobre a história do povo Tapeba .....	148
<b>Figura 21 –</b>	Terreiro Sagrado dos Pau Branco .....	152
<b>Figura 22 –</b>	Espaço para feira cultural no terreiro sagrado .....	153
<b>Figura 23 –</b>	Marcos históricos do povo Tapeba .....	154
<b>Figura 24 –</b>	Povo Tapeba resiste a despejo de retomada.....	157
<b>Figura 25 –</b>	Área de retomada Tapeba .....	158
<b>Figura 26 –</b>	Militante Tapeba no Congresso Nacional do Brasil .....	166
<b>Figura 27 –</b>	Representação do que significa ser indígena no Brasil .....	167

<b>Figura 28 –</b>	Nuvem com os desafios enfrentados pelo povo Tapeba .....	168
<b>Figura 29 –</b>	Problemáticas identificadas povo Tapeba .....	169
<b>Figura 30 –</b>	Espaço para visitação na festa da carnaúba .....	171
<b>Figura 31 –</b>	Apresenta�o cultura na abertura da festa .....	172
<b>Figura 32 –</b>	Pajé Raimunda, Sérgio (liderança), e Cacique Alberto.....	173
<b>Figura 33 –</b>	Ritual indígena no terreiro sagrado .....	173
<b>Figura 34 –</b>	Momento de “ora�o” .....	174
<b>Figura 35 –</b>	Estrutura para visita�o .....	174
<b>Figura 36 –</b>	Divulga�o de cartazes em defesa da mulher .....	175
<b>Figura 37 –</b>	Representa�o dos jogos indígenas.....	176
<b>Figura 38 –</b>	Exposi�o de artesanato.....	177
<b>Figura 39 –</b>	Artesão Tapeba .....	177
<b>Figura 40 –</b>	�rea da foz do Rio Ceará.....	178
<b>Figura 41 –</b>	Ponte sobre o Rio Ceará, que liga Fortaleza � Caucaia .....	191
<b>Figura 42 –</b>	Ponte da Barra do Rio Ceará.....	191
<b>Figura 43 –</b>	Habit�es no Bairro Barra do Ceará, em Fortaleza/CE, às margens do Rio Ceará.....	192
<b>Figura 44 –</b>	Estaleiro da Barra do Ceará.....	192
<b>Figura 45 –</b>	Embarca�o abandonada no Rio Ceará em antigo estaleiro da Barra do Ceará .....	193
<b>Figura 46 –</b>	Embarca�es de pescadores no rio Ceará .....	194
<b>Figura 47 –</b>	Recanto do Mangue, comunidade Guai�, em Iparana.....	194
<b>Figura 48 –</b>	Pescadores no Rio Ceará, na Aldeia da Ponte.....	195
<b>Figura 49 –</b>	Margens do Rio Ceará, Aldeia da Ponte.....	195
<b>Figura 50 –</b>	Como Ler a Jornada Diária de Trabalho .....	201
<b>Figura 51 –</b>	Indígena Tapeba participando da atividade na Aldeia .....	202
<b>Figura 52 –</b>	Constru�o da jornada diária de trabalho na Aldeia .....	203
<b>Figura 53 –</b>	Utensílio para pesca na Aldeia .....	203
<b>Figura 54 –</b>	Como Ler o Ciclo Anual de Produ�o.....	205
<b>Figura 55 –</b>	Caranguejo-u�a capturado na Aldeia.....	207
<b>Figura 56 –</b>	Armadilha para captura de crustáceos.....	208
<b>Figura 57 –</b>	Marisco extraído do Rio Ceará .....	208
<b>Figura 58 –</b>	Crustáceo capturado na Aldeia da Ponte.....	209

<b>Figura 59 –</b>	Sérgio Tapeba, líder indígena conduzindo o grupo em um percurso pelo Rio Ceará .....	210
<b>Figura 60 –</b>	Área de acumulação de sedimentos na maré baixa .....	210
<b>Figura 61 –</b>	Reunião para identificação do uso da terra.....	211
<b>Figura 62 –</b>	Construção do mapeamento participativo.....	211
<b>Figura 63 –</b>	Identificação do uso da terra na Aldeia.....	212
<b>Figura 64 –</b>	Barreiras naturais no manguezal .....	214
<b>Figura 65 –</b>	Área de captura de crustáceos no manguezal.....	215
<b>Figura 66 –</b>	Pequena embarcação da Aldeia da Ponte.....	215
<b>Figura 67 –</b>	Entrada do centro de saúde indígena .....	219
<b>Figura 68 –</b>	Acesso lateral do USBI .....	220
<b>Figura 69 –</b>	Escola indígena da Ponte .....	221
<b>Figura 70 –</b>	Rua Rio Ceará .....	221
<b>Figura 71 –</b>	Rua sem pavimentação .....	221
<b>Figura 72 –</b>	Fim da barreira de contenção de cheias .....	222
<b>Figura 73 –</b>	Continuidade da rua principal da Aldeia.....	222
<b>Figura 74 –</b>	Habitação em área de manguezal .....	223
<b>Figura 75 –</b>	Indígenas reunidas para realização de um grupo focal.....	224
<b>Figura 76 –</b>	Mulheres indígenas da Aldeia da Ponte, em Caucaia .....	227
<b>Figura 77 –</b>	Centro de Saúde Vitor Tapeba na pandemia.....	228
<b>Figura 78 –</b>	Nuvem de palavras sobre os desafios na pandemia .....	230
<b>Figura 79 –</b>	Nuvem sobre os problemas intensificados na pandemia .....	232

## LISTA DE QUADROS

---

<b>Quadro 1 –</b>	Localização geral da pesquisa.....	74
<b>Quadro 2 –</b>	Escolas indígenas cearenses.....	74
<b>Quadro 3 –</b>	Área de proteção ambiental, criação e ampliação .....	75
<b>Quadro 4 –</b>	Territórios do povo Tapeba .....	76
<b>Quadro 5 –</b>	Mapeamento do uso da terra.....	77
<b>Quadro 6 –</b>	Os direitos dos povos indígenas em diferentes constituições.....	89
<b>Quadro 7 –</b>	Os direitos dos povos indígenas na CF de 1988.....	90
<b>Quadro 8 –</b>	Definições para demarcação de terras indígenas brasileira.....	111
<b>Quadro 9 –</b>	Atribuições e origem do nome Tapeba.....	149
<b>Quadro 10 –</b>	Gestão de Ucs pela Secretaria do Meio Ambiente do Ceará.....	186
<b>Quadro 11 –</b>	Projetos nas Unidades de Conservação.....	187

## LISTA DE TABELAS

---

<b>Tabela 1 –</b>	Referência dos dados pertencentes aos mapas de apoio .....	78
<b>Tabela 2 –</b>	Escolas Indígenas no Ceará .....	129
<b>Tabela 3 –</b>	Povos indígenas na área de Cobertura de Dseis.....	138
<b>Tabela 4 –</b>	Medicinas tradicionais em terras indígenas no Ceará .....	139
<b>Tabela 5 –</b>	Cronologia da Luta pela Tapeba.....	160

## LISTA DE GRÁFICOS

---

<b>Gráfico 1 –</b>	População indígena residente no Brasil.....	103
<b>Gráfico 2 –</b>	População indígena residentes em áreas urbanas e rurais....	105
<b>Gráfico 3 –</b>	População indígena residentes por região geográfica.....	106
<b>Gráfico 4 –</b>	Distribuição da população indígena por áreas rural e urbana no contexto das regiões brasileiras.....	107
<b>Gráfico 5 –</b>	Língua indígena falada por localização de domicílio.....	108
<b>Gráfico 6 –</b>	Língua portuguesa falada por localização de domicílio.....	108
<b>Gráfico 7 –</b>	Distribuição de TI's regularizadas na região administrativa no Brasil.....	113
<b>Gráfico 8 –</b>	Faixa etária dos entrevistados .....	181
<b>Gráfico 9 –</b>	Informações sobre origem étnica 0-19 anos .....	182
<b>Gráfico 10 –</b>	Informações sobre origem étnica 20-59 anos .....	182
<b>Gráfico 11 –</b>	Informações sobre origem étnica a partir dos 60 anos.....	183
<b>Gráfico 12 –</b>	Nascimentos na TI .....	184
<b>Gráfico 13 –</b>	Liderança indígena .....	184
<b>Gráfico 14 –</b>	Acesso à escola indígena .....	185
<b>Gráfico 15 –</b>	Jornada diária de trabalho .....	204
<b>Gráfico 16 –</b>	Ciclo anual de produção .....	206
<b>Gráfico 17 –</b>	Modificação dos modos de viver na pandemia .....	229
<b>Gráfico 18 –</b>	Aumento dos problemas vivenciados na pandemia.....	231

## LISTA DE MAPAS

---

<b>Mapa 1 –</b>	Mapa de Localização .....	27
<b>Mapa 2 –</b>	Etnias indígenas no Ceará.....	126
<b>Mapa 3 –</b>	Articulação de movimento indígena no Ceará .....	127
<b>Mapa 4 –</b>	Escolas indígenas no estado do Ceará.....	131
<b>Mapa 5 –</b>	Território Sagrado do Povo Tapeba.....	151
<b>Mapa 6 –</b>	TI Tapeba com destaque a perda de território .....	163
<b>Mapa 7 –</b>	Localização da TI Tapeba, Caucaia/CE.....	164
<b>Mapa 8 –</b>	Área de Proteção Ambiental do Rio Ceará .....	190
<b>Mapa 9 –</b>	Área de Proteção Ambiental do Rio Ceará - Rio Maranguapinho.....	197
<b>Mapa 10 –</b>	Localização da Aldeia da Ponte, povo Tapeba.....	200
<b>Mapa 11 –</b>	Mapeamento participativo do uso da terra na Aldeia da Ponte.....	213
<b>Mapa 12 –</b>	Mapeamento com ênfase no núcleo da Aldeia da Ponte .....	218

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

ACITA	Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia
ADELCO	Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido
AIS	Agente Indígena de Saúde
AMICE	Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará
AMITA	Articulação das Mulheres Indígenas Tapeba
APA	Área de Proteção Ambiental
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APP	Área de Preservação Permanente
ARIES	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASMOC	Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
COOAGUIN	Cooperativa Agropecuária União dos Indígenas
COPICE	Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará
CPRM	Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil)
DER	Departamento Estadual de Rodovias
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
DSG	Diretoria do Serviço Geográfico
EI	Escola Indígena
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMSI	Equipe Multiprofissional de Saúde Indígena
FLONA	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Município de Caucaia
IMIP	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ISA	Instituto Socioambiental
LANDSAT	Land Remote Sensing Satellite
MDE	Modelo Digital de Elevação
MDT	Modelo Digital de Terreno
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
NEGA	Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente
OEA	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPRINCE	Organização dos Professores Indígenas do Ceará
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Povos Indígenas do Brasil
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEDUC	Secretaria da Educação
SEDUC	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SESAI	Secretaria Especial da Saúde Indígena
SESC	Serviço Social do Comércio   Ceará
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SRH	Secretaria dos Recursos Hídricos

SRTM	Shuttle Radar Topographic Mission
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USBI	Unidade Básica de Saúde Indígena
USP	Universidade de São Paulo
UTM	Projeção Universal Transversa de Mercator

## SUMÁRIO

---

<b>Introdução</b> .....	<b>24</b>
<b>1 Considerações sobre ambiente, natureza e sociedade</b> .....	<b>36</b>
1.1 Pressupostos conceituais .....	37
1.1.1 Geografia, ambiente e sociedade.....	37
1.1.2 Diálogo entre território da natureza e natureza do território .....	41
1.1.3 Complexidade, dialética e diálogo de saberes .....	45
1.2 A expressividade da questão ambiental .....	48
1.3 Política e conservação da natureza.....	51
<b>2 Caminhos metodológicos da pesquisa geográfica</b> .....	<b>56</b>
2.1 O contexto da pesquisa .....	56
2.2 Procedimentos metodológicos.....	58
2.3 Metodologias participativas.....	65
2.3.1 Grupos focais na pesquisa .....	66
2.3.2 Mapeamento participativo.....	68
2.3.3 Jornada de trabalho e lazer, e o ciclo anual de produção.....	71
2.3.4 Questionários.....	71
2.4 Procedimentos técnico-operacionais .....	72
2.4.1 Informações do mapeamento temático.....	73
2.4.2 Informações específicas do mapeamento participativo .....	77
<b>3 Política e legislações de reconhecimento dos territórios indígenas pelo Estado brasileiro</b> .....	<b>80</b>
3.1 A política indigenista e indígena .....	81
3.2 A legislação indigenista .....	83
3.3 A Constituição e os direitos dos povos indígenas.....	88
3.4 As implicações da tese do Marco Temporal .....	93
<b>4 Resistir para (re) existir: os povos originários do Brasil</b> .....	<b>97</b>
4.1 A América Latina indígena em contexto .....	98

4.2	Presença indígena no Brasil .....	101
4.3	O processo de demarcação das TI .....	109
4.4	Contexto político atual e a violência institucional .....	114
4.5	A nova ameaça aos povos originários .....	117
<b>5.</b>	<b>(Re) Significar a questão indígena no Ceará: protagonismo e resistência .....</b>	<b>124</b>
5.1	Povos originários no Ceará .....	125
5.2	A educação escolar indígena .....	128
5.3	A saúde indígena no estado .....	134
5.4	A interseccionalidade da mulher indígena .....	140
<b>6.</b>	<b>Povo Tapeba: luta e resistência indígena no município de Caucaia/CE .....</b>	<b>145</b>
6.1	Historicidade do povo Tapeba .....	146
6.2	O processo de retomadas da TI .....	156
6.3	A delimitação da TI .....	159
6.4	A luta do povo Tapeba .....	165
6.5	Festa da Carnaúba: cultura e marcas da resistência .....	171
<b>7.</b>	<b>Somos quem podemos ser; sonhos que podemos ter: a Aldeia da Ponte, do Povo Tapeba .....</b>	<b>179</b>
7.1	Aldeia da Ponte, em perspectiva .....	180
7.2	APA do Estuário do Rio Ceará .....	186
7.3	Uso da terra e modos de viver na Aldeia .....	199
7.4	O protagonismo das mulheres na Aldeia .....	223
7.5	Novos desafios na Aldeia da Ponte .....	228
	<b>Considerações finais .....</b>	<b>234</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>238</b>
	<b>Apêndices .....</b>	<b>251</b>
	<b>Anexos .....</b>	<b>261</b>

Nordestino sim, nordestinado não<sup>2</sup>

[...] Não é Deus que nos castiga,  
Nem é a seca que obriga  
Sofremos dura sentença,  
Não somos nordestinados,  
Nós somos injustiçados  
Tratados com indiferença

Sofremos em nossa vida  
Uma batalha renhida  
Do irmão contra o irmão,  
Nós somos injustiças,  
Nordestinos explorados,  
Mas nordestinados, não [...].

- Patativa do Assaré



---

<sup>2</sup> ASSARÉ. Patativa do. Ispinho e Fulô. In: Antologia Poética. Organização e prefácio de Gilmar de Carvalho. - 8. Ed. - Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010. 304 p.

## INTRODUÇÃO

---

*“Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe. Perigo remexer no que está oculto – e o mundo não está à tona, está oculto em suas raízes submersas em profundidade do mar. Para escrever tenho que me colocar no vazio. Neste vazio é que existo intuitivamente. Mas é um vazio terrivelmente perigoso: de arranco sangue. Sou um escritor que tem medo da cilada das palavras: as palavras que digo escondem outras – quais? Talvez as diga. Escrever é uma pedra lançada no poço fundo”*

(Clarice Lispector)

Escrever uma tese, no âmbito das ciências humanas, exige, do pesquisador, certo nível de responsabilidade social. Não que os demais campos científicos não tenham responsabilidades, mas, quando nossa análise envolve a vida de sujeitos, o medo pode vir aglutinado ao processo de escrita, pois discutir uma temática a respeito dos povos originários do Brasil no contexto de um governo que não reconhece os direitos indígenas exige cautela.

É importante destacar que os percursos teórico e metodológico desta pesquisa refletem uma trajetória acadêmica iniciada na Universidade Estadual do Ceará, que passou por rupturas e por redescobrimientos, no contexto da ciência geográfica. A escolha dos conceitos e do método científico foi realizada, conforme o delineamento da pesquisa, ao longo dos anos. Dessa forma, é uma caminhada coletiva, que apresenta rugosidades em seu processo de construção.

A leitura das contribuições da professora Dirce Suertegaray (2000, 2014, 2015, 2017), a respeito das concepções sobre Geografia, sobre ambiente e sobre natureza foi o ponto de partida para a construção da perspectiva teórica desta tese, somada aos aportes teóricos de Santos (2012), de Grangeiro (2012), de Bernardes e Ferreira (2015), entre tantos outros autores presentes nesta pesquisa.

A ciência geográfica, conforme Lencioni (1999), pode ser compreendida como uma faca de dois gumes: de um lado, temos questões atuais, que são resultados de um processo histórico; de outro lado, temos um gume cego, que

pode ocasionar julgamentos equivocados, caso não se leve em consideração a época de produção.

A pesquisa em questão se situa no contexto da Região Nordeste do Brasil, no Ceará, estado que, até a década de 1980, não tinha populações indígenas reconhecidas pelo governo brasileiro. O processo de retomada dos territórios indígenas cearenses se iniciou com o povo Tapeba, em 1984, por intermédio da Arquidiocese de Fortaleza.

Do ponto de vista ambiental, o estado do Ceará apresenta grande diversidade paisagísticas e incorpora diferentes domínios naturais, além de estar submetido a irregularidades pluviométricas, com períodos eventuais de secas e de chuvas excepcionais, que podem vir a ocasionar problemas socioeconômicos (SOUZA, 2007).

Segundo Silva e Pereira (2007), as inúmeras diversidades da paisagem e as diferentes formas de uso e ocupação dos solos do estado contribuíram historicamente para os diversos problemas ambientais existentes no espaço geográfico cearense, justificando, por exemplo, a necessidade de criação de unidades de conservação (UC) nas diversas sub-regiões do estado.

As UC institucionalizadas no território cearense estão presentes em quatro sub-regiões naturais: litoral, serra, chapadas/planaltos sedimentares e sertão. De acordo com Silva e Pereira (2007), nos processos histórico-geográficos de ocupação e de transformação do território, as circunstâncias naturais e de uso territorial estão inter-relacionadas, deste modo os problemas ambientais existentes são frutos destas interações.

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi institucionalizada na década de 1970 e é formada por ambientes de litoral, de serra e de sertão. Parafrazeando Silva (2007), em Fortaleza e em sua região metropolitana, existem diferentes configurações de paisagens, formadas por grupos vulneráveis, compostos, principalmente, por migrantes que vivem em condições precárias na periferia, em que as favelas, os conjuntos habitacionais e as ocupações de risco são marcas de territórios desfavorecidos.

Na RMF, existem unidades de conservação da natureza que apresentam grande beleza natural, importância para o equilíbrio ecológico e proteção da biodiversidade, além de apresentarem potencialidades turísticas, como a Área

de Proteção Ambiental (APA) do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho, que é categorizada como uma UC de Uso Sustentável.

Esta área protegida está localizada na divisa dos municípios de Fortaleza e de Caucaia e seu nome advém da junção das áreas do Rio Ceará, que é um rio urbano, que nasce na serra de Maranguape (município da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como Caucaia), e do seu principal afluente, o rio Maranguapinho, que também percorre a municípios da RMF. Os rios Ceará e Maranguapinho dividem as mesmas foz e planície fluviomarina e estão inseridos em áreas desprivilegiadas da região metropolitana.

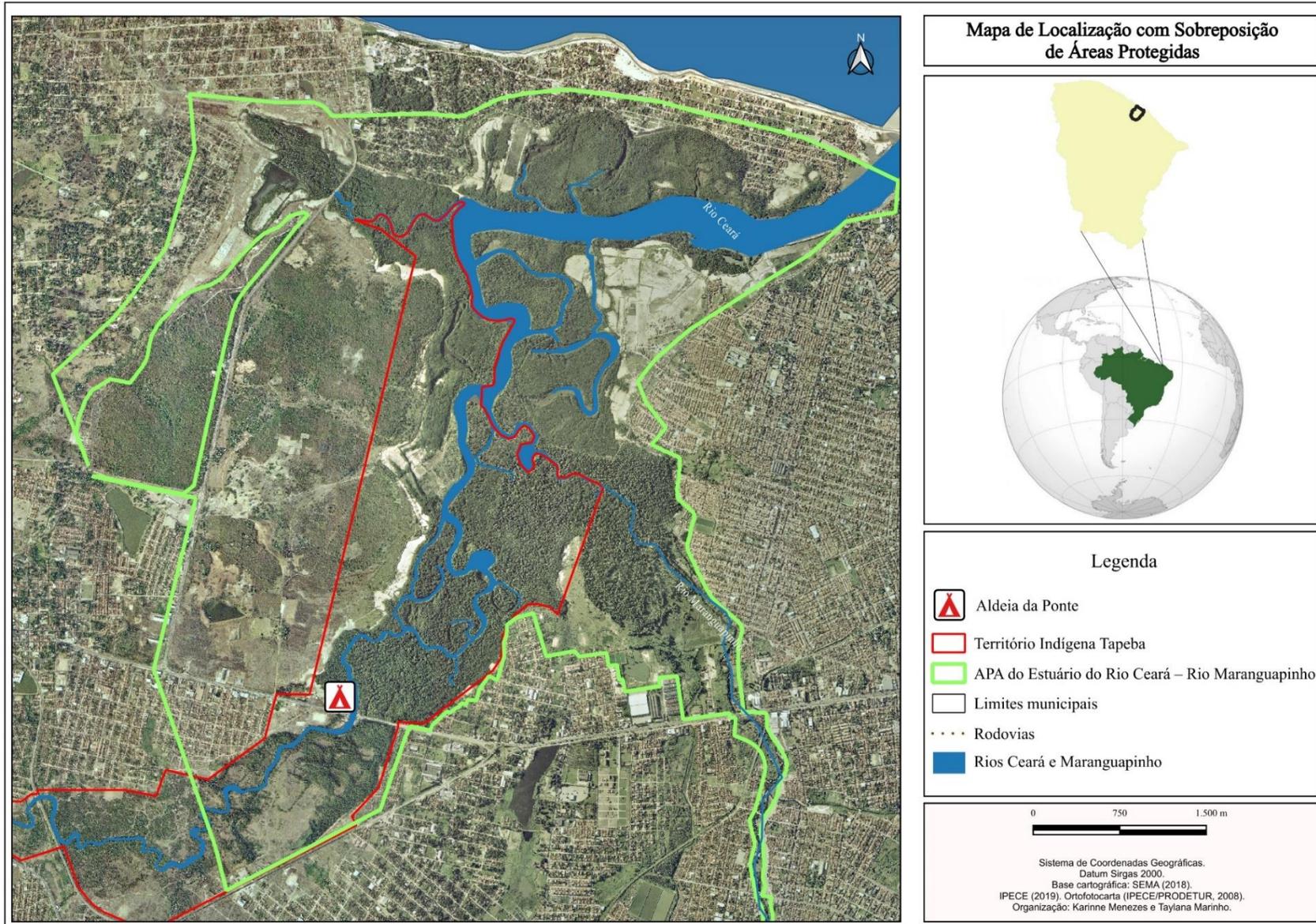
A APA está situada em uma área com relevante aglomeração urbana e enfrenta grande pressão demográfica e outros problemas, advindos de atividades urbano-industriais. Às margens do rio Ceará, na planície fluviomarina do estuário, existem comunidades de origens pesqueira e originária, como o Guaié e o povo Tapeba, respectivamente, bem como populações de bairros locais.

Em 2018, a unidade passou por um redimensionamento, com ampliação de sua área de abrangência, e passou a incorporar efetivamente o rio Maranguapinho, pois, até então, apenas o rio Ceará estava inserido na UC. Ressalta-se que, no processo de dimensionamento desta APA, a foz do rio não foi protegida e que o território da unidade foi sobreposto ao território indígena.

O povo Tapeba está situado exclusivamente no território que compreende o município de Caucaia e é formado por 17 aldeias, que estão distribuídas em áreas periféricas urbanas e na zona rural deste município. Historicamente, este povo luta pela permanência neste espaço e pelo reconhecimento de seu território.

Nesse contexto, busca-se entender uma natureza transfigurada, por meio de apropriações sociais, a partir da interface existente entre a Aldeia da Ponte, do povo indígena Tapeba (Mapa 1), que tem uma unidade de conservação de uso sustentável, a Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho, sobreposta ao seu território.

Mapa 01 – Localização da área de estudo



Fonte: MENEZES (2022).

Assim, enfatiza-se que a tese em questão busca compreender uma natureza transfigurada, por meio das práticas sociais e da apropriação da natureza, que ocasiona desafios ambientais. Nesse contexto, destaca-se a ocupação de um território indígena invisibilizado e desassistido pelas políticas públicas, que reflete, deste modo, a vida de uma população indígena, que teve e que continua a ter sua ancestralidade questionada, à medida que se desconhece e que lhe são negados os seus direitos originários.

Dessa forma, estes indígenas passaram por desconstruções histórica e social de suas lógicas de vida, que se refletem nas formas de ocupação e uso de seu território, o que trouxe transformações a seus modos de viver, a sua cultura e às formas de se relacionar com a natureza.

A partir disso, considera-se, como hipótese, que o povo Tapeba de Caucaia (CE) passou por processos intensos de desconstrução e de destruição de seus modos de vida originários e que busca, em meio a tantas adversidades, resgatar suas raízes, pois a natureza é, sobretudo, sua condição de existência.

Com base nestas prerrogativas, surgiram algumas questões norteadoras, que motivaram e que forneceram subsídios para a construção da presente pesquisa e que resultaram na definição dos objetivos específicos:

- Quais são as políticas de conservação ambiental no Brasil e por que existem sobreposições de territórios protegidos a áreas proprietárias?
- Por que os povos indígenas do Brasil foram invisibilizados, historicamente, e ainda precisam lutar pela garantia de seus direitos originários e constitucionais?
- Quais são as implicações da tese do Marco Temporal na vida das populações indígenas?
- Qual é a importância de estudar a sobreposição de unidades de conservação em territórios indígenas, a partir dos modos de viver das comunidades?

Dadas estas perguntas iniciais, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

- Discutir políticas, referentes às unidades de conservação, aos territórios indígenas e às legislações ambientais vigentes no Brasil;
- Argumentar sobre as políticas ambientais, sobre as implicações da Constituição Federal e sobre o direito originário no território brasileiro;
- Contextualizar os direitos indígenas, a conjuntura política atual e as consequências da tese do Marco Temporal na vida dos povos originários;
- Analisar a questão indígena e os movimentos dos povos no Ceará, relativamente às questões das invisibilidades, dos protagonismos e das resistências;
- Identificar os modos de viver de uma comunidade indígena, que tem uma unidade de conservação sobreposta a seu território, por meio de metodologias participativas;
- Refletir a respeito do uso da terra na Aldeia da Ponte, do povo Tapeba, por meio da descrição do ciclo anual de produção e da jornada diária de trabalho, observando sua relação com a unidade de conservação.

Parte-se do entendimento de que, no processo de apropriação social, a natureza se transfigura, ou seja, transforma-se, por meio das práticas sociais. Conforme Suertegaray (2021, p. 56), “[...] essas transformações expressam um processo histórico de apropriação da natureza e de reapropriação, por parte da dinâmica capitalista”.

Chimamanda Ngozi Adichie (2019), em seu livro *O perigo de uma histórica única*<sup>3</sup>, ajuda-nos a compreender a importância e a necessidade de questionarmos uma história, quando ela é contada, a partir de um único ponto de vista, apenas. A reflexão apresentada pela autora permite, no contexto desta pesquisa, repensar a questão indígena, considerando a forma como ela é apresentada historicamente à sociedade.

A história dos povos originários do Brasil foi apresentada, durante décadas, como uma história única, sob apenas uma perspectiva, a do colonizador, sem destacar os genocídios, os etnocídios e a exploração desenfreada da natureza, para a obtenção de recursos naturais. As violências,

---

<sup>3</sup> Este livro é adaptação de uma palestra proferida no TED Talk.

os abusos de poder e as violações, sejam as físicas, sejam as institucionais, ameaçaram e ainda continuam ameaçando a existência destes povos.

Ocultase, nesta narrativa, o direito originário destes povos, desde a chegada do colonizador. Além disso, é importante destacar que os povos indígenas, assim como as comunidades quilombolas e tradicionais, não são grupos homogêneos, ou seja, possuem diversidades, hábitos e modos de viver que se diferenciam, conforme as particularidades de cada população. Em comum, têm o fato de serem frutos do intrincado processo de construção do Estado brasileiro.

Hoje, inúmeros professores, pesquisadores e estudiosos têm somado esforços, junto a diferentes povos, para contribuir na luta pela manutenção de territórios e de modos de viver de muitos povos originários, porém ainda há muito a fazer. No cenário deste estudo, os Tapeba de Caucaia (CE) também fazem parte desta luta, assim como tantos outros povos.

Na contramão do que está previsto na Constituição, o atual governo brasileiro adotou e ainda adota medidas que ameaçam, e que negam, a sobrevivência, principalmente, a estes povos, bem como a garantia de um ambiente ecologicamente equilibrado. As ações governamentais têm acentuado a insegurança, tanto no que se refere aos direitos humanos quanto na incitação à violência no campo e na ameaça à biodiversidade brasileira.

Essas ações também podem colaborar com a degradação ambiental, à medida que ocorrem flexibilizações, por exemplo, nos licenciamentos ambientais, ao criar projetos de leis que podem inviabilizar processos demarcatórios em terras indígenas (TI) e que não resguardam estes territórios.

Dessa forma, podemos ter o entendimento, como apresentado por Suertegaray e Schaffer (1988), de que a degradação ambiental é decorrente de um processo social. Almeida *et al.* (2021, p. 24) explicam que “[...] a degradação ambiental tem efeito acentuado e desproporcional sobre os povos indígenas, cuja existência física e cujos modos de vida dependem, social e simbolicamente, da floresta, da terra, dos rios [...]”.

As populações indígenas têm seus modos de viver constantemente comparados aos de outras culturas, por isso acabam sendo julgados por absorver hábitos diferentes dos que, um dia, exerceram. Raros são, entretanto, aqueles que continuam em isolamento de outras civilizações. Ao propagar este

tipo de raciocínio, que cria estereótipos para os indígenas, nega-se, novamente, a estes povos, o direito a sua história.

Assim, ressaltamos que a discussão sobre “o perigo de uma história única”, parafraseando Chimamanda Adichie, não ficou no passado; ele está em livros, em noticiários e nos veículos de comunicação, sendo empregado, sobretudo, nos estereótipos criados, pela sociedade, para invalidar os direitos dos povos indígenas, que ultrapassam, até mesmo, o Marco Temporal, trazido pela Constituição.

Existe uma parcela da população brasileira que advém de uma sociedade não indígena, que não reconhece a possibilidade de uma ancestralidade indígena, ou seja, que nega as raízes originárias, a historicidade, de uma nação, ou seja, o processo de formação da população brasileira. Situação contrária ocorre, quando se trata de uma descendência europeia, da qual se orgulham, pois ainda persiste o imaginário de os povos originários são inferiores, primitivos e, em alguns casos, desaculturados.

Diante disso, gostaria de fazer um adendo, antes de darmos continuidade à síntese dos capítulos, para esclarecer que a pesquisa em questão passou por reformulações, ao longo do doutoramento, seguindo novos rumos, após a qualificação, e manteve, de certo modo, um fluxo contínuo; mas, também passou por adversidades, de forma que os caminhos adotados também foram conduzidos pelos contextos social e político vivenciados por muitos brasileiros neste período pandêmico, que envolveu dois anos de pesquisa e a soma de vários esforços, para que a pesquisa chegasse ao seu estágio atual.

Com base nisso, a presente pesquisa foi dividida em capítulos, com a finalidade de alcançar seus objetivos. No entanto, é importante esclarecer que não existe uma linearidade pré-estabelecida, pois se almeja que as discussões apresentadas sejam tratadas e dialogadas contextualmente, de modo a contemplar a amálgama da questão da natureza transfigurada, aqui, representada pela interface entre uma unidade de conservação, regida por legislações e por instrumentos de gestão ambiental, e um território indígena, cuja população habitante expressa seus modos de viver, em meio a tantas contradições e invisibilidades históricas.

O primeiro capítulo, intitulado *Considerações sobre ambiente, natureza e sociedade: o contexto da pesquisa*, traz as conjunções teórica e conceitual,

sobre as quais a pesquisa está assentada. Assim, apresentam-se os pressupostos da Geografia, do ambiente e da sociedade, e se busca a compreensão do diálogo entre os ideários do território da natureza e da natureza do território, bem como se analisam a diferença entre diálogo de saberes e dialética e o conceito de complexidade. Diante das discussões expressas, viu-se a necessidade de apresentar, de forma pontual, a expressividade da questão ambiental nos contextos da ciência geográfica, da política e da conservação da natureza.

O capítulo seguinte corresponde aos *Caminhos metodológicos da pesquisa geográfica*, que se refere ao processo de construção desta pesquisa de doutoramento, e está subdividido em quatro partes, organizadas detalhadamente, conforme os objetivos, as quais, em síntese, referem-se ao contexto, aos procedimentos metodológicos, às metodologias participativas empregadas e, por fim, aos procedimentos técnico-operacionais da pesquisa. Ao final do capítulo, foi elaborado um fluxograma teórico-metodológico, que resume a forma de trabalho aqui utilizada.

Na sequência, temos o terceiro capítulo, *Política e legislações de reconhecimento dos territórios indígenas pelo Estado brasileiro*, que discorre sobre os direitos dos povos originários, descrevendo, entre outros aspectos, os quesitos jurídicos e as políticas ambientais implementadas no território nacional, contextualizando as políticas indigenista e indígena, a legislação indigenista, a Constituição Federal e os direitos dos povos indígenas e as implicações da tese do Marco Temporal.

O quarto capítulo, *Resistir para (re) existir: os povos originários do Brasil*, foi construído em consonância com os demais, mas conduz à discussão do processo de resistência do povo Tapeba no território, no intuito de mostrar, desde o contexto histórico-geográfico, até as novas ameaças a sua sobrevivência.

Para tanto, coloca-se a América Latina indígena em contexto, enfatiza-se e se apresentam dados a respeito da presença indígena na construção do Brasil, explica-se como ocorre o processo de demarcação das terras indígenas no território nacional e se elucidam, sobretudo, o contexto político e a violência institucional, aos quais este povo foi e ainda está submetido, assim como se descreve a ameaça do governo atual e as tramitações de novos projetos de lei,

que colocam em risco a sobrevivência dos povos originários, especialmente, dos representantes da Nação Tapeba.

O quinto capítulo, *A questão indígena no Ceará: protagonismo e resistência*, abrange a trajetória dos povos originários do Ceará, com suas etnias, com seus movimentos e com suas organizações indígenas, salienta a educação escolar indígena, que é resultado da luta destes povos, ao longo das décadas, assim como destaca a saúde indígena no estado. A interseccionalidade da mulher indígena cearense, com a importância da sua presença nos diferentes espaços e territórios, também é ressaltada neste momento.

Na sequência da pesquisa, seguimos para o sexto capítulo. Todas as discussões fundamentadas até este estágio foram essenciais e indispensáveis para a compreensão da complexidade do objeto. Assim, este tópico, nomeado *Povo Tapeba: luta, protagonismo e resistência indígena no município de Caucaia/CE*, discute aspectos relacionados à historicidade e à luta do povo Tapeba, os processos de retomadas e de demarcação da TI, além das manifestações culturais e das formas de resistência no território.

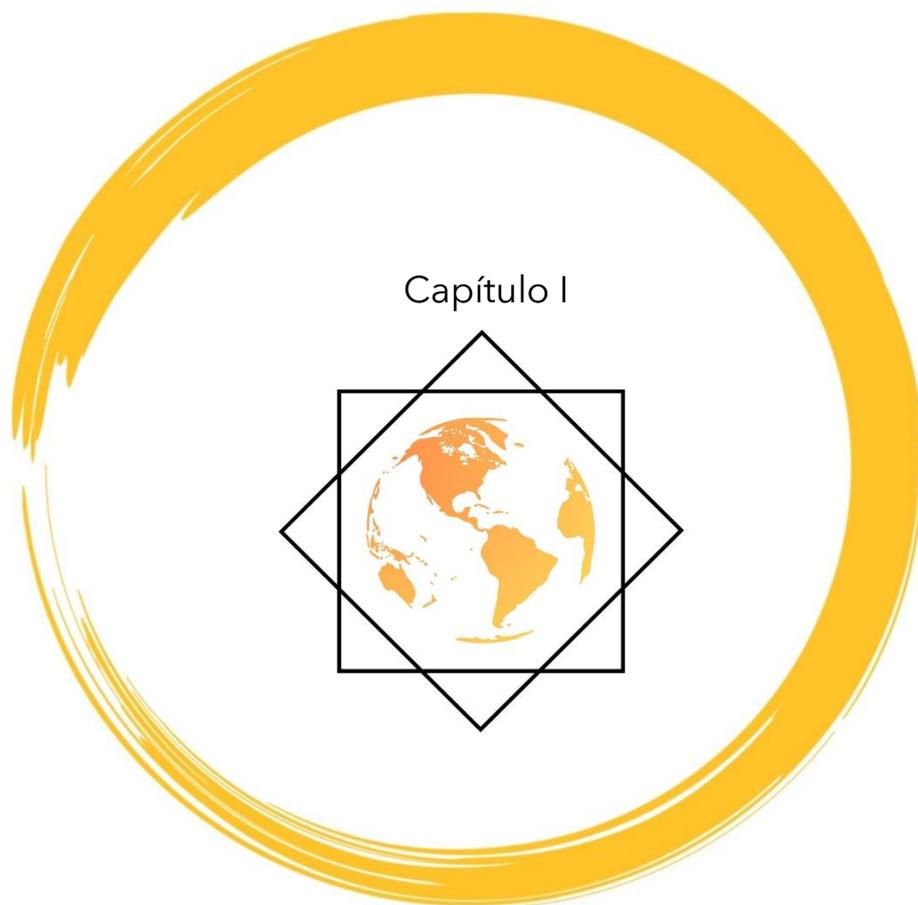
O último capítulo, *Somos quem podemos ser; sonhos que podemos ter: a Aldeia da Ponte, do Povo Tapeba*, tem, como intuito, promover a compreensão da transfiguração da natureza em um território originário, que tem uma área protegida a ele sobreposta, razão pela qual está amparado em todas as discussões e nas reflexões teóricas, estabelecidas ao longo da pesquisa.

Com base nisso, apresentam-se as informações obtidas nos trabalhos em campo, construídos em parceria com o povo Tapeba, por meio do uso de metodologias participativas, discute-se a situação do rio Ceará, como centro da vida na Aldeia da Ponte, e a relação entre a área de proteção ambiental e o território indígena e se destacam o protagonismo das mulheres indígenas e as formas de uso da terra e os modos de viver da comunidade Tapeba na Aldeia da Ponte, em Caucaia.

Por fim, almeja-se que este trabalho possa contribuir com a discussão geográfica sobre a natureza transfigurada, considerando a problemática interface de uma unidade de conservação sobreposta a um território indígena, para seguirmos avante, com um olhar geográfico sobre e para as minorias.

Que possamos, a partir deste estudo, continuar a geografar sobre os grupos socialmente excluídos do sistema, ou nele incluídos de forma perversa,

mas que resistem para existir e que lutam para sobreviver em seus territórios, bem como construir reflexões em um espaço geográfico, que, como Suertegaray (2000) nos apresentou, é uno e múltiplo, e permite análises e interpretações singulares sobre os mais diversos temas de pesquisa.



## Capítulo 1

---

# CONSIDERAÇÕES SOBRE AMBIENTE, NATUREZA E SOCIEDADE

---

*“A árvore que não dá fruto  
É xingada de estéril.  
Quem examinou o solo?  
O galho que quebra  
É xingado de podre, mas  
Não haveria neve sobre ele?  
Do rio que tudo arrasta  
Se diz que é violento  
Ninguém diz violentas  
Às margens que o cerceiam”.*

*(Bertold Brecht)*

Para a fundamentação da pesquisa, buscou-se construir bases teóricas e metodológicas que amparassem as discussões conceituais sobre a Geografia, enquanto uma ciência social, além da interface sociedade-natureza. Para isso, iniciamos a discussão na busca do entendimento do espaço geográfico, enquanto conceito-chave, dentro da Geografia.

O espaço geográfico é uma categoria central da ciência geográfica e, conforme Suertegaray (2000), pode ser compreendido como o conceito balizador da Geografia, pois, nele, interligam-se diferentes conceitos, como os de região, de paisagem, de ambiente, de território e de rede.

O espaço geográfico constitui o conceito balizador da Geografia. A formulação deste conceito apresentou e apresenta ainda hoje variadas concepções. O que importa é que os geógrafos conceberam, na construção da Geografia, uma análise de conjunção do natural e do humano, transformando o espaço geográfico em um conceito que expressa a articulação Natureza e Sociedade, ou seja, constituíram um objeto de interface entre as ciências naturais e as ciências sociais. (SUERTEGARAY, 2005, p. 47)

O professor Milton Santos (2012, p. 30) explica o espaço geográfico, a partir da relação existente entre a sociedade e a natureza, mediatizada pelo trabalho: “[...] não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da

geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama, formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente”.

Deste modo, será por intermédio, especialmente, do conceito de ambiente que discutiremos o espaço geográfico, com o propósito de articularmos a relação sociedade e natureza na busca de entendermos as transformações que ocorrem na natureza, por meio das práticas sociais.

Enfatiza-se que a escolha conceitual não se deu de forma pré-determinada, mas ocorreu, na medida em que o objeto de estudo foi contextualizado e problematizado, ou seja, não significa que outros conceitos geográficos não estarão presentes, apresentando o caminho teórico-metodológico adotado na trajetória da pesquisa.

## **1.1 Pressupostos conceituais**

### **1.1.1 Geografia, ambiente e sociedade**

Podemos compreender o conceito de ambiente, a partir do espaço geográfico, pois ele pode ser trabalhado em diferentes escalas e perspectivas metodológicas, e possui facetas conceituais que não são excludentes, mas complementares, assim esta interpretação busca demonstrar as bases epistemológicas para a discussão sobre uma natureza transfigurada, por meio da interface da sociedade-natureza.

Nessa perspectiva, compreende-se, com base Suertegaray (2021), que:

[...] o conceito de ambiente é uma possibilidade de leitura do espaço geográfico e, por consequência, como exemplo, da cidade. Ambiente constitui um conceito, que permite compreender a transfiguração da natureza, e da natureza humana pelas práticas sociais no tempo que faz, na expressão de Serres (1995). [...] Essas transformações expressam um processo histórico de apropriação da natureza e de reapropriação, por parte da dinâmica capitalista. (SUERTEGARAY, 2021, p. 56)

Percorrendo, agora, a origem do conceito, existem visões que se diferenciam. Para Holzer (1997), o termo ambiente tinha um sentido mais abrangente, apresentando uma relação dialética com a palavra mundo,

diferenciando-se, deste modo, do entendimento atual que os geógrafos têm desta conceituação.

O termo ambiente, para a geografia escrita em português, ficou com o sentido de "suporte físico imediato" ou de "sistema de objetos que percebemos de imediato a nossa volta". Os que se utilizam da língua portuguesa parecem ter sido os únicos a se dar conta de quão restrito pode ser o termo "*ambiente*". Associaram-no então à palavra "*meio*", provavelmente via língua francesa, que há muito utiliza-se do termo "*milieux*", ainda que também com a conotação de suporte físico. (HOLZER, 1997, p. 81)

A visão de Holzer sobre o conceito de ambiente é importante para entendermos como ele foi elucidado, historicamente. Diante disto, considerou-se importante reiterar que a Geografia é uma ciência muito antiga, mas, no Brasil, os primeiros cursos universitários só foram implantados no início do século XX, devido, principalmente, à influência de pesquisadores franceses. Ao longo da história do pensamento geográfico, a Geografia foi construindo bases teóricas e metodológicas para a discussão do espaço geográfico.

O conceito de ambiente retratado nesta pesquisa se difere do da visão abordada por outros campos do conhecimento científico. Apresentam-se, nesta conjuntura, compreensões conceituais e interpretações que são realizadas, a partir de uma leitura geográfica.

Nesse contexto, é importante diferenciar estas interpretações. Em seus estudos, Suertegaray (2000) enfatiza que a Geografia tem discutido o conceito de ambiente de forma diferenciada da Ecologia, pelo fato de que aquela não naturaliza o ser humano, mas o vê como um ser social, que é produtor de várias tensões ambientais.

Conforme Suertegaray (2005), os conceitos geográficos são operacionais, pois nos permitem construir caminhos analíticos e fortalecer as mediações em um espaço geográfico uno e múltiplo. Desse modo, estas concepções nos auxiliam no processo de compreensão de uma natureza transfigurada, que está presente no conceito de ambiente.

Como sabemos, existem diferentes compreensões sobre o conceito de ambiente e, em algumas situações do cotidiano, podemos ver seu significado atribuído como algo externo à sociedade. Na academia, também ocorrem "confusões" conceituais, não o diferenciando, a título de exemplo, dos conceitos de meio ambiente ou de natural.

Para Souza (2019, p. 36), o conceito de ambiente está revestido de uma importante complexidade, “[...] a partir do momento em que transcendemos a visão limitante, que tende a reduzi-lo a um “meio ambiente”, ou seja, via de regra, à natureza não humana”.

Esta complexidade está intrinsecamente relacionada com o espaço geográfico, enquanto conceito balizador da Geografia. Por isso, o conceito de ambiente pode ser trabalhado por meio de múltiplas concepções. Para Souza (2019, p. 36), existem diferentes formas de compreensão do ambiente.

[...] Por conseguinte, o ambiente, uma vez compreendido em seu sentido mais lato, pode ser encarado, em uma *primeira aproximação conceitual*, como sinônimo de espaço geográfico; mas, em uma *segunda aproximação*, ele nos surge como um conceito complementar, que ora parece apenas qualificar o espaço (o ambiente como um conceito que, de imediato, nos sugere características e aspectos que tem a ver com as relações entre “sociedade” e “natureza”, características e aspectos esses que não estão propriamente no cerne de outros conceitos espaciais, como território e lugar), ao passo que ora parece, no fundo, ser até mesmo mais extenso que o conteúdo recoberto pela ideia do espaço geográfico. (SOUZA, 2019, p. 37)

Deste modo, compreende-se este conceito geográfico, a partir de uma relação dual, em conformidade com as contribuições de Grangeiro (2012, p. 81), ao enfatizar que “[...] a própria composição do termo ambiente, em si, [...] em muito já exprime a sua significância”. Em vista disso, buscou-se realizar uma análise que integrasse as diferentes dimensões conceituais.

Assim, compreende-se o ambiente, a partir desta pluralidade, por meio da dimensão da sociedade amalgamada com a natureza, cuja combinação apresenta elementos que fazem parte de uma unidade heterogênea, conforme explicitado por Grangeiro (2012).

[...] A palavra é composta pelo prefixo (AMBI) que significa: 'duplo, em volta, de ambos os lados; em torno de; em meio a, entre; a respeito de; em consequência de; através de; perto de; cerca de; e de (ENTE) que significa: o que existe, o que é; ser, coisa, objeto, substância. (HOUAISS). Por derivação discutiremos o “ambiente”, tendo como pressuposição esta dupla dimensão em movimento: a dimensão da sociedade amalgamada com a natureza; como uma unidade de elementos diferentes ou heterogêneos que formam um todo – uma unidade de diversidades. (GRANGEIRO, 2012, p. 81)

Dessa forma, a etimologia da palavra nos revela, de certo modo, a sua essência, além de seu significado, enquanto a fundamentação de ambiente, a

partir de sua diversidade, também fornece subsídios para a interpretação da questão ambiental, no âmbito desta pesquisa acadêmica.

Para explicitar de maneira mais ampla de que forma o conceito de ambiente vem sendo aplicado na Geografia, Suertegaray (2000, p. 28) ressalta que “[...] a ótica ambiental, na perspectiva naturalista/naturalizante, ainda que se auxilia de conceitos que não dimensionam a tensão sob a qual se originam os impactos, mas esta não tem sido regra”.

De acordo com a professora Dirce Suertegaray (2014), no conceito de ambiente estão contidas múltiplas instâncias, como a economia, a cultura, a política e a natureza. As diferentes instâncias inseridas no conceito de ambiente nos mostram distintas possibilidades de interpretação e de compreensão deste conceito. No entanto, faz-se necessário frisar que elas não são excludentes, mas se inter-relacionam, tendo, como base, a concepção do método adotado na pesquisa, de forma dialética.

No que se refere à instância da natureza, entende-se, com base em Suertegaray (2014, p. 4), “[...] que é produzido/organizado/reorganizado, sem a intencionalidade humana, inclusive, no próprio homem (sua dimensão biológica)”, enquanto a cultura “[...] é resultado das formas de organização dos homens em diferentes sociedades, ao longo do tempo. O homem, enquanto ser coletivo, está sempre produzindo cultura” (SUERTEGARAY, 2014, p. 4).

Destacam-se, também, duas outras instâncias: a economia e a política. Do ponto de vista econômico, a sociedade está cada vez mais desigual e a natureza, por ser concebida como externa ao processo produtivo, transfigura-se ou se degrada, fazendo surgir as questões ambiental e ecológica como paradigmas na sociedade atual. Em última instância, os conflitos ambientais e territoriais são, principalmente, conflitos políticos (SUERTEGARAY, 2014).

Entender como estas múltiplas instâncias estão inseridas no conceito de ambiente possibilita estudarmos a questão ambiental, a partir dos diferentes atores sociais envolvidos, ampliando nossa visão sobre o espaço geográfico e nossa compreensão de que as problemáticas ambientais são, sobretudo, problemáticas sociais, políticas e econômicas, que se manifestam no território.

Desse modo, para o aprofundamento epistemológico sobre o ambiente, enquanto conceito geográfico, as contribuições do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foram

fundamentais, pois se tornaram norteadoras para a comunidade acadêmica, principalmente, no contexto nacional.

### 1.1.2 Diálogo entre território da natureza e natureza do território

Historicamente, interpretou-se a natureza como algo externo ao ser humano, mas, ao analisarmos este fato, a partir de uma categoria geográfica, podemos discuti-la, por meio de novas reflexões epistemológicas, que também são filosóficas. De acordo com Suertegaray (2017, p. 129), “[...] vivemos um momento da História, onde a natureza e sua degradação é apropriada como forma, cada vez mais ampliada, de produção/acumulação”.

Ao longo da história da ciência moderna, pensadores buscaram definir conceitos, categorias e métodos. Existe uma multiplicidade de olhares, quando trabalhamos a interface sociedade e natureza, mas sabemos que esta discussão é muito mais complexa, porque envolve questionamentos, principalmente, em função das abordagens metodológicas e conceituais.

Por mais que outros campos do conhecimento científico também dialoguem com estas questões, pois existe uma abordagem multidisciplinar, a discussão vai além, na medida em que se busca uma transdisciplinaridade. E se pergunta, com base nesta explanação: qual natureza? Qual território? Por que partir da perspectiva da “natureza do território e do território da natureza”?

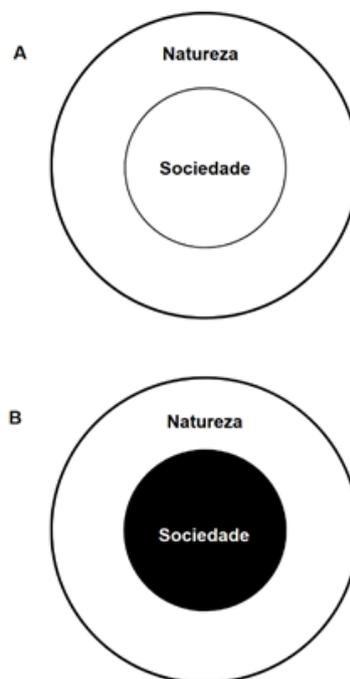
Souza (2019), ao discutir os conceitos de ambiente e de território como conceitos cruciais para a Geografia, mostra a tensão existente entre a sociedade e a natureza e revela como o universo acadêmico pode conter a tensão existente entre estas duas visões.

[...] uma, que reproduz o dualismo natureza/sociedade; e a outra, que se esforça por negá-lo nos planos especificamente epistemológicos e metodológico, isto é, no interior da Filosofia da Ciência e da pesquisa científica, mas sem conseguir (ou mesmo desejar) eliminar a influência do dualismo no âmbito maior da cultura em geral. (SOUZA, 2019, p. 49)

Dessa forma, esta relação pode ser interpretada, de acordo com Souza (2019, p. 51), como “uma ‘*ruptura integrada*’, ou uma diferenciação extraordinária (no sentido forte de “extraordinário”), em meio a um universo compartilhado e

nos marcos dos processos evolutivos, cada vez mais articulados”. Essa tensão está representada na Figura 1, tanto dos pontos de vista epistemológico e metodológico como do da reprodução do dualismo.

Figura 1 – Natureza e sociedade, correspondendo, essencialmente, ao mesmo “tipo de ser” (A) e a dois “tipos de ser”, mutuamente excludentes e diametralmente opostos (B).



Fonte: SOUZA (2019)

Conforme Suertegaray *et al.* (2015), o ambiente é o espaço das relações entre a natureza e a sociedade. Destaca-se que, por mais que o conceito de ambiente seja heterogêneo e que a natureza esteja presente em sua construção, é importante distingui-lo categoricamente de ambiente.

No intuito de ampliar a discussão, corrobora-se a colocação de Suertegaray (2017, p. 125), ao explicar que a natureza, enquanto categoria de análise, “[...] é concebida como fundamental na análise geográfica, por grande parte dos geógrafos, como constituinte do espaço geográfico”.

A construção do conceito de natureza tem, portanto, uma dimensão que se expressa pelo poder. Há um tempo o poder de separá-la e dividi-la para melhor dela se apropriar. Na atualidade, o poder de uni-la e subordiná-la na constituição de novas formas/objetos. Este poder não é absoluto, dirão alguns. Sim, não é absoluto, mas o que desejo expressar é o sentido dado à natureza em nossa sociedade/cultura, trata-se de algo a ser subjugado, transfigurado. Este processo resulta em questões de ordem ambiental, embora não somente. (SUERTEGARAY, 2009, p. 21)

Em Milton Santos (2008), podemos ter dimensão da natureza tecnicada, instrumentalizada, a partir das formas e dos processos, enquanto Suertegaray (2000, 2009, 2017) nos fornece bases para a compreensão de uma natureza transfigurada e para o entendimento de como ocorre a construção da natureza, enquanto conceito científico.

A natureza do espaço, dialogada entre Santos (2008) e Suertegaray (2006), tem sua subordinação resultando do advento do período técnico-científico-informacional, por meio do avanço tecnológico, que transformou, não, apenas, as relações sociais, mas os processos naturais.

Dessa forma, a respeito de sua concepção, Suertegaray (2006, p. 30) explica que “[...] a natureza concebida filosoficamente como externalidade promoveu sua fecunda subordinação/transfiguração, ao ponto que hoje é difícil avaliar as mediações entre uma (a natureza) e a outra (a sociedade)”.

Nessa perspectiva, Suertegaray (2017) explica que é necessário repensar a concepção de natureza, para compreendermos como o limite existente entre a sociedade e a natureza pode ser frágil. No âmbito da Geografia, estas discussões apresentam uma complexidade elementar, assim a investigação busca o diálogo entre as essências destas questões conceituais.

Suertegaray (2017, p. 137) ainda enfatiza que “[...] a natureza, em seus estudos, encontra-se com os demais temas contemporâneos em processo de reavaliação de conceitos e de métodos”. Esta colocação é importante para a ciência, pois mostra como a Geografia está em constante movimento.

Assim como o ambiente, o território também é um conceito fundamental para a Geografia. Nesse caminho, Raffestin (2008, p. 24) mostra que “[...] a heterogeneidade é a consequência da presença, nas cidades, de homens de origens e de atividades diversas, cuja mistura é inerente a uma densidade criadora”, e que os territórios vão se transformar, conforme os ritmos são

implementados pelas novas técnicas, e que este processo ocorre no campo e na cidade.

Segundo Souza (2008), o que define o território é o poder, que se relaciona com a dimensão política, compreendida, aqui, como a essência do conceito, mas outras dimensões, como cultura e economia, também estão contempladas no conceito, pois este perpassa as dimensões das relações sociais.

Para Saquet (2008, p. 79), “[...] a natureza exterior ao homem também está presente na formação de certo território, como espaço geográfico, que está intimamente ligado à construção histórica da paisagem e do território”. A abordagem geográfica empregada nos permite compor um olhar particular para a natureza, enquanto categoria de análise, para compreendê-la em conjunto com a humanidade e com as transformações socioespaciais que ocorrem no território e que produzem territorialidades.

Para o entendimento da territorialidade, a partir da expressão do espaço geográfico, fundamenta-se, inicialmente, nas contribuições de Rogério Haesbaert (2008), ao explicar que não se trata do conceito em seu sentido pleno, mas, sim, a partir de sua materialização.

[...] Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato de “qualidade ou condição de ser território” quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade – ou, se quisermos, também, aqui, espacialidade – possui um território (no sentido de sua efetiva realização material). (HAESBAERT, 2008, p. 106)

A territorialidade se expressa no amálgama da questão, pois, segundo Suertegaray *et al.* (2015), o território apresenta múltiplas possibilidades analíticas, assim como as territorialidades, por ser discutido, a partir de diferentes escalas e de diversos grupos sociais, considerando as inúmeras formas de apropriação do espaço, que podem se manifestar em conflitos e em disputas territoriais.

Ao dialogarmos sobre o território da natureza e sobre a natureza do território, com base nos estudos da professora Dirce Suertegaray, perpassamos questões conceituais, metodológicas e produtoras de tensões, que são discutidas em diferentes escalas e dimensões, por meio do território e/ou das territorialidades, como nesta perspectiva.

### 1.1.3 Complexidade, dialética e diálogo de saberes

A busca de entendimento conceitual sobre o ambiente, enquanto categoria de análise, para a compreensão de uma natureza transfigurada, perpassou ponderações que também contemplaram analiticamente a natureza e o território. Dessa forma, surgiu a necessidade de discutir a construção de um saber ambiental, por intermédio da complexidade que envolve o espaço geográfico, com sua unicidade e com sua multiplicidade.

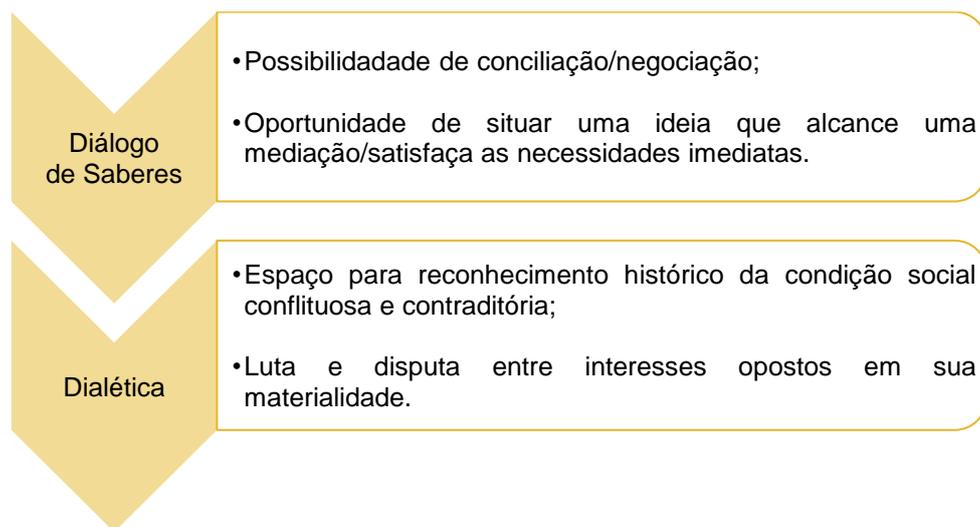
As discussões realizadas no NEGA/UFRGS, compartilhadas em livros e em periódicos acadêmicos, proporcionaram uma aproximação teórica com a temática, desta forma, compreende-se o diálogo de saberes, em consonância com Suertegaray *et al.* (2015, p. 27): “[...] como diálogo entre diferentes concepções teóricas e metodológicas do campo científico, como também o acolhimento dos saberes comunitários, populares ou oficiais envolvidos nas ações”.

Nesse processo, o diálogo de saberes constitui um procedimento de construção de uma reflexão teórica, também em construção. O que se deseja é extrair desse diálogo referências geográficas para a construção de uma concepção de ambiente, no âmbito da Geografia. Certamente, que nesse momento, o que importa é o processo, a dialética, reveladoras de tensões que movimentam a reflexão. (Suertegaray *et al.*, 2015, p. 27)

Dessa forma, a produção científica do grupo de pesquisa coloca em ênfase o diálogo de saberes, a partir da autonomia e da ação coletiva, em que os conceitos, como os de território e de ambiente, também são interpretados como frutos de uma produção social, que permite a sua compreensão e a sua apropriação, por meio de reflexões teóricas e metodológicas.

No entanto, apesar de a discussão sobre o diálogo de saberes ser importante neste processo de reflexão teórica, a dialética está no centro das questões teórica e metodológica da pesquisa, e existem diferenças conceituais que são refletidas nos procedimentos metodológicos adotados, por isso se elaborou um elemento gráfico, para ressaltar estas diferenciações.

Figura 2 – Diferença conceitual entre diálogo de saberes e dialética



Fonte: organizado pela autora (2021), a partir de Suertegaray *et al.* (2015)

Segundo Bernardes e Ferreira (2015, p. 18), “[...] a dialética homem-natureza está na base dos processos de desenvolvimento e de transformação das sociedades humanas”. Essa conjectura oferece subsídios para compreender a complexidade da interface da relação entre sociedade e natureza.

Nesse processo de metabolismo, a natureza se humaniza e o homem se naturaliza, estando a forma historicamente determinada em cada situação. Nesse nível, a troca material é uma relação do valor de uso e, desse modo, a natureza entra em relação aos seres humanos. O fato de o homem viver na natureza tem um sentido biológico, mas, principalmente, social. (BERNARDES; FERREIRA; 2015, p. 19)

Com base na colocação de Bernardes e Ferreira (2015) compreende-se a concepção marxista, no tocante à relação sociedade/natureza, por meio da reflexão epistemológica, na qual a natureza se humaniza (socialização da natureza), enquanto a sociedade se naturaliza, ao compreender esta relação, por meio de seres socialmente ativos.

A dialética forneceu condições metodológicas para a execução e para a compreensão dos modos de viver dos atores sociais envolvidos no processo, principalmente, no entendimento de como ocorre a transfiguração da natureza em espaço geográfico, por meio do materialismo histórico.

Com base nesta concepção, Leff (2015) apresenta contribuições relevantes para o diálogo sobre a apropriação/reapropriação da natureza, e

destaca as reivindicações de comunidades e de povos originários, considerando sua indissociabilidade da luta de classes.

As condições de existência das comunidades dependem da legitimação dos direitos de propriedade sobre seu patrimônio de recursos naturais, de seus direitos a preservar, sua identidade étnica e sua autonomia cultural, para redefinir seus processos de produção e seus estilos de vida. (LEFF, 2015, p. 78)

As reivindicações e as lutas destes povos são legítimas e implicam um processo de reapropriação da natureza, que, segundo Leff (2015, p. 79), “[...] traz novamente ao cenário social a questão da luta de classes, não sobre a apropriação das forças produtivas industrializadas, mas sobre os meios e as condições naturais de produção”.

De acordo com Porto-Gonçalves (2004, p. 66), a apropriação da natureza ocorre, por intermédio da cultura e da política: “[...] as fronteiras, os limites territoriais, se impõem como fundamentais para entender as relações sociais e de poder, o que implicará relações de pertencimento e estranhamento”.

Observam-se, em consequência da reflexão teórica, a complexidade do conhecimento produzido historicamente pela ciência e a importância da aplicação de um método, para que tenhamos condições de dar seguimento a este debate, principalmente, quando envolvemos sujeitos na pesquisa, o que demanda uma pequena introdução sobre a questão do pensamento complexo.

*La difficulté de la pensée complexe est qu'elle doit affronter le fouillis (le jeu infini des inter-rétroactions), la solidarité des phénomènes entre eux, le brouillard, l'incertitude, la contradiction. Mais nous pouvons élaborer quelques-uns des outils conceptuels, quelques-uns des principes pour cette aventure, et nous pouvons entrevoir le visage du nouveau paradigme de complexité qui devrait émerger. (MORIN, 1990, p. 22)<sup>4</sup>*

A complexidade é intrínseca às discussões conceituais e metodológicas e, como já explicitado, está presente no espaço geográfico e transcende sua discussão analítica, dessa forma também se reflete nas conceituações de ambiente, de natureza e de territorialidade.

---

<sup>4</sup> A dificuldade com o pensamento complexo é que ele tem que enfrentar a desordem (o jogo infinito de inter-retroações), a solidariedade de fenômenos, entre eles, a bruma, a incerteza, a contradição. Mas, podemos trabalhar algumas das ferramentas conceituais, alguns dos princípios nesta aventura, e podemos vislumbrar a face do novo paradigma de complexidade, que deve emergir (tradução da autora).

O pensamento complexo, conforme Morin (1990), apresenta um desafio, pois enfrenta uma desordem, já que apresenta paradigmas que fazem parte de fenômenos complexos de auto-eco-organização, que produzem autonomia.

O paradigma da complexidade discutido por Morin (1990) parte de um princípio dialógico e translógico, pois a complexidade coloca em evidência o paradoxo do uno e do múltiplo, em um primeiro momento, e, posteriormente, efetiva-se, como um tecido de acontecimentos, que constitui nosso mundo fenomênico. Podemos ver estas discussões fundamentadas, no âmbito epistemológico do espaço geográfico.

## **1.2 A expressividade da questão ambiental**

A Geografia, como uma ciência social, possibilita a compreensão e a articulação da relação sociedade-natureza. Grangeiro (2012) salienta a necessidade de desmitificarmos a questão ambiental, dada a forma como esta vem sendo tratada, o que, apesar de não ser uma iniciativa nova, de parte dos geógrafos, é uma questão bastante relevante, buscando a elaboração de uma proposta teórico-metodológica para uma Geografia Física mais geográfica e mais crítica.

A questão ambiental se relaciona com o contexto de produção social do espaço e compreendemos o ambiente, por meio de uma relação dual, que é constituída, também, de contradições. Conforme Santos (2012), o ser humano (enquanto sociedade) é um ser ativo e “[...] a ação que realiza sobre o meio que o rodeia, para suprir as condições necessárias à manutenção da espécie, chama-se ação humana. Toda ação humana é trabalho e todo trabalho é geográfico” (SANTOS, 2012, p. 96).

A relação sociedade-natureza, conforme Grangeiro (2012), evolui com o tempo, e isso ocorre, devido à evolução dos processos e das práticas sociais.

[...] a relação sociedade-natureza vai evoluindo no tempo, pela própria evolução dos processos e práticas socioespaciais, que em grande medida são tributárias das características da ordem natural ou de como estas são percebidas por determinada sociedade, assim como, da cultura e da inserção nas determinações-mundo a que cada sociedade está submetida. (GRANGEIRO, 2012, p. 37)

Nessa conjectura, parte-se do pressuposto teórico de que, ao estudarmos as questões ambientais, estamos analisando, tanto os fatores tidos como naturais/físicos como os de origem social, e este fato não invalida outras abordagens, como a socioambiental, mas apresenta um caminho teórico-metodológico em (co)evolução.

Suertegaray *et al.* (2015) ressalta a necessidade de ampliação da visão ambiental, pois o ambiental se manifesta em diferentes instâncias, inclusive, no território, por meio da Formação Econômica Social (FES), pois é nele que se manifesta o conflito. Esta amplitude permite compreender que as problemáticas ambientais têm origens distintas, que são, também, sociais, econômicas, políticas e culturais.

Trata-se agora de pensar o território (enquanto FES) e, por isso, muito das discussões atuais no contexto ambiental tem defendido a ideia de que estas questões territoriais, na medida em que ao território, como espaço de apropriação política, se vinculam os recursos e a sociedade em todas as suas manifestações. (SUERTEGARAY *et al.*, 2015, p. 34)

No século XIX, nos Estados Unidos, criou-se o primeiro modelo de área destinada à proteção ambiental, ou seja, esta proposta não é recente, mas, no Brasil, apenas no decorrer do século XX destinou-se áreas para serem protegidas. No entanto, este processo foi bastante complicado, pois ocorreram desapropriações de povos dos seus territórios de origem.

Conforme Diegues (2001), as populações tradicionais e originárias começaram a resistir aos processos de expulsão e de desorganização de seu modo de vida, para isso tiveram que construir alianças com movimentos sociais e com organizações não governamentais.

Para Bernardes e Ferreira (2015, p. 17), no início do século XXI, a discussão sobre a questão ambiental “[...] tenta resgatar sua essência, frente às relações sociedade/natureza”, pois foi interpretada, até meados do século XIX, a partir de polos excludentes, como uma fonte ilimitada de recursos naturais.

A década de 1960 assinala o início das discussões sobre a questão ambiental, quando se colocou em pauta a concepção de natureza utilizada até aquele período, na qual esta era vista como algo externo à sociedade, fato que contribuiu para a evolução do conceito de ambiente (SOUZA; SUERTEGARAY, 2007).

A década de 1970 traz um marco importante para as discussões sobre a questão ambiental, não, apenas, no Brasil, com o advento da Geografia Crítica, mas, sobretudo, nos debates internacionais, que passaram a trazer argumentos sobre as políticas ambientais e sobre o desenvolvimento econômico. Dessa forma, não podemos deixar de destacar a Declaração de Estocolmo, como ficou popularmente conhecida pela comunidade científica, que se refere à Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, que ocorreu na Suécia, em 1972.

Vinte anos depois, temos a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, que traz assuntos pertinentes para a tomada de decisões sobre a questão ambiental em nível global, com a reiteração de um compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Bernardes e Ferreira (2003), o desenvolvimento obtido a partir do crescimento econômico consistia na dominação da natureza e dos seres humanos, mas, no período entre as décadas de 1960 e 1970, este crescimento se manifestou insustentável, e “neste contexto, emerge a necessidade de se elegerem novos valores e paradigmas capazes de romper a dicotomia sociedade/natureza” (BERNARDES; FERREIRA, 2003, p. 17).

Por fim, não podemos deixar de contextualizar o paradigma da sustentabilidade, pois ele está em pauta nas principais discussões sobre a questão ambiental. Conforme Leff (2009, p. 357), a sustentabilidade salienta três desafios ao processo de globalização da economia: o primeiro corresponde a “[...] conservar a biodiversidade e os equilíbrios ecológicos do planeta e aumentar seu potencial produtivo”; o segundo, a “[...] reconhecer e legitimar a democracia, a participação social, a diversidade cultural e a política da diferença na tomada de decisões e nos processos de apropriação social da natureza”, enquanto o último se refere à necessidade de “[...] repensar o conhecimento, o saber, a educação, a capacitação e a informação da cidadania na perspectiva de uma racionalidade ambiental”.

Se entendermos o problema da insustentabilidade da vida no planeta como sintoma de uma crise de civilização - dos fundamentos do projeto societário da modernidade-, será possível compreender que a construção do futuro (sustentável) não pode apoiar-se em falsas certezas sobre a eficácia do mercado e da tecnologia – nem se quer da ecologia – para encontrar o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental. (LEFF, 2015 p. 404)

Leff corrobora a ideia de que a sustentabilidade não pode ser garantida pela valorização econômica atribuída à natureza e pela discussão de ciclos econômicos, pois ela faz parte de “[...] um projeto de emancipação para deixar em liberdade os potenciais da diversidade biológica e cultura” (LEFF, 2015, p. 142).

Vemos que o modelo de conservação brasileira também se baseia nos pressupostos da sustentabilidade. Torres (2016, p. 50) esclarece que “[...] a ideia da sustentabilidade não é nem de longe algo novo ou invenção moderna da era capitalista diante da relação de agressão estabelecida com a natureza”, e, ao analisar a (in)sustentabilidade capitalista, indica que a sustentabilidade se relaciona ao “[...] meio ambiente/organização social” e explica que, enquanto um se refere às “condições de existência”, o outro necessita dele para “se sustentar”.

Dessa forma, o ponto central de argumentação entra em consonância com as discussões promovidas, principalmente, ao longo da última década, as quais envolvem o conceito de natureza e a dialética da relação sociedade-natureza, para a compreensão da questão ambiental, por meio de reflexões geográfica e, sobretudo, crítica.

### **1.3 Política e conservação da natureza**

O entendimento da Política Ambiental Brasileira se faz relevante, para a compreensão das políticas públicas que se referem ao ambiente e ao território nacional, pois estas podem ser refletidas nos modos de viver de povos e de populações, principalmente, na institucionalização de marcos legais.

A Política Ambiental Brasileira iniciou, conforme Moura (2016), a partir da década de 1930, e houve ações pioneiras que corroboraram a criação de normas, referentes à gestão de recursos naturais. A elaboração destes normativos resultou no estabelecimento de instrumentos importantes para esta política, como o Código de Águas e o Código Florestal.

Entende-se que as políticas ambientais também estão respaldadas em prerrogativas sociais, ambientais e jurídicas, com a finalidade de garantir, à sociedade, o acesso a um ambiente equilibrado, de uso coletivo, tal qual está previsto na Constituição. Ressaltam-se, também, as ações de preservação e de proteção ambiental no território brasileiro.

Deste modo, destaca-se o artigo 225 da Constituição Federal (CF), pois este afirma que “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...], impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e para as futuras gerações” (BRASIL, 2021, s/p.).

Para que este direito seja assegurado, o poder público brasileiro tem muitos deveres para com a sociedade e para com o ambiente, de modo que estes direitos constitucionais sociais e individuais se referem ao bem-estar e desenvolvimento e à proteção e preservação, bem como à reparação de danos, em exemplo.

Destaca-se, então, que, no processo de construção da pesquisa, sentiu-se a necessidade de contextualizar teoricamente os aspectos, referentes, especificamente, à conservação da natureza. Contudo, é importante esclarecer que não foi realizado um levantamento histórico detalhado sobre a criação e sobre a implementação de unidades no território nacional; apenas se pontuaram questões essenciais ao entendimento da temática.

Como sabemos, a criação de áreas com finalidade de proteção ambiental surgiu no século XIX. Contudo, no contexto nacional, o modelo de conservação de áreas naturais somente começou a ser implementado no século XX.

O modelo de unidades de conservação adotado no Brasil, e no Terceiro Mundo em geral, é um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Ele deriva da concepção de áreas protegidas, construída no século passado nos Estados Unidos, com o objetivo de proteger a vida selvagem (*wilderness*) ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial. Esse modelo expandiu-se logo em seguida para o Canadá e países europeus, consolidando-se como um padrão mundial, principalmente a partir da década de 60 quando o número e a extensão das áreas protegidas ampliaram-se enormemente em todo o mundo. (ARRUDA, 1999, p. 83)

No entanto, este processo não foi simples, de forma que populações tradicionais tiveram que resistir a processos de desapropriação de seus territórios, pois a política implementada na época se baseava em concepções adotadas no século anterior.

[...] no Brasil, sobretudo após o período autoritário – quando se criou a maioria dessas áreas protegidas –, algumas populações tradicionais começaram a resistir à expulsão e à desorganização de seu modo de vida, recriando, à sua maneira, as formas de apropriação comum dos

recursos naturais. Isso foi somente possível com o estabelecimento de alianças com movimentos sociais mais amplos (como o dos seringueiros), com organizações não governamentais nacionais e internacionais, com a gradativa mudança de conceito de áreas naturais protegidas por entidades conservacionistas de âmbito mundial [...]. (DIEGUES, 2001, p. 11-12)

Todo este contexto pode ser refletido na vida das comunidades e dos povos originários e nas formas de apropriação destes ambientes, principalmente, após a Revolução Industrial. É notório que, até o início do século XX, a natureza era vista principalmente como uma fonte inesgotável de recursos naturais, pelas sociedades humanas, porém, a partir de meados deste século, constatou-se o contrário; a partir de então, outras questões passaram a ser pautadas.

As unidades de conservação (UC) foram criadas, principalmente, com o intuito de proteção ambiental, nas esferas federal, estadual e municipal, em todo o território brasileiro, a partir da Lei nº 9.985, de 2000. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) classifica as unidades de conservação em duas categorias, que apresentam diferenciações em seus objetos: unidades de proteção integral, que permitem apenas usos indiretos; e unidade de uso sustentável, que permitem intervenções sociais e utilização parcial de seus recursos naturais. Destaca-se que, no território brasileiro, existem unidades de proteção sobrepostas a terras indígenas.

Coelho *et al.* (2009, p. 67) enfatizam que as unidades de conservação não existem apenas para a proteção de ecossistemas, que se encontram ameaçados pelas atividades humanas e pelo processo de expansão do sistema capitalista, mas esclarece que, nas últimas décadas, houve lutas políticas e discussões, com diversos atores sociais comprometidos com suas criações. Esse envolvimento fez com que fossem incorporados direitos, responsabilidade e interesses, pertinentes às populações tradicionais. Nesse contexto, incluem-se, também, os povos originários e os grupos populacionais não tradicionais, que ocupam seus limites territoriais.

Destaca-se, conforme Diegues (1999), a importância dos cientistas na definição das áreas protegidas, no início do século XX. Tal visão se diferencia da propagada pelos cientistas naturais de séculos anteriores, que tinham, como objetivo predominante, a proteção do mundo natural, em função das ações

humanas, dada a tendência desse período de compreender as populações humanas como externas aos ecossistemas/ambientes.

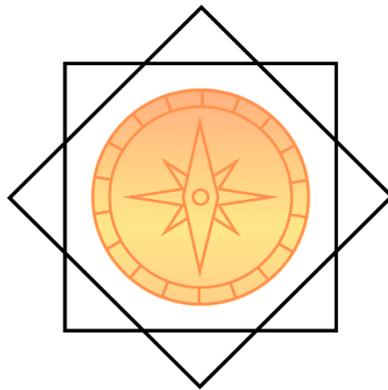
Outra questão importante, que também perpassa a discussão a respeito das UCs, e essencial a esta pesquisa, refere-se à sobreposição de unidades em áreas indígenas.

A Constituição Federal consolidou os direitos dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, evitando que essas populações sejam desalojadas ou reassentadas. Ainda assim, persiste uma questão que contrapõe as terras indígenas às unidades de conservação: trata-se da sobreposição dessas áreas. (BENSUSAN, 2006, p. 119)

Dessa forma, é importante compreender, com base nestas prerrogativas, que as unidades de conservação passam a ter múltiplas finalidades no território nacional, entre elas, proposições de interesses nos processos de regulação fundiária e atuação na garantia dos direitos das populações tradicionais e originárias.

Não podemos ignorar o fato de que existem atores sociais que ocupam historicamente estes territórios, bem como se faz relevante discutirmos as lacunas existentes na Constituição, que dizem respeito, por exemplo, às sobreposições de áreas, além das contradições nas formas de ocupação e da gestão destas unidades, no Brasil.

Capítulo II



## Capítulo 2

---

# CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA GEOGRÁFICA

---

*“Lembre-mo-nos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio.”*

*(Milton Santos)*

### 2.1 O contexto da pesquisa

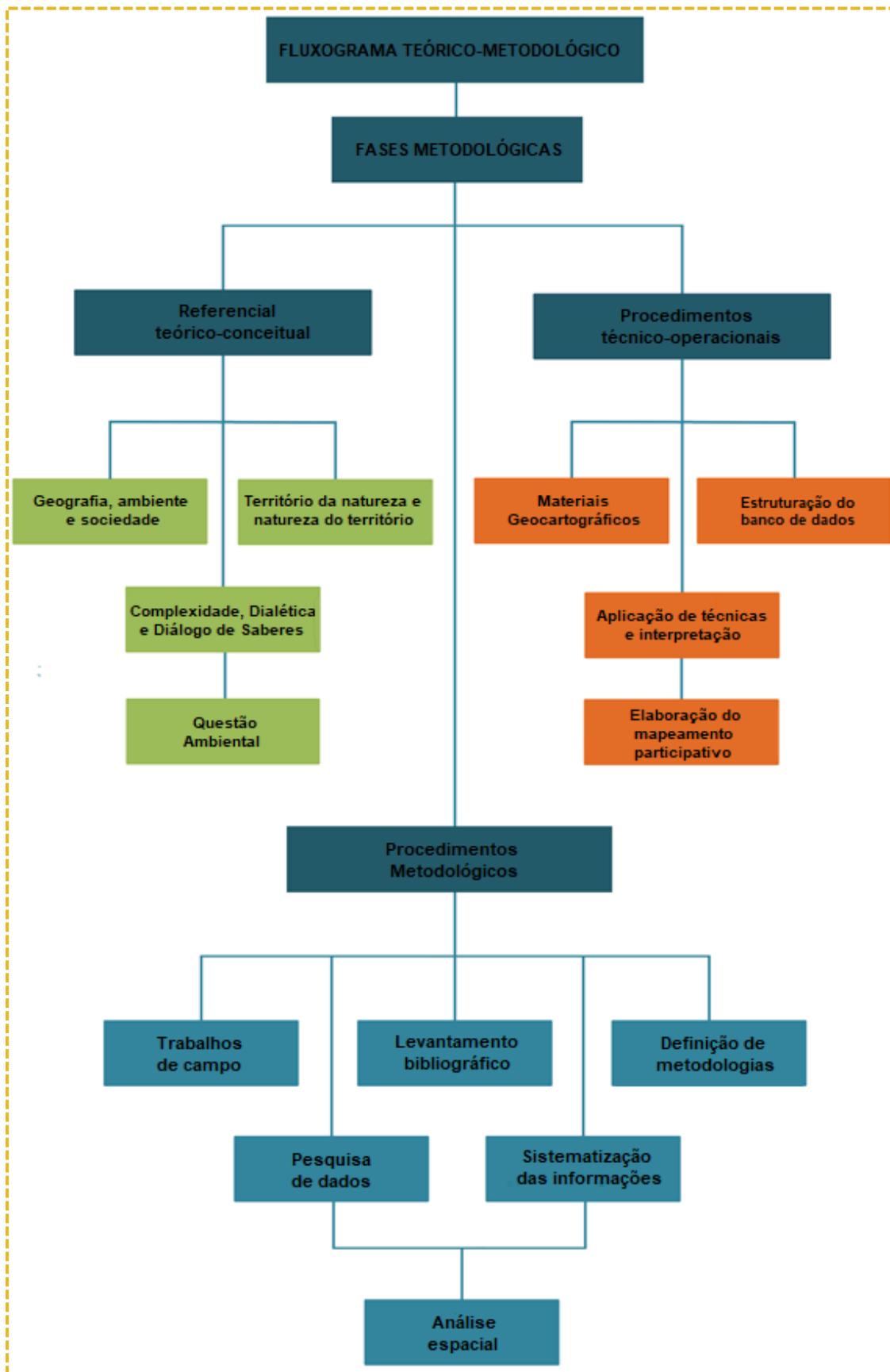
A Geografia Física, com ênfase nos estudos ambientais, apresenta uma gama de temas, que visam a contribuir com a questão ambiental, no âmbito da Geografia, no entanto esta discussão é ainda mais abrangente, tornando-se uma questão epistemológica.

O percurso metodológico resultou na escolha de realizações de metodologias participativas, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos, em função das indagações que antecederam aos objetivos e que se associam à problemática da pesquisa, e surgiu como um caminho para estudar a “natureza”, a partir dos atores sociais que a produzem.

Dessa forma, estruturou-se um fluxograma teórico-metodológico (Figura 3), para sintetizar os caminhos adotados na construção da pesquisa, com o referencial teórico-conceitual, com os procedimentos técnico-operacionais e com a súmula dos procedimentos metodológicos.

Estas escolhas não ocorreram apenas de forma linear, mas dialeticamente, na busca de superar os desafios existentes nos caminhos da pesquisa, sejam os intelectuais, sejam os ocasionados pelas adversidades enfrentadas em campo, por exemplo.

Figura 3 – Fluxograma teórico-metodológico da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2021)

## 2.2 Procedimentos metodológicos

A escolha metodológica sucedeu, conforme a conjectura da pesquisa, para que o objetivo geral e, respectivamente, os objetivos específicos (descritos na Figura 4) fossem atingidos, ao longo do percurso.

Figura 4 – Objetivos da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2021)

Dessa forma, os procedimentos metodológicos da pesquisa se dividem em três etapas, que se diferenciam, mas que também estão entrelaçadas teórico e metodologicamente, assim cada etapa foi estruturada com a finalidade de atingir a determinados objetos específicos.

### 2.2.1 Etapa 1

Esta etapa envolveu:

- i. Discutir políticas, referentes às unidades de conservação, aos territórios indígenas e às legislações ambientais vigentes no Brasil;
- ii. Argumentar sobre as políticas ambientais, sobre as implicações da Constituição Federal e sobre o direito originário no território brasileiro.

Nesta etapa, o levantamento do acervo bibliográfico e a pesquisa documental incluíram:

- Utilização de livros, de artigos, de dissertações e de teses;
- Exame de trabalhos técnicos, como zoneamentos, planos de manejo, diagnósticos e estudos ambientais;
- Consulta em arquivos de instituições de nível superior e do arquivo público do estado do Ceará;
- Busca de análises direcionadas, que abordem, principalmente, os pressupostos teóricos das pesquisas.

A pesquisa de dados ocorreu, também, a partir da visita e/ou de consulta de endereços eletrônicos e órgãos públicos<sup>5</sup>, tais como:

- Prefeituras municipais de Fortaleza e de Caucaia, no estado do Ceará: pesquisas a respeito de projetos e de ações nas comunidades;
- Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE): pesquisas sobre unidades de conservação e sobre planos de manejo da área de estudo;
- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (*FUNCEME*): *dados sobre as condições físicas e climáticas do Ceará*;
- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH): informações sobre o gerenciamento da água na Região Metropolitana de Fortaleza;
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE): pesquisas socioeconômicas e imagens de satélite da área de estudo;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): informações sobre

---

<sup>5</sup> A pesquisa de dados e os levantamentos bibliográfico e documental também corroboram os demais objetivos específicos, no entanto só estão delineados nesta primeira etapa.

- dados censitários e indicadores sociais;
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE): acesso ao catálogo de imagens de satélite;
  - Instituto de Meio Ambiente do Município de Caucaia (IMAC): consulta a arquivos e a relatórios técnicos;
  - Parque Botânico do Ceará: informações sobre a unidade de conservação e sobre o conselho gestor;
  - Instituições de nível superior públicas e privadas e organizações não governamentais;
  - Consulta ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);
  - Consulta à Constituição Federal, às legislações federal e estadual, a reportagens e a pronunciamentos governamentais.

### **2.2.2 Etapa 2**

Esta etapa buscou:

- i. Contextualizar os direitos indígenas, o cenário político atual e as consequências da tese do marco temporal na vida dos povos originários;
- ii. Analisar a questão indígena e os movimentos, as invisibilidades, os protagonismos e as resistências dos povos no Ceará.

Nesta etapa, ocorreu o levantamento e a organização de bibliografia específica, em função de:

- Fazer levantamentos bibliográfico e documental sobre os direitos indígenas e sobre as políticas indigenistas;
- Organizar a pesquisa documental sobre o contexto da política brasileira e sobre a tese do marco temporal;
- Consultar arquivos de instituições públicas sobre os movimentos indígenas no Ceará.

Igualmente, este passo levou a uma sistematização de informações, no sentido de:

- Estruturar as ações exercidas pela conjectura política, a respeito dos povos originários, ao longo da história recente do Brasil;
- Utilizar recursos gráficos, para sistematizar as informações sobre a questão indígena do Ceará;
- Discutir o processo de demarcação de TI, a importância da educação diferenciada e os centros de saúde indígenas no estado do Ceará, assim como a relevância das mulheres nessas comunidades.

### 2.2.3 Etapa 3

Neste estágio, buscou-se:

- i. Identificar os modos de viver de uma comunidade indígena, que tem uma unidade de conservação sobreposta ao seu território, por meio de metodologias participativas;
- ii. Refletir a respeito do uso da terra na Aldeia da Ponte, do povo Tapeba, por meio do estudo do seu ciclo anual de produção e da jornada diária de trabalho, bem como da sua relação com a unidade de conservação.

Nesta etapa, o levantamento e a organização de bibliografias específicas procuraram:

- Fazer um levantamento de como a comunidade científica vem abordando estes temas, por meio do exame de trabalhos de conclusão de curso e de especializações, assim como de dissertação e de teses;
- Discutir dados e informações obtidas, a partir do referencial teórico da pesquisa e das atividades de campo, para a elaboração deste produto textual.

Neste ponto, a sistematização de informações procurou:

- Refletir sobre os trabalhos de campo, para entender os modos de viver das comunidades;
- Destacar a importância dos saberes tradicionais dos povos originários;
- Utilizar tabelas e gráficos, para sistematizar as informações, como subsídios para o aprofundamento da discussão crítica;

- Compreender o ambiente e a territorialidade, assim como a interface entre a unidade de conservação e o território indígena;
- Discutir, com a comunidade, os resultados da pesquisa e as possíveis recomendações e contribuições que possam fomentar a luta desta pelo direito à terra na cidade e nos ambientes protegidos.

Com as atividades de campo e com o mapeamento de uso da terra, promoveu-se:

- O reconhecimento da área de estudo;
- A coleta de informações e de dados, para a construção da tese, bem como a análise empírica do objeto de estudo, relacionando as bases teóricas e metodológicas;
- A realização de grupos focais;
- A realização do mapeamento, relativo ao uso da terra na área de proteção ambiental, conforme os pressupostos da Cartografia Social/Participativa;
- As elaborações do ciclo anual de produção e da jornada diária de trabalho dos locais, para entendermos o modo de viver da comunidade;
- A realização de entrevistas com líderes comunitários;
- A construção de bases, para a elaboração dos materiais geocartográficos, tendo, como referência, o mapeamento de uso da terra produzido pelas comunidades, a partir de grupos focais.

Na questão dos materiais para os campos, fez-se:

- A utilização de uma carta-imagem da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho, com a sua circunvizinhança;
- A superposição, com papel vegetal, da carta-imagem, para operacionalizar a realização do mapeamento participativo;
- O cartaz da jornada diária de trabalho e lazer;
- Também foi confeccionado um cartaz do ciclo anual de produção do povo Tapeba na Aldeia da Ponte.

Neste momento, ocorreu a produção de materiais geocartográficos, visando à:

- Elaboração de mapas de uso da terra, tendo, como base principal, as informações obtidas no mapeamento participativo;
- Utilização de técnicas de geoprocessamento e do Sistema de Informação Geográfica (SIG);
- Elaboração de cartografias complementares básica e temática.

Este ponto do trabalho encerrou a aplicação de questionários, em que houve a:

- Aplicação de questionário eletrônico;
- Aplicação de questionários na Aldeia da Ponte, em Caucaia (CE), com todas as medidas de segurança necessárias, em função da pandemia do Coronavírus.

Ocorreu, ainda, a elaboração de gráficos, que continham:

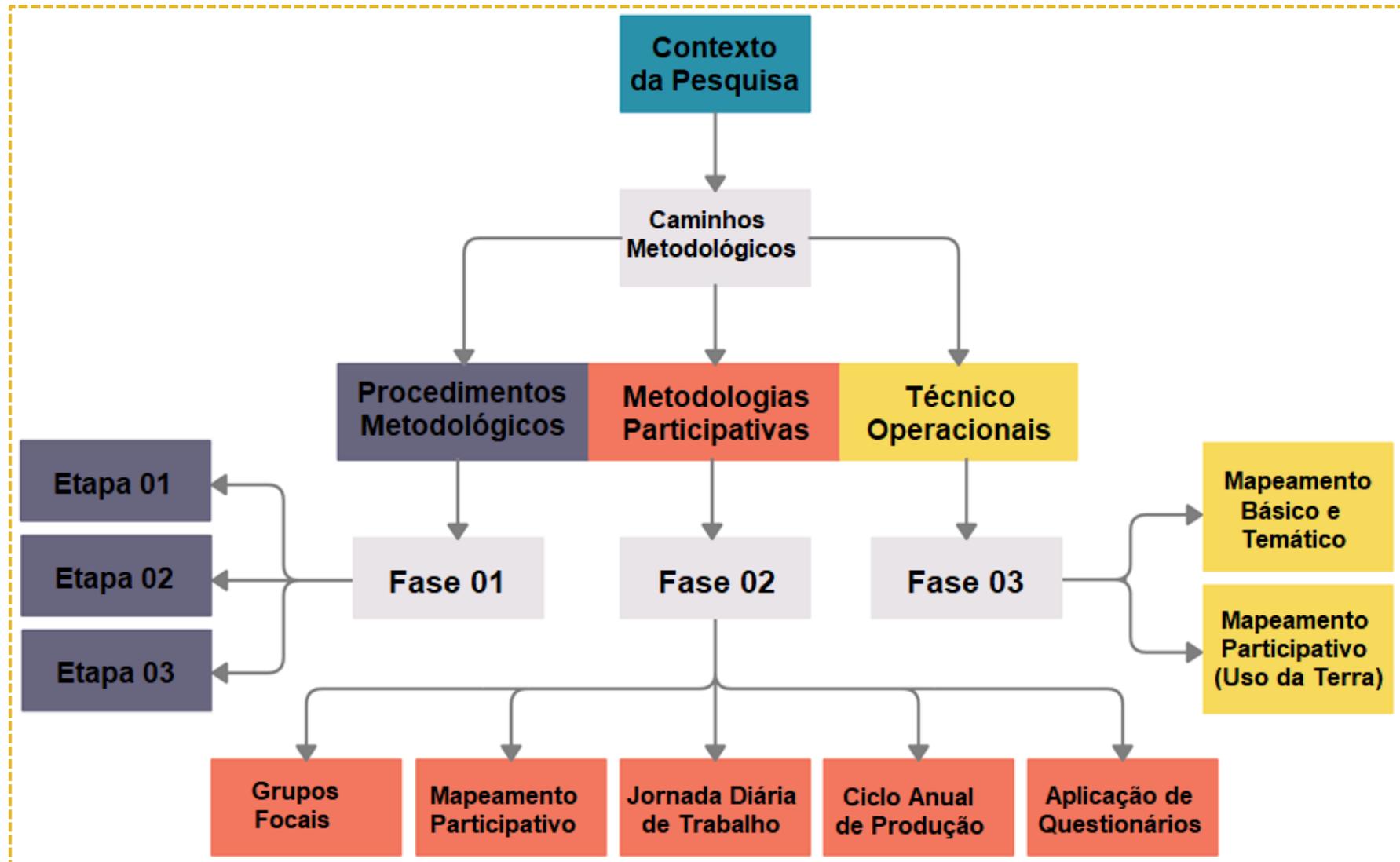
- As representações do ciclo anual de produção e da jornada diária de trabalho dos locais da aldeia;
- Os dados obtidos pela aplicação de questionários na comunidade indígena.

Na sistematização e na análise das informações coletadas, deu-se a:

- Interpretação e sistematização de todas as informações coletadas, com base no levantamento bibliográfico e trabalhos de campo;
- Análise do ciclo anual da produção e da jornada diária de trabalho nas comunidades;
- Identificação dos modos de viver e das principais formas de uso da terra na unidade de conservação.

Por fim, estruturou-se um fluxograma (Figura 5) que sintetiza, de forma simplificada, os elementos teórico-metodológicos desta pesquisa de doutoramento. Após isso, estão descritos os caminhos metodológicos adotados, que são, respectivamente: os procedimentos metodológicos; as metodologias participativas e os procedimentos técnico-operacionais. .

Figura 5 – Fluxograma do contexto da pesquisa

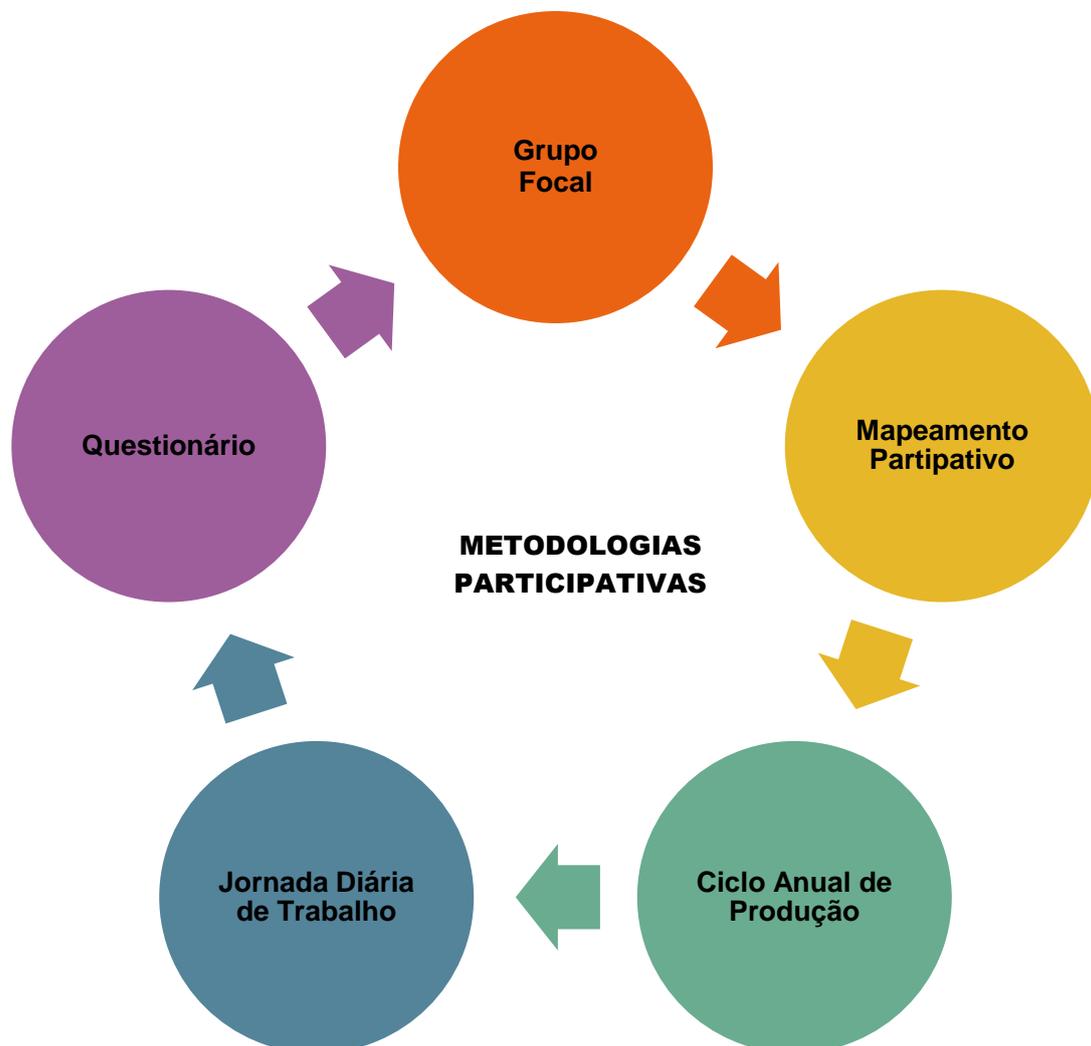


Fonte: Menezes (2022)

### 2.3 Metodologias participativas

As metodologias adotadas foram conceituadas como participativas, pois visam à construção de uma pesquisa, por meio de atividades, que contribuam com o diálogo e com a mediação, associando os conhecimentos empíricos à práxis. Enfatiza-se que cada metodologia empregada tem sua relevância para a construção teórico-metodológica e que estas se complementam.

Figura 6 – Organograma das metodologias participativas



Fonte: elaborado pela autora (2021)

As metodologias participativas foram planejadas e empregadas, ao longo do processo de construção da pesquisa, com o intuito contribuir para a compreensão da interface entre a unidade de conservação e o território indígena,

bem como para o entendimento do uso da terra e dos modos de viver, por parte da comunidade.

Dessa forma, a metodologia dos grupos focais foi aplicada à pesquisa, com encontros realizados entre os anos de 2018-2020, e se correlacionou com o mapeamento participativo — na finalidade de identificar o uso da terra no território em questão — e com a identificação do ciclo anual de produção e da jornada diária de trabalho, em busca de compreender os modos de viver da comunidade, que luta para sobreviver, para resgatar a sua ancestralidade e para garantir o seu direito originário.

Posteriormente, e em momentos distintos, foram aplicados questionários digitais e presenciais, uma vez que se identificou a necessidade de obter informações adicionais para a pesquisa, as quais deveriam contribuir com as atividades metodológicas já executadas.

### **2.3.1 Grupos focais na pesquisa**

A utilização de grupos focais na pesquisa científica é comum em várias áreas, como nas ciências humanas e sociais aplicadas e nas ciências da saúde, o que é amplamente divulgado em periódicos. No entanto, é importante frisar que cada pesquisa vai construir seu próprio caminho, por mais que se fundamente em conceitos já consolidados e em experiências anteriores.

Diante disso, apresenta-se, neste momento, uma definição, que auxilia na compreensão do emprego de grupos focais nesta pesquisa.

No âmbito das abordagens qualitativas em pesquisa social, a técnica do grupo focal vem sendo cada vez mais utilizada. Em geral, podemos caracterizar essa técnica como derivadas das diferentes formas de trabalho com os grupos, amplamente desenvolvidas na psicologia social. Privilegia-se a seleção dos participantes segundo alguns critérios – conforme o problema em estudo -, desde que eles possuam algumas características em comum que os qualificam para a discussão que será o foco do trabalho interativo de da coleta do material discursivo/expressivo. (GATTI, 2005, p. 7)

Na presente investigação, a escolha por trabalhar com grupos focais decorreu das necessidades vivenciadas em trabalhos de campo com os sujeitos da pesquisa, por isso ela passou por adaptações, de acordo com o contexto de cada grupo.

Evidencia-se que os grupos focais não atuam como se estivessem realizando uma entrevista coletiva. A função do pesquisador, neste caso, é de ser um mediador da discussão, para que os participantes possam expor suas opiniões, suas vivências e suas experiências.

Foram realizados quatro grupos focais nos meses de fevereiro e de agosto de 2019. A data, o local e o horário dos grupos foram estabelecidos pelos sujeitos da pesquisa, conforme a disponibilidade e o interesse em realizar o encontro. O primeiro grupo focal foi realizado na Aldeia da Ponte, momento em que foi realizada uma adaptação da técnica metodológica, conforme as necessidades evidenciadas em campo, de forma que não destoasse do conceito e que contemplasse os objetivos propostos. A reunião do grupo ocorreu em fevereiro de 2019 na casa de uma indígena na Aldeia da Ponte, com a presença de moradores e de lideranças.

No início da reunião, os participantes propuseram um percurso no estuário do rio Ceará, assim nosso encontro foi terrestre e fluvial. No trajeto pelo rio, eles nos mostraram seus territórios de pesca e falaram sobre sua história e sobre seus hábitos. Esse percurso fluvial foi realizado no início da manhã, em uma embarcação pequena, que apresentava falhas no motor. Tal embarcação era uma das poucas disponíveis para uso, tendo sido adquirida com recursos da FUNAI.

No segundo momento, durante o encontro realizado no espaço cedido, foram utilizadas algumas questões norteadoras, para iniciar o diálogo em grupo. É relevante esclarecer, metodologicamente, que estas perguntas não tinham um caráter de entrevista; foram apenas um meio adotado para ajudar a discussão a fluir, por isso se enfatiza que é uma adaptação da técnica dos grupos focais e, não, o grupo propriamente dito.

A partir da construção deste diálogo, iniciou-se a terceira etapa, que teve a finalidade de fazer um mapeamento participativo com os indígenas envolvidos na pesquisa, com os objetivos de identificar e de compreender o uso na terra, por parte destes povos originários, bem como os seus modos de viver.

Posteriormente, realizou-se atividades para identificação do ciclo anual de produção e a jornada diária de trabalho, de acordo com o espaço-tempo de ocorrência, ao longo do ano, além da rotina diária dos homens e das mulheres da comunidade.

Em agosto de 2020, realizou-se novo grupo focal na Aldeia da Ponte, no Centro de Saúde Vitor Tapeba, que contou com a presença de 12 mulheres da etnia Tapeba, para o estabelecimento de diálogo sobre o papel e sobre a importância da mulher indígena, em que se discutiu resistência, protagonismo e a luta na comunidade.

### **2.3.2 Mapeamento participativo**

A década de 1990 foi importante para o surgimento de mapeamentos, que passaram a incluir a participação social, deste modo Acselrad e Coli (2008, p. 14) explicam que, por um lado, tornam-se claras as implicações políticas dos mapas, e, por outro lado, dá-se a emergência de políticas cartográficas, em que os mapeamentos são, eles próprios, objetos de ação política.

[...] para Herlihy e Knapp (2003) o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que as agências promotoras do “desenvolvimento” chamaram de “observação participativa” e “metodologias de pesquisa colaborativa”. (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 14)

Com base em Suertegaray *et al.* (2016), a participação da comunidade na construção de mapeamento valida o processo, pois a representação espacial é constituída pelas informações fornecidas pelos comunitários, relativas, por exemplo, aos seus recursos, aos usos e aos conflitos em seu território.

Por isso, o mapeamento participativo se difere do tradicional. Nesse sentido, para Joliveau (2008, p. 49), “[...] a análise das representações espaciais mobilizadas não pode se limitar a uma apresentação dos diferentes mapas utilizados. O mapa enquanto representação espacial é indissociável do discurso do seu produtor”.

Em princípio, tinha-se, como objetivo, fazer um mapeamento participativo com uma comunidade local, uma pesqueira e uma indígena, porém não houve interesse por este trabalho, por parte da maioria dos comunitários. Nesse estudo em evidência, abordar-se-ia a Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará/Rio Maranguapinho.

Os trabalhos com mapeamento participativo geralmente partem de uma demanda comunitária; talvez, por esta demanda ter partido de uma estudante — e, não, de uma instituição —, as comunidades não se interessaram em realizar a atividade, o que é bastante compreensível, já que é difícil manter um acompanhamento e continuar contribuindo presencialmente com a sua luta, depois da realização da pesquisa, principalmente, quando os sujeitos e os pesquisadores estão em regiões geográficas distantes e não contam com apoio financeiro que viabilize os encontros.

Os grupos focais foram realizados com moradores do bairro Barra do Ceará e com a Aldeia da Ponte, do Povo Tapeba, no entanto, no encontro com a comunidade Guaié, foi realizada uma entrevista semiestruturada, pois não uma quantidade expressiva de pessoas interessadas na realização do grupo focal.

Dessa forma, os trabalhos de campo realizados no estado do Ceará, principalmente, a terceira expedição, realizada com a orientadora e com bolsistas do Programa de Educação Tutorial do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, o qual foi crucial para a qualificação da pesquisa e para a decisão de desenvolver a pesquisa com os povos indígenas, mas as experiências com outras comunidades também foram bastante válidas para a compreensão do uso da terra na unidade de conservação e no rio Ceará, como fonte de vida e de sustento para as pessoas que habitam, ao longo de seu curso.

Houve inúmeras dificuldades para a organização e para a execução deste momento na comunidade, devido à quantidade de pessoas interessadas na participação, aos contatos na comunidade, à localização, ao grupo de apoio, entre outros aspectos. Nesta etapa, a parceria com a Universidade Estadual do Ceará foi fundamental.

Buscou-se valorizar constantemente o lugar de fala dos indígenas e desenvolver a atividade, de acordo, não, apenas, com os interesses da pesquisa, mas destacando a participação dos locais no processo de construção da análise. Dessa forma, usamos a mediação e o diálogo para contornar os obstáculos, para nos tornarmos facilitadores no processo.

- O povo Tapeba, em Caucaia/CE:

O povo indígena Tapeba se localiza no município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza (CE), disposto em 17 aldeias, que estão distribuídas em zonas urbanas e rurais do município.

Historicamente, este povo vem passando por processos de delimitação e de luta pela permanência e pelo reconhecimento de seu território. Como este projeto de pesquisa almeja discutir questões relacionadas ao ambiente e à territorialidade indígena, optou-se por trabalhar com a Aldeia da Ponte, cujo território tem, sobreposto a si, o de uma APA.

Frise-se que a Aldeia da Ponte demonstrou interesse na atividade, após um longo período de contato com a comunidade indígena Tapeba e de participações em suas atividades culturais, o que viabilizou a execução do trabalho.

Primeiramente, foi feita uma visita ao povo Tapeba, explicando, aos moradores e às lideranças indígenas, a proposta de atividade; após este momento, eles propuseram o dia, o local e o horário; depois destes diálogos construídos com os indígenas, a reunião para o mapeamento ocorreu em fevereiro de 2019, na Aldeia da Ponte, com a presença de moradores e de lideranças indígenas.

A atividade ocorreu em um segunda-feira, dessa forma os pescadores poderiam participar, pois estes não saem para pescar aos finais de semana e à segunda-feira. Como ficou expresso, houve a participação das lideranças da comunidade indígena, incluindo artesãos e pescadores(as).

No percurso realizado pelo estuário do rio Ceará, com pescadores, com lideranças e com os colaboradores da universidade, foi possível observar, por exemplo, o estado de conservação da área protegida e os territórios antigos de pesca do rio.

Ressalte-se que todo o mapeamento foi construído em diálogo com a comunidade, utilizando-se, como base, uma imagem de satélite<sup>6</sup> na produção do mapeamento, e que as informações obtidas foram conjugadas com as das demais comunidades presentes na APA, para identificarmos os usos da terra na

---

<sup>6</sup> A carta-imagem utilizada no mapeamento participativo está em anexo, no formato A4.

unidade de conservação. Outros aspectos importantes também foram abordados e registrados, ao longo deste trabalho, como as toponímias e as informações sobre as espécies vegetais e sobre os pescados.

### **2.3.3 Jornada diária de trabalho e lazer, e o ciclo anual de produção**

O modelo metodológico adotado na construção do mapeamento participativo da jornada diária de trabalho e lazer, e do ciclo anual de produção foi baseado na experiência de pesquisa do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), considerando a elaboração do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Tefé (SUERTEGARAY, *et al.*, 2016) entre os anos de 2012 e de 2013.

Procuramos, por meio documentação da jornada diária de trabalho e do ciclo anual de produção, compreender o papel do homem e da mulher na aldeia indígena, assim como os seus modos de vida, de cultura e de uso da terra, inclusive, buscando entender se houve modificações ou conflitos em seu cotidiano, após a criação da unidade de conservação de uso sustentável, de gestão estadual, em 1999, cuja área está sobreposta à de seu território.

### **2.3.4 Questionários**

Em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, optou-se pela aplicação de questionários<sup>7</sup> eletrônicos, por meio do emprego de ferramenta disponibilizada pelo *Google*, a qual foi divulgada, pelas lideranças indígenas, por meio de aplicativos de mensagens, assim outras aldeias também tiveram acesso. Ainda assim, não tivemos um retorno significativo.

Com a flexibilização do isolamento social na pandemia, foi tomada a decisão de entrar em contato com a Pajé e com as lideranças da aldeia, que permitiram visitar a comunidade e aplicar os questionários da pesquisa. Nessa segunda fase de aplicação, o questionário foi realizado, conforme os objetivos

---

<sup>7</sup> Os modelos de questionários aplicados constam dos apêndices colocados ao final da tese.

da pesquisa, embora tenha sido adaptado ao contexto das orientações da OMS, para a prevenção da COVID-19.

## 2.4 Procedimentos técnico-operacionais

A representação geocartográfica foi incorporada à pesquisa, por meio da organização de mapeamentos temático e básico, enquanto o mapeamento participativo tem, como fundamentação principal, os pressupostos teóricos e metodológicos da Cartografia Social.

Cabe destacar que o Sistema de Informação Geográfica (SIG), considerado, por Rosa (2011), como um conjunto de ferramentas computacionais, é constituído por equipamentos e programas e por técnicas de geoprocessamento e de integração de dados, de pessoas e de instituições. O SIG coleta, armazena e processa informações, a partir das quais os pesquisadores fazem análises e as mais diversas aplicações, referentes à tomada de decisões, dentro do espaço geográfico.

A espacialização dos dados resultou em mapas específicos, descritos neste tópico, por meio da sobreposição de bases cartográficas e de informações geoespaciais, sistematizadas no *software* livre Quantum GIS (QGIS), os quais não resultam em um produto final, mas oferecem subsídios para as discussões almejadas no processo de desenvolvimento desta pesquisa.

Optou-se pela técnica de sobreposição, por atender às demandas da presente investigação, que utiliza vários atributos da área em estudo. Conforme Rosa (2011, p. 282), “[...] a sobreposição implica que as camadas (*layers*) sobrepostas pertençam à mesma área e se encontrem no mesmo sistema de coordenadas e na mesma projeção cartográfica”, o que possibilita a identificação de padrões de fenômenos e estabelece conexões, contribuindo para a análise espacial.

Na organização de banco de dados do mapeamento cartográfico, realizou-se levantamentos de mapas nos formatos *shapefile* e *geotiff*, os quais foram analisados no SIG, por meio do QGIS, correlacionado com as informações geoespaciais. Todos os procedimentos executados estão detalhados na sequência.

### 2.4.1 Informações do mapeamento temático

Na etapa do mapeamento temático, ocorreu:

- A utilização de técnicas de sobreposição de camadas, referentes aos atributos da área de estudo;
- O mapeamento dos recursos hídricos (rios Ceará e Maranguapinho), por meio de técnicas de vetorização;
- O emprego do Datum Sirgas 2000;
- A associação das informações coletadas em trabalho de campo;
- A adoção do sistema de informação geográfica, referente às coordenadas geográficas;
- A estruturação de quadros e de fonte das bases utilizadas na elaboração dos mapas;
- O uso dos seguintes complementos da interface do QGIS:
  - *Google Satélite*;
  - *Google Terrain e*;
  - *Open Street Map*.

Os quadros organizados na sequência apresentam a identificação específica de cada mapa, com seus respectivos materiais cartográficos e com as fontes de dados utilizadas em sua elaboração.

- Mapeamentos organizados em quadros:
  - Localização;
  - Escolas indígenas cearenses;
  - Área de Proteção Ambiental;
  - Território do povo Tapeba;
  - Aldeia da Ponte do povo Tapeba;
  - Mapeamento participativo.

## Mapa de localização

Quadro 1 – Localização geral da pesquisa

Identificação	Material cartográfico	Fonte de dados
Área definida para a pesquisa	<p>Área de estudo</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ortofotocarta do ano de 2008 (684 I; J; N; P) do projeto Polo Ceará Costa do Sol, do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR)</li> <li>Cadastro georreferenciado de áreas indígenas situadas no estado do Ceará. Arquivo disponível no sistema Acervo Fundiário da FUNAI. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica das rodovias pavimentadas estaduais e federais, utilizando insumos cartográficos e imagens de satélite SPOT-5 (IPECE, 2019)</li> <li>Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica dos limites municipais do estado do Ceará, representados conforme os memoriais descritivos do Projeto Atlas de Divisas e o disposto na Lei Estadual nº 16.821/2019. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>Base cartográfica da delimitação da APA disponibilizada pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) (2018)</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora (2021)

## Informações das escolas indígenas no estado do Ceará

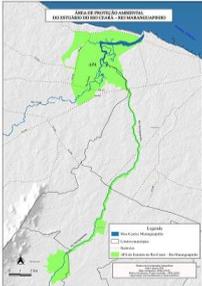
Quadro 2 – Escolas indígenas cearenses

Identificação	Material cartográfico	Fonte de dados
Distribuição das escolas indígenas no Ceará	<p>Escolas indígenas no estado do Ceará</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Georreferenciamento pontual de escolas indígenas, com coordenadas obtidas de imagens de satélite SPOT-5, de GPS e de bases cartográficas. O cadastro de corresponde à base de dados do Censo Escolar 2018. Disponibilizado por IPECE e por SEDUC, em 2019</li> <li>Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica dos limites municipais do estado do Ceará. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>Limites da Federação disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020)</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora (2021)

## Mapa da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará e do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho

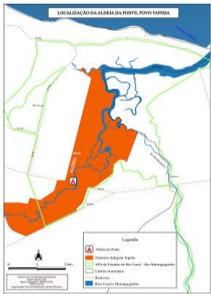
Quadro 3 – Área de proteção ambiental — criação e ampliação

Identificação	Material cartográfico	Fonte de dados
<p>APA criada pelo Decreto nº 25.413, de 29 de março de 1999</p>	<p>APA do Estuário do Rio Ceará</p>  <p>O mapa mostra a delimitação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Estuário do Rio Ceará. A área protegida é destacada em verde claro, abrangendo o curso do rio e suas margens. O mapa inclui uma escala, uma seta norte e uma legenda com o título 'Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará'.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica das rodovias pavimentadas estaduais e federais, utilizando insumos cartográficos e imagens de satélite SPOT-5. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica dos limites municipais do estado do Ceará, conforme os memoriais descritivos do Projeto Atlas de Divisas e o disposto na Lei Estadual nº 16.821/2019. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Base cartográfica da delimitação da APA disponibilizada pela Superintendência do Estado do Ceará (SEMACE) (2015)</li> <li>▪ Recursos hídricos (rios Ceará e Maranguapinho) mapeados, por meio de técnicas de vetorização</li> </ul>
<p>APA ampliada pelo Decreto nº 32.761, de 16 de julho de 2018</p>	<p>APA do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho</p>  <p>O mapa mostra a delimitação da Área de Proteção Ambiental (APA) ampliada, abrangendo o estuário do Rio Ceará e o Rio Maranguapinho. A área protegida é destacada em verde claro. O mapa inclui uma escala, uma seta norte e uma legenda com o título 'Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho'.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica das rodovias pavimentadas estaduais e federais, utilizando insumos cartográficos e imagens de satélite SPOT-5. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica dos limites municipais do estado do Ceará, conforme os memoriais descritivos do Projeto Atlas de Divisas e o disposto na Lei Estadual nº 16.821/2019. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Base cartográfica da delimitação da APA disponibilizada pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) (2018)</li> <li>▪ Recursos hídricos (rios Ceará e Maranguapinho) mapeados, por meio de técnicas de vetorização</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora (2021)

## Mapas do território do povo Tapeba

Quadro 4 – Territórios do povo Tapeba

Identificação	Material cartográfico	Fonte de dados
<p>Extensão do território indígena do povo Tapeba</p>	<p>Território indígena Tapeba</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cadastro georreferenciado de áreas indígenas situadas no estado do Ceará. Arquivo disponível no sistema Acervo Fundiário da FUNAI. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica das rodovias pavimentadas estaduais e federais, utilizando insumos cartográficos e imagens de satélite SPOT-5. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica dos limites municipais do estado do Ceará. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> </ul>
<p>Localização da Aldeia da Ponte</p>	<p>Aldeia da Ponte, do povo Tapeba</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cadastro georreferenciado de áreas indígenas situadas no estado do Ceará. Arquivo disponível no sistema Acervo Fundiário da FUNAI. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica das rodovias pavimentadas estaduais e federais, utilizando insumos cartográficos e imagens de satélite SPOT-5. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica dos limites municipais do estado do Ceará, Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Base cartográfica da delimitação da APA disponibilizada pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) (2018)</li> </ul>
<p>Terreiro sagrado e lagoa do povo Tapeba</p>	<p>Território sagrado do povo Tapeba</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cadastro georreferenciado de áreas indígenas situadas no estado do Ceará. Arquivo disponível no sistema Acervo Fundiário da FUNAI. Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica dos limites municipais do estado do Ceará, Disponibilizado no catálogo de dados do IPECE (2019)</li> <li>▪ Imagem disponibilizada no <i>Google Earth</i> (<i>Maxar Technologies</i>) em 14 jul. 2020</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora (2021)

## 2.4.2 Informações específicas do mapeamento participativo

Na etapa de mapeamento participativo, ocorreu:

- A coletada de informações em atividade de campo, com o apoio metodológico de uma imagem de satélite<sup>8</sup>;
- Associação dos fundamentos teórico-conceituais da pesquisa;
- Mapeamento por vetorização no *software* livre QGIS.

### Mapeamento participativo do uso da terra na Aldeia da Ponte

Quadro 5 – Mapeamento do uso da terra

Identificação	Material cartográfico	Fonte de dados
Representação do uso da terra na Aldeia da Ponte, do povo Tapeba	<p>Mapeamento do uso da terra</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Informações sobre usos da terra e legendas desenvolvidos, por meio de reunião com os líderes e com os moradores da Aldeia da Ponte, do povo Tapeba, no processo de construção do mapeamento participativo</li> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica das rodovias pavimentadas estaduais e federais. Disponibilizado pelo IPECE (2019)</li> <li>▪ Arquivo georreferenciado, com a representação cartográfica dos limites municipais do estado do Ceará. Disponibilizado pelo IPECE (2019)</li> <li>▪ Base cartográfica da delimitação da APA disponibilizada pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) (2018)</li> <li>▪ Imagem: <i>DigitalGlobe</i> (fev./2019), disponibilizada pelo <i>Google Earth</i></li> <li>▪ Representação na escala de 1:25.000</li> </ul>
Representação do uso da terra, com destaque para o núcleo Aldeia da Ponte	<p>Ênfase no mapeamento do uso da terra</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conteúdo e legenda desenvolvidos, por meio de reunião com os líderes e com os moradores da Aldeia da Ponte, do povo Tapeba, no processo de construção do mapeamento participativo</li> <li>▪ Imagem: <i>DigitalGlobe</i> (fev./2019), disponibilizada pelo <i>Google Earth</i></li> <li>▪ Para um maior detalhamento na segunda representação do mapeamento participativo, foi utilizada a escala de 1:15.000</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora (2021)

<sup>8</sup> A carta-imagem utilizada como base cartográfica na reunião de realização do mapeamento participativo está no Anexo A, ao final da tese, no formato A4. No entanto, é representativa, pois, na atividade, utilizamos uma carta-imagem no formato A1. As informações específicas, referentes aos dados de mapeamento, estão descritas nos quadros 5 e 6.

No processo de construção da pesquisa, também foram utilizados alguns mapeamentos específicos como apoio, os quais são descritos na Tabela 1.

Tabela 1 – Referências dos dados dos mapas de apoio

Mapa	Referência dos dados
Proporção da população indígena na população total	IBGE (1991, 2000, 2010)
População indígena total	IBGE (1991, 2000, 2010)
População indígena rural	IBGE (1991, 2000, 2010)
População indígena urbana	IBGE (1991, 2000, 2010)
Etnias indígenas no Ceará	NT 02/2015 MPF-CE; entrevistas FUNAI CRNEII novembro 2016; Oficinas Territoriais; Fepoince/ADELCO (2019)
Articulação de movimento indígena no Ceará	Fepoince e CDPDH (CDPDH/ MISEROR, 2015) e ADELCO (2019)

Fonte: elaborado pela autora (2021)

As informações a respeito da proporção da população de indígena na população total, da população indígena total, das populações indígenas rural e urbana foram produzidas, a partir da compilação de dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística das décadas de 1991, de 2000 e de 2010, tendo sido apresentadas, na pesquisa, em formato de figura.

Também se utilizou, como apoio, um mapeamento obtido de uma Associação para Desenvolvimento Local Coproduzido (ADELCO), uma sociedade fundada em 2001, sem fins lucrativos, localizada em Fortaleza, no estado do Ceará, cuja finalidade é de apresentar espacialmente os povos indígenas no Ceará, além de promover a articulação do movimento indígena estadual.

Capítulo III



### Capítulo 3

---

## POLÍTICA E LEGISLAÇÕES DE RECONHECIMENTO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS PELO ESTADO BRASILEIRO

---

*“Como é difícil acordar calado  
Se na calada da noite eu me dano  
Quero lançar um grito desumano  
Que é uma maneira de ser escutado  
Esse silêncio todo me atordoa  
Atordoado eu permaneço atento  
Na arquibancada pra a qualquer momento  
Ver emergir o monstro da lagoa”.*

*(Chico Buarque e Gilberto Gil)<sup>9</sup>*

A questão indígena pode ser analisada sob diferentes óticas, sejam as geográficas, sejam as históricas, sejam as antropológicas, por exemplo. No entanto, as abordagens e as trajetórias das pesquisas perpassam um caminho comum, do qual não é possível desviar — as violências.

Essas violências não são apenas físicas; são, também, éticas e institucionais, pois muito suor e muito sangue indígenas foram e continuam sendo derramados no território brasileiro e na América Latina. Apesar de muitas questões serem consideradas referentes aos povos indígenas, aos quilombolas e às comunidades tradicionais, na realidade, elas se referem à sociedade brasileira e ao processo de formação do território nacional.

Os propósitos deste capítulo são de apresentar e de analisar, sempre que possível, aquilo que corresponde aos direitos dos povos originários deste país, pois é assim que os retrataremos nesta pesquisa, visto que seus direitos são originários, independentemente de serem garantidos por lei ou não. Diante disso, foi preciso contextualizar aspectos jurídicos que influenciam os povos originários, bem como observar as políticas ambientais implementadas em seus territórios, como é o caso da sobreposição da área da unidade de conservação ao território indígena em questão neste trabalho.

---

<sup>9</sup> Música censurada na época da Ditadura Militar no Brasil, escrita em 1973 e lançada em 1978, escrita por Chico Buarque e Gilberto Gil. Disponível em: <<https://www.culturagenial.com/musica-calice-de-chico-buarque/>>. Acesso em: 7 abr. 2020.

### 3.1 As políticas indigenista e indígena

A origem dos povos originários antecede as raízes da história da civilização brasileira, porém existem controvérsias nas formas, pelas quais estes fatos foram contextualizados, historicamente, de modo que a cultura indígena não recebe o reconhecimento que lhe é devido, logo os povos indígenas tentam, por meio de seus saberes, que são repassados de geração em geração, resgatar a sua ancestralidade e lutar pela garantia de seus direitos, principalmente, para obterem a demarcação de suas terras, pelo Estado.

Cunha (2012, p. 11) explica, a respeito da história indígena, que “[...] os estudos de casos existentes na literatura são fragmentos de conhecimentos”, dessa forma não conseguimos preencher todas as lacunas, com relação à história destes povos, razão pela qual devemos evitar algumas armadilhas, como a que se refere à “ilusão do primitivismo”.

Na segunda metade do século XIX, essa época de triunfo do evolucionismo, prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram, portanto, algo como fósseis vivos que testemunham o passado das sociedades ocidentais. (CUNHA, 2012, p. 11)

Nessa concepção, as sociedades primitivas são aquelas que não têm a presença do Estado, assim, tem-se uma visão fragmentada — e, por vezes, romantizada — da organização social destes povos originários, o que contribui para a desvalorização de sua cultura. Esses grupos acabam definidos como constituintes de sociedades atrasadas, pois não se busca a compreensão de que suas formas organizacionais diferem das vivenciadas, principalmente, pelos povos ocidentais.

A partir destas considerações iniciais, viu-se a necessidade de diferenciar as políticas que englobam estas questões, pois fazem parte de duas lógicas complexas de organização social: uma, que se refere ao Estado e às práticas externas; e, outra, que condiz com o protagonismo destes povos, quanto a sua própria história. Estamos tratando, aqui, das políticas indigenista e indígena, respectivamente.

A política indigenista existe, desde o Período Colonial, com as práticas comerciais existentes entre os indígenas e a Coroa, ainda no primeiro Governo-

Geral do Brasil, que tinha interesse particulares nestes povos, conforme Cunha (2012, p. 18): “[...] a Colônia se instalou como tal e as relações alteraram-se, tensionadas pelos interesses em jogo que, do lado europeu, envolviam colonos, governo e missionários [...].”

Destaca-se que havia conflitos com diferentes grupos, principalmente, pela escravização da mão de obra indígena e pelo controle forçado de seu território, fato que se estendeu, ao longo dos séculos. Historicamente, estes conflitos dizimaram etnias, isto é, povos e culturas.

Ribeiro (2017), ao contextualizar a política indigenista brasileira, explica que, nas duas primeiras décadas do Brasil republicano, não se tomaram medidas para que a relação com os indígenas fosse regulamentada. A preocupação com a sobrevivência destes grupos não ocorreu, apesar de estarem sendo implementadas variadas infraestruturas no território brasileiro, como ferrovias, barcos à vapor e telégrafos. Enfatize-se que os conflitos com indígenas eram recorrentes e, à medida que esta relação não foi mediada, anulou-se a chance de sobrevivência de muitos povos.

De acordo com Cunha (2012), no início do século XIX, a política indigenista se reduziu e teve sua natureza modificada.

De meados do século XVII a meados do século XVIII, quando Portugal estava interessado em ocupar a Amazônia, os jesuítas talharam para si um enorme território missionário. Foi o seu século de ouro, iniciado pela formidável influência junto a d. João IV e ao Papa Vieira, nosso maior escritor, logrou obter. A partir da expulsão dos Jesuítas por Pombal, em 1759, e sobretudo a partir da chegada de d. João VI ao Brasil, em 1808, a política indigenista viu sua arena reduzida e sua natureza modificada: não havia mais vozes dissonantes quando se tratava de escravizar índios e de ocupar suas terras. (CUNHA, 2012, p. 21)

Cunha (2012) ainda enfatiza que, em meados do século XIX, a cobiça se direciona para as terras indígenas, enquanto, no século XX, desloca-se do solo para o subsolo. Neste século, houve a criação do Serviço de Proteção ao Índios (SPI), que, devido a denúncias de corrupção, foi descontinuado, em 1966, e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), priorizando as necessidades do Estado.

Para a aplicação da política indigenista no Brasil, Ribeiro (2017) aponta as três condições consideradas indispensáveis, nas quais o Serviço de Proteção

ao Índios era pautado: “[...] verbas suficientemente avultadas para financiá-la”; “[...] pessoal altamente qualificado para a tarefa tão dedicada [...] de controlar um processo social complexo, como a aculturação e a assimilação”; e “[...] suficiente autoridade e poder para se impor aos régulos locais” (RIBEIRO, 2017, p. 131).

Na década de 1970, as políticas se direcionam ao “progresso”, em consequência das políticas adotadas na época, com investimentos em “[...] infraestrutura e em prospecção mineral – é a época da Transamazônica, da barragem de Tucuruí e da de Balbina, do Projeto Carajás” (CUNHA, 2012, p. 21), o que forçou a retirada de diversos grupos étnicos de seus territórios originais.

Uma década depois, a presença destes grupos se tornou uma ameaça, pois almejava-se expandir as fronteiras de seus territórios. Nessa conjunção, Cunha (2012) enfatiza o surgimento de organizações de apoio a estes povos que não estavam vinculadas ao governo no final da década de 1970, enquanto, na década de 1980 — culminando na construção da Constituição Federal de 1988 —, estabeleceu-se um movimento indígena no contexto nacional, importante para o reconhecimento dos direitos originários e da posse da terra, por parte destes povos.

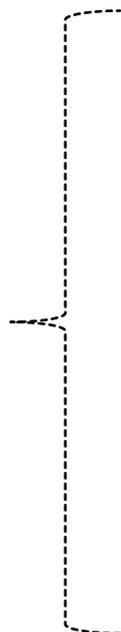
A política indígena mostra como estes povos são atores políticos de sua própria história. Cunha (2012, p. 22) explica que “[...] imperou, durante muito tempo, a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política de práticas que lhes eram externas e que os destruíram”.

O posicionamento político dos indígenas como subalternos contribui para a (in)visibilização destes povos, à medida que os vitimiza e que os minimiza, ainda que estes grupos tenham sofrido, e continuem a sofrer, apropriações culturais e violências em diferentes âmbitos, eles resistem, historicamente, e, mais recentemente, têm conseguido ser atores de sua própria história.

### **3.2 A legislação indigenista**

A legislação indigenista se relaciona intrinsecamente com a política indigenista sancionada pelo Estado brasileiro, e corresponde a normas jurídicas construídas para os povos indígenas deste país, principalmente, por meio de leis e de atos normativos.

Esta legislação perpassa 11 segmentos:

- 
- Legislação, concebida como fundamental;
  - Cidadania;
  - Ordenamento territorial;
  - Meio ambiente;
  - Educação;
  - Seguridade social;
  - Cultura;
  - Organização da união;
  - Etnodesenvolvimento;
  - Defesa e;
  - Pesquisa.

Nesta legislação, destaca-se, como fundamental, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na qual se afirma que estes são iguais a todos os outros povos existentes, assim como se reconhece o seu direito de ser diferente, e que estes povos constituem um patrimônio comum da humanidade, pois contribuem com a diversidade e com a riqueza das civilizações. Ademais, o documento reafirma que os povos originários devem ser livres de qualquer forma de discriminação, além de reconhecer as injustiças históricas por eles sofridas (BRASIL, 2008).

Nesta sequência, tem-se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que reconhece os direitos dos povos indígenas. Ademais, também se destacam outros instrumentos legais também se destacam, como:

- O Estatuto do Índio, regulamentado pela Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, também está inserido nesta legislação fundamental. Esse documento afirma que as leis deste país se aplicam, tanto aos indígenas quanto aos demais brasileiros, no entanto estão resguardados os costumes e as tradições indígenas, pois, em tese, esta lei regulamenta a situação jurídica dos indígenas do país (BRASIL, 2008).

- A Convenção 169, da OIT (estabelecida no Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, na legislação brasileira);
  - O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, da ONU (Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992, na legislação brasileira);
  - O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da ONU (Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992, na legislação brasileira);
  - A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da OEA — Pacto de São José da Costa Rica (Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, na legislação brasileira);
  - O Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940) e;
  - O Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941).
- Convenção 169 da OIT — Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004

O Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004, regulamenta, em território nacional, a execução da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para povos indígenas e tribais, promulgada em 1989, na cidade de Genebra, na Suíça, como extensão do mesmo documento, criado no ano de 1957.

De acordo com Baldi e Ribeiro (2015), este documento teve aporte fundamental nas ideias estabelecidas na Declaração dos Direitos Humanos, com o apoio da ONU, a partir da Organização Mundial da saúde, além do Instituto Indigenista Interamericano.

Para criar esta legislação, Brasil (2004, p. 5) aponta que foi necessário “[...] observar as modificações da população e tribos indígenas no mundo, assim, diante deste cenário, se tornou necessário a construção e formalização de políticas que integrasse a população a sociedade”.

De forma geral, a Convenção 169 da OIT aponta, em seus artigos, que os governos precisam garantir direitos às comunidades indígenas e tribais.

Baldi e Ribeiro (2015) afirmam que os principais direitos assegurados às populações indígenas e tribais devem estar ligados ao reconhecimento da identidade étnica, ao gozo de direitos humanos e de liberdade, sem qualquer coerção ou discriminação, ao respeito a cada cultura e valores dos povos, à

proteção espacial em possíveis contratações, à seguridade social, ao garantir direitos relacionados à saúde e à educação, e à criação de instituições que assegurem todos os direitos, com o planejamento, com a avaliação e com a cooperação entre os povos.

- Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos da ONU — Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992

O Decreto nº 592, instituído em 6 de julho de 1992, regulamenta, em território nacional, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, cujas diretrizes apontam que todos os indivíduos têm, como “dignidade”, a ideia central da defesa da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

De acordo com Brasil (2004, p. 65), este pacto atribui aos estados a responsabilidade de “[...] promover o respeito universal e efetivo dos direitos e das liberdades do homem”.

Em todos os seus artigos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos é direcionado ao indivíduo, atribuindo, também, ao Estado a preservação da integridade de todos, sem qualquer violação de direitos.

De forma geral, são direitos assegurados a cada cidadão, nesta carta, a proibição do trabalho e do tráfico escravos, o respeito às pessoas privadas de liberdade, com vistas a sua reabilitação, o livre trânsito de pessoas, dentro e fora do país, e as liberdades de pensamento, de consciência e de religião.

- Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU — Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992

O Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992, regulamenta o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Martins e Siqueira (2017) esclarecem, nesta perspectiva, que os direitos econômicos, sociais e culturais têm uma aplicabilidade progressiva, a partir dos recursos estaduais disponíveis. Leal e Alves (2017, p. 287) comentam que o órgão encarregado da fiscalização e do controle de todas as diretrizes impostas pelo documento é conhecido como Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (CDESC).

Em vista disso, Brasil (2004) aponta que os artigos do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais observam que os cidadãos têm direito a serviços de saúde, à educação, à moradia e à previdência social, além da garantia de direitos, relacionados ao trabalho e a um salário que esteja no nível do cargo ocupado, à participação direta em sindicatos trabalhistas e à participação em grupos e em eventos culturais, que estejam inseridos na comunidade.

- Convenção Americana sobre Direitos Humanos "Pacto de San José de Costa Rica" — Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992

O Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, institui, no território brasileiro, as diretrizes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida, também, como Pacto de São José da Costa Rica, que estabelece, dentro do continente americano, os direitos fundamentais do ser humano, que são a liberdade e a justiça social.

De acordo com Brasil (2004), o documento aponta direitos e deveres, como os previstos no artigo 1, que assinala a obrigação de que todos respeitem os direitos. Nos demais artigos, são registradas questões, relacionadas ao reconhecimento da personalidade jurídica, ao direito à vida e integridade pessoal, à proibição da escravidão e da servidão, às liberdades religiosa, de pensamento e de expressão, à proteção da família e aos direitos políticos.

- Código Penal — Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940

O Código Penal brasileiro, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, estabelece os atos ilícitos cometidos e as suas respectivas punições. De acordo com Brasil (2004), as punições são impostas a quem cometer tais atos infracionais ou a quem praticou o exercício da coação, que é considerada proibida.

Segundo as ideias deste documento, os principais atos considerados ilícitos estão colocados no art. 149, a redução do indivíduo à condição de escravo; no art. 161, parágrafo I, que trata como crime a ocupação irregular de territórios, que abrangem recursos hídricos, a violação de direitos autorais,

escrito no art. 184 deste documento, a criação de marcas de propriedade em animais ou seu abandono em outras propriedades rurais, expressos nos arts. 162 e 164, respectivamente, e qualquer tipo de exposição de alguém por questões religiosas.

- Código de Processo Penal — Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941

O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, institui o código de processo penal. O documento aponta as principais diretrizes, relacionadas aos processos penais regidos no território brasileiro, com base em tratados, em convenções e em regras de direito internacional, como aponta o art. 1º deste documento.

Em todos os seus artigos, o documento apresenta as principais infrações penais, que devem sofrer sanção, o processo administrativo, que deve ser seguido na investigação do crime, e o fechamento do inquérito policial, com condenação ou absolvição do indivíduo julgado. É importante ressaltar que o Código Penal brasileiro sofreu alterações para atender às demandas existentes na Constituição Federal de 1988.

De acordo com o art. 28 da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, que aperfeiçoa o Processo Penal brasileiro, em caso de arquivamento do processo, o infrator confesso formal com menos de quatro anos de reclusão tem, como alternativa de pena, a reparação ou restituição do dano à vítima, a prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas ou a renúncia a bens e a direitos indicados pelo Ministério Público.

### **3.3 A Constituição e os direitos dos povos indígenas**

Historicamente, os povos indígenas vêm sofrendo negligências, violências físicas, institucionais, violações, além de comparações e de assimilações, em relação às sociedades ocidentais, predominantemente capitalistas. Assim, seus modos de viver e suas ancestralidades são invisibilizados, desconhecem-se seus saberes tradicionais, suas identidades étnicas e se perdem seus direitos ao

território. No Quadro 6, apresentam-se os direitos reconhecidos, antes da Constituição Federal de 1988.

Quadro 6 - Direitos dos povos indígenas nas diferentes constituições

Constituições	Artigos
Constituição de 1934	"Art. 129 – Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las."
Constituição de 1937	"Art. 154 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las".
Constituição de 1946	"Art. 216 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem."
Constituição de 1967	"Art. 186 – É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes".
Emenda Constitucional nº 1/1969	"Art. 198 – As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos em que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas e de todas as utilidades nelas existentes".

Fonte: elaborado pela autora, a partir de PIB (2021)

O Quadro 7 apresenta os direitos dos povos indígenas previstos na Constituição Federal de 1988, a qual reconhece, como bens da União, todas as terras historicamente ocupadas por povos indígenas.

Todas as constituições da era republicana reconheceram, de certo modo, os direitos indígenas sobre os territórios por eles habitados, exceto a Constituição de 1891, em que estes direitos foram omitidos/não reconhecidos.

Note-se que os indígenas eram juridicamente reconhecidos como silvícolas, por suas características culturais, e que havia o objetivo de integrá-los à “comunhão nacional”, como está previsto no Estatuto do Índio.

Quadro 7 - Direitos dos povos indígenas na CF de 1988

Capítulos	Descrição da informação constitucional
<b>TÍTULO III - Da Organização do Estado</b>	
CAPÍTULO II Da União	<b>Art. 20.</b> São bens da União: (EC no 46/2005) XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
	<b>Art. 22.</b> Compete privativamente à União legislar sobre: (EC no 19/98 e EC no 69/2012) XIV - populações indígenas.
<b>TÍTULO IV - Da Organização dos Poderes</b>	
CAPÍTULO I Do Poder Legislativo	SEÇÃO II - Das Atribuições do Congresso Nacional
	<b>Art. 49.</b> É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (EC no 19/98) XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
CAPÍTULO III Do Poder Judiciário	SEÇÃO IV - Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais
	<b>Art. 109.</b> Aos juízes federais compete processar e julgar: (EC no 45/2004) XI - a disputa sobre direitos indígenas.
<b>TÍTULO IV - Da Organização dos Poderes</b>	
CAPÍTULO IV Das Funções Essenciais à Justiça	SEÇÃO I - Do Ministério Público
	<b>Art. 129.</b> São funções institucionais do Ministério Público: (EC no 45/2004) V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
<b>TÍTULO VII - Da Ordem Econômica e Financeira</b>	
CAPÍTULO I Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica	<b>Art. 176.</b> As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra. (EC no 6/95)  § 1o A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.
<b>Título VIII - Da Ordem Social</b>	
CAPÍTULO	SEÇÃO I - Da Educação

<p>III Da Educação, da Cultura e do Desporto</p>	<p>Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.</p> <p>§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.</p>
	<p>SEÇÃO II - Da Cultura</p>
	<p>Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005)</p> <p>§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional</p>
<p>CAPÍTULO VIII Dos Índios</p>	<p>Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.</p> <p>§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.</p> <p>§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.</p> <p>§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.</p> <p>§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.</p> <p>§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.</p> <p>§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.</p> <p>Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.</p>

Fonte: elaborado pela autora, a partir de Brasil (2021)

A Figura 7 mostra indígenas Yanomami em uma manifestação, em Roraima, que representa a luta pelo direito à terra.

Figura 7 – Davi Yanomami (à esquerda), presidente da Hutukara Associação Yanomami e funcionário da FUNAI, na manifestação pela retirada dos fazendeiros da região do Ajarani, na terra indígena Yanomami, em Roraima, em 2013. Foto: Romário Cavalcante



Fonte: PIB (2021)

A nova constituição, conforme Júnior Araújo (2018, p. 175), “[...] enfatiza a autonomia destes povos, com respeito a seus modos de vida, a seus costumes, a suas tradições, mediante o reconhecimento das terras que tradicionalmente ocupam”. Dessa forma, esta etapa apresenta, em princípio, como os direitos dos povos são interpretados na nova constituição nacional.

No contexto brasileiro, Júnior Araújo (2018, p. 176) explica que, no que se refere ao direito constitucional, tem-se a visão de que o direito a estes povos é assegurado, no entanto esta mudança é decorrente de um processo histórico “[...] pela defesa das identidades e do reconhecimento como aspectos fundamentais no exercício de direitos”.

Esclarece-se, deste modo, que a realidade destes povos, tal como a de outras comunidades tradicionais do Brasil, é marcada por permanentes marginalização e invisibilização, calcadas pela sistemática negação de dignidade e de direitos aos indivíduos, bem como pela ausência ou baixa representatividade de participação comunitária nos processos decisórios.

A autonomia e a participação de indígenas nos espaços de poder, consoante à tomada de decisões, é um passo importante e necessário, para que diferentes povos sejam ouvidos, pois seus direitos precisam ser efetivados, principalmente, no que corresponde aos processos de reivindicação de territórios, para que sejam assegurados os seus direitos à declaração das terras.

### **3.4 As implicações da tese do Marco Temporal**

Em 10 de novembro de 2015, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP), ocorreu um seminário para debater os direitos dos povos indígenas em disputa no Supremo Tribunal Federal (STF). Esse seminário teve a finalidade de discutir as decisões do STF, que implicamos direitos sobre os territórios indígenas.

Este seminário contou com a presença de professores, de antropólogos, de juristas e de lideranças indígenas. Pode-se afirmar que foi um evento importantíssimo para a compreensão crítica da Tese do Marco Temporal, pois as decisões do Supremo afetam diretamente a vida dos povos originários presentes no território brasileiro.

Cunha (2018, p. 7) assim respondeu ao seguinte questionamento, em decorrência das ações do STF: “A questão fundamental é: povos indígenas, expulsos de seus territórios em pleno século XX, perdem seus direitos às terras?”.

Resolveu a segunda turma do Supremo que perdiam, sim, a não ser que tivesse resistido pela força ou por vias judiciais até o dia específico, 5 de outubro de 1988. Esse dia, celebrado por ser o da promulgação da Constituição Cidadã, passaria a ser sinistro: excluiria, conforme a nova interpretação, os povos indígenas escorraçados. (CUNHA, 2018, p. 7)

Segundo Cunha (2018, p. 7), que esteve presente neste seminário, a segunda turma daquele tribunal tentou propagandear e difundir esta tese, tristemente conhecida, hoje, como “Marco Temporal”, em outras instâncias judiciais e nos meios políticos.

Os conflitos territoriais pelo uso da terra não são recentes no Brasil. Constantemente, ruralistas e populações indígenas entram em embates, em consequência disso, muitos indígenas já perderam territórios e, até mesmo, a vida. Dessa forma, não foi nenhuma surpresa, quando os ruralistas se manifestaram a favor do Marco Temporal.

Ruralistas reforçam a tese de marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Eles participaram de audiência pública da comissão especial da Câmara que analisa a polêmica Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a criação de áreas indígenas e de conservação ambiental. (Agência Câmara de Notícias, 2014, n.p.)

A PEC 215/00 é uma emenda constitucional que transfere as decisões de demarcação para o Congresso, no entanto esta medida não atinge apenas os povos indígenas, englobando, também, as populações quilombolas e o povo brasileiro, tornando este fato ainda mais grave.

A PEC 215/00 propõe a transferência de responsabilidades sobre a demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Legislativo, desrespeitando a Constituição de 1988, cujos direitos ali expressos representam uma conquista de todo povo brasileiro. Na prática, essa transferência significa que a definição sobre as terras onde os indígenas poderão exercer seu direito à permanência física e cultural está sujeita às maiorias políticas de ocasião. [...] Além disso, esta proposta inclui a possibilidade de arrendamento das terras indígenas, que são bens da União e que, com isso, seriam passíveis de serem usadas para lucros de terceiros, desrespeitando os direitos de todos os brasileiros. (FUNAI, 2015, n.p.)

Ainda se destaca, nesta nota, que a emenda constitucional é um retrocesso para o povo brasileiro e que ela confronta o artigo 231 da Constituição, que reconhece os direitos originários dos povos, uma vez que pressupõe que os indígenas sejam categorizados em diferentes estágios de desenvolvimento e de inserção na sociedade nacional, o que afronta o artigo 60 da CF de 1988, ao tentar abolir direitos e garantias individuais de toda a sociedade.

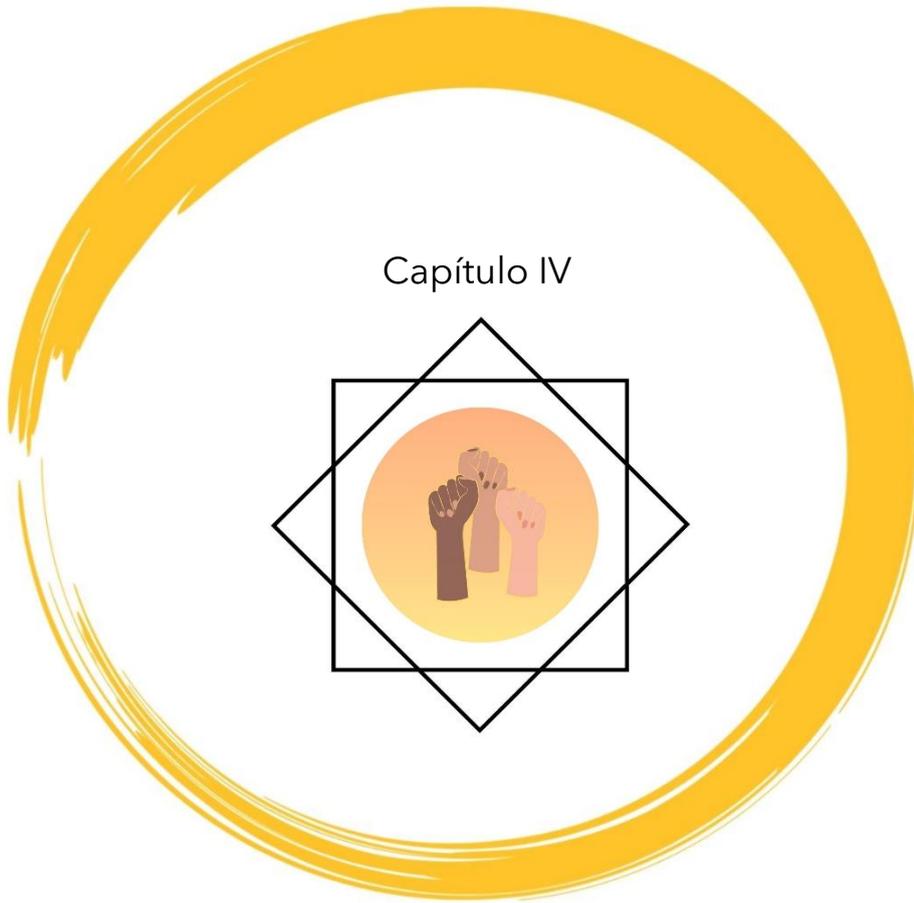
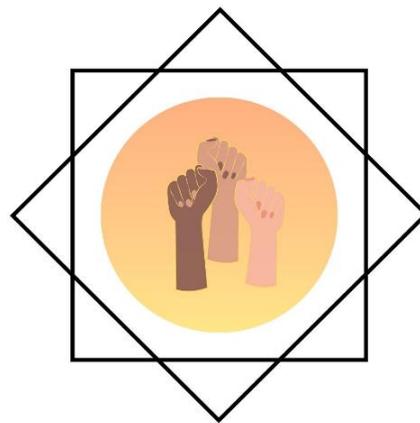
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais. § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa. (BRASIL, 2021, n.p.)

O Marco Temporal tem, como consequência, a invalidação das demarcações de terras indígenas, pelo Judiciário, que resulta na continuidade das violências institucionais e na negação de direitos aos povos originários, uma questão que não surgiu neste período, apenas, mas que advém de um processo histórico, ao mesmo tempo, desumano e excludente.

Enfatize-se que a Constituição Federal não criou os direitos territoriais para os povos originários; ela apenas os reconheceu, juridicamente, porém a mesma constituição que anuncia estes direitos comete violências contra tais povos, à medida que viola seus direitos, enquanto povos originários.

Desse modo, o principal agravante imbricado na tese do Marco Temporal resulta na violação de direitos dos povos indígenas, à medida que anula o processo de demarcação de terras e que não reconhece seus direitos elementares, pois só considera passíveis de demarcação as terras ocupadas até 1988, ano de publicação da Constituição Federal vigente.

Capítulo IV



## Capítulo 4

---

### RESISTIR PARA (RE) EXISTIR: OS POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL

---

*“Temos deixado de lado nossa história dividida para nos unirmos. Apenas uma geração atrás, muitos de nossos povos estavam lutando entre si, mas agora estamos juntos, lutando juntos contra nosso inimigo comum. E esse inimigo comum é você, os povos não-indígenas que invadiram nossas terras e agora estão queimando até mesmo aquelas pequenas partes das florestas onde vivemos que você deixou para nós. O presidente Bolsonaro do Brasil está incentivando os proprietários de fazendas perto de nossas terras a limpar a floresta – e ele não está fazendo nada para impedir que invadam nosso território”.*

(Cacique Raoni)

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado crises econômica, política e ambiental, com o rompimento de barragens de mineradoras, com a contaminação de rios, com a reforma da previdência, com os incêndios florestais, com a retomada de um autoritarismo de direita, mas, enfim, como tudo isto ameaça a existência dos povos originários no território brasileiro?

As populações originárias, com destaque para as habitantes da Região Amazônica e do Centro-Oeste do país, têm sofrido diretamente as consequências destas ações, que não são casuais, mas intencionais, e que ameaçam a sua existência e violam os direitos de todos os povos originários.

Os direitos dos povos indígenas são questionados, negados e negligenciados, por governantes, por empresários, por madeireiros, por fazendeiros, por empreiteiros, por grandes latifundiários e por todos aqueles que não respeitam sua existência mais básica e que não reconhecem sua ancestralidade.

Desde a chegada dos colonizadores na América, os povos originários resistem para existir. A crise climática global também ameaça a sobrevivência dos povos originários, comprometendo seus modos de viver, seus hábitos culturais e, mais uma vez, sua sobrevivência.

Os genocídios e os etnocídios que estes povos sofreram, ao longo da História, não os aniquilaram, mas são inúmeras as violências cometidas contra eles, as quais podem ser consultadas, por exemplo, no Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Este capítulo foi estruturado, com os intuitos de discutir a resistência destes povos originários, de enfatizar seus direitos constitucionais e ancestrais, aspectos importantes da sua cultura, e de contextualizar questões atuais, pertinentes a esta temática, na América Latina e, especificamente, no Brasil.

Ademais, existe uma incongruência na forma como os direitos dos povos indígenas, reconhecidos pela Constituição brasileira de 1988, têm sido interpretados, ao longo do tempo, pelos governos nacionais que a sucederam e, principalmente, pelo atual governo do país, e este também será um ponto indispensável deste capítulo, que pode impactar diretamente a vida destes povos.

#### **4.1 A América Latina indígena em contexto**

Os povos indígenas que habitavam a região conhecida como América Latina resistem há mais de cinco séculos, passando por invasões, por desapropriações e por extermínios de seu povo e de sua cultura. A luta pela sobrevivência e pela manutenção de seus territórios é contínua e, desta forma, buscam construir articulações, para que possam exercer seus modos de vida e resgatar seus direitos originários. Além disso, estes povos buscam romper com preconceitos e com práticas discriminatórias.

Os povos indígenas integram precisamente os coletivos mais desfavorecidos, como resultado de complexos processos sociais e históricos iniciados há mais de 500 anos, que foram estabelecendo práticas discriminatórias persistentes até o presente e implicaram uma

desapropriação sistemática de seus territórios, com graves consequências para seu bem-estar. (CEPAL, 2015, p. 5)

Para compreender a situação, à qual estão submetidos os povos indígenas, na atualidade, é preciso ter o entendimento de que o presente contexto é resultado de um processo histórico iniciado há mais de 500 anos. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) realizou um estudo, derivado de demandas do Fórum Permanente para as Questões Indígenas das Nações Unidas (UNPFII) e do Enlace Continental de Mulheres Indígenas das Américas (ECMIA), que descreve os avanços e os desafios à garantia de direitos destes povos:

A situação atual dos povos indígenas na América Latina só pode ser compreendida como o resultado histórico do processo que começou com a chegada dos europeus há mais de cinco séculos, mediante o qual estes foram despojados dos territórios que habitavam, de seus espaços de reprodução social e cultural e também de sua própria cultura, cosmovisões e modos de vinculação com a natureza. Esta irrupção significa a perda da “territorialidade política” dos povos indígenas do continente e da soberania sobre seus territórios e inaugurou um ciclo de extensa duração histórica. (CEPAL, 2015, p. 13)

Como se sabe, a expulsão de indígenas de suas terras ocorreu, na América Latina, a partir do princípio conhecido como *terra nullius*, ou seja, utilizavam, como fundamento, o ideário de que os territórios não tinham “dono”, mas ignoraram, neste processo, o direito dos povos que já habitavam o chamado Novo Mundo. Assim, justificava-se esta doutrina da seguinte forma:

A consolidação dos novos Estados nacionais aumentou esta desapropriação mediante a adoção de marcos jurídicos que privilegiaram as formas privadas de propriedade e estabeleceram a primazia do direito individual sobre o coletivo. No fim do século XIX, a doutrina de *terra nullius* era justificada pelas necessidades da geopolítica e a expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias, com campanhas militares que continuaram dizimando a população dos povos indígenas, especialmente na Argentina e Chile. (CEPAL, 2015, p. 14)

No caso brasileiro, os povos originários também sofreram com as tentativas de colonização, que ameaçaram a sua existência e que colocaram em risco o exercício de seus modos de vida. Nesse processo, muito de sua cultura foi perdida, pois nem todos os povos conseguiram resistir. Conforme CEPAL (2015, p. 14), no século XX, “[...] com os processos de colonização na Amazônia

e em outras 'zonas periféricas' da região, teve lugar um segundo ciclo de desterritorialização dos povos indígenas, com graves consequências sobre suas condições de vida”.

Dessa forma, pode-se ter uma dimensão de como estes povos vêm resistindo historicamente aos ciclos de desapropriação de suas terras, frutos de invasões e de violações, tendo em vista o contexto sociopolítico, que reflete como os indígenas da América Latina estavam vulneráveis a estes processos, que se manifestou (e ainda se manifesta) na história recente, à medida que tais povos não têm garantias de seus direitos originários e que continuam a sofrer pressões de ações do Estado, de latifundiários, de grileiros, de minerados, enfim, as quais resultam na perda de seus saberes tradicionais, de seus territórios, de suas territorialidades e, inclusive, dos recursos naturais e da biodiversidade de suas terras, em que se incluem até mesmo, os recursos genéticos, grandemente valorizados pela indústria, como é o caso da Região Amazônica, principalmente.

Cunha (2018) afirma que, até hoje, pouco se sabe sobre a história dos povos indígenas, pois existem muitos lapsos e armadilhas históricas, como a “ilusão do primitivismo”, considerada a maior delas. O autor faz importantes colocações, que contribuem para o entendimento desta questão:

[...] Na segunda metade do século XIX, época de triunfo do evolucionismo, prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e de que eram, portanto, algo como fósseis vivos que testemunhavam o passado das sociedades ocidentais. Foi quando as sociedades sem Estado se tornaram, na teoria ocidental, sociedades “primitivas”, condenadas a uma eterna infância. E, porque tinham assim parado no tempo, não cabia procurar-lhes a história. Como dizia Varnhagen, “de tais povos na infância não há história: há só etnografia”. (CUNHA, 2018, p. 143)

Os povos originários ocuparam toda a América Latina. O Brasil é um país indígena, pois estes povos estão presentes em todo o seu território, independentemente das divisões administrativas propostas para o país. De forma equivocada, estes povos foram considerados primitivos, simplesmente, por terem hábitos culturais diferentes dos normatizados pelos colonizadores europeus.

A ausência de escrita originária do grego ou latim, por sua religiosidade não seguir hábitos já conhecidos ou por seus trajes (ou a ausência deles) causarem estranhamento, por exemplo, não significa que não tivessem sua

história, sua etnografia. Dessas diferenciações decorreram, ao longo destes cinco séculos, inúmeras tentativas de aniquilação de suas culturas, de suas ancestralidades e, o mais grave, de suas existências.

## 4.2 Presença indígena no Brasil

A construção do Estado nacional brasileiro discriminou, marginalizou e colocou os povos originários em uma posição periférica na sociedade brasileira. Pereira (2018) fala dos desinteresses do Estado e da nação, em relação aos povos que já se encontravam no território.

[...] O resultado do desinteresse do Estado brasileiro por seus habitantes originários foi o prosseguimento de uma história marcada por muitas lutas, dificuldades e resistências dos indígenas, principalmente, pela sobrevivência de seu povo, pela preservação de suas tradições e cultura e pelo direito à propriedade da terra, suscitando, contemporaneamente, muitos debates no campo intelectual e político sobre o lugar social dos indígenas do território nacional e sobre o papel do Estado na reparação desse trauma histórico. (PEREIRA, 2018, p. 162)

Compreende-se, por meio desta contextualização, as formas como estes povos foram invisibilizados, por parte das políticas nacionais de soberania, que não consideraram as existências e as diversidades presentes no território, as quais constituíam sociedades singulares, que passaram por processos de desapropriações, deixando marcas profundas nos povos originários.

Foi somente na década de 1990 que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística começou a coleta de informações sobre a população indígena, mais precisamente, em 1991, utilizando a categoria cor e raça, mas foi apenas no Censo Demográfico do ano de 2000 que se notou o aumento exponencial destes povos (IBGE/FUNAI, 2013).

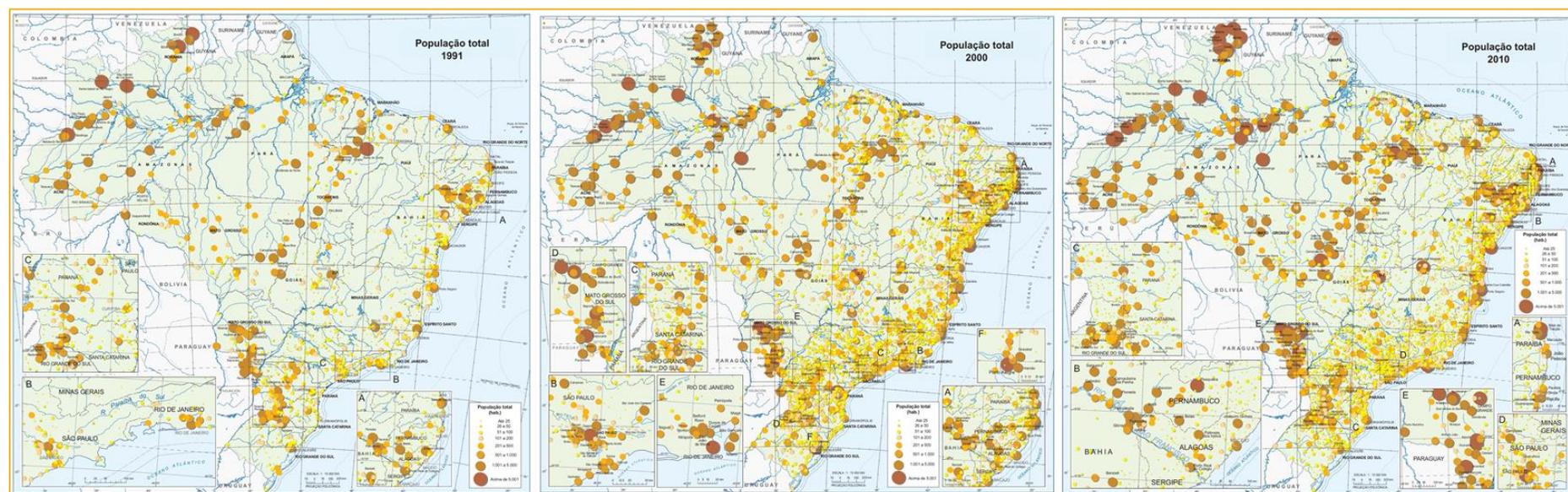
Contudo, foram necessárias duas décadas para que fossem aplicadas perguntas mais específicas, que proporcionassem a identificação da diversidade étnica dos povos originários. De acordo com IBGE (2012), “[...] na análise da distribuição espacial dos autodeclarados indígenas revelada pelo Censo Demográfico 2010, observou-se que a Região Norte e o ambiente amazônico mantêm a supremacia, ao longo dos censos, com 37,4% dos autodeclarados”.

Figura 8 - Proporção da população de indígena na população total nos censos de 1991, de 2000 e de 2010



Fonte: organizado pela autora, a partir de IBGE (1991, 2000, 2010)

Figura 9 - População indígena total nos censos de 1991, de 2000 e de 2010



Fonte: organizado pela autora, a partir de IBGE (1991, 2000, 2010)

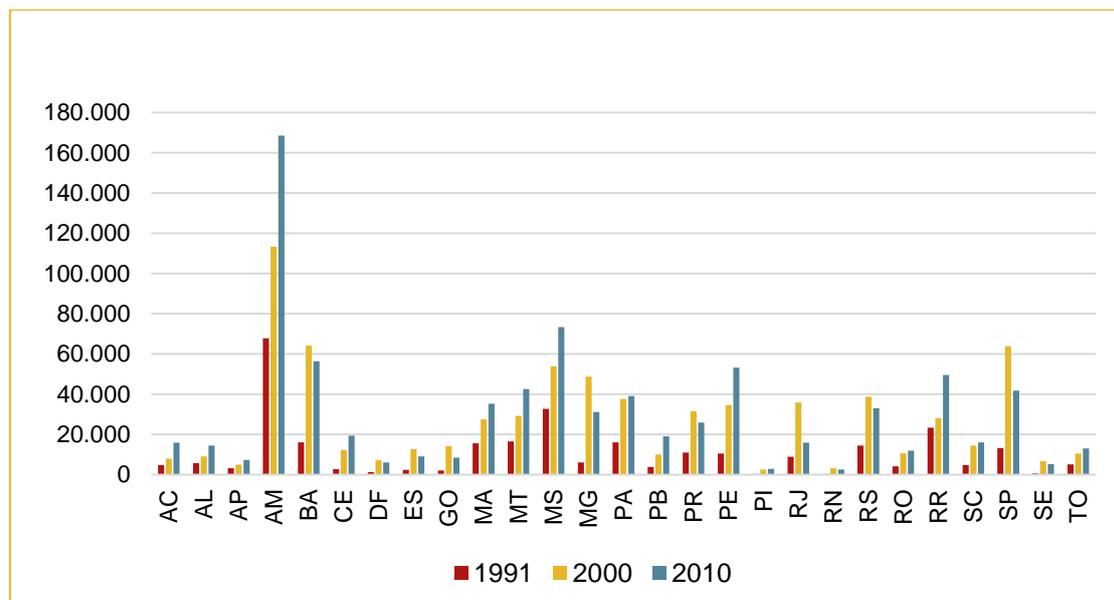
A Figura 8 apresenta as proporções da população indígena total, resultante dos censos de 1991, de 2000 e de 2010, enquanto a Figura 9 se refere à população indígena total. Destaque-se que estas são referências censitárias importantes, as quais resultaram de pesquisas que envolveram todos os domicílios do país em três décadas consecutivas.

A partir da divulgação dos dados censitários e de sua evolução, ao longo das décadas, chegou-se à proporção mais correta da população indígena no território nacional, bem como à diversidade destes povos.

[...] O Censo de 2000 revelou um crescimento da população indígena muito acima da expectativa, passando de 294 mil para 734 mil pessoas em apenas nove anos. Esse aumento expressivo não poderia ser compreendido apenas como um efeito demográfico (ou seja, devido à mortalidade, natalidade e migração), mas a um possível crescimento no número de pessoas que se reconheceram como indígenas, principalmente nas áreas urbanas do país. (IBGE/FUNAI, 2013)

De acordo com Agopyan (2015, p. 498), “[...] diversos estudos apontam e abordam criticamente os dados fornecidos pelos censos de 1991, de 2000 e de 2010 elaborados pelo IBGE, em relação à população indígena brasileira”. O Gráfico 1 traz um comparativo entre as populações indígenas no Brasil em 1991, em 2000 e em 2010.

Gráfico 1 – População indígena residente no Brasil



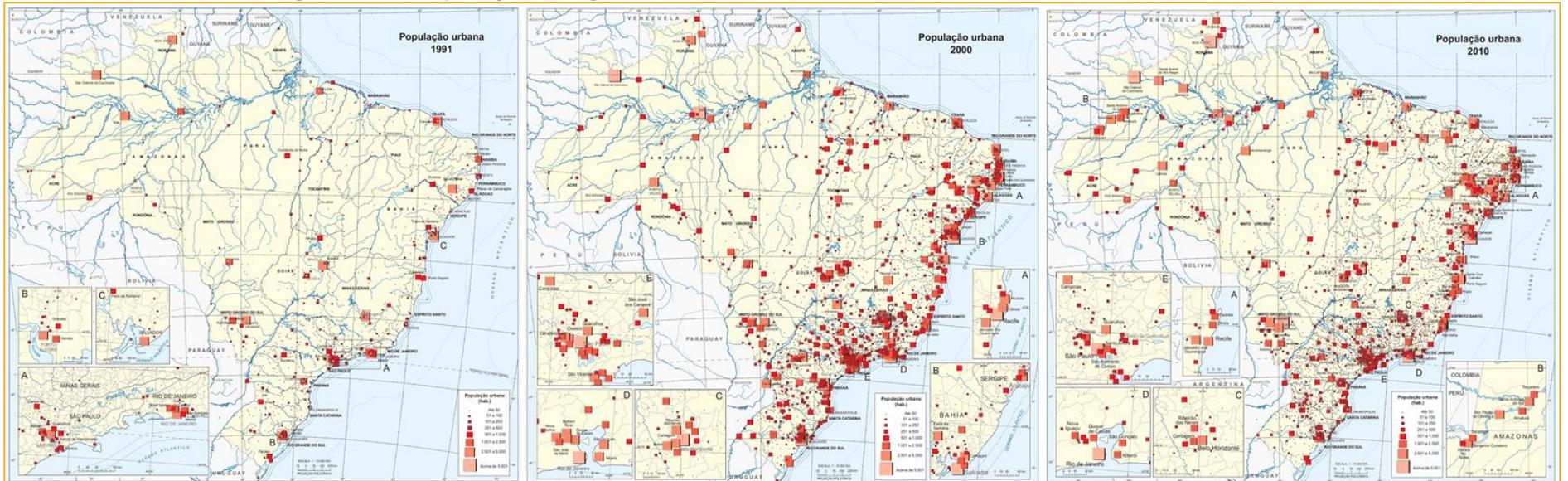
Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010).

Figura 10 - População indígena rural nos censos de 1991, de 2000 e de 2010



Fonte: organizado pela autora, a partir de IBGE (1991, 2000, 2010)

Figura 11 – População indígena urbana nos censos de 1991, de 2000 e de 2010



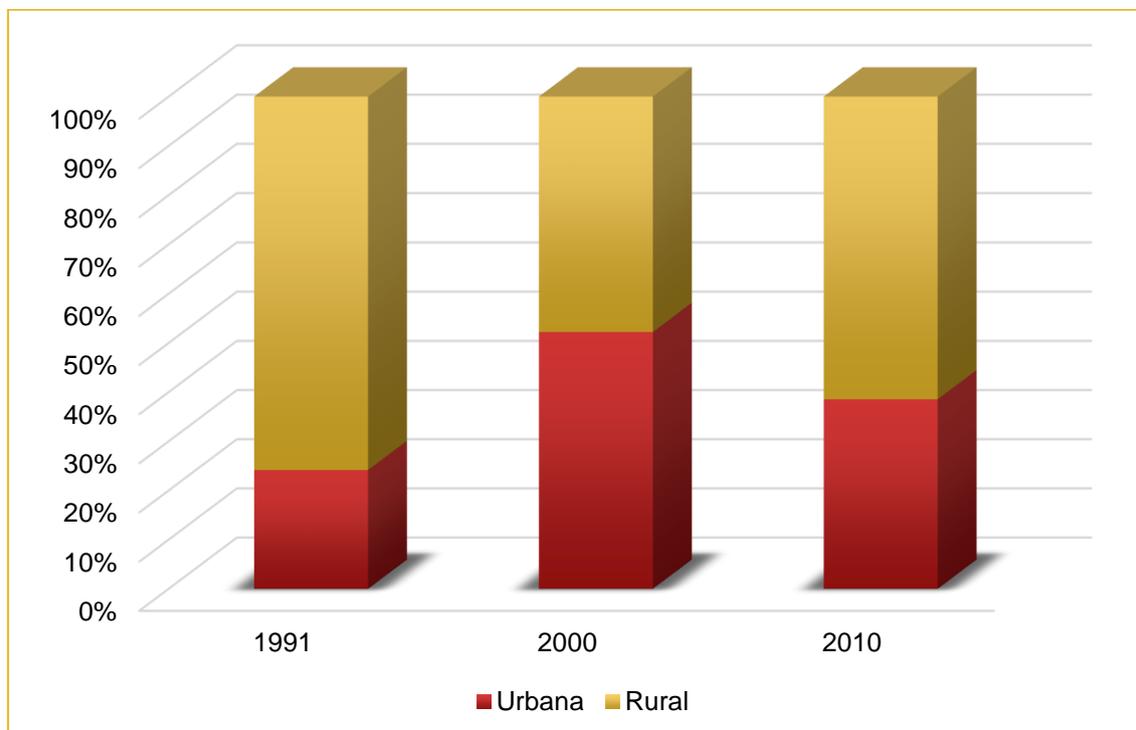
Fonte: organizado pela autora, a partir de IBGE (1991, 2000, 2010)

Nota-se um crescimento da população indígena no país, que se refere à autodeclaração das pessoas no momento da pesquisa, ou seja, parcela significativa dos entrevistados passou a reconhecer suas origens e/ou a resgatar suas raízes indígenas, pois estes povos estão presentes, não, apenas, em áreas remotas e de difícil acesso, mas em todo território, como mostram as figuras 10 e 11.

Segundo IBGE (2012), existe a hipótese de deslocamento de população residente em áreas urbanas do Sul e Sudeste, o que pode caracterizar um retorno às terras de origem, enquanto, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, houve crescimento de população residente na área rural, sendo preciso informações sobre migrações para validação (ou não) da hipótese.

A maior parte dos povos indígenas se localiza em áreas rurais, mas, no Gráfico 2, podemos ver que também existe um número substancial de população indígena em áreas urbanas. É possível verificar que houve um crescimento de povos no meio rural em 2010.

Gráfico 2 – População indígena residente em áreas urbanas e rurais



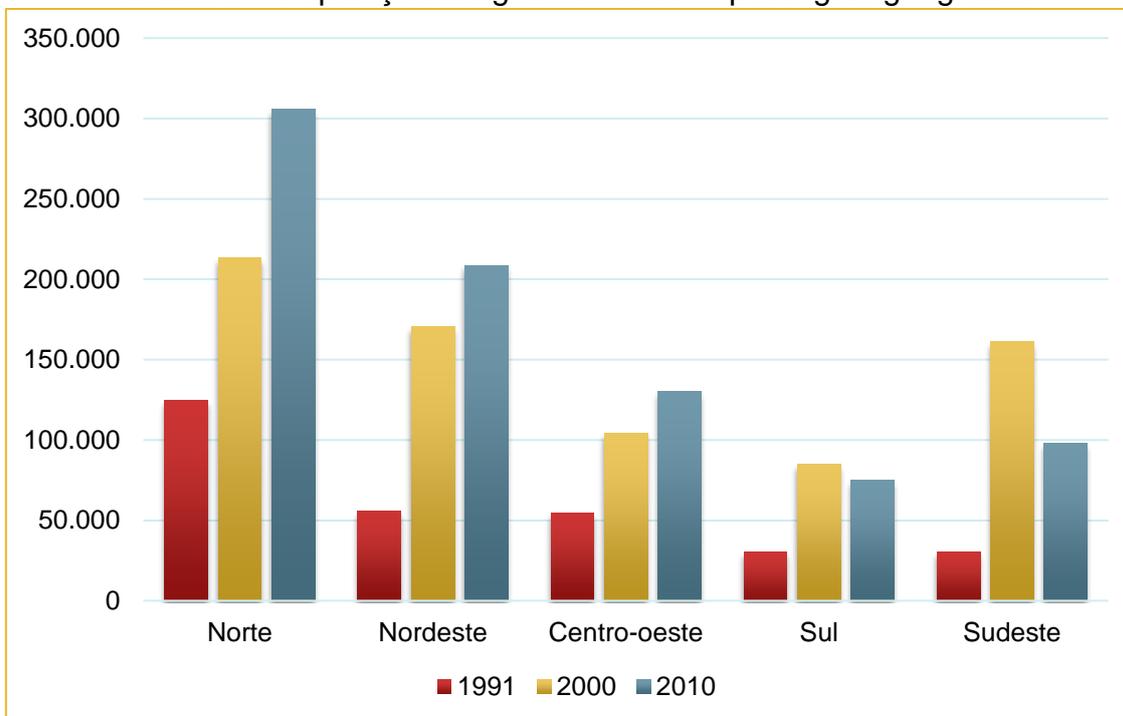
Fonte: elaborado pela autora, a partir de IBGE (1991, 2000, 2010)

No Brasil, as disputas por demarcação de territórios e as problemáticas de regularização fundiária se manifestam no meio urbano, mas, principalmente, em áreas rurais e em fronteiras agrícolas. Os gráficos a seguir trazem dados que podem ser importantes para o estudo das migrações territoriais indígenas.

Destaca-se que estes dados são espacializados de forma generalizada, para identificar quais etnias ocupam determinado território, dentro deste cenário. Contudo, não podemos desprezar a importância da presença dos povos em estudos sobre a população brasileira, pois estes foram invisibilizados, durante séculos, e sua diversidade étnica e sua presença no território reafirmam que o Brasil é essencialmente indígena.

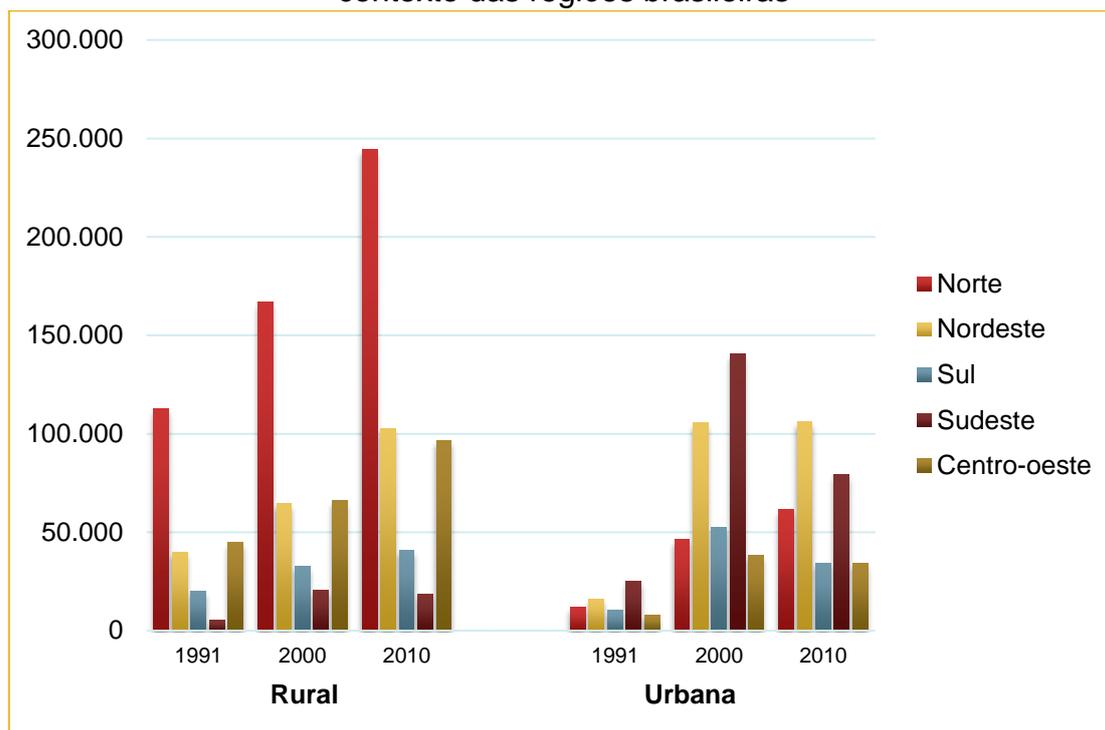
No Gráfico 3, apresenta-se a distribuição dos povos por região geográfica, em que se observa que a Região Norte detém a maior concentração populacional indígena, mas se destaca que ela está presente em todo o território brasileiro. Posteriormente, relacionou-se a distribuição das populações indígenas urbanas e rurais no Brasil, no contexto de suas regiões administrativas (Gráfico 4).

Gráfico 3 – População indígena residentes por região geográfica



Fonte: elaborado pela autora, a partir de IBGE (1991, 2000, 2010)

Gráfico 4 – Distribuição da população indígena por áreas rural e urbana, no contexto das regiões brasileiras



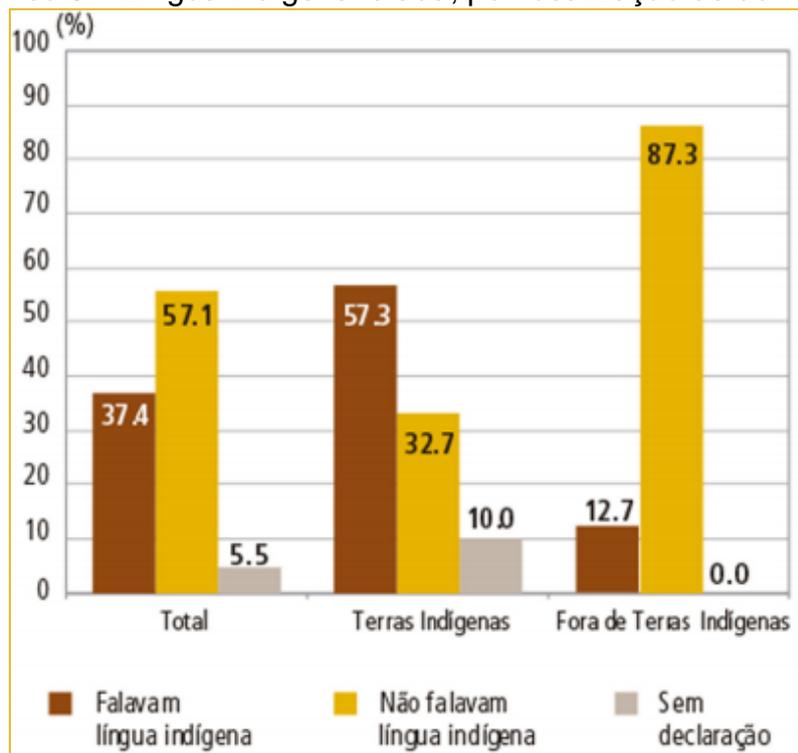
Fonte: elaborado pela autora, a partir de IBGE (1991, 2000, 2010)

A pressão demográfica pode ser um dos fatores que contribui para a migração de povos, assim como a invasão de terras indígenas, a grilagem, a ausência de demarcação de suas terras, os problemas de regularização fundiária, ou seja, existem muitas variáveis que podem ser analisadas e aprofundadas, para entender o amálgama da questão. Ressalta-se que muitos indígenas não estão aldeados, o que não significa que perderam suas raízes ancestrais, mas enfatiza o seu direito de transitar nos territórios.

O censo demográfico de 2010 apresenta a grande diversidade linguística do território brasileiro, a partir do troco linguístico, da família linguística e das línguas faladas nas terras indígenas.

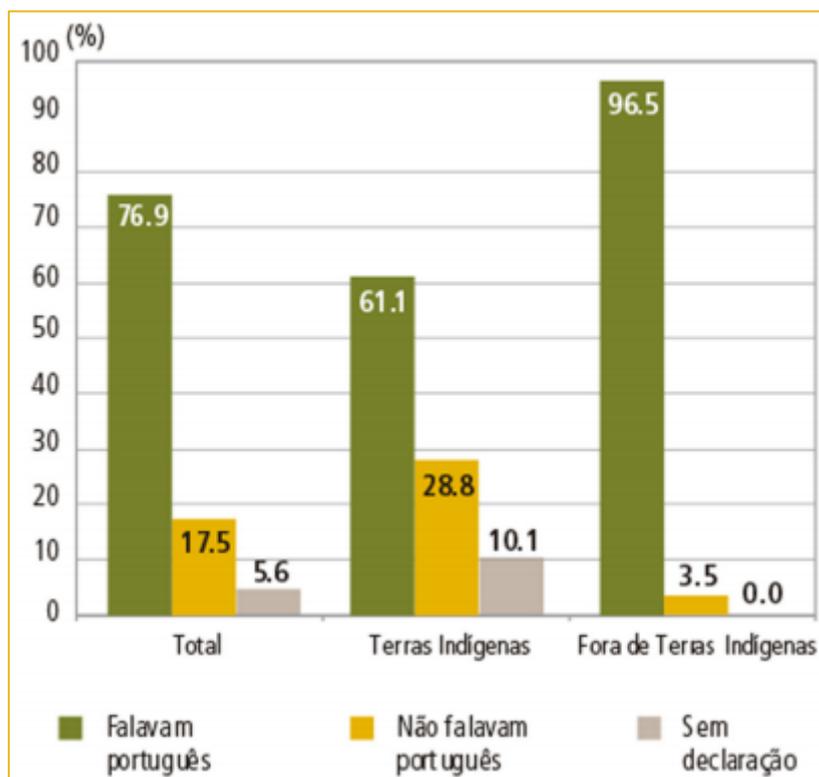
Os gráficos 5 e 6 trazem informações censitárias sobre a distribuição percentual das pessoas indígenas de cinco anos de idade ou mais, por tipo de língua falada no domicílio, de acordo com a sua localização, e revelam que 37,4% dos indígenas de cinco anos ou mais falavam uma língua indígena, enquanto 17,5% não falavam o português (IBGE/FUNAI, 2013).

Gráfico 5 – Língua indígena falada, por localização de domicílio



Fonte: IBGE / FUNAI (2013)

Gráfico 6 – Língua portuguesa falada, por localização de domicílio



Fonte: IBGE / FUNAI (2013)

De acordo com IBGE/FUNAI (2013), no Censo 2010, as pessoas respondiam perguntas, que permitiam se declararem indígenas, como povo ou etnia, bem como quais línguas eram faladas por estes povos. A partir disso, foram incorporadas perguntas sobre a localização dos domicílios indígenas, para que fosse possível identificar se os entrevistados residiam em terras indígenas reconhecidas ou não, pelo governo federal.

Dessa forma, o censo demográfico em questão apresentou, como resultado, a identificação de línguas indígenas faladas por 305 etnias diferentes. Este dado é bastante relevante para estes povos e para todo o país, pois estas estimativas não foram previstas pela FUNAI em seus estudos e indicam a necessidade de aprofundamentos linguístico e antropológico (IBGE/FUNAI, 2013).

O percentual de indígenas que falava a língua indígena no domicílio aumenta para 57,3 % quando consideramos somente aqueles que viviam dentro das Terras indígenas, da mesma forma aumenta para 28,8% o percentual daqueles que não falavam o português. Essa característica confirma o importante papel desempenhado pelas Terras Indígenas no tocante às possibilidades de permanência das características socio-culturais e estilos de vida dos indígenas. (IBGE/FUNAI, 2013, n.p.)

Nesse contexto, é importante ressaltar a pesquisa científica brasileira, principalmente, no âmbito das ciências humanas, que, mesmo com a ausência e/ou com as limitações de recursos financeiros para trabalhos extensivos e intensivos de campo, com equipes multidisciplinares, e com o baixo reconhecimento e a pouca valorização, por parte da sociedade e do governo federal, dedica-se ao estudo de diferentes povos em todo o território brasileiro.

### **4.3 O processo de demarcação das TI**

No Brasil, compete ao Poder Executivo a responsabilidade pelos processos de demarcação dos territórios indígenas (TI), com base na legislação fundamental vigente no país, que está regulamentada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei nº 6.001, de 1973 (Estatuto do Índio).

Os procedimentos adotados para a demarcação de terras indígenas incluem leis, mas também incorporam normativas, decretos e portarias, que regulamentam este processo demarcatório. Conforme FUNAI (2020), o art. 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 afirma que compete à União demarcar as terras indígenas, proteger e respeitar seus bens, além de dar outros esclarecimentos:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 2020, n.p.)

A Lei nº 6.001/1973, o Estatuto do Índio, tem a finalidade de regular a situação dos povos indígenas, o Decreto nº 1.775/96 regulamenta o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas e o Decreto nº 5.051/2004 se refere à Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais (FUNAI, 2020).

Adicionalmente, há a Portaria MJ nº 14/96 e a Portaria MJ nº 2.498/11, que estabelecem as regras de elaboração do relatório circunstanciado de identificação e de delimitação de terras indígenas e prescrevem a participação dos entes federados, no âmbito do processo administrativo de demarcação de terras indígenas, respectivamente (BRASIL, 2020).

Há, ainda, a Instrução Normativa FUNAI nº 02/2012, responsável pela Comissão Permanente de Análise de Benfeitorias, e a Portaria nº 682/PRES-FUNAI, de 24/06/2008, que estabelece o Manual de Demarcação Física de Terras Indígenas, e, por fim, o Parecer nº 5 da GMF, que fixa as "[...] salvaguardas institucionais às terras indígenas" (BRASIL, 2020).

Neste campo, também são estabelecidas definições para a demarcação de terras indígenas no território brasileiro, que explicitam conceituações e descrições de cada termo adotado nos processos. Dessa forma, foram diferenciados, no Quadro 8, os termos: terra Indígena; terras indígenas tradicionalmente ocupadas; reservas indígenas; terras dominiais e interditadas.

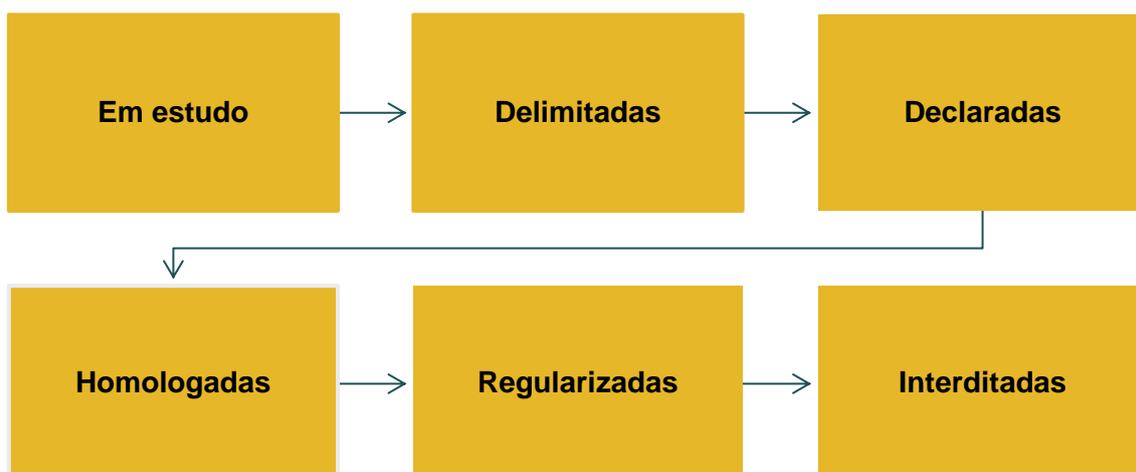
Quadro 8 – Definições para demarcação de terras indígenas brasileiras

<b>Definições para demarcação de terras indígenas</b>	
<b>Terra Indígena (TI)</b>	É uma porção do território nacional, a qual, após regular processo administrativo de demarcação, conforme os preceitos legais instituídos, passa, após a homologação por Decreto Presidencial, para a propriedade da União, habitada por um ou mais comunidades indígenas, utilizada por estes em suas atividades produtivas, culturais, bem-estar e reprodução física. Assim sendo, se trata de um bem da União, e como tal é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela são imprescritíveis.
<b>Terras indígenas tradicionalmente ocupadas</b>	São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.
<b>Reservas indígenas</b>	São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas que não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Além disso, vale destacar que existem reservas indígenas, que foram reservadas pelos Estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, mas que hoje são reconhecidas como de ocupação tradicional.
<b>Terras dominiais</b>	São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.
<b>Terras interditadas</b>	São áreas interditadas pela FUNAI para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Fonte: elaborado pela autora, a partir de FUNAI (2020)

As fases do processo demarcatório de terras indígenas são previstas pelo art. 17, I, da Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 231 da CF e o Decreto n.º 1.775, de 8 de janeiro de 1996 regulamentam os procedimentos administrativos para a demarcação das TI (BRASIL, 2021) (Figura 12).

Figura 12 - Fases do processo demarcatório



Fonte: elaborado pela autora, a partir de Brasil (2021)

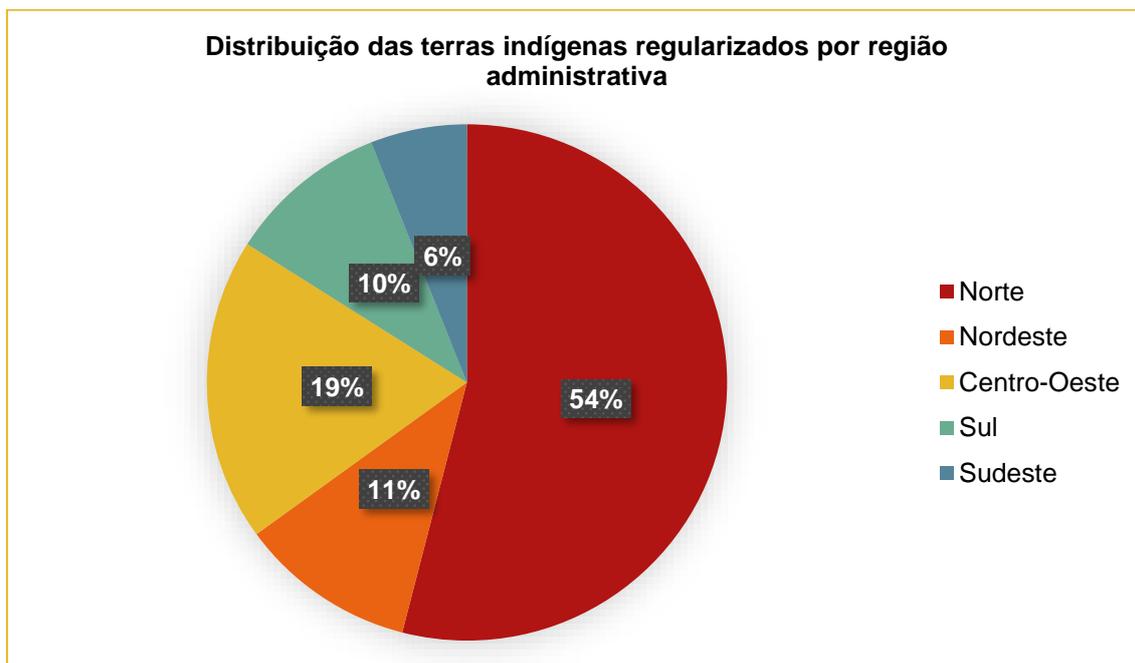
Nestas fases do processo demarcatório, as áreas em estudos podem ser antropológicas, geográficas, históricas, cartográficas e ambientais, enquanto as áreas delimitadas correspondem às que tiveram estudos já aprovados pela FUNAI, com alterações de propriedade publicadas no Diário Oficial da União e do estado e que se encontram em análise, pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 2021).

A partir destas etapas, está prevista a declaração das áreas como terras indígenas, as quais já tiveram expedições autorizadas pela Portaria Declaratória do Ministério da Justiça, decorrendo, desta etapa, a homologação, uma das fases mais importantes do processo, que ocorre em áreas que já possuem seus limites definidos, materializados e georreferenciados.

A regularização corresponde à fase de registro em cartório em nome União e na Secretaria do Patrimônio da União, conforme previsto em decreto, enquanto a interdição ocorre em áreas com restrições de uso, para evitar entrada de terceiros, principalmente, para a proteção de povos em terras indígenas isoladas (BRASIL, 2021).

Também se tem acesso a informações sobre os processos demarcatórios regularizados por região administrativa do Brasil, o que mostra que grandes parcelas dos processos demarcatórios se concentram na Região Norte do país e na área que corresponde à Amazônia Legal (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Distribuição de TI regularizadas nas regiões administrativas do Brasil



Fonte: : elaborado pela autora, a partir de BRASIL (2020)

Este gráfico representa 13,75% do território brasileiro, como base nos dados de Brasil (2020), em que estão integrados 680 processos demarcatórios, mas 443 se referem a processos de demarcação homologados e regularizados e 237 são referentes a estudos de áreas que ainda não foram homologadas.

No entanto, este processo demarcatório é bastante complexo e resulta em muitos casos de conflitos, pois ainda existem territórios em processos de retomada e de luta por direitos originários, assim como muitos povos aguardam a delimitação de suas TI, conforme disposto na Constituição Federal de 1988.

O Poder Executivo é responsável pelos processos de demarcação e de regulamentação das terras indígenas, e as fases apresentadas acima sintetizam as etapas de regularização fundiária, mas este processo demanda muito tempo, principalmente, na delimitação dos limites territoriais, como esclarecido pela Fundação Nacional do Índio.

- i) Estudos de identificação e delimitação, a cargo da FUNAI;
- ii) Contraditório administrativo;
- iii) Declaração dos limites, a cargo do Ministro da Justiça;
- iv) Demarcação física, a cargo da FUNAI;
- v) Levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias implementadas pelos ocupantes não-índios, a cargo da FUNAI,

- realizado em conjunto com o cadastro dos ocupantes não-índios, a cargo do Incra;
- vi) Homologação da demarcação, a cargo da Presidência da República;
  - vii) Retirada de ocupantes não-índios, com pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé, a cargo da FUNAI, e reassentamento dos ocupantes não-índios que atendem ao perfil da reforma, a cargo do Incra;
  - viii) Registro das terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União, a cargo da FUNAI; e
  - ix) Interdição de áreas para a proteção de povos indígenas isolados, a cargo da FUNAI.
- (BRASIL, 2020, n.p.)

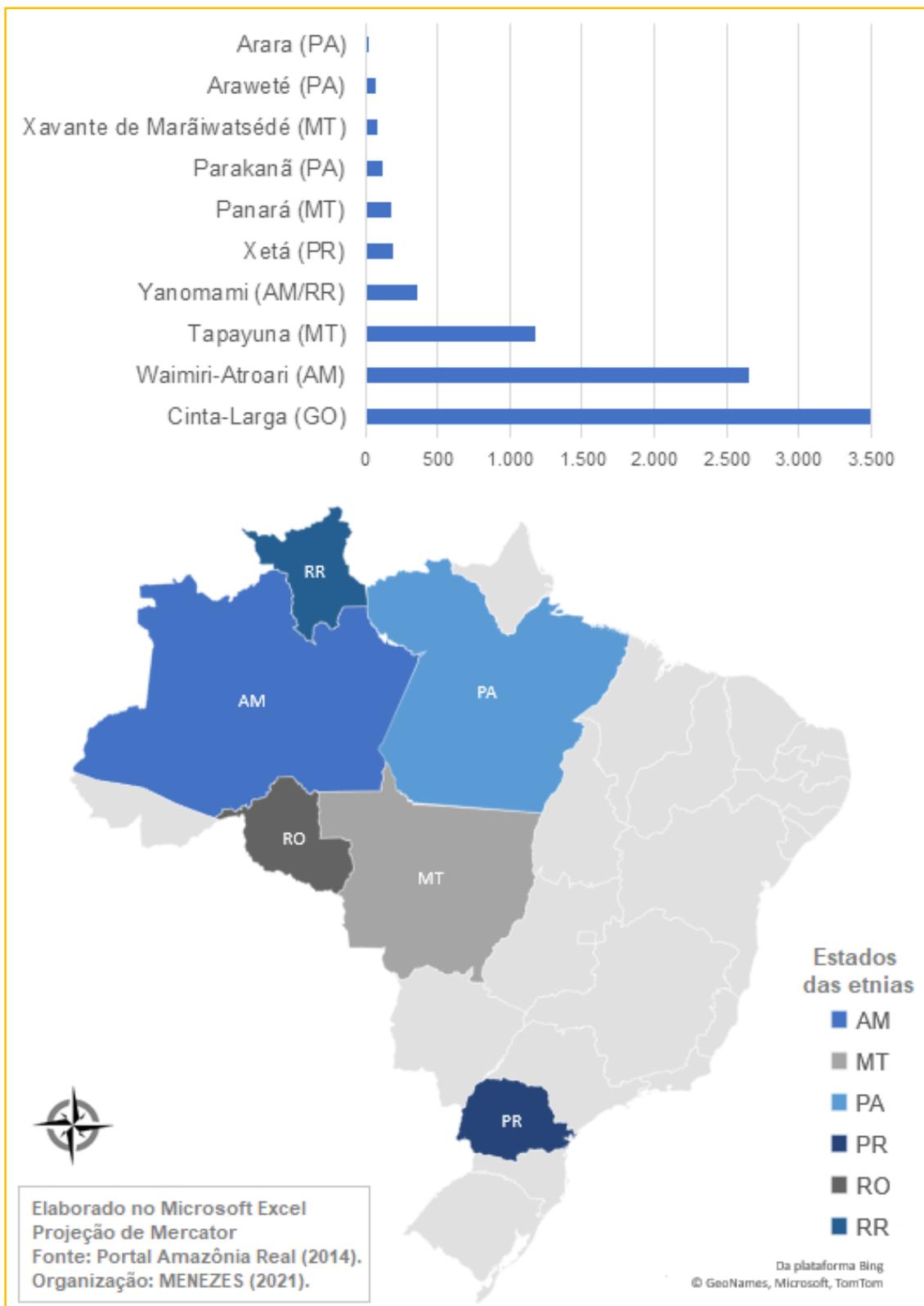
Podemos observar que um órgão administrativo institucionalizado para resguardar os direitos indígenas apresenta contradições nas suas ações, à medida que prioriza os objetivos do Estado, por exemplo, e, não, os dos povos que historicamente ocupam estes territórios e que têm, nestes ambientes, as suas fontes de vida, que não correspondem apenas ao sustento, mas às manifestações de cultura, cuja natureza está enraizada na manifestação de suas existências e de seus saberes.

#### **4.4 Contexto político e violência institucional**

O Conselho Indigenista Missionário (CIME) vem publicando, anualmente, o Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, mas é notório que as violências, às quais estes povos estão submetidos, relacionam-se a graves violações históricas, que resultaram no extermínio de povos, de culturas e de línguas, cujo processo não faz parte da conjectura atual, apenas, mas foi difundido, historicamente.

Não se tem o intuito de fazer, neste trabalho, um relato histórico sobre estas violências, mas, sim, ressaltar alguns fatos, que colaborem com o entendimento desta questão e que demonstrem como ela se propagou no território brasileiro, uma vez que o enfrentamento a estas questões não diz respeito apenas a estes povos, mas a toda a sociedade brasileira, que contribuiu com as negligências da cidadania e dos direitos históricos destas populações. Para tanto, tomou-se, como ponto de partida, o período da Ditadura Militar no Brasil.

Figura 13 – Dez etnias indígenas vítimas de graves violações de direitos humanos no período da Ditadura Militar brasileira



Fonte: elaborado pela autora, a partir de Portal Amazônia Real e de CNV (2014)

A Figura 13 mostra dez povos indígenas, que foram vítimas de graves violações no período da Ditadura Militar. Com base nesta representação espacial, podemos notar que a Região Norte foi palco da maior quantidade de tentativas de extermínios e de violações dos direitos humanos.

Os povos indígenas são, historicamente, vítimas do Estado brasileiro porque, através das instituições que representam e exercem os poderes político, administrativo, jurídico e legislativo, ele atua, quase sempre, tendo como referência interesses marcadamente econômicos, e não os direitos individuais, coletivos, culturais, sociais e ambientais. (CIMI, 2018, n.p.)

A época da Ditadura Militar brasileira, período de censura e de restrição de liberdades para a população, também foi um momento de genocídios e de ameaças à sobrevivência dos povos indígenas. Nesse caminho, frisa-se que, quando um indígena é assassinado, sua cultura, seus modos de viver e seus conhecimentos ancestrais são dizimados, conjuntamente, pois seus conhecimentos são passados oralmente entre as gerações e por seus anciãos.

Estes dados são frutos do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que investigou as tentativas de extermínio destes povos, ou seja, descrevem um verdadeiro massacre. Conforme o Portal Amazônia Real (2014), a CNV incluiu, em seu relatório final, um número limitado de dez etnias indígenas entre as 434 etnias, que foram vítimas de graves violações de direitos humanos no Brasil, durante a Ditadura Militar (1964-1985).

A tentativa de extermínio dos povos originários ainda não cessou, segundo o CIME (2018), uma vez que a crescente disputa por territórios tradicionais coloca em risco a sobrevivência dos povos indígenas no Brasil, situação que é preocupante, havendo, inclusive, a implantação de loteamentos em territórios, além do aumento substancial da grilagem, do roubo de madeira, das invasões e das atividades de garimpo.

A história dos povos originários é a nossa história. Não podemos pactuar com a invasão de seus territórios, com a grilagem, com as atividades de desmatamento, com o garimpo, com o avanço do agronegócio em suas terras, sejam estas terras demarcadas, sejam terras em demarcação, sejam terras em processo de retomada.

#### **4.5 A nova ameaça aos povos originários**

Com ações que dividem opiniões, desde a sua campanha para presidente, Bolsonaro assume, em seu mandato presidencial, posturas autoritária e negligente, em relação às minorias e às questões sociais, que estão na amálgama deste país, principalmente, as que se referem aos povos originários.

Diante disso, não podemos deixar de pontuar os posicionamentos políticos propagados pelo atual governo brasileiro, que afetam a sobrevivência de povos e de populações tradicionais no território brasileiro.

Jair Messias Bolsonaro, político filiado, no período eleitoral, ao Partido Social Liberal (PSL), foi eleito o 38º presidente do Brasil nas eleições presidenciais de 2018, tomando posse de seu mandato no dia 1º de janeiro de 2019 e tendo, como vice-presidente, Hamilton Mourão, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

Defender as minorias e as populações mais desfavorecidas, economicamente, com dificuldade de acesso às necessidades básicas e com ausência de direitos constitucionais, é interpretado, pelos defensores do atual “governo”, como “coisa de esquerdista”.

Buscou-se fazer um levantamento das ações e das tomadas de decisões nos cerca de 400 dias de governo de Bolsonaro, as quais são notoriamente autoritárias e ameaçam gravemente a existência dos povos indígenas e a democracia da República Federativa do Brasil.

As ameaças aos povos originários ferem a Constituição Federal, que reconhece os direitos destes povos e a democracia brasileira. Na tentativa de fazer um levantamento de quais foram e/ou são estas ameaças, buscou-se notícias periodizadas destes acontecimentos.

Para exemplificar parcialmente as violências, às quais os povos originários estão submetidos neste (des)governo, foram utilizadas fontes relacionadas ao jornalismo investigativo, com o intuito de pontuar os acontecimentos que violam os direitos indígenas.

As ameaças à democracia estão presentes nos posicionamentos e nas tomadas de decisões do atual presidente, que dividem opiniões, dentro do

território brasileiro. A revista jornalística Carta Capital traz inúmeras reportagens, cujos conteúdos trazem críticas negativas ao governo de Jair Bolsonaro.

Tais indicadores eram facilmente perceptíveis nos discursos e nas posições políticas do então deputado federal e candidato à presidência da República nas eleições de 2018, mas foram solenemente ignorados pelo *establishment*, pela mídia, pela direita e centro-direita, enfim, por amplas parcelas da sociedade brasileira. (CARTA CAPITAL, 2019, n.p.)

Segundo Carta Capital (2019) — e podemos constatar a veracidade destas informações nas entrevistas e nas manifestações do presidente nas redes sociais —, buscando o cuidado minucioso de não propagar notícias falsas (as famosas *fake news*), “[...] o autoritarismo, a arrogância e o absurdo têm sido marcas registradas do governo Bolsonaro”.

Os professores de Ciência Política da Universidade de Harvard, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, lançaram recentemente o livro “Como as democracias morrem”, no qual fazem uma análise da ascensão de líderes autoritários ao redor do mundo.

Todos os principais indicadores do comportamento de um autoritário listados pelos autores estão presentes na figura de Jair Bolsonaro. Eles citam quatro aspectos que um líder autoritário traz:

- A rejeição das regras democráticas do jogo;
- A negação da legitimidade dos oponentes políticos;
- A tolerância ou encorajamento à violência;
- A propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive da mídia

(CARTA CAPITAL, 2019, n.p.)

Entre as notícias divulgadas na mídia, estão ameaça aos povos indígenas e a sua ancestralidade, pelo atual governo, desde a Constituição Federal de 1988. Como já enfatizado, a CF/88 não cria direitos para os povos indígenas; ela apenas os reconhece, nacionalmente, pois são deles os direitos à terra e a exercer seus modos de viver, que são únicos e singulares.

A revista científica The Lancet publicou um editorial sobre como o presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, ameaça a sobrevivência da população Indígena no Brasil.

A presidência de Bolsonaro representa a ameaça mais séria para a população Indígena Brasileira desde a Constituição de 1988, que garantiu à população Indígena o direito de usar a sua terra em exclusividade. A pressão internacional em Bolsonaro, para parar a destruição da floresta tropical e proteger o território Indígena da

intrusão ilegal, é crucial para assegurar a integridade e autonomia da população Indígena do país e protegê-los de mais prejuízos. (THE LANCET apud REDE BRASIL ATUAL, 2019, n.p.)

Enfatiza-se que estas ameaças não se referem apenas aos povos indígenas, englobando, também, as populações tradicionais e quilombolas. De acordo com Correio Brasiliense (2020), na Conferência Internacional Brasil-Estados Unidos: um novo prisma nas relações de parceria e investimentos, em Miami (EUA), Bolsonaro afirmou que as comunidades quilombolas foram uma forma que os governos de esquerdas descobriram para atrapalhar o Brasil e ainda alegou que existe uma verdadeira indústria de demarcação de terras indígenas no país.

Este posicionamento reforça a política adotada neste (des)governo, que ignora os direitos originários e a dívida história com que o país tem com estas populações. Ademais, suas ações governamentais contribuem para a existência de projetos de lei que permitem que estes territórios possam ser economicamente explorados e que dificultam seus processos de demarcação.

Para entender melhor este contexto político, uma organização não governamental internacional, a Survival Internacional, que vem atuando na defesa de povos indígenas, faz a seguinte afirmação sobre os primeiros 100 dias do governo bolsonarista.

Quando Jair Bolsonaro se tornou presidente do Brasil em 1º de janeiro, os povos indígenas do país e seus aliados em todo o mundo se prepararam para o pior. Ele prometeu que não haveria nenhum centímetro a mais de terras indígenas demarcadas sob sua liderança. Ele anunciou sua intenção de integrar os povos indígenas à força “como o exército, que fez um ótimo trabalho”, mas achou uma “pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios”. (SURVIVAL INTERNACIONAL, 2019, n.p.)

Periodicamente, ocorrem manifestações contra este governo em todo o país, que, em uma Medida Provisória, colocou a matéria da demarcação de territórios indígenas sob a tutela do Ministério da Agricultura, fato que modifica a estrutura política do governo federal.

Assim que assumiu o governo, em janeiro, o presidente Jair Bolsonaro editou uma Medida Provisória (MP) que modificava a estrutura administrativa do governo federal. Entre as reduções ministeriais

polêmicas, um trecho destacava a transferência da responsabilidade de demarcação das terras indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Parte dos congressistas logo se alertaram ao conflito de interesses e a MP foi aprovada alterando-se esse trecho. (JORNALDAUSP, 2019, n.p.).

De acordo com Jornal da USP (2019), a demarcação voltou a ser competência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), porém sabemos que a FUNAI nem sempre atendeu aos interesses dos povos indígenas, observando, também, predileções econômicas e políticas dos governos centrais. Nessa perspectiva, a professora Manuela Cunha, do departamento de Antropologia da USP, explica que “[...] quando a FUNAI foi criada, estava subordinada ao Ministério do Interior, que defendia uma grande ocupação da Amazônia e não levava em consideração a presença indígena” (JORNAL DA USP, 2019).

Entre as denúncias ao governo bolsonarista está o risco de genocídio de grupos indígenas isolados, o que foi denunciado, ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), sob a justificativa de desmonte das políticas ambientais e sociais indigenista.

Na denúncia apresentada à comissão da ONU, as entidades também lembraram da nomeação do pastor Ricardo Lopes Dias, que assumiu a área da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) responsável pelos indígenas isolados, com o intuito de evangelizar para o cristianismo. O relatório ainda apontou para um aumento de 113% no Brasil, em 2019, na derrubada da floresta. Nos territórios indígenas demarcados, o desmatamento geral foi de 80%. (REDE BRASIL ATUAL, 2020, n.p.)

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil também tem denunciado crimes contra os povos indígenas, inclusive, entrou na justiça com uma representação contra uma fala do atual presidente do Brasil, reportada como racista e como discriminatória, principalmente, por reforçar os discursos de ódio e o desrespeito contra os povos originários do Brasil (APIB, 2020).

Após 520 anos, os povos indígenas continuam resistindo às novas ameaças, como a Tese do Marco Temporal e as tramitações de novos projetos de lei, como o PL 490, o PL 191, o PL 2.633, o PL 2.159 e o PDL 28 (ISA, 2021), cujos conteúdos seguem:

- PL 490 – pode inviabilizar o processo de demarcação e permitir a anulação das terras indígenas, além de contribuir com a degradação ambiental dos territórios destes povos;
- PL 191 – facilita diversos tipos de atividades predatórias em terras indígenas, como atividades de garimpo e de mineração e a construção de hidrelétricas e de estradas, além de incentivar ao surgimento de plantações de alimentos transgênicos;
- PL 2633 – popularmente conhecida como PL da Grilagem, contribui com a fragilização do controle sobre o processo de regularização de terras, estimulando, também, ao desmatamento;
- PL 2159 – contribui para a extinção do licenciamento ambiental, um dos principais instrumentos de gestão ambiental no país, favorecendo ao desmatamento, à degradação e aos desastres socioambientais;
- PDL 28 – contribui com a fragmentação de territórios indígenas e exclui da Área Indígena São Marcos a área urbana da cidade de Pacaraima, em São Marcos (RR).

Em 9 de agosto, comemora-se o Dia Internacional dos Povos Indígenas. Nesta data, tão notória para os povos originais, a APIB encaminhou, ao Tribunal Penal Internacional, o Tribunal de Haia, uma denúncia contra o presidente Jair Bolsonaro, pelos crimes de genocídio e de ecocídio.

Conforme APIB (2021), mais de 20 países da Europa, das Américas Latina e do Norte e da Ásia repercutiram esta notícia, devido à relevância da denúncia ao governo de Bolsonaro.

[...] o documento que será entregue possui mais de 300 páginas com fatos e depoimentos que comprovariam a atuação criminosa de Bolsonaro. A Apib sustenta que o atual presidente desmontou as estruturas de proteção ambiental e demarcação de terras, desencadeando invasões, explorações ilegais, queimadas e desmatamentos (CARTA CAPITAL, 2021, n.p.)

Para estes povos, o território não se refere apenas aos limites de suas terras, mas é o lugar de manifestação de sua cultura, de seus costumes e de sua ancestralidade, em que seus modos de viver são exercidos e em que seus saberes tradicionais são repassados para as novas gerações. Esses territórios vêm sendo lavados com sangue e com suor dos indígenas.

Figura 14 - Representação indígena (Ação movida pela APIB contra Bolsonaro, que é a terceira ação enfrentada pelo presidente no Tribunal de Haia, em relação à pauta indígena; Foto: Sérgio Lima / AFP)

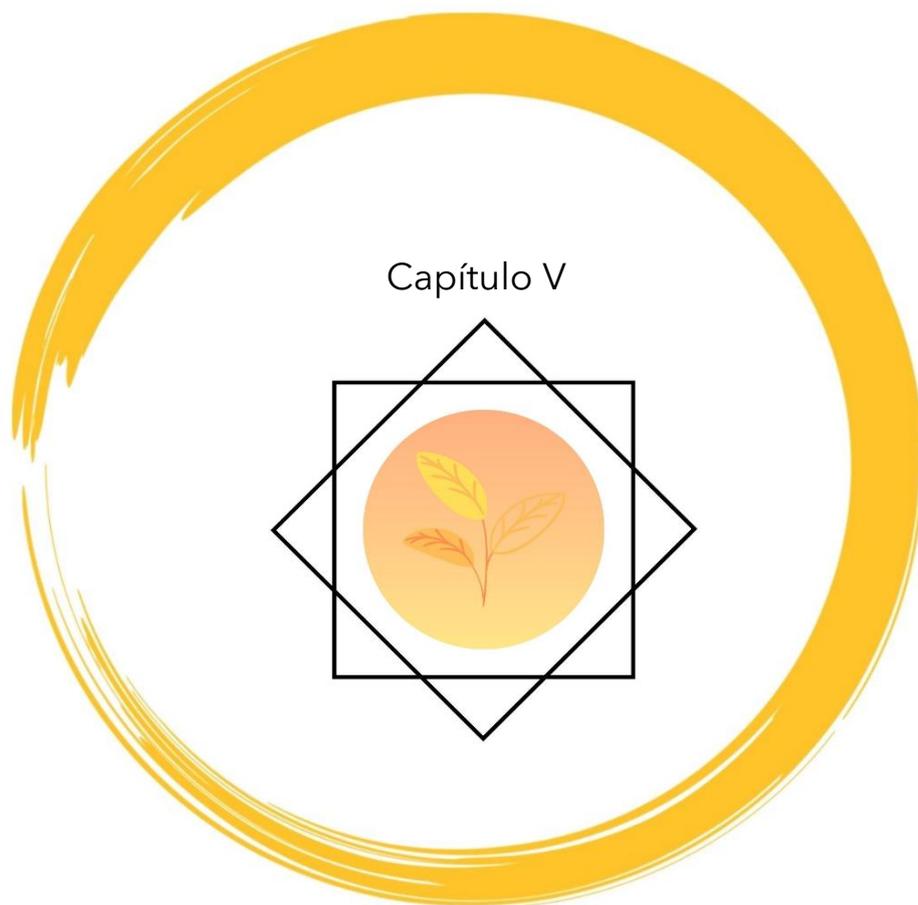


Fonte: O Povo (2021)

Dessa forma, todo este contexto político, que faz parte da história do nosso país, reflete as violências institucionais de órgãos e de governos, que deveriam amparar e garantir os direitos constitucionais dos povos originários, bem como de quilombolas, de caiçaras e de outras populações tradicionais.

A resistência destes povos é histórica e, à medida que ações, sejam elas governamentais, sejam elas ligadas ao crescimento econômico e à especulação imobiliária, por exemplo, favorecem ao crescimento de estradas e rompem as fronteiras de territórios indígenas, estas violações são concretizadas.

Capítulo V



## Capítulo 5

---

### A QUESTÃO INDÍGENA NO CEARÁ: PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA

---

*“Índigenas, que estávamos ameaçados da ruptura ou da extinção do sentido da nossa vida, hoje estamos todos os dias diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda”.*

*(Ailton Krenak)*

Os povos originários do Ceará têm sua trajetória marcada por lutas e por resistências, além disso, evidenciam-se as violências e as negligências governamentais, à medida que seus territórios não foram reconhecidos e demarcados, além de serem invisibilizados e marginalizados, por parte da sociedade, que não reconhece seus direitos e sua ancestralidade.

O estado do Ceará foi um dos primeiros da federação a regulamentar a educação escolar indígena, que é fruto de suas lutas, ao longo do século XX, deste modo se enfatiza que a educação escolar indígena deve ser estruturada, para atender às necessidades de cada povo indígena, conforme está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE).

A política de saúde indígena, assim como a sua educação escolar diferenciada, que propicia aos estudantes o acesso aos conhecimentos históricos e linguísticos, que, anteriormente, eram repassados entre diferentes gerações, também faz parte da política indigenista, pois estes povos têm direito a uma atenção diferenciada em saúde, que atenda a suas demandas e que respeite os seus saberes tradicionais.

Nesse contexto, é necessário destacar, também, a importância das mulheres indígenas no território cearense, frente à luta pelos direitos originários e à manutenção da cultura e da tradição no processo de retomadas de terras, considerando, sobretudo, o pioneirismo e o protagonismo femininos.

## 5.1 Povos originários no Ceará

Os povos do Ceará fazem parte de um movimento indígena que busca, historicamente, retomar territórios e fortalecer sua cultura. Apesar da década de 1980 ter sido um marco importante para a história das comunidades originárias, pois, neste período, foi reconhecida, no estado, a presença de indígenas, até o início da década, sua existência foi mais do que invisibilizada; foi ignorada e anulada.

O movimento e a organização indígenas são categorias distintas da luta indígena. Segundo Luciano (2006, p. 58, inserções nossas), o movimento indígena “[...] é o conjunto de estratégias e de ações [das] comunidades [que] as organizações indígenas desenvolvem, em defesa de seus direitos e interesses coletivos”.

Um indígena não precisa pertencer formalmente a uma organização ou aldeia indígena para estar incluído no movimento indígena, basta que ele comungue e participe politicamente de ações, aspirações e projetos definidos como agenda de interesse comum das pessoas, das comunidades e das organizações que participam e sustentam a existência do movimento indígena, neste sentido, o movimento indígena brasileiro, e não o seu representante ou o seu dirigente. (LUCIANO, 2006, p. 58)

De acordo com Povos Indígenas do Brasil (PIB) (2021), esta realidade não corresponde apenas à situação do território cearense, mas também assolou outros estados, como o Piauí e o Rio Grande do Norte, assim como o Distrito Federal, que eram os únicos estados a não registrar a presença de indígenas.

Até a década de 80, o estado do Ceará, assim como os do Piauí e do Rio Grande do Norte, era dados, pelos registros da FUNAI e pelos levantamentos produzidos por antropólogos e missionários, como os únicos estados no Brasil, além do Distrito Federal, em que inexistiam índios. No Ceará, entretanto, a presença indígena deixou de ser ignorada quando a então Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais - hoje, Equipe de Apoio à Questão Indígena - da Arquidiocese de Fortaleza passou a atuar no município de Caucaia, junto à coletividade dos Tapeba. (PIB, 2021, n.p.)

Nesta perspectiva, destaca-se a Pajé do povo Tapeba, Dona Raimunda, ao dialogar, no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, com outras lideranças e com outros povos indígenas, já que o povo Tapeba foi o primeiro a ter seu território reconhecido no Ceará, no sentido de resgatarem a sua herança

histórica, inclusive, conduzindo oficinas de artesanato, de ritos e de saberes ancestrais.

O Mapa 2 apresenta as etnias indígenas presentes no estado do Ceará. São 16 povos, que, até 1980, não tinham sua existência reconhecida, por isso se afirma que eles resistem para existir.

Mapa 2 – Etnias indígenas no Ceará



Fonte: NT 02/2015 MPF-CE, entrevistas FUNAI CRNEII novembro 2016 e Oficinas Territoriais; Fepoince / ADELCO (2019)

Segundo ADELCO (2021), o levantamento apresentado se refere, tanto ao movimento indígena quanto àqueles que se autodeclaram indígenas ao poder público. O Mapa 3 traz o mapa dos povos vinculados ao movimento dos povos indígenas no Ceará.

Mapa 3 – Mapa da articulação de movimentos indígenas no Ceará



Fonte: Feponce e CDPDH (CDPDH/ MISEROR, 2015) e ADELCO (2019)

O processo de organização social dos povos originários reflete os seus modos de vida. Esta organização é estabelecida, com base nas relações de parentesco, que podem ser constituídas em seu próprio aldeamento. Do mesmo modo, existem alianças construídas com outros povos, ou seja, com os parentes externos, pois eles são ancestrais.

As lideranças indígenas têm desempenhado importante papel na articulação entre os povos e no fortalecimento da cultura. Os processos de retomadas e de demarcação de terras também fazem parte da luta, pois ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que seus direitos sejam garantidos, e esta realidade não corresponde apenas aos povos do Ceará; infelizmente, este é o contexto nacional.

Nesse sentido, ressalta-se também a importância do acesso diferenciado à saúde, por parte dos povos indígenas. Assim, Movimento Indígena do Ceará (2021) esclarece, no livro-diagnóstico *Situação dos Povos Indígenas no Ceará*, que esta é uma das questões da política indigenista e, para isso, considerou-se o histórico de doenças trazidas pelo contato com não indígenas e o preconceito institucional contra estes povos.

Os saberes tradicionais indígenas devem ser valorizados, pois fazem parte de sua história e não os reconhecer é uma das formas de invisibilizar e de violar os direitos essenciais destes povos, por isso as políticas implementadas pelo governo brasileiro devem estar pautas na diversidade e na necessidade dos diferentes povos, sempre respeitando suas culturas.

## **5.2 A educação escolar indígena**

A Educação Diferenciada Indígena é uma modalidade de educação básica garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), para que os povos possam ter direito à valorização de suas tradições, de suas línguas, de seus costumes, de suas historicidades, além de contribuir com a reafirmação de sua identidade étnica, fruto de luta destes povos.

Ademais, a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos

Indígenas, de 2007, também são instrumentos importantes para a educação escolar indígena diferenciada, específica e bilíngue (SEDUC, 2021).

No estado do Ceará, segundo SEDUC (2021), o processo de constituição da educação escolar indígena foi iniciado, ainda, na década de 1990, por meio da luta de diferentes povos originários, observando que, atualmente, existem escolas distribuídas da educação infantil ao ensino médio nos municípios de Acaraú, de Aquiraz, de Aratuba, de Canindé, de Caucaia, de Crateús, de Itapipoca, de Itarema, de Maracanaú, de Monsenhor Tabosa, de Novo Oriente, de Pacatuba, de Poranga, de São Benedito, de Tamboril e de Quiterianópolis, contabilizando o acesso à educação diferenciada a 8240 estudantes.

Na Tabela 2, apresenta-se uma listagem das escolas indígenas por municípios do Ceará, com a identificação de cada povo indígena.

Tabela 2 – Escolas Indígenas no Ceará

Município	Escola	etnia
Aquiraz	EI Jenipapo Kanindé	Jenipapo Kanindé
Caucaia	EI Amélia Domingos	Tapeba
Caucaia	EI da Ponte	Tapeba
Caucaia	EI Tapeba do Trilho	Tapeba
Caucaia	EI Índios Tapeba	Tapeba
Caucaia	EI Marcelino Alves de Matos	Tapeba
Caucaia	EI Narcísio Ferreira Matos	Tapeba
Caucaia	EI Tapeba Capoeira	Tapeba
Caucaia	EI Tapeba Capuan	Tapeba
Caucaia	EI Anama Tapeba	Tapeba
Caucaia	EI Vila dos Cacos	Tapeba
Caucaia	EI Direito de Aprender do Povo Anacé	Anacé
Maracanaú	EI Chuí	Pitaguary
Pacatuba	EI ITA-ARA	Pitaguary
Itapipoca	EI Brolhos da Terra	Tremembé
Acaraú	EI Tremembé de Queimadas	Tremembé

Acaraú	El Tremembé Francisco Sales Nascimento	Tremembé
Itarema	El Tremembé de Tapera	Tremembé
Itarema	El Tremembé José Cabral de Sousa	Tremembé
Itarema	El Tremembé Joventino Gabriel Félix	Tremembé
Itarema	El Tremembé Mangue Alto	Tremembé
Itarema	El Tremembé Maria Venância	Tremembé
Itarema	El Tremembé de Passagem Rasa	Tremembé
Itarema	El Tremembé Rosa Suzana da Rocha	Tremembé
São Benedito	El Francisco Gonçalves de Sousa	Tapuya Kariri
Canindé	El Exedito Oliveira Rocha	Kanindé
Aratuba	El Manoel Francisco dos Santos	Kanindé
Crateús	El Raízes de Crateús	Potyguara, Tabajara e Kalabaça
Crateús	El Cariri Tabajara	Tabajara e Kariri
Monsenhor Tabosa	El Joaquim Ugena	Potyguara
Monsenhor Tabosa	El Povo Caceteiro	Potyguara, Tubiba Tapuya, Gavião e Tabajara
Monsenhor Tabosa	El Monsenhor Tabosa	Tabajara
Monsenhor Tabosa	El Tabajara	Tabajara
Monsenhor Tabosa	El Potyguara de Jucás	Potyguara e Tabajara
Novo Oriente	El Antônio Gomes	Potyguara
Poranga	El Jardim das Oliveiras	Kalabaça e Tabajara
Tamboril	El Alto da Catingueira	Potyguara
Quiterianópolis	El Tabajara Carlos Levy	Tabajara

Fonte: SEDUC (2018)

O Mapa 3 mostra a distribuição de escolas diferenciadas no território cearense. Nota-se que vários municípios, que contam com a presença de diferentes povos, não têm acesso à educação escolar indígena, que deve ser garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Mapa 3 – Escolas indígenas no estado do Ceará



Fonte: MENEZES (2021).

No entanto, é preciso esclarecer que a luta por uma educação diferenciada e intercultural, que permita, por exemplo, o diálogo de conhecimentos históricos e linguísticos característicos de cada povo, surgiu de uma necessidade dos indígenas e é uma luta que teve início muito antes da década de 1990 no estado do Ceará, como explicam Souza e Martins (2019):

A história da educação indígena nasceu com o movimento social indígena, a partir da década de 1960 e se consolida nos anos 1990, no Brasil, com a força da Pastoral Indigenista, criada por Dom Aloísio Lorscheider. Foi traçada uma luta de resistência e o próprio movimento indígena teve caráter educativo no cenário brasileiro. A escola tem também um caráter político e um trabalho sobre a formação de lideranças, além do trabalho pedagógico diferenciado e intercultural. (SOUZA; MARTINS, 2019, p. 142)

Para assegurar a educação escolar indígena no Ceará, foram determinadas ações políticas, pautadas nas Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Indígena e no Plano de Ação Etnoeducacional do Território Potyrõ, com os intuitos de favorecer ao desenvolvimento e à institucionalização no estado, de respeitar a territorialidade dos povos indígenas e de operacionalizar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino (SEDUC, 2018).

Para melhor entendimento, o Plano de Ação Etnoeducacional do Território Potyrõ foi organizado e executado, com base no documento divulgado pela SEDUC (2018), como um instrumento para priorizar ações da educação escolar indígena nos territórios cearense e piauiense, por isso foi construído em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), com a Secretaria de Educação do Estado do Piauí, com as secretarias municipais de Educação de Caucaia e Maracanaú, com a FUNAI, com as comunidades indígenas e instituições que trabalham com ações indígenas e com o Governo do Estado.

O Movimento Indígena do Ceará (ADELCO, 2021) verificou, ao analisar a situação dos povos no Ceará, que a Secretaria de Educação do estado não disponibiliza material pedagógico diferenciado para a educação indígena, e este fato diverge do estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Diante de todo este conjunto de informações, a respeito da educação diferenciada, é importante abordar as contrariedades existentes na legislação

vigente no país, que não tem assegurado as condições necessárias para atender às especificidades e às necessidades de implantação e de funcionamento de uma educação escolar indígena.

[...] A produção de conteúdo diferenciado para a educação indígena – quando acontece – é resultado da ação voluntária da escola ou do professor. Tal fato contraria o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou LDB (Lei n. 9394, de dezembro de 1996), segundo o qual “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. (ADELCO, 2021, p. 93)

Dessa forma, os documentos referenciais contribuem para a organização escolar nas diferentes Terras Indígenas, por isso é o importante o desenvolvimento de estratégias educacionais que priorizem as especificidades do ensino diferenciado e, sobretudo, as necessidades de cada povo.

Outra problemática que perpassa a educação indígena no estado se refere ao fato de que não existem concursos públicos específicos para os professores indígenas. A Figura 15 apresenta a reivindicação dos professores indígenas no Ceará.

Figura 15 – Reunião de professores indígenas, para a reivindicação de concursos públicos específicos



Fonte: O Povo (2021)

De acordo com O Povo (2021), os professores indígenas são admitidos, desde 1999, por meio de regime de contrato temporário, o que resulta em prejuízos, em insegurança e em precária relação de emprego para estes profissionais, os quais reivindicam a realização do primeiro concurso público específico para os povos originários.

Maciel (2017) reforça o entendimento da extrema importância do ensino nas escolas indígenas para a cidadania dos povos, por isso a construção do processo pedagógico no contexto da educação diferenciada insere a participação de indígenas.

A efetivação de professores na educação escolar indígena é importante para a valorização dos docentes e pode garantir que os profissionais oriundos destes povos atuem nas escolas de seus territórios, além de oferecer segurança a sua permanência nas escolas, diferente do que é ofertado nos contratos temporários.

### **5.3 A saúde indígena no estado**

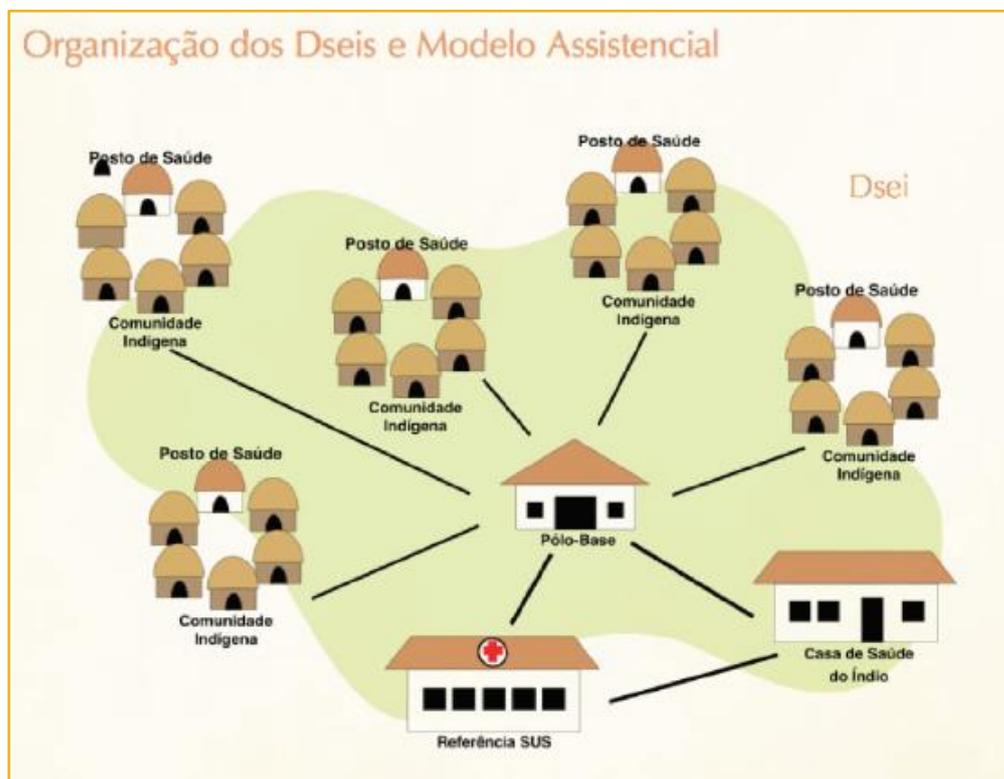
Os povos indígenas têm direito a uma atenção diferenciada e integral em saúde, respaldada na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que integra a Política Nacional de Saúde, a qual reconhece, conforme disposto na Constituição Federal, as singularidades e as diversidades social, política e cultural dos povos originários do país.

No Brasil, foram estabelecidos distritos sanitários indígenas, conhecidos como Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), em todo o território nacional. De acordo com o Ministério da Saúde, existem 34 DSEI, divididos de forma estratégica por critérios territoriais, como a ocupação geográfica das comunidades indígenas, estruturada a partir de Unidades Básicas de Saúde Indígenas, de Polos-Base e das Casas de Apoio à Saúde Indígena (BRASIL, 2021).

O DSEI é uma unidade gestora dissociada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e proporciona a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias, organizadas com base em unidades administrativo-gerenciais e consideradas imprescindíveis na prestação da assistência, baseada no controle social (BRASIL, 2021).

A Figura 16 traz uma representação da organização e do modelo assistencial estabelecido para os povos indígenas no Brasil, definido como Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI).

Figura 16 – Organização das DSEI



Fonte: ADELCO (2019)

Esclarece-se que, para a efetivação da saúde indígena, existem princípios necessários à adoção de medidas, que permitam o aperfeiçoamento do funcionamento e a adequação da capacidade do sistema, para que a atenção à saúde destes povos ocorra de forma diferenciada, com atenção às suas especificidades culturais, epidemiológicas e operacionais (BRASIL, 2002).

Esta proposta foi regulamentada pelo Decreto n.º 3.156, de 27 de agosto de 1999, que dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas, e pela Medida Provisória n.º 1.911-8, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios, onde está incluída a transferência de recursos humanos e outros bens destinados às atividades de assistência à saúde da FUNAI para a FUNASA, e pela Lei n.º 9.836/99, de 23 de setembro de 1999, que estabelece o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS. (BRASIL, 2002, p. 6)

Dessa forma, foram estabelecidas normas, com o objetivo de orientar a política de atenção à saúde dos povos indígenas, com base em instrumentos de implementação e de avaliação (BRASIL, 2002). Nesse segmento, são determinadas as seguintes diretrizes:

- organização dos serviços de atenção à saúde dos povos indígenas na forma de Distritos Sanitários Especiais e Pólos-Base, no nível local, onde a atenção primária e os serviços de referência se situam;
  - preparação de recursos humanos para atuação em contexto intercultural;
  - monitoramento das ações de saúde dirigidas aos povos indígenas;
  - articulação dos sistemas tradicionais indígenas de saúde;
  - promoção do uso adequado e racional de medicamentos;
  - promoção de ações específicas em situações especiais;
  - promoção da ética na pesquisa e nas ações de atenção à saúde envolvendo comunidades indígenas;
  - promoção de ambientes saudáveis e proteção da saúde indígena;
  - controle social.
- (BRASIL, 2002, p. 13)

O Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP) iniciou, em 2011, um convênio com o Ministério da Saúde para atuar, de forma complementar, no cumprimento de ações de saúde voltadas aos povos indígenas, conforme a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, no Nordeste brasileiro, mais precisamente, nos estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Maranhão, da Bahia, do Ceará, de Alagoas e de Sergipe (IMEP, 2021).

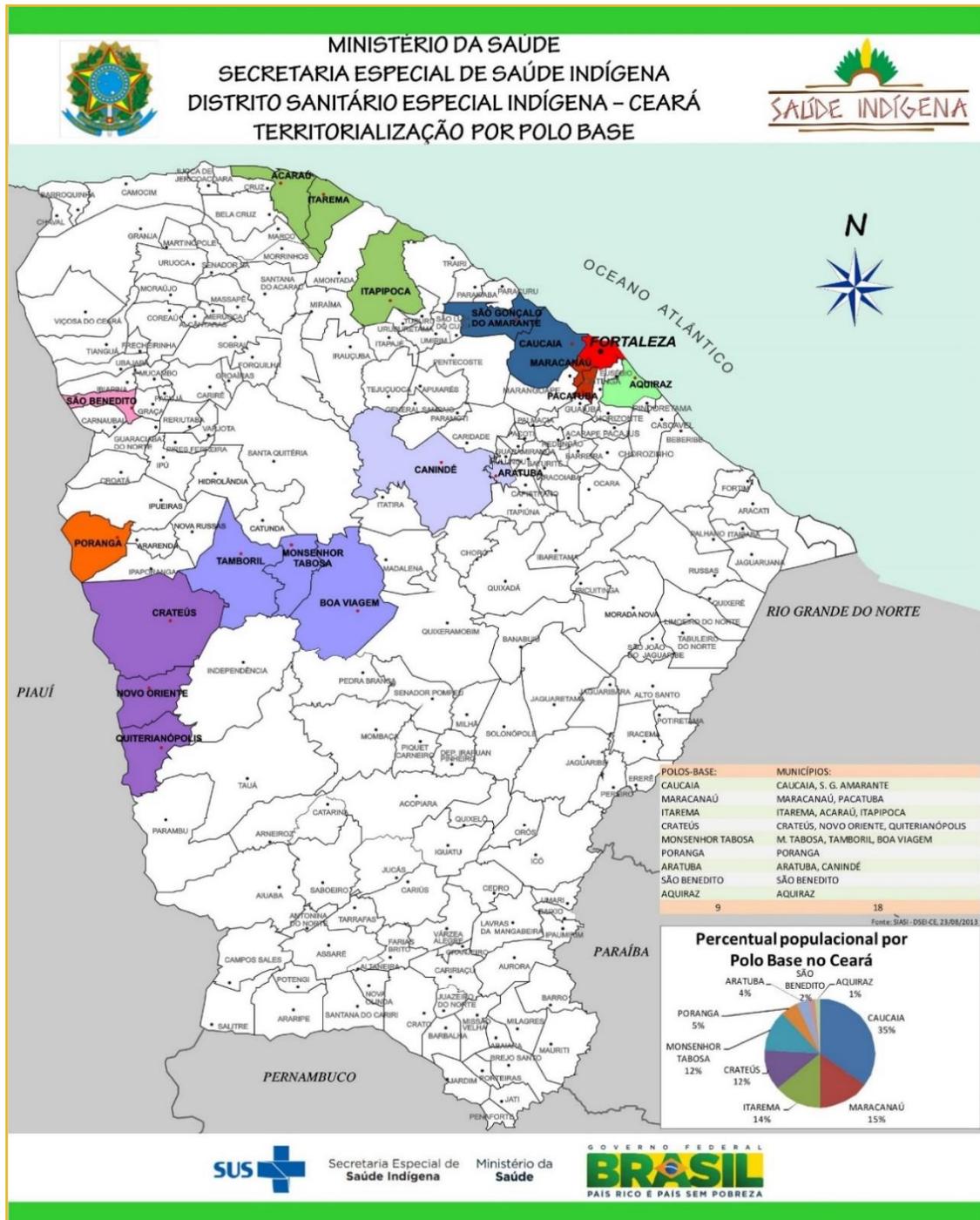
Conforme IMEP (2015), inicialmente, foram atendidos, nos Polos-Base do DSEI Ceará, os povos Jenipapo-Kanindé; Pitaguari; Karindé, Anacé, Tapeba, Tremembé, Kalabaça, Kariri, Potyguara; Tabajara; Tupinambá; Potyguara; Tupinambá; Gavião, Tapuia e Tapuia-Kariri.

A Figura 17 apresenta a distribuição dos DSEI no Ceará e traz o percentual populacional por Polo-Base no estado, criados para o atendimento àqueles distritos, que contam com a presença de equipes multidisciplinares.

Em alguns casos, os Polos-Base do Ceará atendem a mais de um município, como é o caso do de Caucaia, que apresenta o maior percentual

populacional do estado, seguido de Maracanaú, de Itarema, de Crateús, de Monsenhor Tabosa e de Aratuba, respectivamente.

Figura 17 – Distribuição dos DSEI no Ceará



Fonte: ADELCO (2018)

A Tabela 3 mostra o número de populações indígenas atendidas na área de cobertura dos DSEI no Ceará.

Tabela 3 - Povos indígenas na área de cobertura de DSEI

População indígena por etnia na área de cobertura do DSEI no Ceará	
TAPEBA	8.010
TABAJARA	4.840
POTYGUARA	4.658
PITAGUARY	4.478
TREMEMBÉ	3.817
ANACÉ	2.361
KANINDÉ	1.177
TAPUYA-KARIRI	736
JENIPAPO-KANINDÉ	409
KALABAÇA	290
TUBIBA-TAPUIA	243
KARIRI	215
GAVIÃO	86
TUPINAMBÁ	23

Fonte: ADELCO (2019)

Destaca-se que, para o atendimento das demandas de saúde dos povos indígenas, o IMEP (2021) criou um rede de serviços nas TI, para tentar superar possíveis deficiências de cobertura, dando acesso e aceitabilidade no SUS, e levou em consideração as especificidades culturais, epidemiológicas e operacionais destes povos, em conformidade com o que está previsto na política em questão, por isso foram estabelecidos Polos-Base para o atendimento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, para que, deste modo, as equipes multidisciplinares pudessem atuar nas aldeias.

A Tabela 4 apresenta os conhecimentos de medicina tradicional dos povos indígenas do Ceará e mostra como os saberes tradicionais estão presentes na sua cultura ancestral.

Tabela 4 – Medicinas tradicionais em terras indígenas no Ceará

A presença de medicinas tradicionais em terras indígenas no Ceará		
Tipo de medicina tradicional	Número de respostas	Porcentagem
Rezadeira	14	77,8%
Parteiras/doulas	10	55,6%
Cachimbeiras	7	38,9%
Erveiras	17	94,4%
Outras medicinas	3	5,6%

Fonte: ADELCO (2021)

De acordo com o Balanço de Saúde Indígena nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, divulgado pelo IMEP (2018), no **DSEI-CEARÁ**, foram atendidas 34.166 pessoas, além de outros 25 mil atendimentos médicos e de 100 mil procedimentos, contando com a presença de 184 profissionais.

Mas, o Movimento Indígena do Ceará (ADELCO, 2019) aponta alguns dos problemas existentes na política de saúde indígena, advindos, principalmente, da precarização na prestação de serviços aos povos indígenas no Estado:

- falta de postos de saúde nas aldeias e atendimentos em espaços improvisados;
- falta de medicamentos, insumos e equipamentos para os atendimentos médicos e odontológicos;
- fornecimento de medicamentos vencidos;
- atendimento em postos de saúde municipais para indígenas e não-indígenas no mesmo espaço;
- transportes inadequados e motoristas sem capacitação;
- problemas de comunicação para atendimentos de urgência;
- dificuldades em realizar exames e agendar procedimentos complexos.

(ADELCO, 2019, p. 105)

A política nacional de atenção à saúde dos povos originários reconhece e tem, como obrigação, garantir os direitos dos povos a suas manifestações culturais e aos conhecimentos medicinais, pois eles fazem parte da constituição de seus saberes tradicionais e reforçam a sua ancestralidade.

#### 5.4 A interseccionalidade da mulher indígena

Ao enfatizar os povos indígenas do Ceará sob diferentes ópticas, viu-se o protagonismo da mulher indígena neste território. Diante disso, destacamos as mulheres indígenas, a partir da visão da interseccionalidade, conceito bastante utilizado em trabalhos sociológicos sobre o feminismo negro, que pode ser pensado, também, na perspectiva dos povos indígenas.

Não se tem o intuito de fazer uma discussão crítica ou analítica, que aprofunde o conceito, no âmbito da Geografia, mas apresentar um novo olhar geográfico sobre o tema, no contexto da pesquisa, para evidenciar o papel das mulheres indígenas na luta pelos direitos originários dos seus povos.

Com base em Akotirene (2019, p. 14), compreende-se este conceito como "uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras, cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas, tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros".

Destaca-se, assim, o protagonismo feminino no território cearense. No entanto, apenas um povo tem uma mulher como Cacique (figura 18), o Jenipapo-Canindé, no município de Aquiraz, pois, historicamente, os homens estão no centro do poder, como líderes do seu povo, um reflexo das formas tradicionais da organização social indígena.

Figura 18 - Cacique Pequena, primeira mulher cacique do Brasil



Fonte: O Povo (2021)

A dona Maria de Lourdes da Conceição Alves, conhecida como Cacique Pequena, não é apenas a primeira líder de seu povo, é primeira Cacique mulher do Brasil. Durante sua trajetória, já recebeu diversas homenagens por seu protagonismo e por seu pioneirismo.

Em 2021, depois de mais de 25 anos como Cacique de seu povo, Pequena foi homenageada, ao lado de grandes personalidades femininas internacionalmente conhecidas, como Beyoncé e Oprah Winfrey. Conforme o Diário do Nordeste (2021), o *Google*, a partir de uma produção audiovisual do Sesc Ceará, reconheceu a Cacique Pequena como Mestra da Cultura, Mestra do Mundo e Doutora da Mata.

Cacique Pequena guia o povo em grandes batalhas pelo direito à terra, educação, saúde e cidadania. Uma das principais lutas vencidas pela Cacique foi tornar as 129 famílias do povo Jenipapo-Kanindé reconhecidas pela FUNAI como indígenas. [...] Durante 12 anos, Pequena acompanhou o processo das terras, delimitadas em 1999 e demarcadas em 2011. Também fazem parte da trajetória da primeira Cacique mulher, a busca para que os nativos da aldeia pudessem conquistar seus direitos. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2021, n.p.)

O reconhecimento público por ações que podem transformar a humanidade é importante, principalmente, quando atribuído a mulheres, que são minoria e que, historicamente, não ocupam espaços de poder, por isso a importância desta condecoração, inclusive, para as gerações futuras. Depois de sua história ser compartilhada, globalmente, com a homenagem do *Google*, a Cacique Pequena ressaltou a importância de ser reconhecida.

Estou muito feliz, sou a primeira Cacique mulher do Brasil e estou sendo reconhecida no mundo inteiro por essa homenagem feita pelo Google. Isso pra mim é muito importante, estar no meio das mulheres mais importantes do mundo, mulheres guerreiras, poderosas e que trabalham pelo seu povo. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2021, n.p.)

Nesse contexto, traz-se o olhar geográfico da interseccionalidade da mulher indígena cearense, por estas atuarem como protagonistas no processo de retomada e por lutarem pela demarcação das terras indígenas e pela manutenção da cultura em seus territórios, principalmente, a partir da década de 1980, em que mulheres indígenas Tapeba, como a Dona Raimunda (Figura 19), mestre da cultura indígena e Pajé do povo Tapeba, lutou para o reconhecimento da TI, com o apoio da arquidiocese de Fortaleza.

Figura 19 - Pajé Raimunda, do povo Tapeba



Fonte: arquivo da autora

Deste modo, com ênfase em Luciano (2008, p. 45), reforça-se a importância das alianças entre os povos, pois elas “[...] constituem a base de interesses comuns compartilhados e recíprocos, uma espécie de troca”.

São essas relações de parentesco e as alianças que dinamizam e organizam as festas, as cerimônias, os rituais, as pescas ou as caças coletivas, os trabalhos conjuntos de roça e a produção, o consumo e a distribuição de bens e serviços, principalmente de alimentos. As festas, por exemplo, são nada mais do que a comemoração de vitórias e conquistas, e podem advir de uma boa coleta ou servem para festejar o sucesso dos pajés que impediram qualquer castigo ou malfeito dos inimigos. A participação nas festas e nas cerimônias revela explicitamente as fronteiras das relações de amizade ou de inimizade entre grupos ou povos, sempre com uma lógica de reciprocidade, ou seja: aos amigos, cabe a reciprocidade da amizade; aos inimigos, a reciprocidade da inimizade e a conseqüente vingança. São as relações de alianças e de inimizades que constituem o equilíbrio social dos grupos e dos povos, uma espécie de contrato social. Sem elas, o mundo indígena seria um caos, ou melhor ainda, o mundo da lei do mais forte. (LUCIANO, 2008, p. 45)

Anualmente, o povo Tapeba organiza a Festa da Carnaúba, um evento de fortalecimento da cultura, de diálogo, de jogos indígenas e de encontro entre

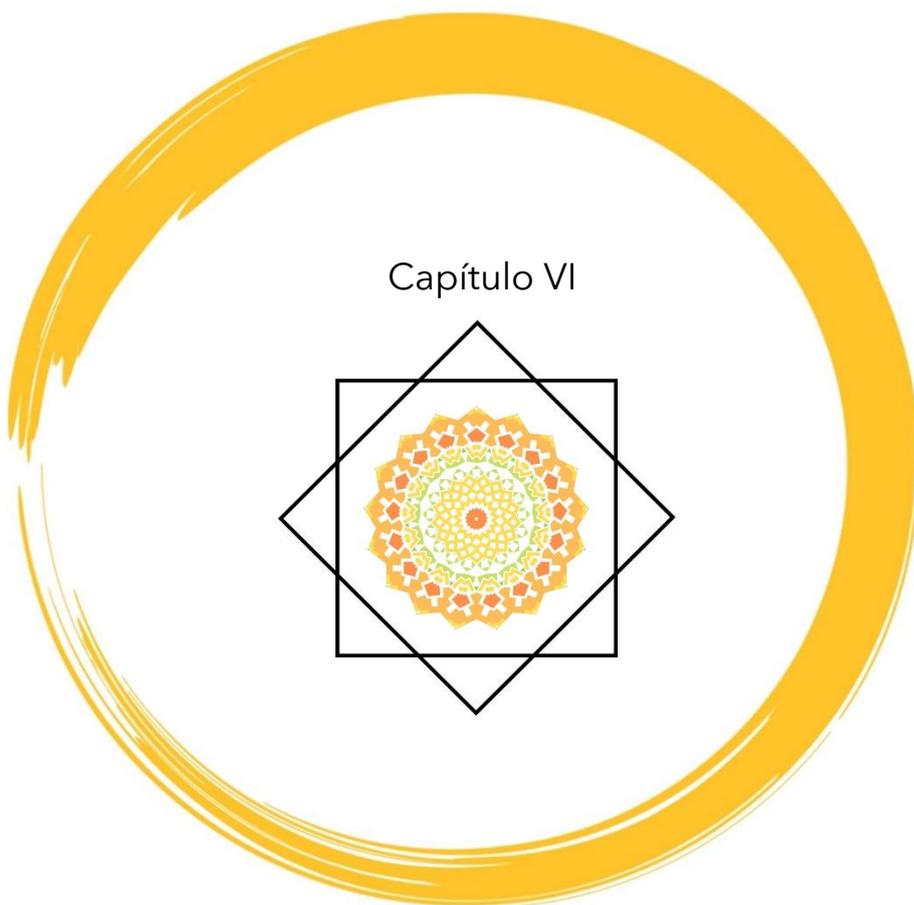
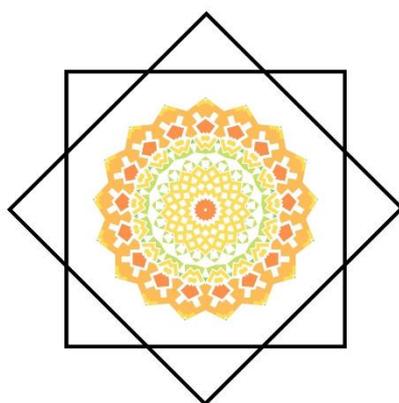
diferentes povos indígenas, espaço para compartilhar saberes, também, com populações não indígenas, no município de Caucaia (CE).

O Movimento Indígena do Ceará (ADELCO, 2021) identificou 14 grupos de mulheres, constituídos por duas associações formais e por onze grupos informais, havendo apenas um grupo encontra-se desarticulado:

- Conselho de Mulheres Potygatapuia;
- Grupo de Mulheres Potyguara na Revitalização da Cultura Local;
- Grupo de Mulheres da Viração;
- Grupo de Mulheres Tapuya Kariri;
- Grupo de Mulheres Potyguara da Lagoinha;
- Grupo Mulher Mendizeira (Quiterianópolis);
- Articulação das Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça (AMITK) (desarticulado);
- Articulação das Mulheres Indígenas da Aldeia Cajueiro;
- Grupo de Mulheres Pitaguary;
- Grupo de Espiritualidade Feminina Pitaguary;
- Articulação das Mulheres Indígenas Tapeba (AMITA);
- Grupo Guerreiras Amadas (Anacé);
- Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé (AMIJK);
- Grupo de Mulheres Tremembé Cunhã Porã.

A mulher indígena cearense representa força, resistência e união, e as alianças construídas por estas mulheres não se romperam, após a articulação iniciada na década de 1980, visando à retomada e à delimitação de TI; ao contrário, estas se fortaleceram, ao longo do tempo. Exemplo disso é a sua presença em conselhos, em grupos indígenas e em lutas pelos direitos de seus povos.

Capítulo VI



## Capítulo 6

---

# POVO TAPEBA: LUTA E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA/CE

---

*“Quem deu esse nó não soube dá  
Quem deu esse nó não soube dá  
Esse nó tá dado e eu desato já  
Esse nó tá dado e eu desato já  
Ô desenrola essa corrente e Deixa os índios trabalhar  
Ô desenrola essa corrente e Deixa os índios trabalhar.”*

*(Rito Sagrado Indígena)*

No contexto do Nordeste brasileiro, foram necessários quase cinco séculos para que houvesse os reconhecimentos da presença e da diversidade dos povos indígenas, de modo que os processos de retomada e de demarcação de suas TI são as principais pautas na luta dos diferentes povos, que buscam ter seus direitos originários reconhecidos.

Neto (2006) esclarece que, ao abordarmos os povos que habitam o Nordeste brasileiro, é necessário entender os processos históricos desencadeados nesta região, que não apresentam uma homogeneidade. Os indígenas foram envolvidos, no decorrer dos séculos, em diversos processos de integração populacional e de assimilação e isto influenciou seus fluxos e suas tradições culturais, deixando-se marcas profundas em suas histórias.

Historicamente, negou-se o direito à terra aos povos indígenas e divisões territoriais foram estabelecidas, a partir da negação de sua presença no continente, pois, quando os colonizadores iniciaram os processos de invasão e de disputa por territórios nas colônias, já havia populações humanas que as ocupavam, secularmente.

Uma das formas, pelas quais se pode conhecer a historicidade de um povo, é a partir de ritos que professam sua fé, sua cultura, e que também contam a sua história, de forma bastante singular, por meio de memórias compartilhadas, ao longo das gerações, que mostram, às sociedades não indígenas, as particularidades e a diversidade étnica destes povos.

## 6.1 Historicidade do povo Tapeba

Até meados do século XX, a existência de povos indígenas em alguns estados nordestinos, mais especificamente, no Ceará, no Piauí e no Rio Grande do Norte, era negada pelo governo brasileiro, pois, em princípio, não foram reconhecidas a sua origem e a sua ancestralidade nestes territórios e nestes ambientes, assim como as singularidades destes povos.

Barretto Filho (1998) explica que a presença indígena no Ceará só deixou de ser negada nos registros da FUNAI e nos levantamentos produzidos por antropólogos e por missionários, quando a antiga equipe de Assessoria às Comunidades Rurais, atualmente designada Equipe de Apoio à Questão Indígena, da Arquidiocese de Fortaleza iniciou suas atividades, junto à coletividade do povo Tapeba (BARRETTO FILHO, 1998).

Ou seja, apenas na década de 1980, por meio de articulações promovidas pela Arquidiocese de Fortaleza, um novo capítulo na história destes povos originários do Nordeste começou a ser redigido. Inicia-se, a partir disso, uma longa luta para a demarcação das suas TI, pelo governo brasileiro.

Foi com esse grupo estigmatizado que a Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais da Arquidiocese de Fortaleza começou a trabalhar em Caucaia em 1984, assistindo indistintamente os Tapeba e os "brancos", e tentando equacionar os problemas de ambos, "índios" e pequenos posseiros. O seu projeto original consistia em dar suporte tanto a "índios" e "brancos" numa luta comum pela terra - o que levou à criação, em 1985, da Associação das Comunidades do Rio Ceará, com representação paritária dos Tapeba e dos "brancos", meio a meio (da presidência ao conselho, passando pela tesouraria e a secretaria). Em parte, devido à sua própria forma de atuação - marcadamente assistencialista num primeiro momento - e em parte devido a uma mudança de conjuntura - o naufrágio do Plano Nacional de Reforma Agrária - a Equipe descuidou dessa proposta. (BARRETTO FILHO, 1988, n.p.)

Em contrapartida, apesar da negação da existência de povos indígenas no Ceará, Barretto Filho (1988) encontrou referências ao povo Tapeba ainda na segunda metade do século XX, em jornais de grande circulação, que destacavam as péssimas condições, em que viviam.

[...] O Jornal do Brasil de 7 de abril de 1968 publica matéria intitulada "Indígena no Ceará não é nem cidadão", em que se descreve "a forma primitiva de vida [sic] que cultivam" e - o que é interessante - o fato deles não existirem legalmente, dado o desconhecimento oficial de sua

existência pelo governo estadual e pela FUNAI. Já em 6 de julho de 1969, O Estado de S. Paulo publica matéria intitulada "O triste fim dos indígenas cearenses. Nos costumes toda decadência", em que se descreve as condições de vida subumanas dos Tapeba ("farrapos humanos", "animais" etc.) e o fato deles não terem "ninguém no governo que se importe com eles". Mais uma vez, o Estado, em 2 de maio de 1982, publica artigo do correspondente local, Rodolfo Espíndola, intitulado "Os últimos Tapeba, na miséria", descrevendo as suas condições de vida e informando que vivem em palhoças às margens do rio Ceará. (BARRETTO FILHO, 1988, n.p.)

O povo Tapeba se situa no município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza (CE), na antiga Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, e seu processo histórico de formação é associado à individualização étnica de frações de diferentes povos originários de Caucaia (BARRETTO FILHO, 1998).

Dessa forma, compreende-se que os processos de invasão e de expulsão de indígenas das áreas historicamente ocupadas por estes povos originários fizeram com que houvesse migrações no território cearense, buscando um ambiente, em que pudessem sobreviver e exercer seus modos de vida.

Conforme Fiocruz (2019), o município de Caucaia corresponde a uma área de trânsito, na qual havia habitantes indígenas, antes e depois da chegada de colonizadores franceses, holandeses e portugueses, e da conquista de seu povoamento por europeus, à área referente à costa do estado do Ceará. Dessa forma, reforça-se a tese de que a formação do povo Tapeba é decorrente de todo este processo histórico, que resultou na individuação étnica dos povos originários Potiguara, Tremembé, Cariri e Jucá.

Assim, apresenta-se algumas características dos povos indígenas, que contribuíram com o processo histórico de formação do povo Tapeba:

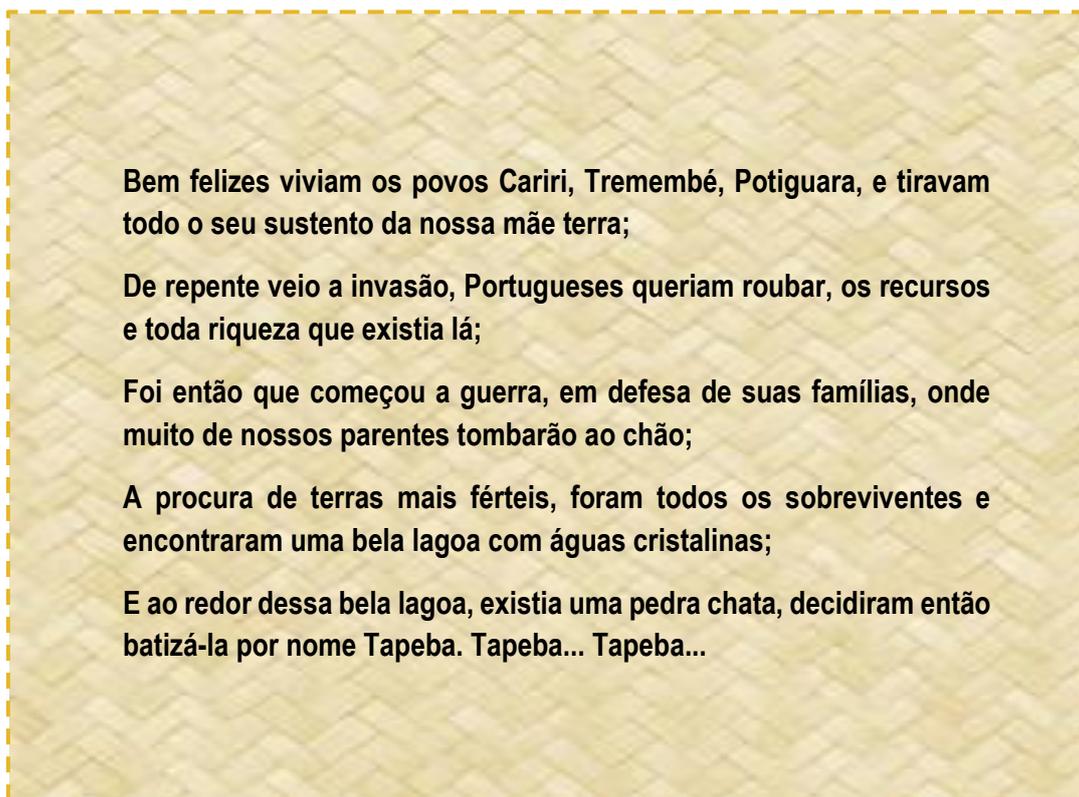
- O povo Potiguara, povo guerreiro da terra de Acajutibiró, exemplo de luta entre os povos do Nordeste, habitava as costas da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Maranhão (FREIRE, 2021). Relatos históricos destacam que tiveram contato com populações não indígenas no início do processo de colonização (VIEIRA, 2006).
- Os Tremembé também são exemplos de resistência no Nordeste, e estão presentes em documentos históricos, pois foram aldeados por religiosos em missões, conviveram e se fundiram com outras etnias do Maranhão e do Ceará. Este povo resistiu e continuou vivendo na mesma região, no

estado do Ceará, nos municípios de Itarema, de Acaraú e de Itapipoca (VALLE, 2021).

- O povo Kariri está presente na região sul do estado do Ceará, nos municípios de Aurora, de Barro, de Crato, de Milagres, de Missão Velha, de Caririaçu e de Lavras da Mangabeira, e sofreu intensamente com a invisibilização de sua existência, lutando, hoje, pela demarcação de sua TI (ADELCO, 2021).
- Os Jucá ocupavam a região conhecida como sertão dos Inhamuns, que corresponde a uma área limítrofe com o estado do Piauí<sup>10</sup>.

A partir destas colocações, apresenta-se, na Figura 20, o rito<sup>11</sup> que conta a história do povo Tapeba pelo próprio povo.

Figura 20 – Rito sobre a história do povo Tapeba



Fonte: elaborado pela autora, a partir de transcrição de áudio

<sup>10</sup> Na pesquisa bibliográfica e documental, não foram encontrados registros sobre a etnia indígena Jucá, apenas relatos que ocupavam a área correspondente ao sertão dos Inhamuns, e fizeram parte do processo de individuação étnica que deu origem a formação de outros povos, como o Tapeba.

<sup>11</sup> Optou-se por enquadrar o rito em uma figura, para destacá-lo no texto, por se referir à história dos Tapeba, contada a partir deles, e, não, por acadêmicos e por pesquisadores.

Este rito que conta a história do povo Tapeba<sup>12</sup> foi obtido pela transcrição de um vídeo gravado em uma atividade cultural Tapeba, a Festa da Carnaúba, uma das festividades mais importantes deste povo, que ocorre anualmente em território sagrado, o *Terreiro Sagrado do Pau Branco*.

Este rito Tapeba conta a saga vivenciada pelos povos para resistir à ameaça dos colonizadores a sua existência, que resultou em genocídios, em etnocídios e na expulsão de suas terras. A terra, para o indígena, não corresponde apenas ao local de habitação, mas é o seu território, sua fonte de vida, em que manifesta a sua cultura e em que expressa a suas territorialidades, por meio de seus modos de viver em comunidade.

No que condiz à origem, também existem toponímias, entre outras atribuições, que explicam a etimologia da palavra Tapeba. Dessa forma, com base no levantamento realizado por Barretto Filho (op. cit.), estruturou-se um quadro explicativo com a síntese das diferentes denominações.

Quadro 9 – Atribuições e origem do nome Tapeba

Topônimo, etimologia e outras atribuições da origem do nome Tapeba	
<b>Atribuições étnicas</b>	"Tapeba", "tapebano" ou "perna-de-pau" são atribuições étnicas, pelas quais uma dada coletividade se identifica e é reconhecida na paisagem social local do município de Caucaia como constituindo um grupo distinto
<b>Topônimo</b>	É o nome de uma lagoa e um riacho periódico — afluente da lagoa da Barra Nova (ou do Poço) — da área rural do distrito da sede do município de Caucaia. O emprego toponímico do termo Tapeba, entretanto, é mais frequente para designar uma área mais inclusiva, genérica e de limites vagamente definidos, abarcando a lagoa e o riacho homônimos. Às vezes, contudo, estas localidades acabam sendo englobadas pelo topônimo Tapeba, dando ao observador a impressão de que, como eles dizem, "é tudo um lugar só; tudo é uma terra só"
<b>Locução adjetiva</b>	Tapebano é uma locução adjetiva para "do Tapeba", "da lagoa do Tapeba". Perna-de-Pau, por sua vez, constitui uma referência ao apelido de um ancestral, ao qual comumente remontam, ao traçar sua genealogia, que diz respeito a, pelo menos, um segmento dos Tapeba: a família de Zabel
<b>Etimologia</b>	A etimologia da palavra Tapeba é tupi, segundo acordo entre vários autores (como Alfredo Moreira Pinto e Thomaz Pompeu Sobrinho), constituindo uma variação fonética de Itapeva (de itá/tá, i. "pedra"; e peva, i. "plano", "chato"): "pedra plana", "pedra chata", "pedra polida", etc.

Fonte: elaborado pela autora, a partir de Barretto Filho (1998)

<sup>12</sup> A convite dos indígenas, participei da Festa da Carnaúba, em 2018, enquanto pesquisadora, e tive acesso a alguns dos ritos compartilhados entre povos do Ceará. Em particular, este se diferenciou dos demais, por contar a história do povo a partir da sua cultura, durante o Toré.

É importante ressaltar que o território concebido, hoje, como Caucaia, historicamente se chamava “Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia”, por isso o município recebeu esta denominação, que significa “mato queimado”. Apesar da invisibilidade dos povos indígenas do Ceará, a presença indígena em seu processo de formação territorial é inegável.

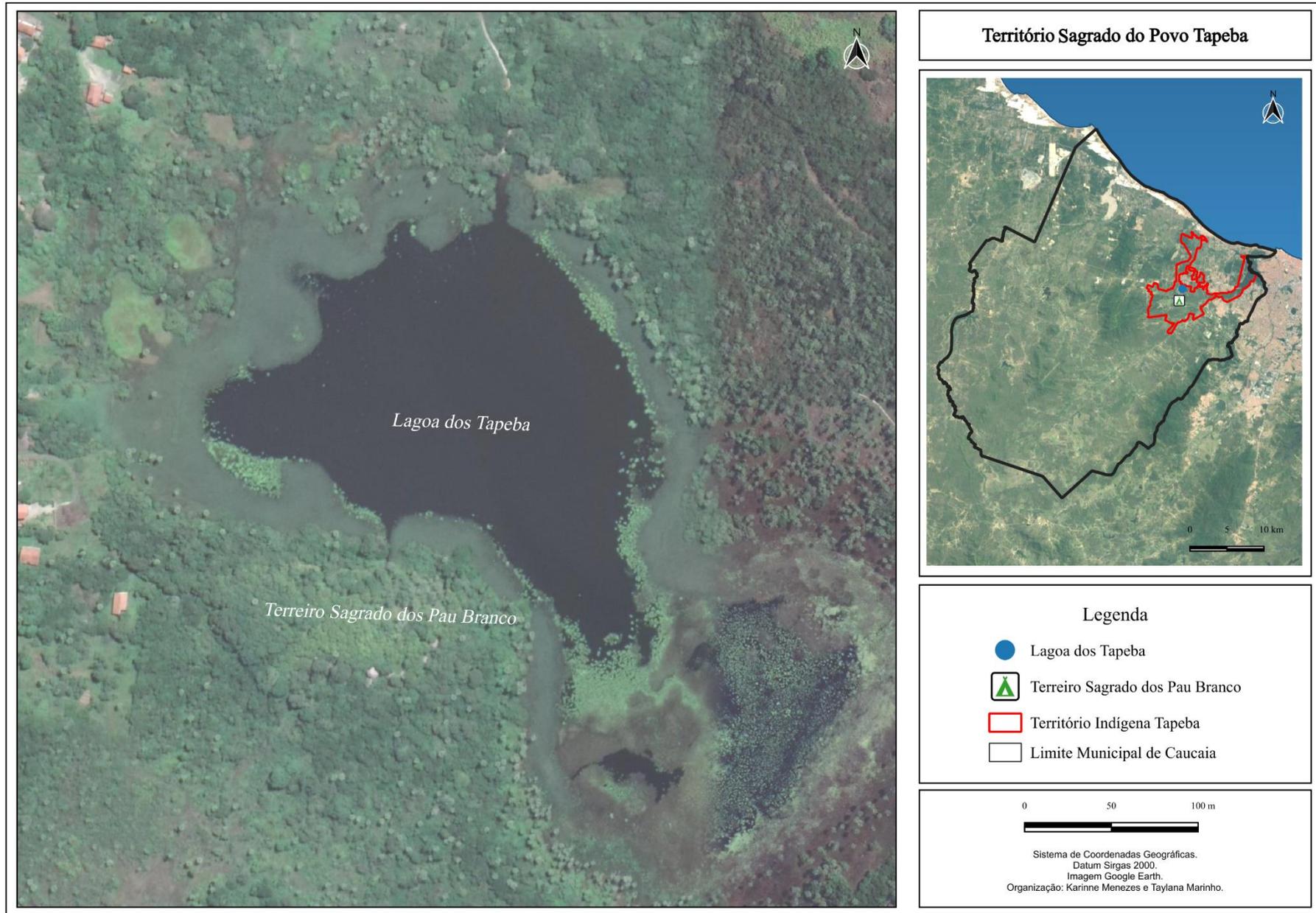
Na busca por entender a historicidade do povo Tapeba, compartilham-se as pesquisas antropológicas de Barretto Filho (1988):

A história dos grupos locais e localidades onde hoje vivem os Tapeba relaciona-se às mudanças recentes nas formas de apropriação fundiária anteriormente obtidas no Tapeba e no Paumirim - tidos como locais tradicionais de habitação deles. Os Tapeba não conheceram apenas uma única modalidade de apropriação fundiária e uso dos recursos naturais disponíveis. Partindo dos dados da historiografia disponível, que caracteriza uma situação de instabilidade, no século passado, quanto à destinação das terras dos extintos aldeamentos indígenas, poder-se-ia caracterizar a situação dos Tapeba como o produto de dois resultados históricos distintos, geralmente encontrados em áreas de colonização antiga: (1) a desagregação de domínios territoriais pertencentes à igreja, onde tenham passado a prevalecer formas de uso comum, onde a "santa" (Na Sa dos Prazeres) apareceria como proprietária; e (2) a perda da posse de eventuais domínios titulados, que teriam sido entregues formalmente a grupos indígenas sob a forma de doação ou em retribuição a serviços prestados ao Estado. (BARRETTO FILHO, 1988, n.p.)

Com base nisso, entende-se que o povo Tapeba é resultado de processos históricos, os quais não lhe garantiram o direito ao uso da terra e não asseguraram, assim, a sua sobrevivência. Barretto Filho (op. cit.) afirma que “[...] expropriados de suas terras por vários mecanismos de troca desigual, eles foram levados a ocupar domínios da União e a residir em bairros do perímetro urbano da cidade”. Contudo, fica claro que Caucaia é essencialmente indígena, sendo ocupada historicamente pelo povo Tapeba, além dos Anacé.

O povo Tapeba tem, como locais sagrados, o Terreiro Sagrado dos Pau Branco e a Lagoa dos Tapeba (Mapa 5). Nesses territórios, ocorre anualmente a Festa da Carnaúba, principal festividade dos Tapeba, assim como feiras culturais e jogos indígenas. Esse evento acontece tradicionalmente no mês de outubro e conta com a presença de outros povos originários. As escolas indígenas também participam ativamente do evento, que é aberto ao público, mas existem atividades exclusivas aos povos.

Mapa 05 - Território Sagrado do Povo Tapeba

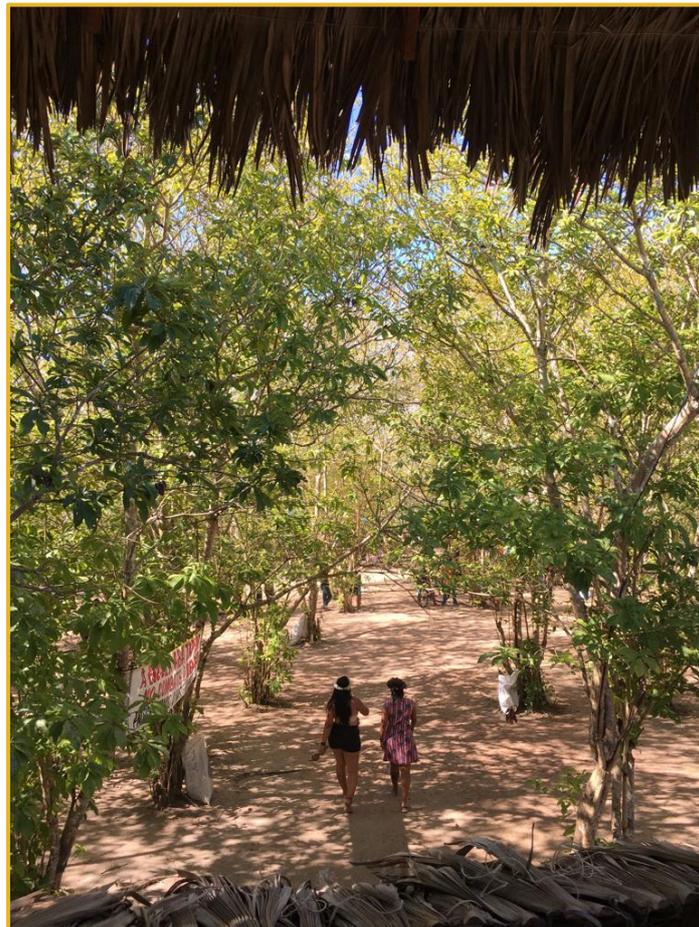


Fonte: MENEZES (2022).

Conforme ADELCO (2021), o povo Tapeba ainda conta com equipamentos, como o Centro Cultural Tapeba e o Memorial Cacique Perna-de-Pau, que se encontram fechados, devido à insegurança no local e à ausência de parcerias, que viabilizem a manutenção das estruturas.

O Terreiro Sagrado dos Pau Branco (Figura 21) se localiza às margens da Lagoa dos Tapeba, no bairro Capuan, no município de Caucaia. As figuras 22 e 23 representam o terreiro sagrado.

Figura 21 – Terreiro Sagrado do Pau Branco



Fonte: arquivo da autora

A articulação das escolas indígenas é fundamental na organização do evento, que ganha notoriedade em cada edição, contando, também, com as presenças do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, do Governo do Estado, da Federação do Comércio de Bens e de Serviços (Fecomércio) e da Prefeitura de Caucaia. O povo Tapeba

também conseguiu eleger um representante do seu povo para a câmara municipal, o vereador Weibe Tapeba, que tem contribuído com a defesa da TI.

Figura 22 – Espaço da feira cultural no terreiro sagrado

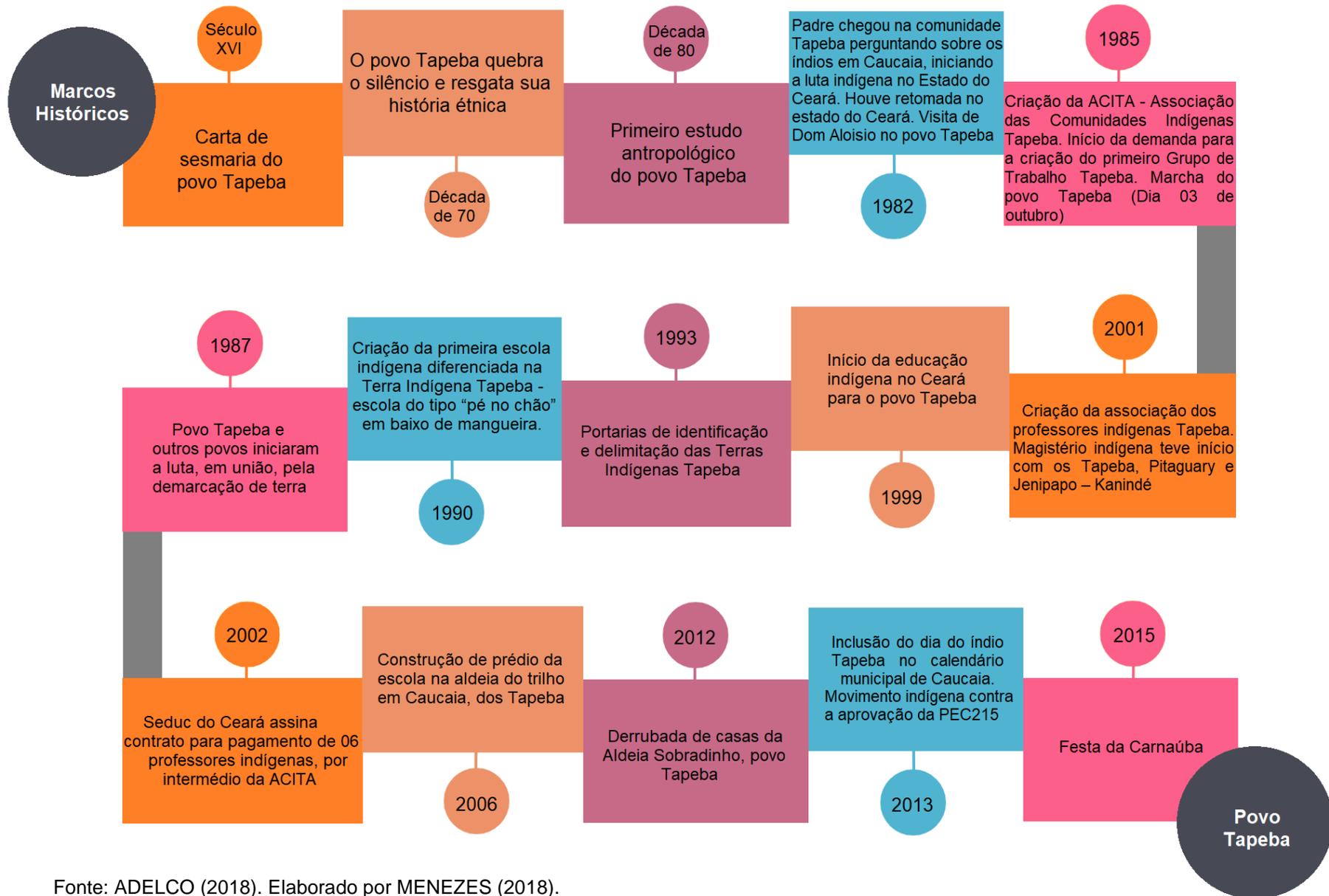


Fonte: arquivo da autora

Conforme ADELCO (2021), o povo Tapeba ainda se destaca pelas produções agrícola, pesqueira, extrativista e artesanal, com as técnicas de trançado da carnaúba e com adornos em geral, e sua área apresenta grande potencial para o turismo ecológico, com atividades de trilhas ecológicas. O artesanato é exposto e comercializado nos eventos, com a presença de indígenas Tapeba, com destaque para a Festa da Carnaúba.

Com base na contextualização histórica sobre o povo Tapeba, estruturou-se um organograma com seus principais marcos históricos, que foi elaborado a partir dos “Marcos Históricos: Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte” (Anexo C). Assim, pode-se ter a dimensão da presença deste povo no território brasileiro, desde a chegada do invasor.

Figura 23 - Marcos históricos do povo Tapeba



Fonte: ADELCO (2018). Elaborado por MENEZES (2018).

O povo Tapeba faz parte do município de Caucaia, desde a sua origem, até a sua constituição territorial. Na figura 24, nota-se a presença deste povo ainda no século XVI, período em que uma carta de sesmaria foi direcionada ao povo Tapeba.

O povo Tapeba deu origem ao município de Caucaia. Como era habitual por parte da Coroa Portuguesa, os Tapeba receberam uma Sesmaria que hoje bate na casa dos 36 mil hectares. Acontece que tal como hoje em dia, regras e leis nunca foram respeitadas por seus próprios criadores. Os indígenas então passaram a sofrer massacres e afugentados se instalaram em áreas afastadas do início desordenado e violento de Caucaia. Todavia, a cidade os perseguiu; implacável. (CIME, 2017, n.p.)

Ou seja, pode-se constatar a presença Tapeba no território brasileiro, ao longo dos séculos, embora tenha sido invisibilizada, historicamente. O Conselho Indigenista Missionário (2017) apresenta, em uma história mais recente, que a década de 1970 é um marco para este povo, pois, em um período crítico do Brasil, determinado pela Ditadura Militar, os Tapeba lutaram pelo seu território.

Destaca-se que é comum os indígenas serem denominados como povos tradicionais neste país, mas é preciso compreender que eles são originários, isto é, que sua presença no território é ancestral, por mais que o governo brasileiro negligencie seus direitos.

Na década de 1980, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, ofereceu uma colônia agrícola ao povo Tapeba, que a recusou, por compreender que a ocupação de seu território era tradicional. Ademais, esta colônia agrícola estava prevista do Estatuto do Índio (CIME, 2017).

Dito de outro modo, a luta do povo Tapeba pela demarcação de suas terras continua, segundo o Conselho Indigenista Missionário:

[...] a FUNAI procedeu e o processo de demarcação se arrastou até... 1997. Ou seja, apenas 12 anos depois o Ministério da Justiça publicou a Portaria Declaratória. A ressaca da festa ainda podia ser sentida, 48 horas depois do Diário Oficial da União ter ido às ruas, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou todo o procedimento demarcatório atendendo à Prefeitura de Caucaia. A municipalidade alegou que não participou do Grupo de Trabalho da FUNAI. Em 2002, um novo procedimento demarcatório foi iniciado para ter a Portaria Declaratória publicada em 2006. Novo procedimento, novo banho de água fria: mais uma vez o STJ anulou todo o trabalho. A Prefeitura de Caucaia reafirmou que não foi chamada ao Grupo de Trabalho da FUNAI, o que contrariava a decisão do STJ de 1997. [...]

Por trás das ações da Prefeitura de Caucaia no STJ estava a poderosa família Arruda. Em 1997, estava o prefeito José Geraldo Arruda; 2006, a esposa Inês Arruda. O problema é que em 2013 os Arruda não estavam na Prefeitura, então ingressaram com ação por conta própria na 3ª Vara Cível de Fortaleza. Sem sucesso, foram bater no TRF-5. Bingo: conseguiram a anulação do processo. (CIME, 2017, n.p.)

A batalha enfrentada pelos Tapeba se estende em diferentes esferas e envolve diferentes grupos sociais, com a presença de políticos, com interesses particulares, e de posseiros, além da pressão urbano-industrial, de modo que as retomadas, para a autodeclaração de suas terras, tornaram-se medidas necessárias para que eles consigam ter seus direitos e sua vida assegurados.

## **6.2 O processo de retomada da TI**

As retomadas (processo de reconquista da terra, pelos indígenas) é um passo importante da luta dos povos originários para ter garantido o seu direito à vida, tendo em vista que, infelizmente, vários povos foram aniquilados, ao longo da história, por não exercerem tais formas de pressão. O movimento indígena Tapeba tem lutado pela demarcação de seu território e as retomadas fazem parte deste processo.

Retomar as terras que lhe foram negadas/tomadas/apropriadas faz parte do método do povo na luta pela demarcação de suas TI, pelo fato de o Estado brasileiro não priorizar e negligenciar a demarcação das terras indígenas, apesar de a Constituição Federal de 1988 reconhecer este direito, ou seja, a luta ainda está distante de chegar ao fim.

O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) (2011) explica que a retomada de terras não se refere apenas à reconquista de um espaço físico, de forma que a luta pela terra é a centralidade, na medida que esta reintegração de espaço é importante para a reafirmação das identidades étnicas dos povos originários.

Para o Cacique Babau Tupinambá, em entrevista a Brasil de Fato (2021), o processo de "[...] retomar é um ritual de recuperar não só a terra: é tomar na mão a vida que foi tirada". E é essencialmente que o povo Tapeba busque retomar suas terras no município de Caucaia (CE).

Figura 24 – Povo Tapeba resiste a despejo de retomada



Fonte: CIMI (2017)

Na Figura 24, temos o povo Tapeba resistindo a um processo de retomada no município de Caucaia, no qual foi-lhe imposto o despejo de suas terras. A retomada em destaque se refere ao Caminho do Trilho, Terra Indígena Tapeba (CIME, 2017).

Conforme o Conselho Indigenista Missionário, a retomada, neste caso em específico, ocorreu porque os indígenas lutam para não viver entre a linha de trem da Transnordestina, que já se encontra desativada, e as cercas, impostas por posseiros, em suas terras.

O Caminho do Trilho é um símbolo. Localizada na Gleba Palmirinho, que ao lado da Gleba Tapeba compõe a terra indígena, as famílias que ali vivem recuperaram o chão tradicional de forma resiliente. Decidiram não mais viver entre a linha de trem da Transnordestina, a pouco desativada, e as cercas dos posseiros. Ao longo dos anos, retomaram cinco áreas. A última, 400 hectares de mata usados para a reprodução física e cultural. Não era o que planejava para o local a STG Construções Imobiliárias. (CIME, 2017, n.p.)

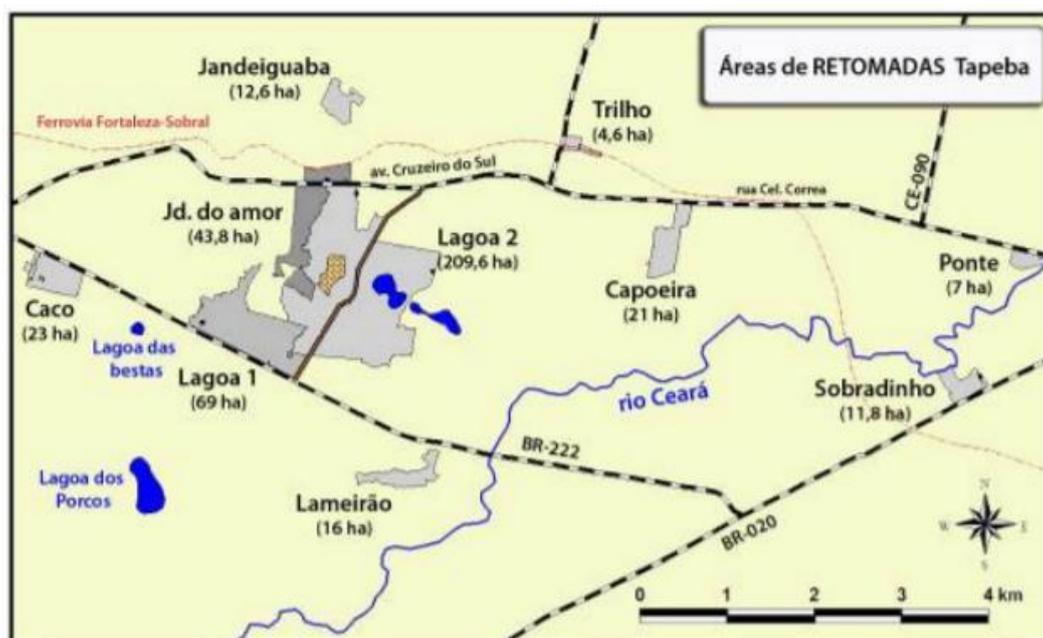
Esta empresa de construção atuou nesta área com o Governo do Ceará e com a Prefeitura de Caucaia, que emitiu licenças ambientais para construções nesta terra reivindicada, mas o povo Tapeba se posicionou contra esta arbitrariedade. Ainda de acordo com o CIME (2017), este território é habitado por 67 famílias. No entanto, a reintegração de posse foi favorável à STG Construções, por isso o despejo de indígenas foi forçado.

Tófoli (2010, p. 88) afirma que “[...] as retomadas são ações políticas geograficamente referenciadas, que impactam na sociabilidade dos indivíduos”, e explica o contexto da necessidade de ações de retomadas de terras, por parte do povo Tapeba.

No caso Tapeba, elas surgiram principalmente pela diminuição dos espaços disponíveis em seu território de uso tradicional, devido à histórica relação de dominação dos fazendeiros locais sobre a população indígena que constantemente os faziam mudar de local de residência. A partir da segunda metade do século XX, somou-se à dinâmica da ocupação dos espaços imposta pela lógica do capital, percebida na construção e na 89 ampliação de rodovias que cortam o território, a crescente urbanização e industrialização que tiveram como consequência a acentuação do estrangulamento dos espaços acessíveis (TÓFOLI, 2010, p. 88-89)

Conforme Tófoli (2010, p. 88), as áreas a serem retomadas pelo povo Tapeba — como a apresentada na Figura 25 — correspondem a 420 hectares<sup>13</sup>, que são interrompidas por “[...] fazendas, bairros, indústrias, postos de gasolina e o próprio centro do município de Caucaia”. Ainda se evidencia que “[...] a área efetivamente ocupada por Tapeba é superior ao da soma das retomadas, mas não foi possível precisar essa dimensão territorial nos limites deste estudo”.

Figura 25 – Área de retomada Tapeba



Fonte: Tófoli (2010)

<sup>13</sup> A pesquisa de Tófoli foi publicada em 2010, por isso se leva em consideração, para este dado, o período de desenvolvimento de sua pesquisa.

Estes são exemplos de retomadas, pelo povo Tapeba, mas, em sua história, muitas ações coletivas foram organizadas pelos indígenas em Caucaia, que seguem lutando por seus direitos, por isso estas autodemarcações são necessárias, pois os povos indígenas não podem ficar de “braços cruzados”, esperando que as ações do governo federal beneficiem suas lutas, uma vez que a não demarcação de terras indígenas também é uma violação aos direitos humanos.

### **6.3 A delimitação da TI**

A delimitação da Terra Indígena é respaldada pelo Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, por meio de procedimentos administrativos, que se baseiam, sobretudo, no artigo 231 da CF, que reconhece os direitos dos povos em terras tradicionalmente ocupadas. No entanto, este processo é de responsabilidade do Poder Executivo, sendo necessário o cumprimento de diferentes etapas na regularização fundiária.

Weibe Tapeba, indígena Tapeba e vereador de Caucaia, esclarece sobre a importância da demarcação do território, pois, ao longo da história, seu povo sofreu massacres, genocídios e silenciamento étnico:

No curso da história, o Povo Tapeba foi vítima de massacres e genocídios sendo o “silenciamento étnico” tapeba a arma utilizada para que o nosso povo continuasse existindo. A demarcação da área de pouco mais de 5.800 hectares vai colaborar para que o patrimônio cultural tapeba, constituído pelo rico artesanato, medicina indígena, rituais, pinturas corporais e a espiritualidade indígena continue firme e seja ainda mais valorizada pelos nossos herdeiros. (O POVO, 2016, n/p)

Sobre o contexto histórico de demarcação da TI Tapeba, Barretto Filho (2017) explica como esta demarcação foi utilizada como um “experimento” jurídico-administrativo no Brasil:

Historiamos e contextualizamos esses desdobramentos, mostrando como a demarcação da TI Tapeba tem servido de balão de ensaio para redefinições jurídico-administrativas heterodoxas no procedimento de demarcação de TIs no Brasil. O foco da análise é o Processo nº 08620.071770/2015-36 (intitulado “Acordo Tapeba - Lideranças Tapeba e os Representantes da Família Arruda”), que trata do acordo judicial entre os índios Tapeba (por meio de suas instâncias representativas), os representantes da família Arruda, o governo do

estado do Ceará, a prefeitura municipal de Caucaia (PMC), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério da Justiça (MJ). Tal acordo foi firmado em 19 de fevereiro de 2016 e judicialmente homologado 2 meses depois, com o intuito expresso de superar um impasse judicial que impedia o prosseguimento da demarcação da TI. Da documentação que compõe o processo do acordo, os Tapeba emergem como protagonistas deste, malgrado evidências públicas do contrário, que exporemos aqui no intuito de problematizar o uso que se faz das noções de vulnerabilidade e autodeterminação no argumento para legitimar o acordo. ((BARRETTO FILHO, 2017, p. 2018)

Oficialmente, as lutas pela demarcação e pelo reconhecimento de suas terras se iniciou na década de 1980, com ações direcionadas, a partir da Arquidiocese de Fortaleza, mas se entende que este processo é mais remoto, pois a autodemarcação, realizada por meio de retomadas, é um exemplo evidente da luta coletiva deste povo. Acordos judiciais para a demarcação governamental, como o explicitado acima, somam-se à luta histórica dos Tapeba pela TI.

Na busca do entendimento temporal a respeito deste processo demarcatório, organizou uma tabela, que apresenta a cronologia do processo de demarcação da TI Tapeba em Caucaia.

Tabela 5 – Cronologia da luta dos Tapeba

<b>Cronologia da luta pela terra Tapeba</b>	
<b>1984</b>	Assessoria às Comunidades Rurais da Arquidiocese de Fortaleza inicia trabalho, junto aos Tapeba de Caucaia
<b>1988</b>	Grupo de Trabalho Interministerial determina estudos adicionais, para dirimir dúvidas, quanto às reivindicações étnica e territorial dos Tapeba
<b>1989</b>	FUNAI inicia processo administrativo, para demarcação do território tradicional Tapeba.
<b>1996</b>	Índio Tapeba é emboscado e assassinado
<b>1997</b>	Portaria da FUNAI declara terras em Caucaia como TI Tapeba. No mesmo ano, STF concede mandado de segurança, suspendendo a demarcação, a pedido do então prefeito de Caucaia, José Arruda
<b>2002</b>	FUNAI cria novo GT, para refazer os estudos demarcatórios da TI Tapeba
<b>2006</b>	FUNAI cria novo GT, para refazer os estudos demarcatórios da TI Tapeba
<b>08/2007</b>	MPF obtém liminar favorável à demanda de suspensão de retirada de barro das terras Tapeba para fabricação de cerâmica. A empresa

	Cerâmica Marbosa é flagrada, explorando o local, sem qualquer tipo de licenciamento ou autorização dos órgãos competentes
<b>05/2008</b>	Em novo julgamento no STF, Prefeitura de Caucaia obtém voto favorável à suspensão do processo administrativo de demarcação, mas o ministro Teori Zavascki pede vistas ao processo
<b>08/2008</b>	Índios Tapeba iniciam campanha virtual para angariar apoio as suas demandas territoriais. Campanha tem início no seminário “Lutas Indígena no Brasil: Memórias, Territórios e Direitos”
<b>03/2009</b>	Índios Tapeba denunciam nova invasão a seu território tradicional
<b>09/2011</b>	Índios Tapeba participam de manifestação, em parceria com outras etnias do estado, em defesa de seus territórios
<b>02/11/2011</b>	Mulheres Tapeba participam da Assembleia das Mulheres Indígenas Cearenses
<b>03/11/2011</b>	Comunidades Tapeba realizam manifestação contra projeto do Eixão das Águas, por irregularidades no licenciamento: SEMACE licenciou projeto, sem realização de consulta prévia aos indígenas
<b>26/06/2012</b>	Cumprindo mandato de reintegração de posse, policiais derrubam dez casas na aldeia Tapeba de Sobradinho
<b>03/07/2012</b>	Povo Tapeba realiza nova manifestação na BR-222, para pressionar o Estado pela demarcação de seu território
<b>10/07/2012</b>	Indígenas Tapeba realizam novo protesto em Caucaia
<b>27/08/2013</b>	Publicação do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tapeba no DOU
<b>15/06/2015</b>	Manifestação, em frente à Justiça Federal no Ceará, conta com 200 indígenas
<b>02/2016</b>	É composto Termo de Acordo entre Estado do Ceará, União (por intermédio do Ministério de Justiça), FUNAI e Prefeitura Municipal de Caucaia para delimitação da TI
<b>08/06/2016</b>	Trezentos indígenas de oito povos distintos do Ceará bloqueiam trecho da BR-222
<b>28 e 29/11 de 2016</b>	Audiências Públicas discutem Ação Civil Pública, relacionada à demarcação da TI
<b>30/11/2016</b>	Juiz Federal titular da 3ª Vara realiza inspeção judicial em áreas ocupadas pela comunidade indígena Tapeba
<b>10/02/2017</b>	Tapeba fecham a BR-222 contra a reintegração de posse de terras, dentro da TI
<b>14/06/2017</b>	AGU derruba, no STF, a liminar de reintegração de posse
<b>04/09/2017</b>	Presidência da República publica Portaria Declaratória da Terra Indígena Tapeba

Em 2017, foi publicada, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, uma Portaria Declaratória, com o objetivo de definir os limites da Terra Indígena Tapeba, reconhecendo a área como tradicionalmente ocupada pelo povo Tapeba, conforme o § 1º do art. 231 da Constituição Federal e o inciso I do art. 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (BRASIL, 2017).

Esta Portaria também teve, como consequência, uma perda de cerca de 10% da área reivindicada pelo povo Tapeba, no entanto ainda representou uma vitória para este povo. Conforme ISA (2017), esta negociação também resultou em polêmicas.

Os cerca de sete mil índios que vivem na TI Tapeba estão comemorando a portaria. De acordo com ela, no entanto, a área perdeu 544 hectares, perto de 10% da extensão total prevista originalmente no relatório de identificação publicado, em 2013, pela FUNAI. A redução resultou de uma polêmica negociação de dois anos, conduzida pelo governo federal, após a demarcação ser suspensa três vezes por decisões judiciais. No início das conversas, os líderes indígenas chegaram a qualificar a proposta de redução de território de “indecente e imoral”. Em 2015, porém, acabaram recuando. (ISA, 2017, n.p.)

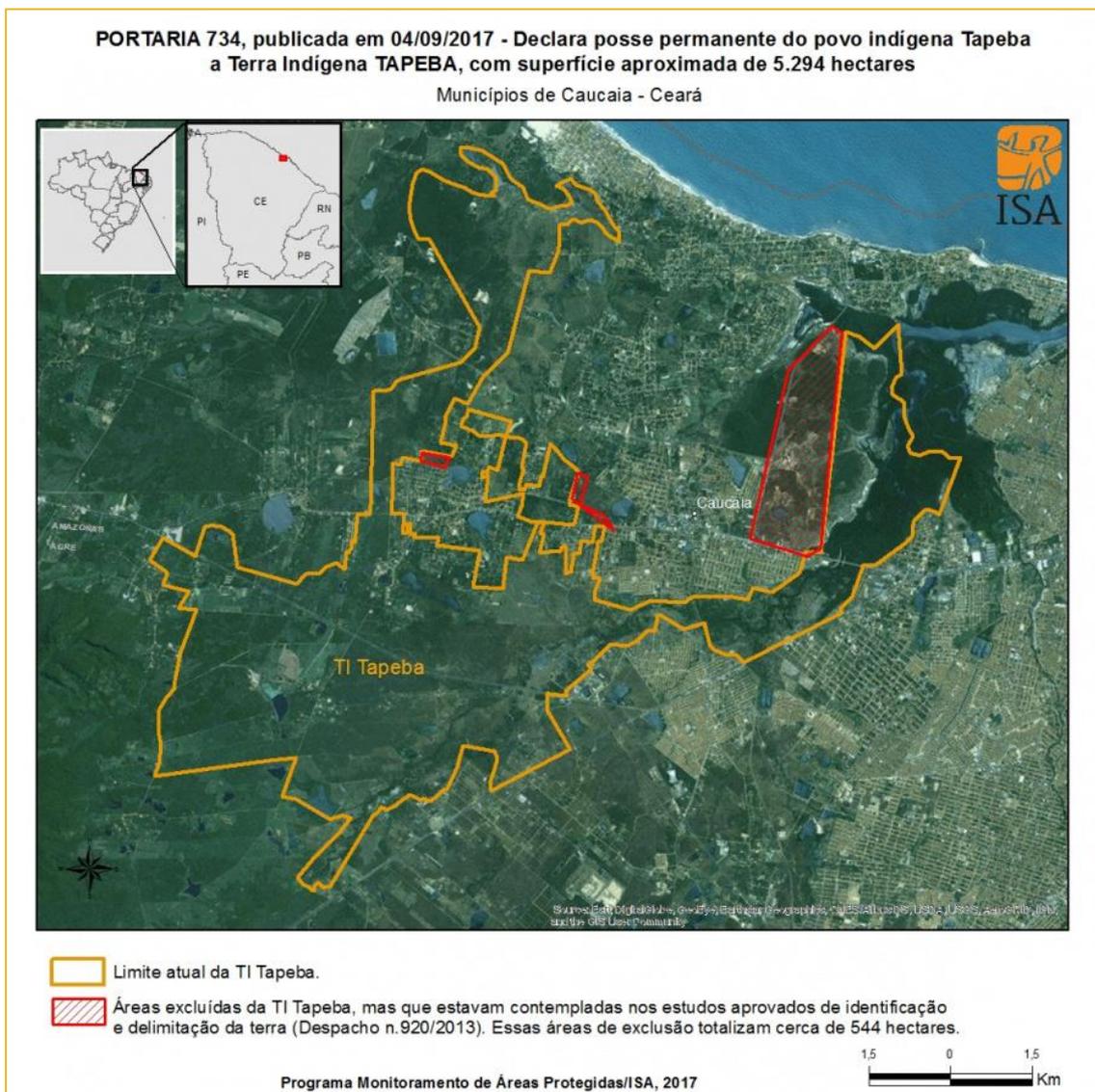
O ISA (2017) ainda destaca que a área perdida corresponde a parte de uma propriedade particular, que pertence a uma família de políticos da região, além de trechos de um projeto habitacional, de uma escola e de áreas destinadas à construção do fórum do município.

As negociações de demarcação contaram com o envolvimento da FUNAI, do Governo do Estado do Ceará, da Prefeitura Municipal de Caucaia, de lideranças indígenas e, como já se esperava, da família Arruda Coelho, que tem uma fazenda na TI (ISA, 2017). Além deste fato ter gerado expectativas, junto à população indígena, o Instituto Socioambiental relata:

Os índios também esperam que a portaria facilite a finalização da demarcação e a implantação de serviços públicos. O acordo prevê a recuperação das margens do Rio Ceará, a relocação de famílias indígenas que estão hoje em áreas de risco, implantação de saneamento, a construção de escolas, casas e postos de saúde. Ainda segundo o entendimento, a FUNAI continuará atuando para evitar que as ações judiciais restantes travem novamente a demarcação. (ISA, 2017, n.p.)

O Mapa 6 representa a TI Tapeba e destaca as perdas de território do município de Caucaia, com base na declaração da Portaria 734, de 4 de setembro de 2017.

Mapa 6 – Área da TI Tapeba, com destaque para as perdas de território



Fonte: ISA (2017)

A garantia da TI, a partir da demarcação, é fundamental para que a TI não seja invadido e ocupado por terceiros, com a proteção de seus limites, apesar de toda a complexidade que envolve a sua delimitação. Enfatiza-se que esta foi uma vitória para o povo Tapeba, mas que a luta permanece.

O Mapa 07 apresenta o território atual do povo Tapeba. A ADELCO (2021) ainda destaca que a TI é atravessada pelas rodovias BR-020, BR-222, CE-090 e CE-085, por uma ferrovia, por gasodutos e um aqueduto, por redes elétricas de alta tensão e de transmissão de telefonia, bem como é impactada pelo desenvolvimento urbano industrial, por ocupações irregulares e por problemáticas ambientais.



## 6.4 A luta do povo Tapeba

O povo Tapeba tem ganhado notoriedade no território cearense, mas suas vitórias não são individuais, ou seja, elas se somam às de outros povos. No entanto, sua luta continua, seja no âmbito jurídico, seja no âmbito social, pois ainda existe um longo percurso a ser traçado.

No que compete ao processo demarcatório de suas terras, ISA (2017) esclarece que este precisa ser finalizado e, para isso, é necessária a demarcação física, além da homologação, pela Presidência da República. Após esta etapa, o governo precisa pagar pelas benfeitorias dos posseiros na TI, assim como desapropriá-los. Esclarece-se, que estes procedimentos reivindicatórios ainda estão em curso.

Neste processo pela garantia de sua TI, a população indígena experimenta opressões e forte pressão, por parte dos diferentes atores sociais que constituem este espaço.

[...] Pode-se destacar as arbitrariedades da polícia e ameaças de supostos proprietários de terra; as pressões dos condôminos da Fazenda Soledade; a luta pela posse de terreno da marinha à margem direita do rio Ceará, ainda em área de mangue, contra a transferência do foro para as indústrias T.B.A. (Técnica Brasileira de Alimentos) e Cerapeles; a instalação de rampa de lixo da companhia de limpeza urbana do município nesse mesmo local; a luta pelo direito dos Tapeba da Capoeira em continuar retirando areia do leito do rio Ceará, contra as violentas tentativas de intimidação de vereadores [Luís Cordeiro (PDS) e Vicente Machado (PMDB)], que haviam arrendado a Fazenda Malícias, em 1988. (FIOCRUZ, 2019, n.p.)

A Fiocruz (2019) ainda aponta que as principais atividades geradoras de conflitos na TI correspondem às ineficiências das políticas públicas e da legislação ambiental. Impactos ambientais também foram identificados, que contribuem com a alteração do regime tradicional de uso e ocupação do território, com invasões do território e com danos a áreas protegidas por lei.

Apesar de terem o direito à saúde garantido por lei, a população indígena, conforme Fiocruz (2019), também sofre com danos à saúde, provenientes da falta de atendimento médico, ocasionando piora na qualidade de vida, além de violências e de crimes, que colocam em risco a integridade física dos habitantes.

No contexto nacional, a luta do povo Tapeba é somada à de outros povos originários. As mulheres Tapeba participam da Marcha das Margaridas, bem

como da Marcha das Mulheres Indígenas, no Distrito Federal, nas lutas por seus direitos.

De acordo com CIMI (2019), a Marcha das Margaridas reúne mulheres do campo, das águas e das florestas, que marcham, em direção à Brasília, para denunciar o governo do atual presidente, que contribuiu com o desmonte de seus direitos, e, assim, buscam reafirmar seu protagonismo nesta luta.

Em agosto de 2021, os Tapeba marcharam para Brasília, para lutar, em conjunto com outros povos, em oposição à tese do Marco Temporal, que ameaça os povos indígenas do Brasil, com os intuitos de garantir e de manter os direitos dos povos originários deste país.

Outra problemática enfrentada, e que dificulta a garantia dos direitos dos povos indígenas do Brasil, refere-se à Fundação Nacional do Índio. Em seus espaços de fala, os indígenas relatam o descontentamento com as ações realizadas por esta entidade, pois, além da falta de apoio, os indígenas ainda se sentem intimidados pelo órgão que deveria amparar suas lutas.

Na Figura 26, podemos ver Cassimiro Itapewa, militante social indígena Tapeba, no Congresso Nacional, em agosto de 2020, na luta pelos direitos dos povos originários do Brasil.

Figura 26 – Militante Tapeba, diante do Congresso Nacional, em Brasília



Fonte: arquivo de Cassimiro Itapewa (Disponibilizada em Agosto/2020)







Entre os problemas identificados na aldeia estão a coleta do lixo e a poluição do rio, que está intrinsicamente relacionado às mudanças nos territórios de pesca. Em decorrência desta condição, os indígenas necessitam se deslocar a jusante do rio para a exercer a atividade pesqueira.

Conforme os indígenas, os problemas ambientais que assolam a TI também são advindos de empreendimentos, que estão dentro ou nas proximidades de seu território, os quais também afetam o rio Ceará, que também sofre com aterros sanitários.

- Entre os problemas, destacam-se:

- *Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia (ASMOC);*
- *Rodovias federais e estaduais;*
- *Linha ferroviária;*
- *Obras do Eixão das Águas;*
- *Gasodutos.*

- Como consequência da instalação destes empreendimentos, foram apontados:

- *Poluição ambiental;*
- *Poluição visual;*
- *Desmatamento;*
- *Mineração irregular;*

Outra problemática social que traz preocupações para o povo Tapeba se refere à entrada de drogas no território, devido ao crescimento do tráfico de drogas, da criminalidade, da prostituição e das facções no município de Caucaia.

Também se acentuaram, neste contexto, os problemas, referentes à ausência de recursos, à inexistência de saneamento, a alagamentos, à falta de apoio do governo na garantia de direitos, ao desemprego, um problema social que não pode ser ignorado, e à ausência de espaços de lazer.

## 6.5 Festa da Carnaúba: cultura e marcas da resistência

A Festa da Carnaúba<sup>15</sup> é uma festividade tradicional do povo Tapeba e, a partir de 2015, ela entrou nas agendas locais. Uma das formas de conhecer a cultura e a história de um povo é pelos seus rituais e, neste evento anual, este povo compartilha seus costumes, seus jogos e sua cultura com comunidades, com a sociedade não indígena e com outros povos originários, seus parentes de luta. Estudantes e pesquisadores universitários, assim como políticos locais, também têm ido à festa, para conhecer o espaço.

A Figura 30 representa o local, em que as escolas e os moradores das aldeias expõem seus artesanatos, bem como cartazes, folhetos informativos e elementos, que representam o povo para o público que os visita. A juventude indígena tem papel muito importante nesta festividade, pois é uma forma de incluí-la no movimento indígena.

Figura 30 – Espaço para visitação na Festa da Carnaúba



Fonte: arquivo da autora

---

15 A carnaúba (*Copernicia prunifera*) é a palmeira sertaneja do Nordeste. A árvore de vida longa já teve sua beleza e exuberância divulgadas em páginas da literatura brasileira. Escritores como Mário de Andrade, José de Alencar e Euclides da Cunha a destacaram em suas obras. Seu nome é derivado do tupi e significa árvore que arranha, por conta da camada de espinhos que cobre a parte inferior do caule (CERRATINGA, 2021).

A Festa da Carnaúba acontece no município de Caucaia, às margens da Lagoa dos Tapeba. De acordo com Terras Indígenas do Brasil (2002), esta festa é realizada para que os indígenas louvem à natureza e para que afirmem sua cultura, e a carnaúba, planta que nomeia a festividade, é uma marca da etnia e um meio de subsistência, sendo considerada a fonte da vida para os Tapeba.

De modo bastante singular, eles compartilham os seus costumes e as suas memórias, que foram repassadas, ao longo das gerações, por meio do movimento indígena e das relações familiares. A Educação Escolar Indígena também se destaca nesta festividade, que reúne todas as escolas Tapeba.

A festa ainda conta com ritos ancestrais e com apresentações culturais organizadas pelos moradores das aldeias do povo Tapeba, com o apoio de estudantes e de profissionais indígenas. Na sequência, a Figura 31 mostra a abertura da Festa da Carnaúba, em que os indígenas contam a história do povo Tapeba, por meio de ritos e de danças.

Figura 31 – Apresentação cultura na abertura da Festa



Fonte: arquivo da autora

Conforme ISA (2002), a Festa da Carnaúba se inicia com um ritual sagrado, no qual a palha das árvores é reverenciada pelo povo. A dança tradicional do povo Tapeba se chama Toré. Além da dança, durante a festividade, também são contadas histórias recentes e ancestrais, sendo, este momento, um sinal de fortalecimento de sua luta.

As figuras 32 e 33 retratam a presença do povo Tapeba no terreiro sagrado. A presença das lideranças indígenas neste evento é uma oportunidade de as comunidades conhecerem a cultura e a resistência dos Tapeba na TI, além de proporcionar trocas de experiências.

Figuras 32 e 33 – Pajé Raimunda, Sérgio (liderança) e Cacique Alberto (à esquerda) e imagem do ritual indígena no terreiro sagrado (à direita)



Fonte: arquivo da autora

A Figura 33 representa um ritual no terreiro sagrado, em que os indígenas professam sua fé, marcam sua presença no território e busca retomar suas tradições ancestrais. A bebida compartilhada entre o povo Tapeba, chamada Mocororó, é produzida a partir da fermentação do caju.

Figuras 34 e 35 – Momento de “oração” (à esquerda) e imagem da estrutura para visitação



Fonte: arquivo da autora

Na Figura 34, pode-se observar a união deste povo, durante a festividade, enquanto, na Figura 35, v e-se uma das estruturas disponíveis para visita o, que foi construída coletivamente pelo povo, com recursos disponíveis na TI.

Parafraaseando ISA (2002), as habita es do povo utilizaram, em sua história, o tronco da carnaúba para manter a sua estrutura. Aproveita-se a sua palha na cobertura dos telhados das casas e, também, na elabora o de vestes (como usadas pelas mulheres na Figura 31). Da  rvore também se retira o tucum, fibra usada no artesanato indígena.

Como se pode ver, da carnaúba tudo se aproveita, desde a palha, até o tronco, e a cera produzida por esta espécie também pode ser comercializada, por isso o povo Tapeba a valoriza tanto, pois faz parte de sua história e de suas práticas extrativistas. É importante destacar que a carnaúba não é relevante apenas para este povo, mas para a popula o nordestina, principalmente, a que ocupa a região dos sertões.

Ademais, este momento se tornou uma oportunidade para que o povo manifeste aspectos importantes de sua luta e para a realização de ações direcionadas, principalmente, aos indígenas, na busca do fortalecimento de sua cultura e da construção de um diálogo com outros povos.

Na Festa da Carnaúba de 2019, foram disponibilizados, à toda a comunidade que os visitou, cartazes informativos, incitando às mulheres a não se calarem, perante situações de violência (Figura 36). Também foram disponibilizados, ao público geral, folhetos, com informações sobre as ervas tradicionais utilizadas na medicina indígena.

Figura 36 – Divulgação de cartazes em defesa da mulher



Fonte: arquivo da autora

Os jogos indígenas (Figura 37) também são importantes, durante a realização da festa, pois representam o momento de encontro do povo Tapeba com seus “parentes”, como estes chamam os outros povos. Tal vínculo é fundamental, pois a luta indígena faz parte de uma coletividade que tem, como objetivo, a garantia de seus direitos originários.

Figura 37 – Representação dos jogos indígenas



Fonte: arquivo da autora

Por fim, é relevante destacar, no contexto da festa, os artesanatos produzidos pelo povo Tapeba. Alguns adornos, objetos e decoração são expostos, para o conhecimento de sua cultura, enquanto outros são comercializados, podendo ser adquiridos pelo público visitante. Pinturas corporais, com grafismos, também podem ser realizadas, durante a Festa da Carnaúba.

Desta forma, as Figuras 38 e 39 destacam a exposição de artesanatos no Terreiro Sagrado. Nesta área, pode-se perceber a importância deste momento na valorização da cultura indígena Tapeba, pois este povo sofre, com os processos de invisibilização e com os preconceitos, constituídos a partir da composição de inverdades a seu respeito no município de Caucaia.

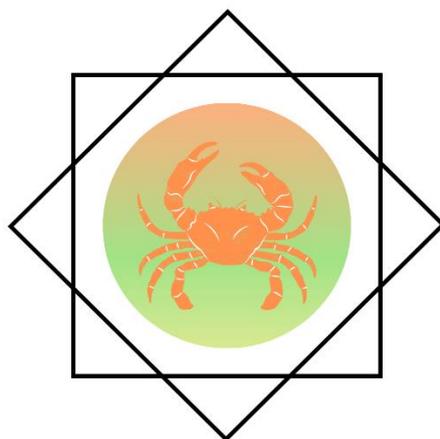
Figuras 38 e 39 – Exposição de artesanato (à esquerda) e imagem de um artesão Tapeba (à direita)



Fonte: arquivo da autora

Nota-se que a festa da Carnaúba é mais que uma expressão cultural, é a manifestação do movimento indígena no território, são indígenas conectados com a natureza, com seus saberes ancestrais. Além disso, representam neste espaço, a sua forma específica de organização social para populações não-indígenas de Caucaia/CE.

Capítulo VII



## Capítulo 7

---

### SOMOS QUEM PODEMOS SER; SONHOS QUE PODEMOS TER: A ALDEIA DA PONTE, DO POVO TAPEBA

---

*“Um dia me disseram  
Que as nuvens não eram de algodão  
Sem querer eles me deram  
As chaves que abrem essa prisão  
Quem ocupa o trono tem culpa  
Quem oculta o crime também  
Quem duvida da vida tem culpa  
Quem evita a dúvida também tem [...]”<sup>16</sup>*

*(Humberto Gessinger)*

As populações originárias são singulares, de modo que cada povo exerce seus modos de viver em sociedade de forma particular, e suas lutas não são individuais, mas coletivas. Eles não podem ser compreendidos como o passado da nossa história, mas como o futuro, e, para que isto ocorra, precisam ter seus direitos assegurados.

A Aldeia da Ponte, do povo Tapeba, em Caucaia (CE) faz parte desta história e resiste, em um ambiente socialmente produzido. Em meio a todas as adversidades, e, mesmo, estando inserida em uma área com grande pressão demográfica, a aldeia resiste, às margens do rio Ceará.

O rio Ceará é essencialmente urbano. Nasce na Serra de Maranguape, na Região Metropolitana de Fortaleza, tem, como principal afluente, o rio Maranguapinho, e sua foz está situada na divisa dos municípios de Caucaia e de Fortaleza (capital do estado).

Suertegaray (2021, p. 66) explica que a natureza pode ser concebida, a partir de conceitos e de representações e que “[...] as práticas humanas a transformam, e a natureza, nesse processo histórico, não sendo mais natureza primordial, precisa ser distinguida e, em suas representações atuais, ressignificada”. O uso da terra na aldeia revela o contexto, no qual a população

---

<sup>16</sup> Compositor da letra: Humberto Gessinger. Ano de lançamento: 1988. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/engenheiros-do-hawaii/12899/>. Acesso em 11 dez. 2021.

está inserida, enfatizando que os indígenas fazem parte da natureza e que também são natureza.

### 7.1 A Aldeia da Ponte em perspectiva

A Aldeia da Ponte é uma das 17 aldeias do povo Tapeba em Caucaia, porém, diferentemente das outras aldeias deste povo, esta contém o território de uma unidade de conservação, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Ceará-Rio Maranguapinho. Tal sobreposição é um grande desafio a ser superado, não, apenas, no Ceará, mas em todo o território brasileiro, pois a implantação de unidade de conservação em TI traz consigo contradições. No entanto, esta interface será discutida posteriormente, em outra sessão.

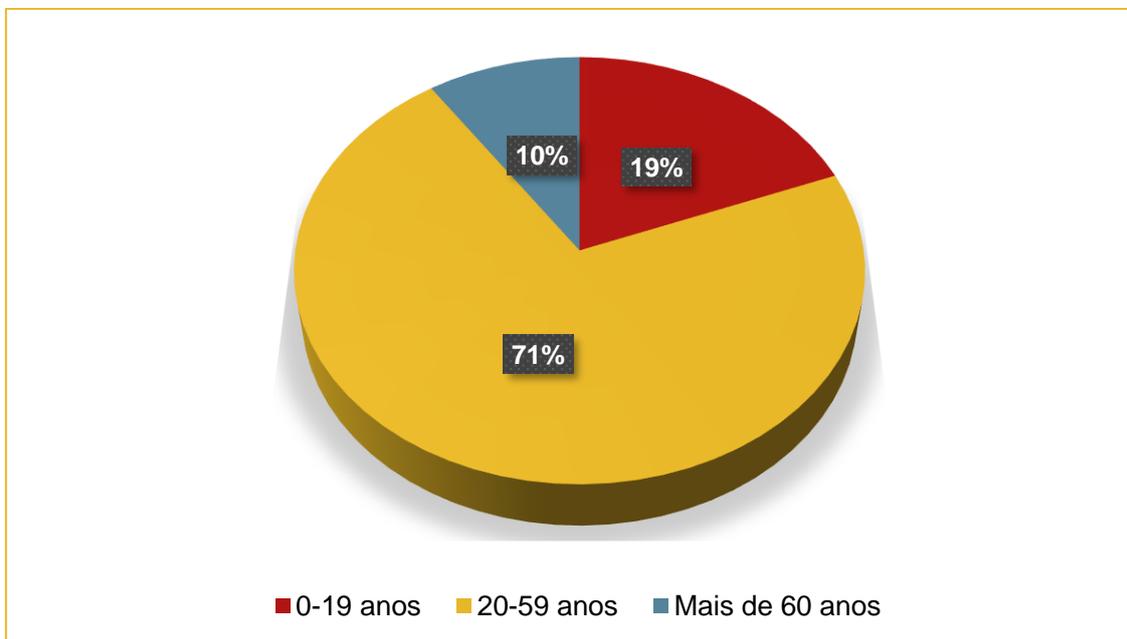
Não se pode falar da Aldeia da Ponte, sem ressaltarmos o protagonismo das mulheres indígenas na retomada do território. De acordo com a Pajé do povo Tapeba, quando a Arquidiocese de Fortaleza iniciou ações, junto ao povo Tapeba, para reconhecimento da TI, na década de 1980, foram estas mulheres que formaram um grupo para lutar pelos direitos e pelo resgate da cultura do povo, primeiramente, inclusive, dividindo esta experiência com outros povos indígenas cearenses, que estavam passando pelo mesmo processo.

Desde então, muitas batalhas foram travadas por este povo, como as lutas contra posseiros e contra as invasões, pela regularização fundiária, pela demarcação e pela homologação de seu território, por exemplo. Além disso, viram o ambiente em que se estabeleceram passar por transformações, como o aumento da poluição do rio Ceará, principal fonte da vida da Aldeia da Ponte. Hoje, estes indígenas se preocupam com questões impensáveis em décadas anteriores, decorrentes do crescimento da criminalidade, do tráfico de drogas e, conseqüentemente, da insegurança.

Na busca de compreender a Aldeia da Ponte sob diferentes perspectivas, elaborou-se um questionário, com o intuito de conhecer o contexto desta população nos dias atuais, ao qual foram respondidos por 39 famílias. Nesta etapa, trabalhamos especificamente com os moradores da margem esquerda do rio Ceará, em que residem as lideranças indígenas, a cujo local foi fornecido o livre acesso, por parte da Pajé e de outras lideranças do povo Tapeba, que também foram bastante receptivas.

Deste modo, apresenta-se o Gráfico 8, que traz informações sobre a faixa etária dos entrevistados na aldeia.

Gráfico 8 – Faixa etária dos entrevistados



Fonte: elaborado pela autora

Em diálogos com as lideranças indígenas, foi relatado a presença de habitantes não indígenas no município de Caucaia, que ocupam territórios historicamente pertencentes ao povo Tapeba. Muitas destas famílias se estabeleceram nesta área, antes do processo de retomada, iniciado na década de 1980, ocorrendo, também, a presença de posseiros na TI, devido aos problemas de regularização fundiária, a qual continua pendente.

Diante desta informação, buscou-se conhecer a origem étnica dos moradores, para termos um panorama sobre o contexto histórico-social de ocupação da área em questão. Dessa forma, para identificar a origem da população, foram estabelecidas três categorias distintas:

- 0-19 anos (Gráfico 9);
- 20-59 anos (Gráfico 10);
- A partir de 60 anos (Gráfico 11).

Constatou-se, com base nas informações apresentadas nos gráficos 9, 10 e 11, que 75% da população com idade entre 0 e 19 anos residente na TI,

especificamente, na Aldeia da Ponte, faz parte do povo Tapeba, enquanto 93% dos moradores com idade entre 20 e 59 anos são indígenas e todas as pessoas com mais de 60 anos são pertencentes ao povo Tapeba.

Gráfico 9 – Informações sobre a origem étnica dos habitantes na faixa etária 0-19 anos



Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 10 – Informações sobre origem a étnica dos habitantes na faixa etária 20-59 anos



Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 11 – Informações sobre origem étnica dos habitantes com idades a partir dos 60 anos



Fonte: elaborado pela autora

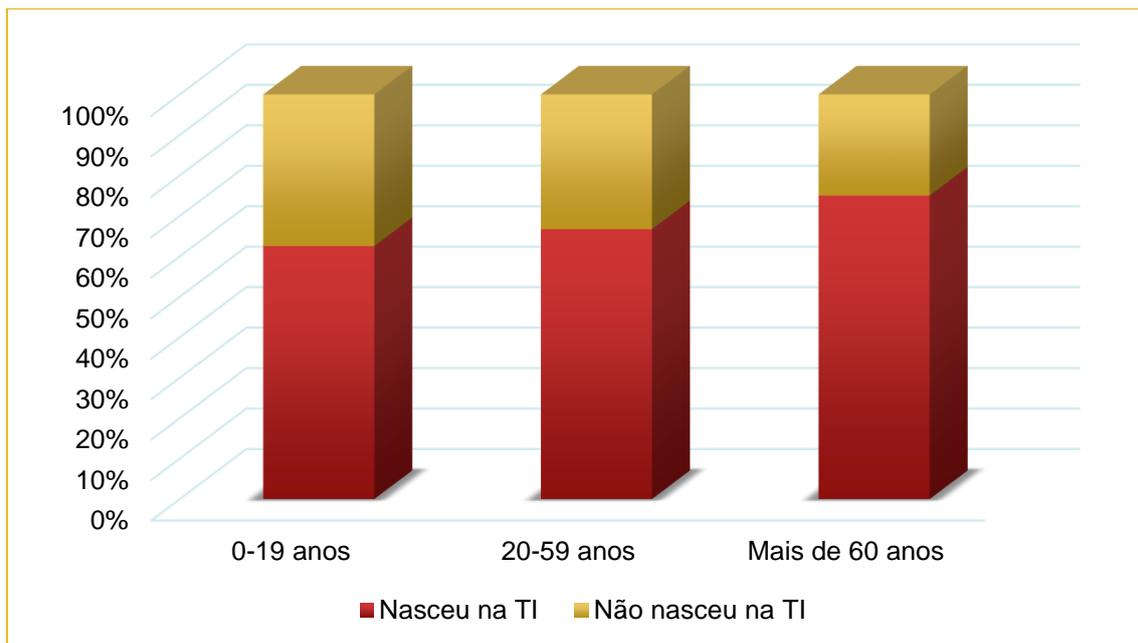
As diferenças percentuais identificadas entre os grupos etários da Aldeia da Ponte podem ter várias razões. Entre as perspectivas interpretadas, tem-se:

- a mobilidade de habitantes mais jovens, que, agora, residem na comunidade e;
- a saída de jovens indígenas para viver em outras aldeias e, mesmo, em outros bairros da cidade de Caucaia e da região metropolitana.

Entretanto, outras razões podem ser evidenciadas, como a negativa ou dificuldade de se identificarem como pertencentes ao grupo, por não se (auto)reconhecerem indígenas. Essa possibilidade não pode ter o seu peso descartado.

Os dados sobre os nascimentos dos entrevistados (Gráfico 12) reforçam ainda mais a lógica destacada: jovens e grupos mais avançados têm níveis de mobilidade diferentes. Os grupos mais jovens são mais propensos ao deslocamento. Esse dado ressalta, também, os diferentes níveis de acesso a políticas e a equipamentos públicos. É muito mais provável que os grupos mais jovens tenham acesso à saúde básica e a hospitais, saindo da TI.

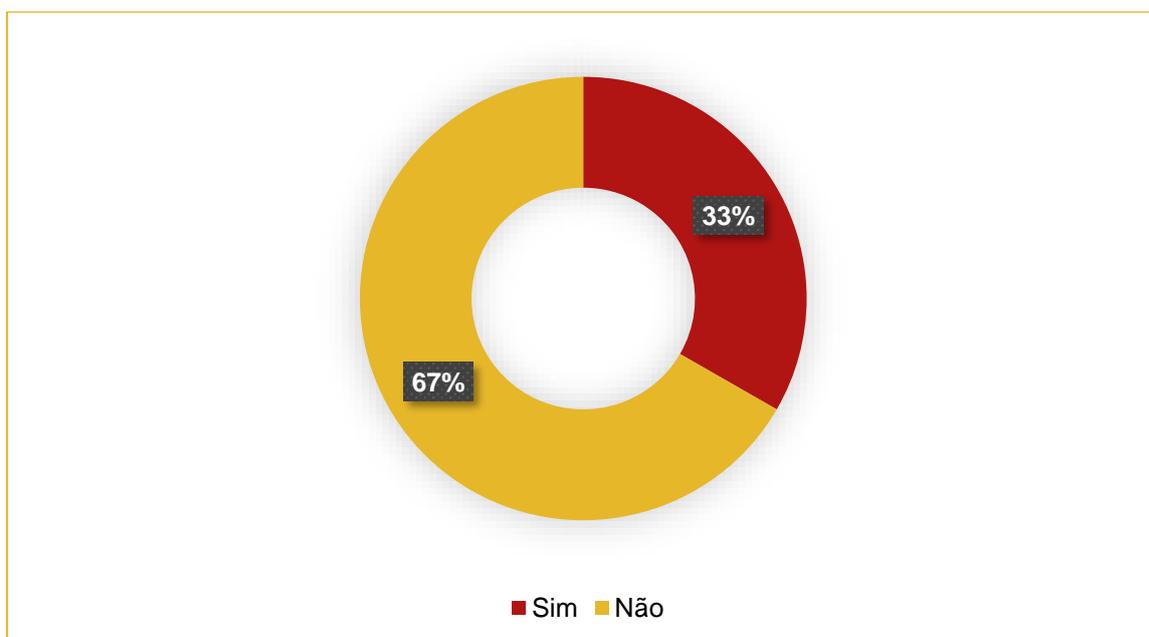
Gráfico 12 – Nascimentos na TI



Fonte: elaborado pela autora

A presença ativa de indígenas no movimento indígena tem crescido, fortalecendo a luta, dentro e fora de seus aldeamentos, de modo que 33% dos entrevistados fazem parte de alguma associação e estimulam seus “parentes” a participar de manifestações.

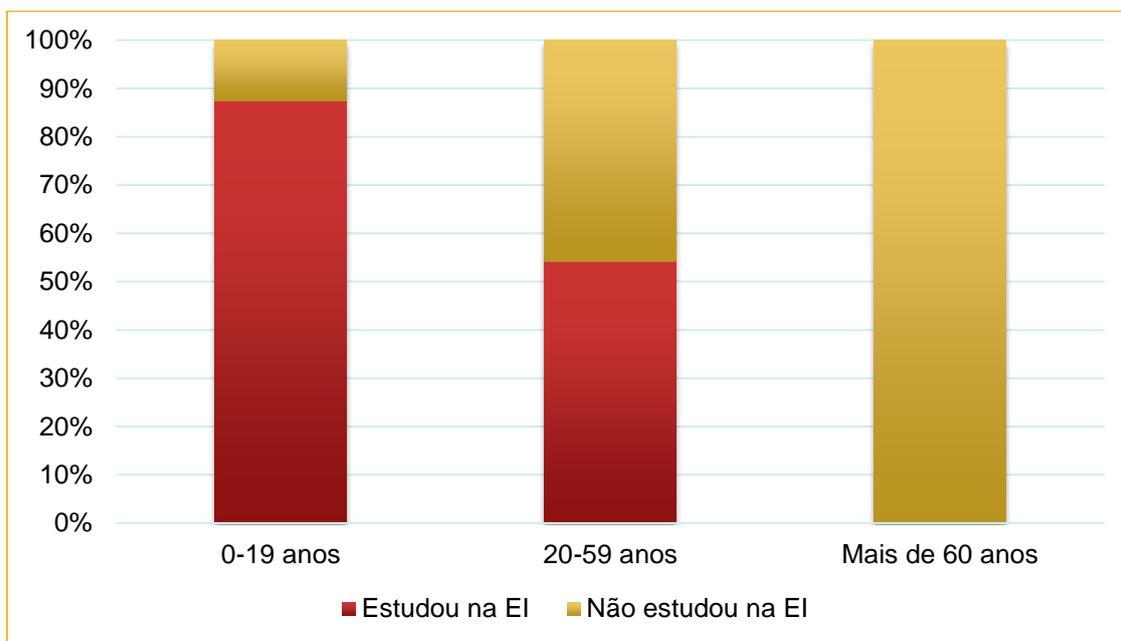
Gráfico 13 – Liderança indígena



Fonte: elaborado pela autora

Em muitos momentos, foi evidenciada a dificuldade de se implementar políticas públicas substanciais e efetivas para os grupos indígenas brasileiros. O Gráfico 14 mostra um ponto de avanço efetivo, em termos de acesso à educação indígena.

Gráfico 14 – Acesso a escolas indígenas



Fonte: elaborado pela autora

Os jovens de até 19 anos estão, em sua grande maioria, incluídos na Educação Indígena, contrastando imensamente com as pessoas dos grupos etários mais avançados, que não tiveram acesso a políticas educacionais, historicamente. Dessa forma, os dados qualitativos apontam um avanço na implantação de políticas no TI.

Ressalta-se, entretanto, a perspectiva da educação indígena da Aldeia da Ponte, a partir da realização de uma avaliação de cunho essencialmente qualitativa. Infelizmente, avaliações sobre as condições da infraestrutura física das escolas, dos seus currículos, da alimentação escolar, de transporte, entre outros fatores, ficaram de fora do escopo da pesquisa.

Apesar de todas as contrariedades que vivenciam, enquanto povo, do Tapeba persistem na luta pela permanência em seu território, pela valorização de sua cultura, pela garantia de uma educação escolar diferenciada, pelo acesso à saúde e pela implementação de políticas públicas em sua TI.

## 7.2 APA do Estuário do Rio Ceará

No estado do Ceará, as unidades de conservação são geridas pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), com base na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), responsável por estabelecer critérios e normas para a criação, para a implementação e para a gestão destas unidades nos territórios. O Quadro 10 apresenta as unidades do estado do Ceará, sob responsabilidade da SEMA, quanto ao manejo, à conservação e ao desenvolvimento de pesquisas.

Quadro 10 – Gestão de UC, pela Secretaria do Meio Ambiente do Ceará

<b>UC e Corredores Ecológicos administrados pela SEMA</b>	
<b>Áreas de Proteção Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ APA do Rio Pacoti</li> <li>▪ APA da Bica do Ipu</li> <li>▪ APA da Lagoa da Jijoca</li> <li>▪ APA da Lagoa do Uruaú</li> <li>▪ APA da Serra da Aratanha</li> <li>▪ APA da Serra de Baturité</li> <li>▪ APA das Dunas da Lagoinha</li> <li>▪ APA das Dunas de Paracuru</li> <li>▪ APA do Estuário do Rio Curu</li> <li>▪ APA do Estuário do Rio Ceará</li> <li>▪ APA do Estuário do Rio Mundaú</li> <li>▪ APA do Pecém</li> <li>▪ APA do Lagamar do Cauípe</li> </ul>
<b>Área de Relevante Interesse Ecológico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arie das Águas Emendadas dos Inhamuns</li> <li>▪ Arie do Sítio Curió</li> </ul>
<b>Parques</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Parque Estadual Botânico do Ceará</li> <li>▪ Parque Estadual das Carnaúbas</li> <li>▪ Parque Estadual do Cocó</li> <li>▪ Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio</li> <li>▪ Parque Estadual Sítio Fundão</li> </ul>
<b>Estação Ecológica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estação Ecológica do Pecém</li> </ul>
<b>Monumentos naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monumento Natural os Monólitos de Quixadá</li> <li>▪ Monumento Natural das Falésias de Beberibe</li> </ul>
<b>Refúgio de Vida Silvestre</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Refúgio de Vida Silvestre do Periquito Cara- Suja</li> </ul>
<b>Corredor Ecológico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corredor Ecológico do rio Pacoti</li> </ul>

Fonte: SEMA (2022)

Além disso, a SEMA também é responsável por postos avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Parque Estadual Botânico do Ceará, pelo Parque Estadual do Cocó, pelo Refúgio da Vida Silvestre Periquito da Cara Suja e pela Reserva Natural da Serra da Pacavira, que é a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

No processo de gestão destas unidades de conservação, a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará opera projetos, cujas ações estabelecidas e em processo de implementação estão descritas no Quadro 11.

Quadro 11 – Projetos nas unidades de conservação

<b>Projetos nas unidades de conservação (operando e em elaboração)</b>	
<b>Semana do Meio Ambiente (Campanha)</b>	A SEMANA DO MEIO AMBIENTE, instituída oficialmente pelo Decreto nº 86.028, de 27 de maio de 1981, tem, como finalidade, “[...] promover a participação da comunidade nacional na preservação do patrimônio natural do país”. Esse evento é realizado anualmente, em períodos variados. A maior parte das unidades de conservação gerenciadas pela SEMA possui atividades educativas específicas, durante a Semana do Meio Ambiente
<b>Festa Anual das Árvores (Campanha)</b>	A SEMA, em parceria com municípios cearenses, com ONG, com universidades, com escolas, com movimentos ambientalistas e com entidades privadas, realiza diversas ações de educação ambiental em todo o estado, com os objetivos de conscientizar e de sensibilizar a população sobre a importância das árvores no equilíbrio da vida no planeta. A cada ano, é escolhido um tema para direcionar os trabalhos da Festa Anual das Árvores
<b>Semana da Biodiversidade (Campanha)</b>	No dia 22 de maio, celebra-se o Dia Internacional da Biodiversidade. Diante disso, várias instituições organizam eventos neste dia, com atividades de educação ambiental, buscando alertar sobre a importância da diversidade biológica para o bem-estar da população e para a conservação dos recursos naturais. Assim, o objetivo da Semana da Biodiversidade é de divulgar a necessidade de conservação da biodiversidade, focando na proteção dos recursos naturais, condição essencial ao bem-estar e à qualidade de vida da população, por meio de ações de cunho ambiental estabelecidas em um calendário de atividades interativas e lúdicas, a serem realizadas pela Secretaria do Meio Ambiente, juntamente com parceiros, nas unidades de conservação
<b>Dia de Limpeza de Praias, Rios e Lagoas (Campanha)</b>	O Dia de Limpeza de Praias, Rios e Lagoas foi criado pela Rede Nacional de Educadores Ambientais, durante a Conferência Internacional ECO-92. No estado do Ceará, desde 1993, o governo realiza campanhas de educação ambiental nas áreas do entorno dos recursos hídricos, sobretudo, os localizados nas unidades de conservação. O principal objetivo é de sensibilizar a população para a proteção dos recursos hídricos, através da participação e do engajamento da comunidade local no cuidado com o meio ambiente. A ideia é estabelecer um exemplo do cuidado necessário com a água e com a vida no planeta
<b>Vem Passarilhar</b>	O projeto #VemPassarilhar foi criado pelo Observatório de Aves, do Instituto Butantan, com o objetivo de promover a conexão das pessoas com a natureza e, ao mesmo tempo, de envolvê-las no monitoramento das aves, dentro do conceito de ciência cidadã. Esse projeto consiste em um passeio de observação de aves aberto ao público e guiado por um ornitólogo ou pessoa treinada. Durante a caminhada, além de identificar as espécies com os participantes, o pesquisador

	explica curiosidades, relacionadas à biologia e a outros aspectos da história natural das espécies, visando a despertar o interesse e a admiração pelas aves
<b>Viva o Parque</b>	O Projeto Viva o Parque propicia à população a oportunidade de se reaproximar da natureza, através de atividades de educação ambiental, de práticas esportivas, de lazer e de recreação, realizadas em áreas de unidades de conservação estaduais
<b>ECOMAPS</b>	O projeto resulta de uma parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IF-CE) e a Secretária do Meio Ambiente (SEMA), consistindo em um aplicativo de mapeamento ambiental, por meio do qual é possível conhecer a exuberante vegetação das unidades de conservação
<b>Trilhas com Cunho Educativo</b>	A atividade tem os objetivos de avaliar e de obter uma percepção, a respeito do conhecimento da população usuária de trilhas, sobre questões que envolvem as UC e outras questões ambientais. Além disso, também proporcionará um repasse de conhecimento mais efetivo, por parte do educador ambiental da UC, aos visitantes. Essa atividade irá ocorrer, por meio de questionários semiestruturados, que serão aplicados, antes de iniciar a atividade e ao seu término
<b>Exposição de Sementes</b>	O projeto tem o intuito de divulgar a flora de cada UC, bem como de promover exposições itinerantes de semente das espécies presentes nos espaços
<b>Gincana Ecológica</b>	A Gincana Ecológica tem, como principal intuito, elaborar atividades lúdicas e artísticas para os públicos infantil e infanto-juvenil das escolas públicas
<b>Limpendo a Natureza</b>	Esse projeto tem, como objetivos, realizar limpezas periódicas em áreas das UC, que não são constantemente limpas, como as áreas paralelas às trilhas e aos leitos de corpos d'água, estimar o impacto que o lixo gera nas matas, além impactar, de maneira positiva, os usuários e os visitantes, para que estes, através de ações de educação ambiental, possam repensar hábitos e rever o uso de descartáveis
<b>Gaiola de Vida Livre</b>	O projeto consiste em dispor, nas UC, os animais apreendidos pelo BPMA, estimulando à não criação de pássaros em cativeiros
<b>Exposição Itinerante Mar de Lixo</b>	O objetivo deste projeto é de mostrar para o público, por meio de imagens e de textos científicos e referenciados, que estamos vivendo um sério problema, referente à quantidade exorbitante de resíduos sólidos, que acabam tendo, como destino, os oceanos. Os intuítos são de chocar e de apresentar alternativas para diminuir a produção de lixo
<b>Geladeroteca</b>	O projeto se constitui da reutilização de uma geladeira customizada, com o intuito de fomentar a prática da leitura, bem como a troca e a doação de livros nas UC
<b>Diálogos à Deriva</b>	Consiste em um passeio de barco com guia, que, ao longo do trajeto, explana, ao visitante, sobre a riqueza da biodiversidade da unidade de conservação
<b>Seminário Estadual das Unidades de Conservação do Ceará</b>	Consiste na realização do I Seminário das UC estaduais do Ceará, com os intuítos de fortalecer e de divulgar a gestão das unidades de conservação, através de palestras, de minicursos, de mesas-redondas e de trocas de saberes
<b>PREVINA</b>	A SEMA coordena o Programa de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais (PREVINA), desde 2004, que tem, como objetivo, fortalecer as práticas educacionais e as metodologias adequadas à prevenção, ao monitoramento, ao controle de queimadas e ao combate aos incêndios florestais, principalmente, dentro das unidades de conservação

Fonte: Menezes (2022)

A Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, localizada na divisa dos municípios de Fortaleza e de Caucaia, no estado do Ceará, criada pelo Decreto nº 25.413, de 29 de março de 1999.

Apesar de a APA do Estuário do Rio Ceará ser protegida por decreto, desde 1999, esta ganhou um Plano de Manejo<sup>17</sup> somente 20 anos, após a sua criação (SEMA, 2021). Contudo, os vinte anos unidade de conservação não mudaram a realidade deste rio urbano, que está submetido a grande pressão demográfica e a usos indevidos, mesmo, dentro o território protegido.

Enfatiza-se que, no processo de dimensionamento desta unidade de conservação, a foz do rio não foi protegida. Ademais, durante a construção da pesquisa, buscou-se construir pontes com outras comunidades nas proximidades desta área de proteção, como a dos Guaié, em Iparana/Caucaia, que conta com a presença de pescadores do Rio Ceará, e a dos moradores do bairro Barra do Ceará, de Fortaleza, no sentido de identificar as formas de uso deste território protegido.

A Figura 40 mostra o encontro do rio Ceará com o oceano no bairro Barra do Ceará, em Fortaleza (CE). Na sequência, apresenta-se o Mapa 8, contendo os limites desta área protegida.

Figura 40 – Área da foz do rio Ceará

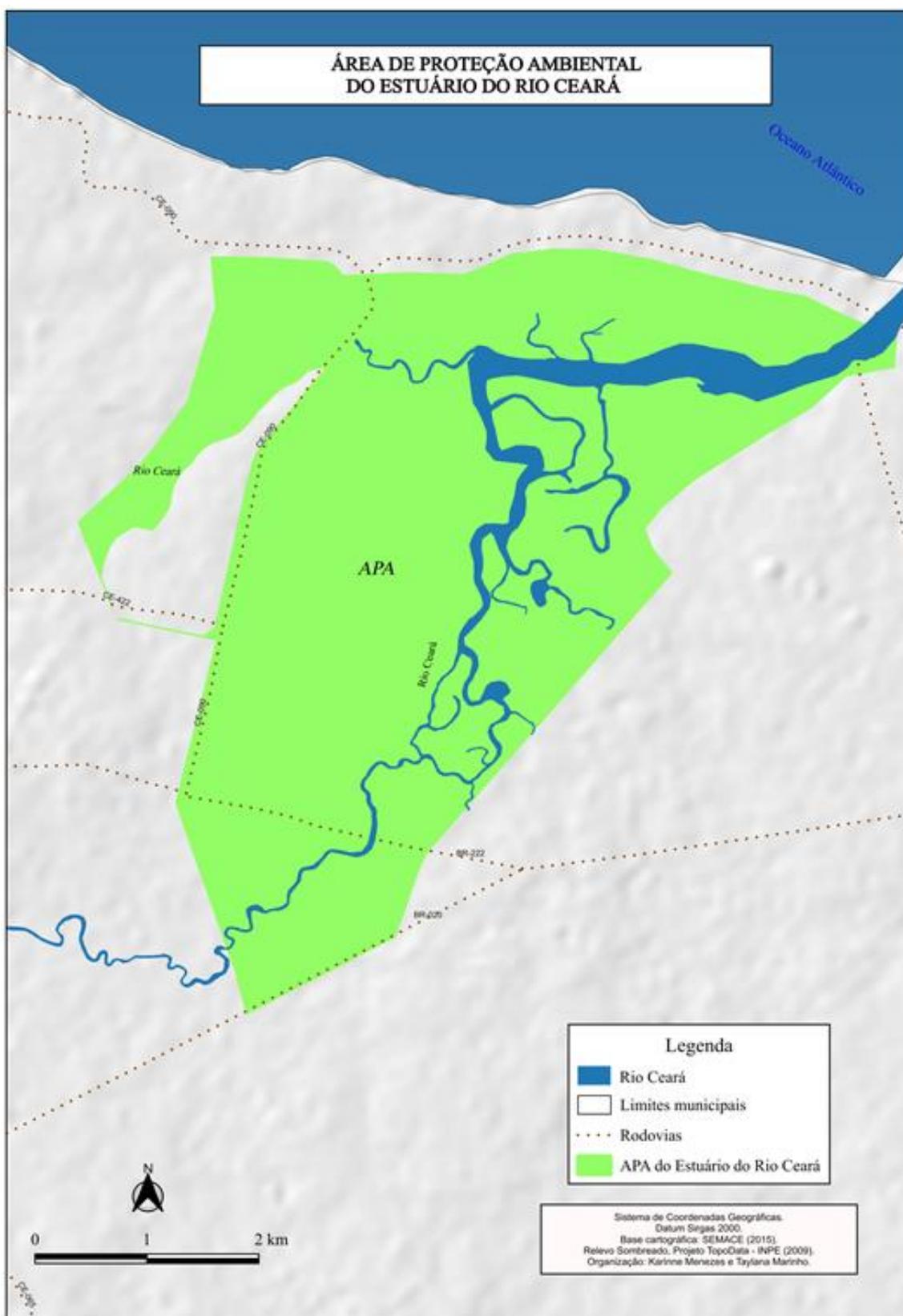


Fonte: arquivo da autora

---

<sup>17</sup> Até o momento de finalização da pesquisa, não foi disponibilizado o plano de manejo da APA, apesar de solicitado previamente.

Mapa 8 – Área de Proteção Ambiental do Rio Ceará



Fonte: Menezes (2022)

A Figura 41 retrata a ponte sobre o rio Ceará, que liga Fortaleza a Caucaia. A Barra do Ceará é o bairro mais antigo de Fortaleza, tendo forte ligação com o rio em questão, pois, historicamente, seu território foi construído as suas margens.

Figura 41 – Ponte sobre o rio Ceará, que liga Fortaleza a Caucaia



Fonte: arquivo da autora

A Figura 42 ilustra a ponte de apoio às embarcações na barra do Ceará. Esta estrutura desmoronou, em 2019, devido à falta de manutenção, mas não houve óbitos; apenas, feridos, felizmente.

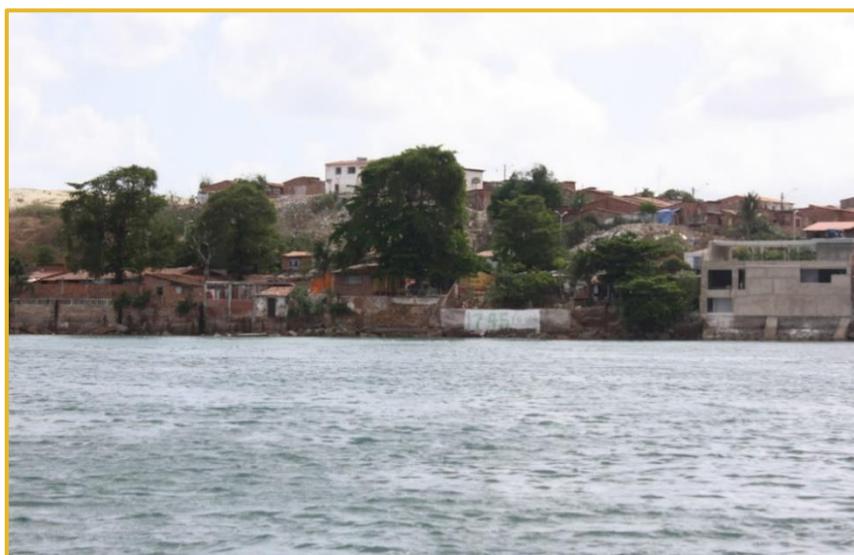
Figura 42 – Ponte da Barra, do rio Ceará



Fonte: arquivo da autora

A Barra do Ceará (Figura 43 e 44) se localiza no entorno da área de proteção ambiental em foco. Sobre os impactos existentes na APA, provenientes de atividades humanas, a SEMACE (2019) afirma que são derivados da concentração urbana, que apresenta problemas de infraestrutura e de saneamento básico. Além disso, também ocorrem desmatamento e queimadas no ecossistema manguezal, além das problemáticas dos resíduos sólidos e do lançamento de efluentes no rio.

Figura 43 – Habitações do bairro Barra do Ceará, em Fortaleza, às margens do rio Ceará



Fonte: arquivo da autora

Figura 44 – Estaleiro da Barra do Ceará



Fonte: arquivo da autora

Figura 45 – Embarcação abandonada no rio Ceará, no antigo Estaleiro da Barra do Ceará



Fonte: arquivo da autora

Conforme SEMACE (2019), estas problemáticas são provenientes da ocupação irregular das margens do rio e das dunas da Barra do Ceará. Nesta área, também foram identificadas barracas de venda de bebidas e de alimentos na faixa de praia, um antigo estaleiro (Figuras 44 e 45), assim como instalações de empreendimento locais nas proximidades do rio.

Muitas pessoas que, hoje, habitam as áreas próximas do rio Ceará, ocupavam estas áreas por volta da metade do século XX, devido à presença de salinas, que foram instaladas na região. Na década de 1970, com a desativação destes negócios, muitos moradores permaneceram nesta localidade, como os Guaié, comunidade para a qual pesca também foi importante atividade produtiva. Atualmente, os pescadores remanescentes tentam resistir às transformações em seu espaço.

Em um fluxo mais recente, devido à especulação imobiliária e às dificuldades de acesso à terra, pessoas do interior do estado e de outros centros urbanos, sobretudo, de Fortaleza, começaram a ocupar estas áreas. Em trabalho de campo recente, foram identificados frequentadores asiáticos, como sul-coreanos, pescando no rio Ceará, tendo, como base de apoio, a comunidade Guaié.

A Figura 46 mostra embarcações às margens do rio Ceará, na área que corresponde à comunidade Guaié, no bairro Iparana, no município de Caucaia (CE). A Recanto do Mangue (Figura 47) é uma das barracas, à margem do rio Ceará, que recebe visitantes e moradores da região, bem como representa um ponto de apoio para as embarcações, que realizam passeios pelo rio, dessa forma apresenta grande potencial para o desenvolvimento ecoturístico.

Figura 46 – Embarcações de pescadores no rio Ceará



Fonte: arquivo da autora

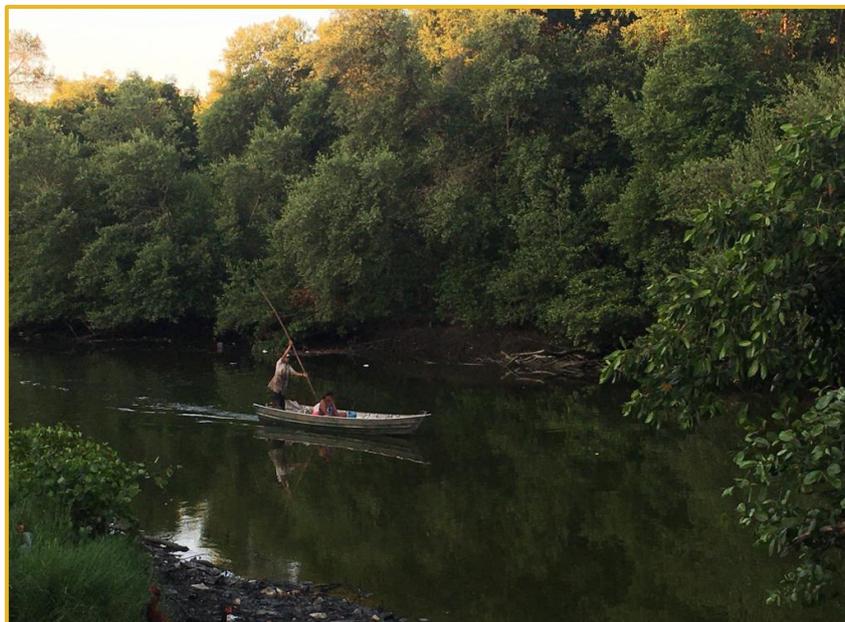
Figura 47 – Recanto do Mangue na comunidade Guaié, em Iparana



Fonte: arquivo da autora

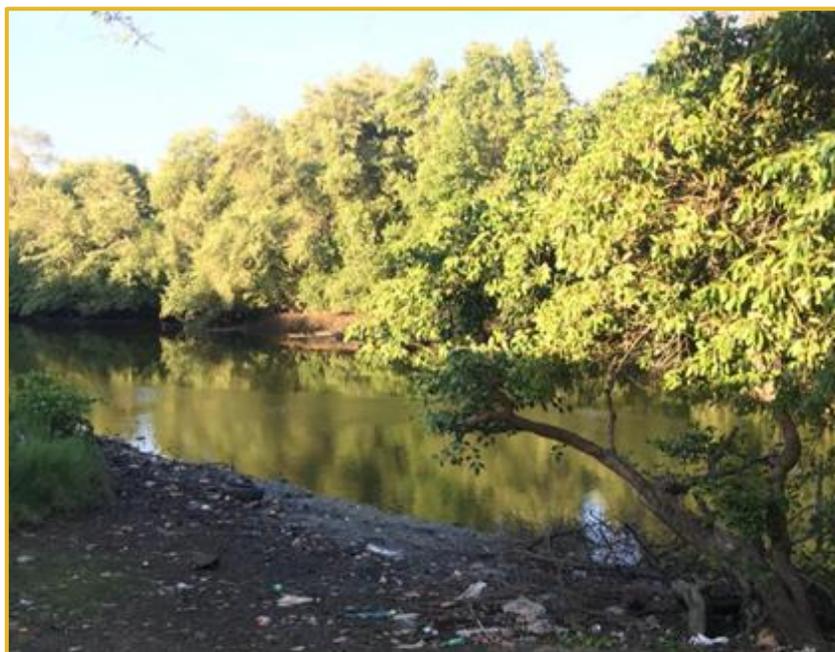
A Figura 48 se refere a pescadores na Aldeia da Ponte, na planície fluviomarinha do rio Ceará, enquanto a Figura 49 destaca as margens do estuário do rio.

Figura 48 – Pescadores no rio Ceará, na Aldeia da Ponte



Fonte: arquivo da autora

Figura 49 – Margens do rio Ceará na Aldeia da Ponte



Fonte: arquivo da autora

As comunidades, tanto a local quanto a originária, alegam que a qualidade da água do rio e dos locais de pescas foi alterada intensamente nas últimas décadas, devido, principalmente, aos níveis de poluição do rio Ceará e do seu principal afluente, o Maranguapinho.

Quanto à sobreposição de territórios, os indígenas da Aldeia da Ponte afirmam que a criação da APA não melhorou as condições ambientais do estuário do rio Ceará, de forma que todas as problemáticas ambientais de seu território, decorrentes da poluição do rio, não foram mitigadas, tendo ocorrido somente ações pontuais de retirada de resíduos sólidos do rio Ceará e do manguezal.

Na Região Metropolitana de Fortaleza, existem unidades de conservação que apresentam, além de grande beleza natural, potencialidades turísticas e importância no equilíbrio ecológico, como a Área de Proteção Ambiental (APA) do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho, que permite o uso sustentável de seus recursos.

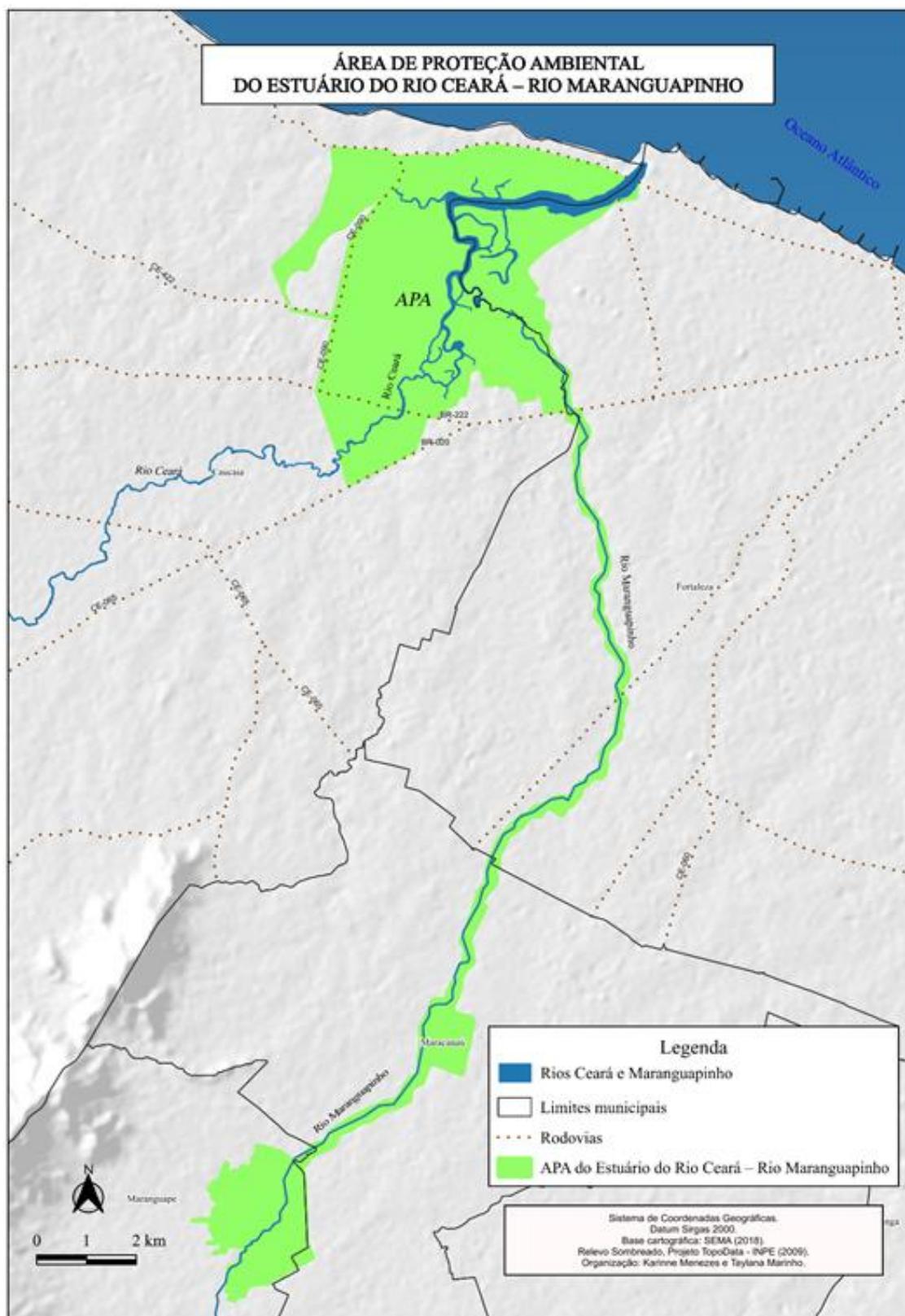
Assim, esta área protegida apresenta expressiva diversidade cultural e importância para os povos locais. O Parque Botânico do Ceará também está localizado no entorno desta unidade, no município de Caucaia (CE).

Os modos de vida das populações tradicionais se tornam insustentáveis nesse contexto, pois estas comunidades se encontram inseridas em áreas periféricas da cidade, em que alguns locais já podem ser considerados insalubres para a sobrevivência, dados os altos níveis de poluição, o que traz dificuldade para as atividades produtivas da pesca.

Em 2018, a APA do Estuário do Rio Ceará passou por alterações em seus limites territoriais. A ampliação ocorreu, por meio da Lei Estadual nº 16.607, 18 de julho de 2018, considerando a necessidade de redefinição dos limites da área protegida, que passou a ser denominada Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho (CEARÁ, 2021). Desse modo, esta unidade de conservação passou a incorporar o rio Maranguapinho, destacando-se que o rio Ceará divide sua foz e sua planície fluviomarina com o Maranguapinho.

O Mapa 9 avulta a ampliação da Área de Proteção Ambiental do Rio Ceará-Rio Maranguapinho.

Mapa 9 – Área de Proteção Ambiental do Rio Ceará-Rio Maranguapinho



Fonte: Menezes (2022)

Quanto ao processo de gestão, por decisão do Governo do Estado do Ceará, o conselho gestor da área de proteção ambiental é consultivo. A ampliação da APA do Estuário do Rio Ceará foi determinada pelo Decreto Estadual nº 32.761, de 16 de julho de 2018, dessa forma contou com o acréscimo de 1.147,55 ha da área do rio Maranguapinho, principal afluente do rio Ceará (CEARÁ, 2021).

Ainda de acordo com SEMA (2021), este é apenas o primeiro trecho a ser incorporado na APA do Estuário do Rio Ceará, logo, a partir da efetivação do plano de manejo e da realização de estudos preliminares, será definida a inclusão de outros trechos na unidade de conservação.

Mas, as mudanças não pararam por aí. Em 2021, foi anunciado que o rio Maranguapinho ganhará uma APA com 68 km de extensão, que foi criada e regularizada pelo Decreto Estadual nº 34.023, de 05 de abril de 2021, com trechos dos municípios de Fortaleza, de Maracanaú e de Maranguape. A partir disso, também será criado um conselho consultivo (SEMA, 2021).

A criação da APA do Rio Maranguapinho trouxe novas modificações territoriais para a APA do Estuário do Rio Ceará, que, conforme noticiado pelo Diário do Nordeste (2021), resultou na perda de mil hectares, que foram direcionados à APA do Rio Maranguapinho, de modo que, hoje, a APA abrange uma área protegida de 2.734,99 hectares.

Apesar das mudanças territoriais, o secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade, Artur Bruno, garante que ambas as APAs terão acréscimo de área. "Embora a (APA) do Rio Maranguapinho tenha ganhado mais de mil hectares, a do Rio Ceará também ganhou cerca de 300". A nova APA é composta, dentre outras riquezas naturais, pelo encontro do rio com mar e o manguezal -, e engloba parte de Fortaleza (Barra do Ceará) e Caucaia. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2021, n.p.)

Estas medidas foram tomadas, porque o Governo do Ceará busca realizar uma gestão mais eficiente da APA, por estar inserida em um contexto de grande pressão urbana, por isso se criou uma unidade de conservação direcionada, especificamente, para o Rio Maranguapinho (CEARÁ, 2021). Desse modo, espera-se que estas mudanças possam mitigar as questões ambientais desta unidade.

### 7.3 Uso da terra e modos de viver da Aldeia da Ponte

Para compreendermos os modos de viver e o uso da terra na Aldeia da Ponte, foi necessário traçarmos um caminho metodológico que fornecesse bases, para perceber como o ambiente se transforma, por meio das práticas sociais. Os povos indígenas não estão simplesmente inseridos na natureza; eles são natureza, tratando-se, portanto, de uma conjunção complexa, na qual a sociedade se naturaliza e a natureza se socializa.

A Aldeia da Ponte é reflexo do processo histórico, a que os indígenas do Ceará foram submetidos, ao longo dos séculos, que culminou nas perdas de ambiente e de território e na expropriação de sua cultura e de seus saberes originários. Em um século marcado por violências institucionais, por conflitos fundiários e por negação de direitos originários, a sociedade brasileira não pode exigir práticas e vivências elementares, como se os povos que a habitam fossem primitivos, pois o fato de estarem inseridos em um contexto de produção do espaço urbano não anula a sua luta.

Também é importante contextualizar, por mais que não seja o objetivo específico desta pesquisa, o racismo ambiental<sup>18</sup> que atinge estas populações, principalmente, quando se identificam injustiças ambientais, bem como um ambiente sujeito a situações de degradação ambiental, resultantes de atividades humanas, como as que ocorrem na Aldeia da Ponte, cujos moradores, devido aos níveis de poluição presentes no rio Ceará, têm que se deslocar quilômetros a jusante do estuário, para ter acesso a sua principal fonte de sustento, a pesca artesanal.

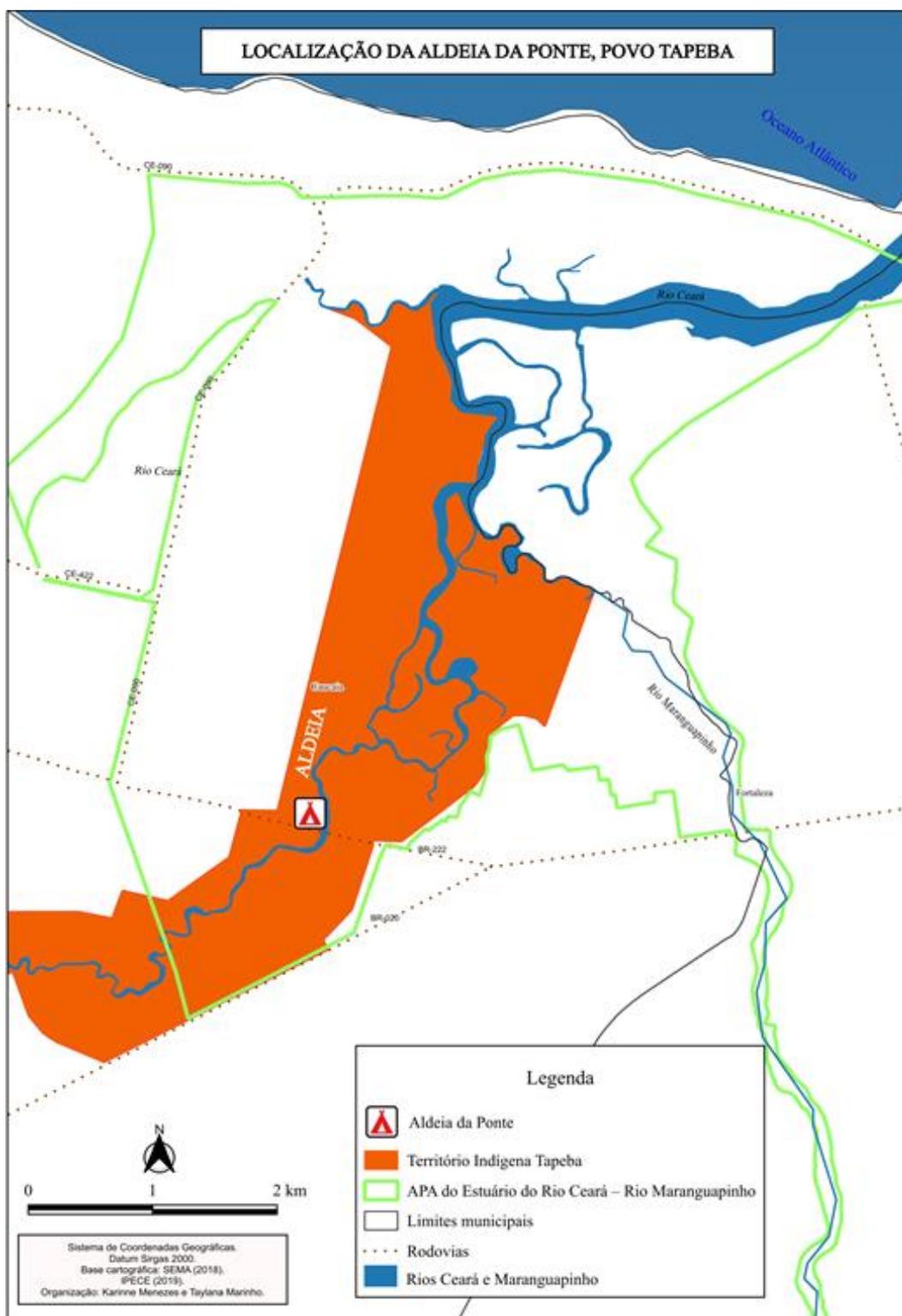
A partir destas colocações, apresenta-se o trabalho construído com os moradores e com as lideranças indígenas do povo Tapeba, que constituem a comunidade da Aldeia da Ponte. Como frutos destas atividades, temos as descrições da jornada diária de trabalho e do ciclo anual de produção, além do mapeamento participativo do uso da terra na aldeia.

---

<sup>18</sup> O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem, de forma desproporcional, sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (HERCULANO, 2008, p. 16).

O Mapa 10 traz a localização geográfica da Aldeia da Ponte em Caucaia (CE), que tem a Área de Proteção Ambiental do Rio Ceará-Maranguapinho sobreposta ao seu território.

Mapa 10 – Localização da Aldeia da Ponte, do povo Tapeba



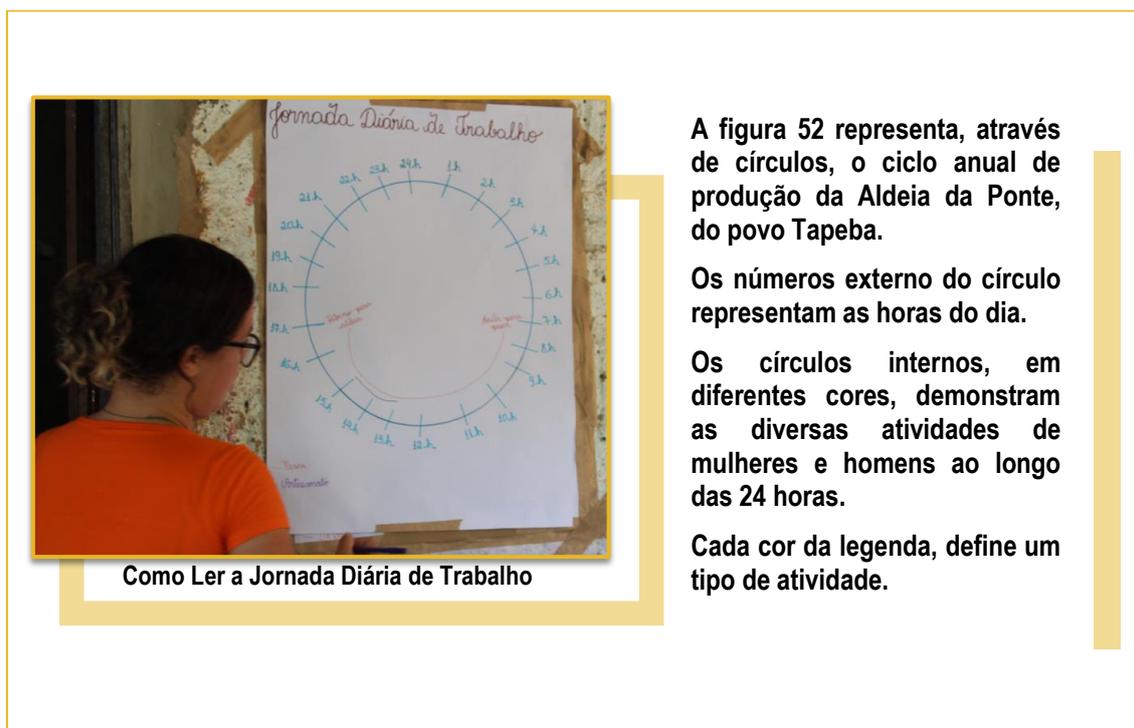
Fonte: Menezes (2022)

Quando se fala na jornada diária de trabalho e no ciclo anual de produção dos representantes da Aldeia da Ponte, que contribuíram com a nossa atividade, não podemos compará-los com outros povos, pois cada grupo tem suas particularidades. Frisa-se, no entanto, que a realização de trabalhos formais e informais, os quais também são realizados pelos indígenas, não anula suas lutas no e pelo território.

- Jornada diária de trabalho e Lazer

Para representar a jornada diária da Aldeia da Ponte, do povo Tapeba, foi realizada uma adaptação do modelo de gráfico construído pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS)<sup>19</sup>. Dessa forma, a Figura 50 apresenta, com base em Suertegaray *et al.* (2016), como se deve ler a informação da jornada diária de trabalho dos habitantes da aldeia<sup>20</sup>.

Figura 50 – Como ler a jornada diária de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Suertegaray et al. (2016).

<sup>19</sup> A referência para adaptação metodológica está disponível no capítulo 2.

<sup>20</sup> Optou-se por trazer esta informação nesta etapa e, não, nos procedimentos metodológicos, para que o leitor tenha fácil acesso à explicação, caso surja alguma dificuldade de compreensão.

As atividades identificadas no espaço-tempo ocorrem ao longo do ano e refletem a rotina diária de homens, de mulheres e de crianças na Aldeia. Este povo enfrenta dificuldades para sobreviver neste território, principalmente, devido às condições físico-ambientais do rio Ceará, as quais interferem na pesca comunitária, principal fonte de sustento destes indivíduos.

A atividade pesqueira é predominante na jornada diária de trabalho, mas ela não tem apenas valor de uso, tendo passado a ter valor de troca, também, em função das circunstâncias, às quais os habitantes locais estão submetidos. A comercialização de caranguejos e de outros crustáceos ocorre às margens das rodovias estaduais, principalmente. A Figura 51 mostra um indígena na realização de atividade desta pesquisa.

Figura 51 - Indígena Tapeba, participando da atividade de mapeamento na aldeia



Fonte: arquivo da autora

A atividade de pesca é importante, tanto para a subsistência dos moradores da Ponte quanto para a comercialização e para a complementação da renda familiar. As redes não representam apenas a fonte de sustento, mas marcam a permanência e a resistência dos indígenas neste território, em meio às circunstâncias de desprovimento de recursos e de apoios e à degradação

ambiental, afinal as condições de poluição do rio alteraram seus territórios de pesca, ao longo das últimas décadas.

A figuras 52 e 53 retratam o momento de construção da jornada diária de trabalho, em que os participantes também apresentaram alguns dos instrumentos utilizados na captura de crustáceos. As armadilhas em questão são confeccionadas por homens e por mulheres da aldeia.

Figura 52 – Construção da jornada diária de trabalho na aldeia



Fonte: arquivo da autora

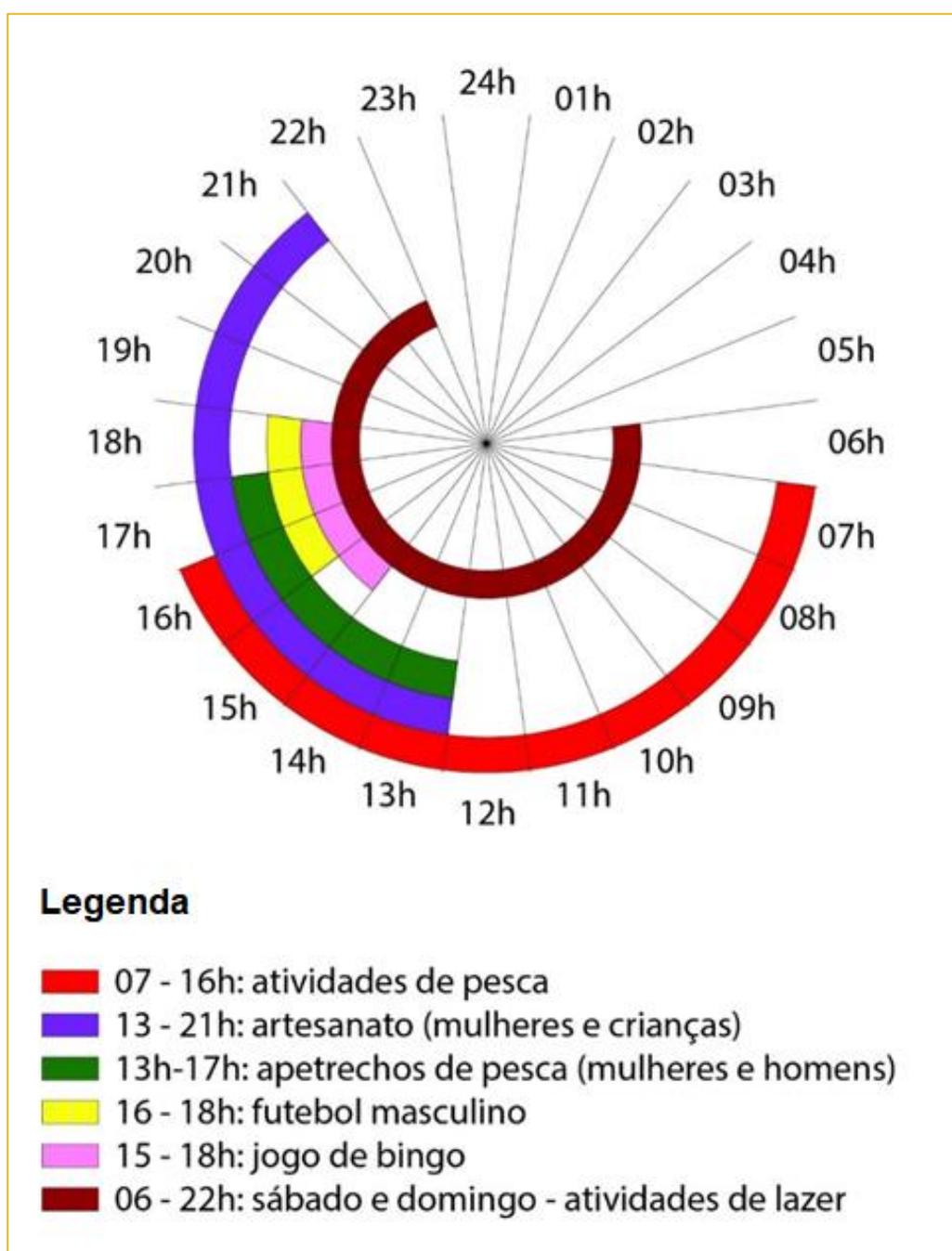
Figura 53 – Utensílio de pesca de morador da aldeia



Fonte: arquivo da autora

Os indígenas do povo Tapeba que habitam a Aldeia do Ponte tem sua jornada diária de trabalho representada no Gráfico 15. No entanto, é preciso esclarecer que se trata uma representação construída, a partir de uma reunião — um grupo focal — com esta finalidade, por meio do qual se buscou entender os modos de viver deste povo.

Gráfico 15 – Jornada diária de trabalho e de lazer da população da Aldeia da Ponte



Fonte: elaborado pela autora

Na rotina da aldeia também estão presentes atividades de lazer, que ocorrem aos finais de semana, com destaque para o futebol e para as brincadeiras de bingo. No entanto, os finais de semana também são utilizados para a comercialização de pescados e de artesanatos. Ademais, trabalhos informais e temporários também são realizados, por mais que não estejam descritos. Quando trabalhamos com sujeitos, precisamos aprender a ler nas entrelinhas e a não romantizar suas relações sociais.

Salienta-se que, no processo de construção dos gráficos da jornada diária de trabalho e do ciclo anual de produção dos indígenas da Aldeia da Ponte, procuramos respeitar, inclusive, as cores escolhidas na reunião.

- Ciclo anual de produção

Assim como na jornada diária de trabalho, também se fez uma adaptação do gráfico de produção anual da população ribeirinha de Tefé. Nessa perspectiva, também se construiu um modelo explicativo para a leitura do gráfico, apresentado na Figura 54, que foi adaptado de Suertegaray *et al.* (2016).

Figura 54 - Como ler o ciclo anual de produção



Como Ler o Ciclo Anual de Produção

A figura 58 representa, através de círculos, o ciclo anual de produção da Aldeia da Ponte.

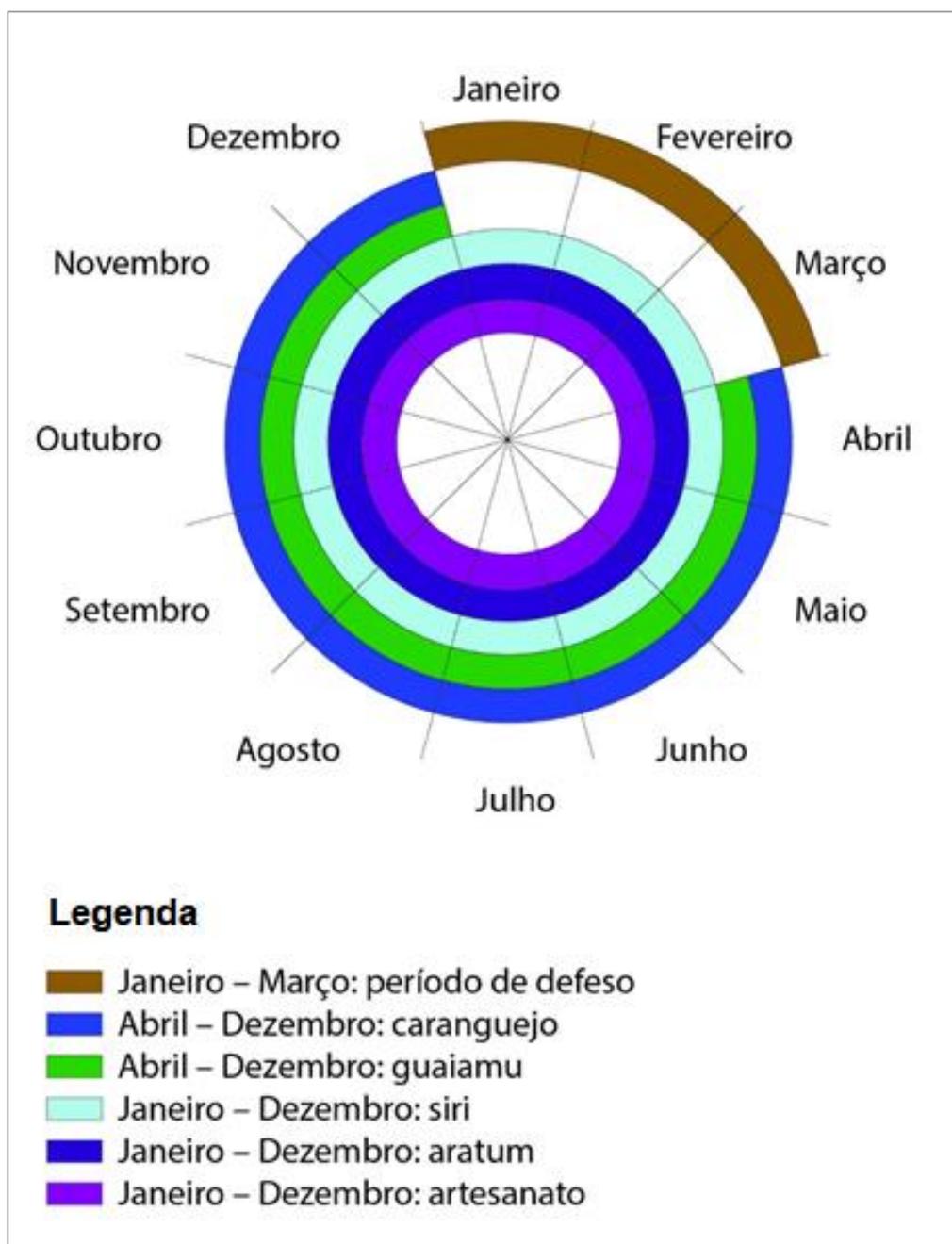
A linha externa do círculo representa os meses do ano, de janeiro até dezembro.

Os círculos internos, em diferentes cores, demonstram o período de cada atividade ao longo dos meses.

Cada cor, conforme a legenda, define um tipo de atividade.

Este modelo, desenvolvido na FLONA de Tefé, tornou-se uma metodologia de pesquisa indispensável na compreensão dos modos de viver, no contexto do povo Tapeba, especificamente, na Aldeia da Ponte. O Gráfico 16 apresenta o ciclo anual de produção, construído coletivamente com os moradores e com as lideranças indígenas da Aldeia da Ponte.

Gráfico 16 – Ciclo anual de produção da Aldeia da Ponte



Fonte: elaborado pela autora

O ciclo anual de produção também reflete, por meio desta adaptação metodológica, considerando o espaço-tempo, as principais atividades produtivas da aldeia, as quais ocorrem de janeiro a dezembro e contam com as participações de homens, de mulheres e de crianças.

Na construção do ciclo anual, a comunidade pontuou, também, a necessidade da atenção ao período de defeso, visando à reprodução das espécies de pescados, além da importância do controle da pesca e da captura de caranguejos neste período.

Em suas atividades produtivas anuais, a comunidade destacou a captura do caranguejo, do guaiamu, do siri, do aratum, entre outros, além da produção de artesanatos, para exposição e para comercialização em feiras locais e em eventos do povo Tapeba. É importante destacar que o período de defeso é relativo a cada espécie, mas os indígenas salientaram os meses de janeiro a março como representação deste momento em sua rotina anual.

O principal crustáceo comercializado na Aldeia da Ponte é o caranguejo-uçá (Figura 55), que é característico da fauna presente no ecossistema manguezal. Sua captura é realizada de forma tradicional, mas também são construídas pequenas armadilhas para capturá-los (Figura 56). Este ofício é repassado entre as gerações. As mulheres indígenas também fazem a coleta de mariscos (Figura 57), para a subsistência de suas famílias.

Figura 55 – Caranguejo-uçá capturado na Aldeia



Fonte: arquivo da autora

Figura 56 – Armadilha para captura de crustáceos



Fonte: arquivo da autora

Figura 57 – Marisco extraído do rio Ceará



Fonte: arquivo da autora

O guaiamu (Figura 58) é uma espécie de caranguejo que possui a carapaça azulada e que, juntamente com o siri e com o aratum, é um recurso pesqueiro importante para o sustento do povo Tapeba. As crianças indígenas aprendem a capturá-los ainda em seus primeiros anos de vida.

Figura 58 - Crustáceo capturado na Aldeia da Ponte



Fonte: arquivo da autora

Diferentemente do artesanato, que é praticado principalmente por mulheres e por crianças, a pesca e a captura de crustáceos são realizadas por todos os moradores, independentemente de gênero, pois é uma prática iniciada ainda na infância, que faz parte da história da aldeia.

#### - Mapeamento Participativo

O mapeamento participativo foi realizado em uma reunião colaborativa com os indígenas da Aldeia da Ponte. Antes do encontro, foi realizado um percurso fluvial no rio Ceará, para conhecermos mais profundamente o seu território. Esta atividade foi fundamental para compreendermos os contextos histórico e atual da aldeia.

Os indígenas ressaltam o rio Ceará como fonte de vida da Aldeia da Ponte, pois criaram seus filhos às suas margens, utilizavam suas águas para lavar roupas e para cozinhar, brincavam com as crianças, que aprendiam cedo a nadar, entre outras atividades, mas esta realidade não existe mais. Hoje, ao contrário, os locais relatam a dificuldade de pescar e a necessidade de que seja realizada uma limpeza do rio.

A Figura 59 representa o percurso fluvial, que antecedeu à construção do mapeamento, que foi conduzido pelo líder indígena Sérgio Tapeba, filho da Pajé e do cacique do povo Tapeba e próximo na linha de sucessão. Enquanto que a figura 60 mostra áreas de acumulação de sedimentos no Rio Ceará.

Figura 59 – Sérgio Tapeba, líder indígena, conduzindo o grupo em percurso pelo rio Ceará



Fonte: arquivo da autora

Figura 60 – Área de acumulação de sedimentos na maré baixa



Fonte: arquivo da autora

No percurso fluvial realizado, visitou-se os territórios de pesca, que foram identificados no mapeamento, posteriormente. Destacou-se nesta etapa, os barrancos (áreas de acumulação de sedimentos), que ficam visíveis na maré baixa do estuário e que são importantes na captura de crustáceos.

Após a realização do trajeto no rio Ceará, ocorreu a reunião para a construção do mapeamento participativo. As figuras 61 e 62 mostram como se processou a identificação do uso da terra, a partir do mapeamento participativo.

Figura 61 – Reunião de identificação do uso da terra



Fonte: arquivo da autora

Figura 62– Construção do mapeamento participativo



Fonte: arquivo da autora

Nos diálogos construídos no início da reunião, para identificação do uso da terra (Figura 63), os indígenas ressaltam a luta para a demarcação do território e destacam a importância das ações de retomada das terras, salientando que a população da Aldeia da Ponte, especificamente, não fez retomadas da TI.

Figura 63 – Identificação do uso da terra na Aldeia

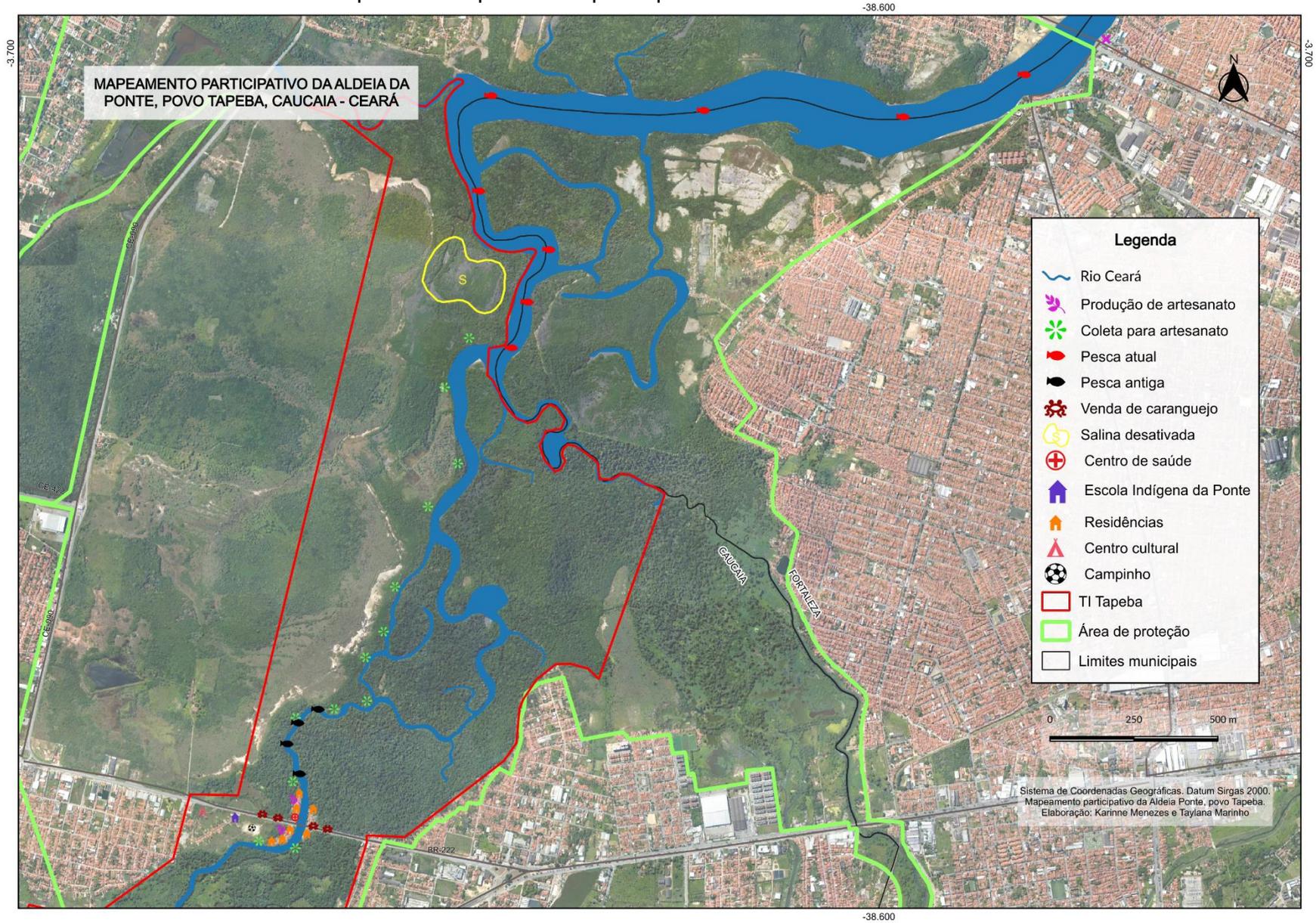


Fonte: arquivo da autora

Foram identificados, no uso da terra, na Aldeia (Mapa 11):

- Áreas de produção e de coleta de materiais de confecção de artesanatos;
  - Territórios antigo e atual de pesca;
  - Local de comercialização de caranguejo;
  - Salinas, atualmente desativadas;
  - Centro de saúde;
  - Escola Indígena da Ponte;
  - Residências;
  - Centro cultural;
  - Campinho de jogos de futebol.
  - Também se destacaram, no mapa, o curso do rio Ceará e a TI Tapeba, com os limites da APA, além dos limites municipais.
- povo na luta do território.

Mapa 11 – Mapeamento participativo do uso da terra na Aldeia da Ponte.



Fonte: MENEZES (2022).

Quando perguntados sobre a sobreposição da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho, os indígenas afirmam que o “mangue” é protegido, mas que o governo não se preocupa com o rio e com o povo da Ponte. Explicam, ainda, que a poluição do rio aumentou significativamente nas últimas décadas e que, antes, conseguiam pescar no médio curso do rio, assim como utilizar a água cozinhar, para lavar roupa, mas que, agora, precisam ir cada vez mais longe para conseguir pescar.

Dessa forma, a criação da área de proteção não alterou suas práticas sociais, mas a crescente poluição do rio Ceará, sim, pois, atualmente, eles precisam se deslocar quilômetros a jusante para obter seus sustentos. A delimitação da unidade não diminui as consequências das atividades urbano-industriais, que causam transformações no seu ambiente.

Nos caminhos da pesca e da captura de crustáceos também é comum encontrarem barreiras (Figura 64), mas seguem o curso do rio, de acordo com a dinâmica da natureza, e estendem a pesca a jusante do rio, pela dificuldade de encontrar sua fonte de sustento.

Figura 64 – Barreiras naturais no manguezal



Fonte: arquivo da autora

Na figura 65, apresenta-se uma área utilizada na captura de crustáceos. Os indígenas destacaram que, nesta margem, é possível identificar a ligação

com o rio Maranguapinho, tributário do rio Ceará, mas temem que o esgoto urbano-industrial dificulte a pesca.

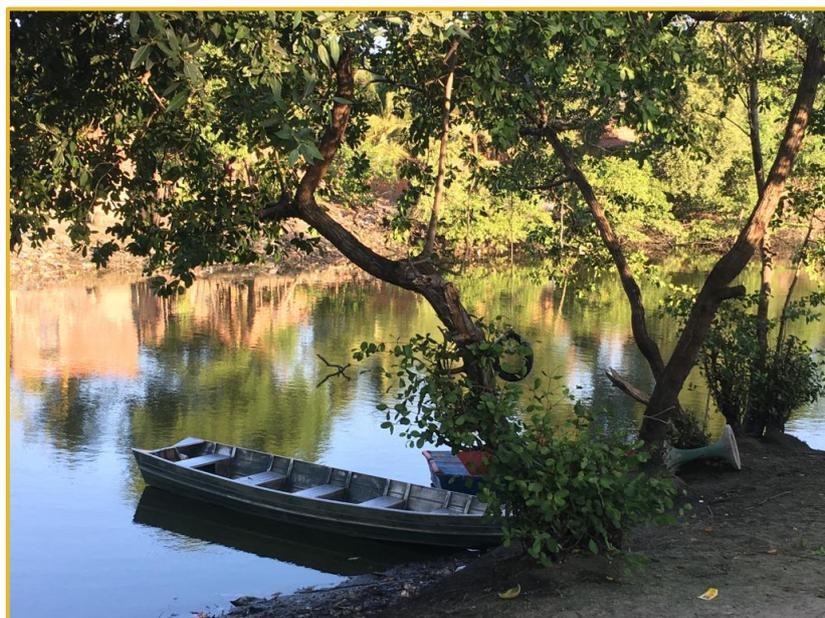
Figura 65 – Área de captura de crustáceos no manguezal



Fonte: arquivo da autora

A Aldeia da Ponte ainda conta com pequenas embarcações (Figura 66). De acordo com os indígenas, elas foram adquiridas com recursos da FUNAI.

Figura 66 – Pequena embarcação da Aldeia da Ponte



Fonte: arquivo da autora

Estas embarcações foram adquiridas na década passada, mas, devido à dificuldade de adquirirem meios para a sua manutenção, pois precisam de constantes reparos, principalmente os motores, tais embarcações apresentam falhas mecânicas frequentes. Por isso, utilizam uma vara para se deslocar no rio.

Os moradores da Aldeia da Ponte têm um grande sonho: que seja feita a limpeza do rio Ceará, com “[...] o apoio do governo, de ONGs ou de qualquer outro jeito”, como destacam. Outro grande desejo é o de que todos os indígenas se conscientizem sobre a importância da demarcação das terras de seus povos.

O centro cultural do povo Tapeba, que foi identificado no mapeamento, encontra-se desativado. Ele foi construído com o apoio de franceses, a partir de ONGs, mas, infelizmente, não houve apoio para novos projetos e, devido à falta de manutenção e de segurança, o centro foi desativado e, agora, necessita de uma grande reforma.

Este centro era importante para a valorização da cultura indígena, pois tinha um memorial dos Tapeba, além de ser uma fonte de renda para as famílias, pois o local também era usado para a venda de artesanatos e de alimentos tradicionais. Ao longo do tempo, o espaço passou por duas reconstruções, mas os próprios indígenas não o conservaram, pois não foram preparados para conduzir o centro, sem o apoio de outras pessoas.

Quanto ao artesanato, este é confeccionado nas residências e sua matéria-prima é retirada das margens do rio, nas proximidades das casas, e dos carnaubais. Nesse sentido, os participantes apontam que a juventude não demonstra interesse em aprender, mas que estes os ensinam, desde que são ainda crianças. Hoje, o artesanato é comercializado em feiras culturais e escolares, na Festa da Carnaúba e em eventos locais.

Entre os principais materiais utilizados na produção de artesanatos estão o cipó, que é retirado do manguezal, as palhas da carnaúba e sementes, como as de mucunã e de flamboyant. Com esses elementos, os artesãos produzem adornos, como brincos, colares, anéis e tiaras, vestimentas, para eventos culturais, e sabonetes naturais.

A aldeia não dispõe de áreas para o lazer, então os indígenas utilizam uma área descampada como campo de jogos de futebol, tanto as mulheres quanto os homens, mas todos sentem falta de infraestruturas e de projetos que ofereçam espaços de lazer para toda a comunidade.

As residências se concentram às margens do rio Ceará, mas, antes da década de 1980, algumas famílias moravam nas áreas de manguezal e, no período de cheia do rio, para fugir das inundações, iam para a Aldeia da Ponte, voltando para suas casas, quando as águas retornavam ao leito do rio.

Uma conquista importante dos povos originários foi o acesso à saúde indígena, mas a Aldeia da Ponte teme perdê-lo, pois, conforme os indígenas, a Prefeitura de Caucaia tem intenções de municipalizar os centros de saúde, com o que eles não estão de acordo, pois já fizeram parte deste sistema de saúde e a experiência não foi positiva.

No mapeamento participativo, os indígenas demarcaram dois territórios, em que realizam atividades pesqueiras, principal atividade produtiva local. A pesca é feita com galão ou redes, para isso os indígenas trabalham em conjunto (duas pessoas), com a mão (principalmente, nas décadas passadas), com tarrafas e com armadilhas, para a captura de caranguejos e de siris. Os homens e as mulheres da aldeia produzem todos os apetrechos e as iscas de pesca.

O antigo território corresponde a áreas, que, devido à poluição do rio Ceará, causada, principalmente, por indústrias e por aterros sanitários, dificulta a realização da pesca, sobretudo, nos últimos 20 anos. Segundo os indígenas, a poluição é menor no território atual de pesca, ou seja, ela existe, mas, com os movimentos de maré, o rio fica mais limpo. Os trabalhadores enfatizam que, apesar de ser a “[...] mesma pesca, a quantidade é menor”.

Infelizmente, a captura de camarões é cada vez mais rara na região, logo parte da pesca é destinada à subsistência, enquanto outra parcela é revendida, principalmente, os caranguejos. Os locais de comercialização são as margens da CE-085, em Caucaia; o Mercado São Sebastião, em Fortaleza; e o município de Maracanaú, que faz divisa com Caucaia, também, na região metropolitana.

O Mapa 12 traz um destaque para o mapeamento participativo do uso da terra realizado na Aldeia da Ponte em uma escala que permite identificar em maior nível de detalhes o que chamamos de “núcleo” da Aldeia. Esta área corresponde ao acesso principal à Aldeia, no logradouro, em que residem a Pajé do povo Tapeba, a Mestra da cultura Dona Raimunda e lideranças, compostas por jovens, por mulheres e por homens, as quais estão inseridas no movimento indígena Tapeba e que, junto com líderes de outras aldeias representam seu povo na luta do território.

Mapa 12 – Mapeamento com ênfase no núcleo da Aldeia da Ponte.



Fonte: MENEZES (2022).

Em continuidade, os indígenas afirmam que o principal inimigo da Aldeia da Ponte é a família Arruda, que tomou posse de áreas de seu território, em que tem uma fazenda, e que travou batalhas judiciais com os indígenas, questionando a demarcação da TI. Em contraponto, Weibe Tapeba, advogado, vereador e liderança indígena, tem contribuído na luta, sendo um importante representante do povo Tapeba.

A Aldeia da Ponte busca resgatar sua herança cultural, por meio de rituais e de curas espirituais e de fé nos espíritos encantados, sendo a Pajé do povo Tapeba curandeira e médium. A religiosidade do povo está ligada a sua própria cultura e as suas apropriações sociais, de forma que estão presentes religiões de origem transcendental, cristã e de matriz africana.

Na área de manguezal do rio Ceará, existe uma grande rocha, que, devido às dificuldades de acesso, não foi possível conhecê-la. Os Tapeba a chamam de “pedra encantada” e acreditam na lenda de que ela está cheia de ouro. As salinas demarcadas no mapeamento já estavam desativas no período de demarcação da TI e os indígenas afirmam nunca ter tido acesso a elas.

No mapa da Figura 67, pode-se identificar alguns equipamentos, a que os indígenas têm acesso em seu território, como o Centro de Saúde Vitor Tapeba (figuras 68 e 69) e a Escola Indígena da Ponte (Figura 69).

Figura 67 – Entrada do centro de saúde indígena Vitor Tapeba



Fonte: arquivo da autora

Figura 68 – Acesso lateral da UBSI



Fonte: arquivo da autora

A implementação da Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) trouxe, para as aldeias, uma atenção em saúde básica e especializada, que foi estabelecida no território, a partir da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Nesse contexto, enfatiza-se a Portaria nº 1.317, de 3 de agosto de 2017, que estabelece ações direcionadas à saúde das populações Indígenas.

Deste modo, esta portaria traz consigo responsabilidades específicas, como: a presença de uma Equipe Multiprofissional de Saúde Indígena (EMSI), o estabelecimento de um DSEI (no território) e de microáreas, vinculadas a uma EMSI, como a atuação de um profissional Agente Indígena de Saúde (AIS), além de um responsável técnico habitado pela Vigilância Sanitária, responsável pelos processos de produção e de prestação de serviços de saúde (BRASIL, 2017).

Assim como a saúde especializada indígena, a educação escolar diferenciada também é resultado da luta dos povos originários do Ceará. Deste modo, a Escola Indígena da Ponte é resultado da luta pelo direito a uma educação diferenciada, que valoriza as especificidades de cada povo.

A Escola da Ponte tem aproximadamente 300 estudantes matriculados em diferentes níveis de ensino. Deste modo, anualmente, são ofertadas vagas para a educação infantil, para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos.

Figura 69 – Escola indígena da Ponte



Fonte: arquivo da autora

O acesso principal à Aldeia da Ponte, conforme os indígenas, é pela rua Rio Ceará (Figura 70) que é pavimentada, em que foi construído uma espécie de dique. As figuras 71 e 72 destacam o fim desta barreira, que também é importante para drenar a água no período da quadra chuvosa.

Figura 70 – Rua Rio Ceará



Fonte: arquivo da autora

Figura 71 – Rua sem pavimentação



Fonte: arquivo da autora

Figura 72 – Fim da barreira de contenção de cheias



Fonte: arquivo da autora

Esta construção foi realizada com materiais de concreto, com o objetivo principal de evitar que as cheias do rio Ceará atinjam as casas dos moradores da aldeia. No entanto, tal obra não acompanhou o crescimento populacional, de forma que apenas uma parcela dos moradores da rua Rio Ceará tem seu trecho de rua pavimentado e está protegido pela barragem (figuras 73 e 74).

Figura 73 – Continuação da rua principal da aldeia



Fonte: arquivo da autora

Figura 74 – Habitação em área de manguezal



Fonte: arquivo da autora

A Aldeia da Ponte enfrenta problemas fundiários e as condições de insalubridade, devido às condições físico-ambientais do ambiente estuarino e à intensa pressão demográfica, também interferem nos modos de vida das populações deste ambiente. Mas, tem-se buscado soluções para estes problemas, por meios de lutas em coletividade, juntamente com o Movimento Indígena do Ceará.

#### **7.4 O protagonismo das mulheres na aldeia**

As mulheres Tapeba são protagonistas na luta pelo seu território e estão presentes em atos políticos, em manifestações em prol de sua luta e, ainda, buscam ocupar espaços secularmente destinados aos homens. Assim, nesta sessão, temos o objetivo de dar voz a estas guerreiras.

Diante disso, reunimos depoimentos de mulheres da Aldeia da Ponte. No encontro preparado (Figura 75), destacamos, no ambiente, cartazes com palavras-chave, que representam a sua importância para seu povo. O espaço utilizado foi o Centro de Saúde Vitor Tapeba, escolhido previamente pelas participantes.

Figura 75 – Indígenas reunidas, para realização de um grupo focal



Fonte: arquivo da autora

O encontro contou com a presença da Pajé do povo Tapeba, com líderes indígenas, com mães, com trabalhadoras, com professoras, com mulheres, enfim, que são protagonistas, não, só, das suas próprias histórias, mas das de seu povo, igualmente. Com a autorização das indígenas da aldeia, gravamos, em áudio, o nosso encontro e nos utilizaremos de como recurso à transcrição, para destacar suas falas no texto.

Entre as palavras-chave estavam: luta, resistência, força, coragem, perseverança e empoderamento. O encontro foi conduzido, a partir de diálogos. Iniciamos, destacando o significado de ser uma mulher indígena no Brasil, nos dias atuais, com ênfase nas lutas por elas enfrentadas<sup>21</sup>.

*“[...] eu vejo como mulher é assim, ocupando os espaços, né? Que nem você bem falou, né? Hoje, infelizmente, eh, na qualidade que hoje a gente vive, a gente ainda tem mulher que sofre preconceito, seus maridos de quê o homem ele acha que a mulher tem que estar na cozinha pra mulher e empregada dele e isso não é verdade. Da mesma forma que a mulher ela pode ir no pé do fogão fazer a comida o homem*

<sup>21</sup> Para preservar as identidades das mulheres indígenas da Aldeia da Ponte, optou-se por não as identificar nas transcrições de áudio.

*também pode né? E também ajudar nas coisas de casa, né? Ele não vai ativar de ser menos homem por ele ajudar a mulher em casa, tá do lado dela na hora que ela mais precisa, uma doença, né? E assim, eu acho que as mulheres é que nem também falou, a gente temos que realmente e dar as mãos, né? E lutar, né? Pra gente ocupar os espaços, né? Porque o homem é esse, a gente sabe que o homem é diferente da mulher, mas melhor né? Porque a que ele tem direito a ganhar mais que a mulher, que ele pode tudo, ele pode sair, chegar a hora que quer é inadmissível, eu pelo menos eu não concordo com isso, eu acho que o mesmo que ele tem direito também tenho né?"* (relato pessoal de mulher indígena Tapeba da Aldeia da Ponte, 2020)

Ressaltaram-se, neste primeiro momento, os diálogos sobre a necessidade da igualdade de gênero e sobre a luta diária destas mulheres indígenas para ocupar espaços que, historicamente, são destinados a homens, isto é, para superar as barreiras impostas pela sociedade.

As mulheres Tapeba da Aldeia da Ponte estiveram presentes na Marcha das Margaridas e na Marchas das Mulheres Indígenas, em Brasília, na luta pelos direitos seus e de seu povo. Para elas, foram momentos ímpares, nos quais tiveram a oportunidade de ter contato com outros povos do Ceará, pois as delegações tinham representantes de outras etnias, construindo amizades, que se somaram à luta.

Entre as pautas reivindicadas nas marchas, as entrevistadas destacaram a questão da saúde da mulher e, nesse sentido, ocuparam a Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), pedindo a saída da secretária Silvia Nobre<sup>22</sup>, que, apesar de ser uma mulher indígena, não atende aos anseios de representação das Tapeba, devido ao enfraquecimento das políticas de saúde indígena.

*"A gente fez três marchas nesse dia. A gente fez a marcha na segunda-feira que foi pra SESAI. Foi o equipamento lá da SESAI e reivindicando a saúde da mulher e a retirada da Silvia que não nos representa na saúde. Aí na terça-feira a gente fez a marcha das mulheres indígenas que foi mais de três mil mulheres indígenas, que foi nessa marcha. E na quarta-feira foi a marcha da margarida que foi mais de cem mil mulheres. Nós do povo Tapeba ficamos na última ala da marcha das margaridas. [...] Muita gente, todas as mulheres reivindicando o direito, e contra o machismo dos homens, reivindicando todo o direito da saúde, contra o nepotismo, dos homens também"* (relato pessoal de mulher indígena Tapeba da Aldeia da Ponte, 2020)

---

<sup>22</sup> Silvia Nobre foi nomeada, pelo governo bolsonarista, secretária da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI).

No decorrer do encontro, foram apontadas as dificuldades enfrentadas pelo povo, como a ausência de recursos para a saúde e para a educação diferenciada indígena, pois identificam precariedades na educação do Governo do Estado do Ceará, além da insegurança do município de Caucaia.

É importante destacar que as mulheres indígenas entrevistadas, além dos educadores, também lutam para que haja concursos públicos específicos para indígenas. Com muito orgulho, as guerreiras Tapeba salientaram as vitórias de seu povo e a força das mulheres nesta luta, pois foi através dela que conquistaram os acessos à saúde e à educação.

*“Nossa comunidade há esses anos atrás nós não tinha posto de saúde pra cuidar de nós, nós éramos humilhados, não é? E nós, graças a Deus, por essa luta, darmos e nós, juntas, nós conseguimos trazer a saúde para nós, nós conseguimos trazer a educação, conseguimos o território daqui para frente tá todo mundo lá e é isso aí a nossa luta a nossa luta é essa das mulheres junto com os homens, mas nós conseguimos não é verdade gente nós não tinha posto de saúde nós não tinha colégio e hoje nós temos através da luta” (relato pessoal de mulher indígena Tapeba da Aldeia da Ponte, 2020)*

As mulheres da Ponte são protagonistas na luta pelos direitos do povo Tapeba, principalmente, nas manifestações, sendo exemplos de força e de resistência em sua aldeia e referências no Ceará, pela presença no movimento indígena e por assumirem posições de liderança nas associações.

*“E o território indígena, é quando você chama pra fechamento de BR, uma marcha, uma reunião. O público maior, infelizmente, o ou felizmente é de mulher. né? Então quer dizer que realmente é a gente está ocupando os espaços né? A gente está indo em busca dos nossos direitos né? E na busca também e de conquistar os espaços, tudo é através dos movimentos, né? Das reuniões, realmente é dessa forma que a gente está ocupando os espaços dentro da comunidade né? Inclusive que nem a gente sabe, hoje existe aí cacique pequena, né? Que também é uma mestre da cultura, né? Que foi eleita pelo seu povo lá, né? Como cacique é que hoje a gente também quebra esse tabu de que cacique só pode ser homem, não pode ser uma mulher, ela vem de luta, ela conquista o espaço dela, luta pelo seu povo, então realmente são nossa forma que a gente tá ocupando os espaços dentro do movimento.” (relato pessoal de mulher indígena Tapeba da Aldeia da Ponte, 2020)*

Quando a reunião com o grupo foi iniciada, não colocamos, como palavra-chave, a expressão “ocupar espaços”, mas, como se percebe neste relato, tal

mote acabou ganhando força, uma vez que as mulheres se sentiram cada vez mais à vontade para contar sobre suas vivências e sobre suas lutas.

*“Então olha, a nossa luta ela é muito antiga, porque a gente a gente teve que lutar por tudo, nada nada foi nos dados. A gente lutou pelo voto, a gente luta pelo direito de ocupação, pelo no mercado de trabalho, a gente luta pra ter o direito de falar, de se expressar sem ser reprimida porque todo tempo não porque a mulher não pode isso. Tipo. Porque isso não é certo pra mulher.”* (relato pessoal de mulher indígena Tapeba da Aldeia da Ponte, 2020)

Assim, colocam em evidência aspectos importantes de sua luta e justificam: “[...] a gente vem nessa luta pra ocupar os espaços que antes só os homens ocupavam, né?” (relato pessoal de mulher indígena Tapeba da Aldeia da Ponte, 2020). Assim, buscam seu lugar de fala, para que possam se expressar e manifestar suas opiniões, perante às sociedades indígena e não indígena.

Figura 76 – Mulheres indígenas da Aldeia da Ponte, em Caucaia (CE)



Fonte: arquivo da autora

A Figura 76 retrata algumas das mulheres indígenas da Aldeia da Ponte, cuja luta é antiga. Mas, como ainda existem muitas barreiras a serem rompidas, estas continuam na busca pelos direitos seus e de seu povo e por ocuparem espaços, não, apenas, em seus lares, mas no movimento indígena, para

conquistarem mais espaços e maiores acessos à saúde e à educação, além de buscarem a oportunidade de se qualificar.

As lutas principais destas mulheres são pela terra, pelo território, pelo seu direito originário, para viverem em um ambiente que ofereça condições de resgatarem sua ancestralidade, como dizem: “[...] sem território, a cultura morre” (relato pessoal de mulher indígena Tapeba da Aldeia da Ponte, 2020). Dito de outro modo, elas (re)existem para existir.

## 7.5 Novos desafios na Aldeia da Ponte

O processo de demarcação de TI e a luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas são obstáculos históricos enfrentados na luta dos povos originários. Além disso, o atual contexto pandêmico, ocasionado pela chegada do novo Coronavírus (Covid-19), também trouxe desafios à sobrevivência do povo Tapeba.

Em 2020, os Tapeba foram apontados como um dos dez povos com maior vulnerabilidade à Covid-19 no Brasil, pois, além da dificuldade de acesso a produtos de higiene, eles precisavam garantir seus meios de subsistência (ISA, 2020). A Figura 77 mostra a entrada do Centro de Saúde no período pandêmico.

Figura 77 – Centro de Saúde Vitor Tapeba na pandemia



Fonte: arquivo da autora

Apesar de todos os problemas vivenciados pelos indígenas do povo Tapeba, a Aldeia da Ponte abriu suas portas para o diálogo neste período pandêmico, desse modo, viu-se a necessidade de pontuar algumas questões sobre o momento atual.

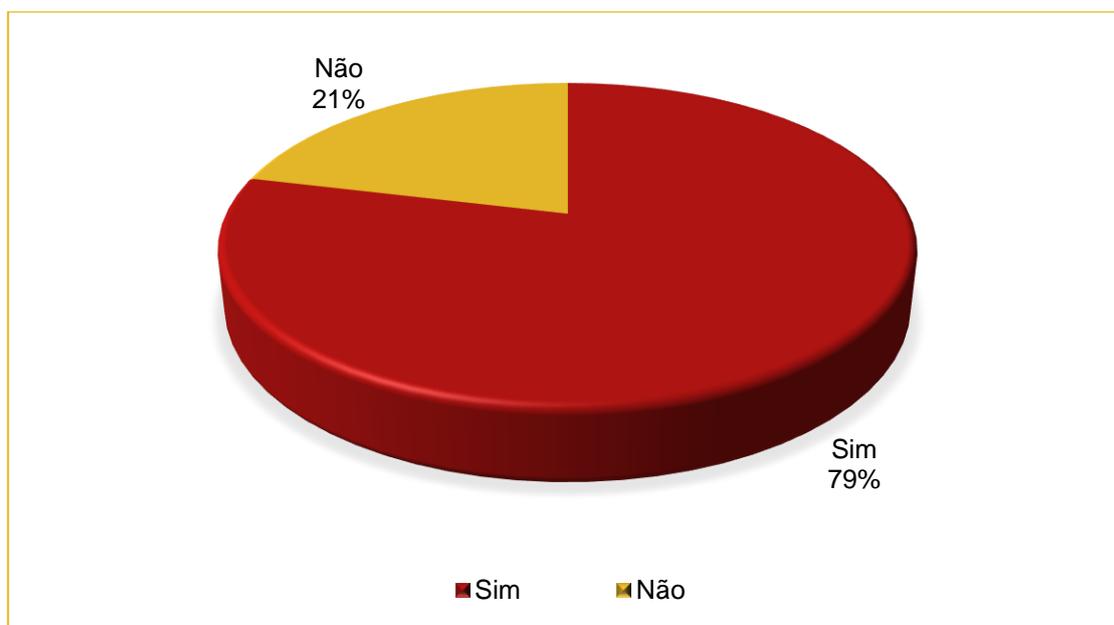
Logo na entrada da rua principal da aldeia, no Centro de Saúde Vitor Tapeba, foi colocada uma faixa, incentivando ao isolamento social da população local (Figura 82). Ações de conscientização, como esta, foram importantes para evitar a transmissão da Covid-19 entre os indígenas.

Para melhor compreender os desafios impostos pela pandemia, foram feitas duas perguntas aos moradores da Aldeia da Ponte, com o objetivo de entender as possíveis transformações em sua organização social:

- i. “Você acha que os problemas enfrentados pelo seu povo aumentaram, durante a pandemia do Coronavírus?”
- ii. “Você acha que a pandemia do novo Coronavírus modificou os modos de viver na comunidade?”

Quando perguntados sobre as modificações nos modos de viver em comunidade, desde o início da pandemia, a maioria dos entrevistados (Gráfico 17) confirmou a ocorrência de alterações no cotidiano de vida.

Gráfico 17 – Modificação dos modos de viver na pandemia



Fonte: elaborado pela autora



trabalhadores precisaram manter o isolamento, incrementando a dificuldade de acesso a alimentos, além da própria privação da liberdade, inerente ao isolamento social.

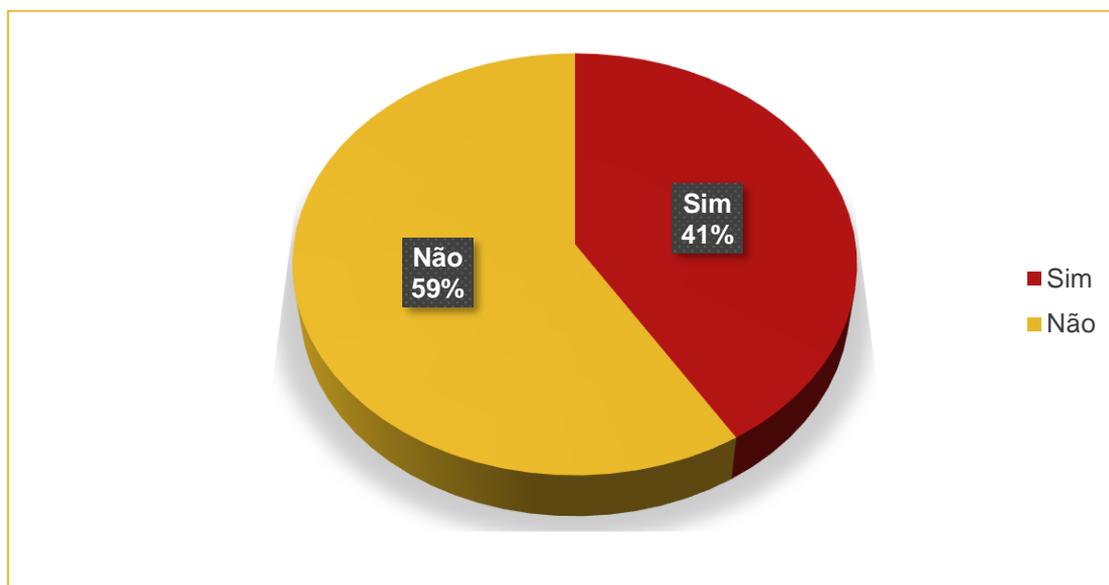
Este isolamento implicou muitas questões para os indígenas, pois nem todos puderam seguir os protocolos indicados para evitar o contágio e a transmissão da Covid-19, uma vez que precisavam garantir o sustento da família, considerando, ainda, o fato de que muitas das famílias locais vivem em situação de coabitação.

O excesso de lixo, que se acumula ao longo do rio Ceará, de acordo com alguns moradores, também se tornou uma preocupação, durante a pandemia, pois, além da Covid-19, eles temem o acúmulo de água nos resíduos sólidos, que pode contribuir para a propagação do mosquito transmissor da dengue. Além disso, os problemas identificados não são apenas domésticos, mas, também, de origem urbano-industrial.

Outro problema pontuado é o fato de não poderem, neste período, fazer manifestações pelos direitos de seu povo, pois o atual governo brasileiro tem preocupado os indígenas, que temem a perda de seu território e que sofrem com a ausência de recursos para seu povo.

O Gráfico 18 destaca a opinião dos indígenas a respeito dos problemas vivenciados na aldeia, durante a pandemia.

Gráfico 18 – Aumento dos problemas vivenciados na aldeia, neste período



Fonte: elaborado pela autora

Quanto aos problemas vivenciados na pandemia (Gráfico 18), os moradores da Aldeia da Ponte têm perspectivas diferentes sobre esta questão, pois 59% acham que os problemas existentes permaneceram, não sendo amplificados pela chegada do Coronavírus, enquanto 41% acreditam que os problemas foram intensificados.

A Figura 79 apresenta os principais problemas identificados por 41% das famílias indígenas entrevistadas. De acordo com estes entrevistados, o desemprego e a dificuldade de acesso a alimentos tiveram crescimentos, durante a pandemia, assim como as dificuldades na comercialização da pesca e na venda de caranguejos, fontes de sustento importantes da aldeia.

Figura 79 – Nuvem de palavras sobre os problemas intensificados na pandemia



Fonte: elaborado pela autora

As cheias do rio Ceará também afetaram a vida dos indígenas da Aldeia da Ponte em plena pandemia. É importante esclarecer que os problemas

ênfatisados pelos moradores, em decorrência do lixo, também se relacionam com o rio Maranguapinho, seu principal afluente.

A insegurança alimentar não é uma problemática enfrentada apenas pelo povo Tapeba, já que, infelizmente, esta realidade também afeta outros povos no Brasil, e a demarcação de seus territórios e o acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, como está previsto na Constituição, são quesitos fundamentais para que os indígenas possam ter áreas destinadas, por exemplo, à plantação e ao cultivo de espécies, para a subsistência e para a manutenção de seus costumes.

Nesse caminho, CIMI (2020) destacou que algumas famílias da Aldeia da Ponte tiveram suas casas alagadas pela cheia do rio Ceará e, em decorrência disso, os indígenas ficaram impossibilitados de realizar a coleta de mariscos, que são uma fonte importante de sustento da Aldeia, devido aos agentes poluentes, como o esgoto, que vêm pelo rio afluente.

[...] Para tornar a situação ainda mais insalubre e propícia a doenças, o Rio Maranguapinho, afluente do Rio Ceará, recebe esgoto irregular ao passar pelo centro de Fortaleza. Quando deságua, leva toda a poluição urbana para a comunidade. A cheia do Rio Ceará também afeta a economia local, já que a maior parte dos moradores da Comunidade da Ponte vive da coleta de mariscos do mangue na região. “Com essa cheia, o mangue está submerso e é impossível trabalhar em meio ao esgoto”, conta Weibe. “Há muitos casos de diarreia e nossas crianças vivem com dores abdominais”. Sob essas condições, a população Tapeba corre o risco de insegurança alimentar. E a busca por estabilidade e garantia de alimento, por sua vez, aumenta as chances de contágio por coronavírus. (CIME, 2020, n.p.).

A sobreposição à Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará-Rio Maranguapinho não trouxe mais proteção e maior conservação da natureza do território, de modo que o crescimento dos problemas ambientais enfrentados pela Aldeia e pelas comunidades locais permanece contínuo.

Ademais, os povos originários concebem a natureza de forma diferenciada das sociedades capitalistas, embora estejam inseridos neste contexto. Dependendo da ótica, esta afirmação pode ser compreendida como uma contrariedade, mas tal fato não invalida a luta indígena, pois a conexão estabelecida com a natureza não está presente em seus imaginários, simplesmente, mas faz parte de seus conhecimentos ancestrais, os quais buscam resgatar, assim como se insere em suas práticas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O reconhecimento do direito originário dos povos indígenas do Brasil é um grande desafio enfrentado na contemporaneidade. As (in)visibilizações, negações, etnocídios, genocídio e até mesmo o ecocídio cometido contra esses povos não se referem apenas a fatos históricos que ficaram no passado, pois infelizmente ainda são manifestados no espaço geográfico.

Os temas apresentados e dialogados ao longo dos capítulos tiveram a finalidade de discutir o amálgama da questão que envolve uma natureza transfigurada, aqui representada pela interface tanto entre o território indígena quando as estratégias estabelecidas para a proteção ambiental legislações e instrumentos para a gestão.

As diferenças nas formas de apropriação do espaço expressam o amálgama da questão que envolve a natureza transfigurada nestes territórios que são refletidas nos modos de viver e uso da terra pela população indígena. No entanto, essas questões também tem origem cultural, econômica, política e social, e é no território que estas contradições conflitos se manifestam.

As metodologias participativas utilizadas para o resgate da história, protagonismo e entendimento das práticas sociais dos sujeitos, além de mediarem diálogos e forneceram subsídios para a compreensão de sua luta pelo território, apropriações e transfigurações da natureza.

Constatou-se que as ações do Governo no território nacional não privilegiam os povos originários, havendo contrariedades nas tomadas de decisão, por isso a necessidade de contextualizar aspectos jurídicos e as estratégias da política indigenista e indígena no país, como a tese do marco temporal, que é uma grande insegurança para esses povos, pois a política de demarcação de terras indígenas no Brasil.

Dessa forma, os povos originários continuam resistindo para existir, pois continuam tendo que enfrentar, além de suas lutas históricas, as novas ameaças a sua sobrevivência. Os projetos de lei propostos pelo atual governo podem inviabilizar o processo de demarcação de suas terras, contribuir com a degradação ambiental em seus territórios, e não os protege contra grandes obras e empreendimentos, provenientes, por exemplo, da construção de hidrelétricas, estradas e atividades de mineração. Esses projetos também não garantem a

regularização de suas terras e a proteção contra grilagem, desmatamentos, e ainda podem resultar na fragmentação territorial.

O Ceará negou historicamente a existência de povos originários em seu território. Apenas na década de 1980, com ações de indígenas em coletividade com a Arquidiocese de Fortaleza houve este reconhecimento. Desde então, os movimentos e organizações indígenas no estado tem conquistado vitórias importantes, como o acesso à educação escolar diferenciada e o acesso a saúde direcionada especialmente para o atendimento de seu povo, com a implantação de centros de saúde e equipes multidisciplinares em seus territórios.

A interseccionalidade das mulheres indígenas e seu protagonismo na luta dentro e fora de suas Aldeias também se tornou imprescindível para o enfrentamento das batalhas vivenciadas pelos povos originários, assim buscam ocupar espaços que historicamente eram ocupados pelos homens. No contexto do povo Tapeba, estas mulheres estão presentes também em todas as ações políticas e nas tomadas de decisão pelo seu povo, seja em retomadas, em processos demarcatórios, em manifestações ou na luta pelos seus direitos tanto em seu território, quanto nas sedes do Governo Federal.

Na fase inicial de construção da pesquisa, ainda na fase pré-campo, tinha-se a hipótese inicial que existiam conflitos ambientais, que eram sobretudo de origem territorial, entre a da Aldeia da Ponte, do povo Tapeba, devido a sobreposição da APA do Estuário do Rio Ceará, posteriormente ampliada, devido a sobreposição de territórios.

No entanto, a partir de diálogos e atividades mediadoras realizadas com as lideranças indígenas e moradores da Aldeia da Ponte, constatou-se que este conflito em particular não existe, pois relatam que a criação desta unidade de uso sustentável em nada afetou a vivência e as ações realizadas em prol da de seu povo, em específico, na sua Aldeia, seja positiva ou negativamente. Em tese, é como se a unidade não tivesse sido implementada.

Esclarece-se que a afirmativa, não é contra a unidade de conservação, como também não quer inviabilizar a importância de sua existência, mas baseia-se na percepção dos sujeitos da pesquisa. No mais, ela pode ser um indicativo de que existe uma (in) sustentabilidade ambiental, devido as condições sociais e econômicas as quais estão submetidas a população indígena e as comunidades locais nas proximidades da APA.

Porém, esta não é única perspectiva sobre as possíveis consequências da sobreposição na vida dos indígenas da Ponte, pois à medida que as ações de gestão e manejo da unidade não envolve este povo, estão novamente negando a sua presença no território e invisibilizam assim, a sua luta secular.

Nas últimas décadas, os pescadores da Aldeia da Ponte têm perdido territórios de pesca devido a alterações nas condições físico-ambientais do Rio Ceará (como foi apontado no mapeamento participativo), provenientes de agentes poluentes e contaminantes advindos principalmente de atividades urbano-industriais e de equipamentos implementados por terceiros na TI.

Dessa forma, observa-se que a criação da área de proteção ambiental não conteve o avanço das atividades urbano-industriais, do mesmo modo que não tornou o ambiente duplamente protegido. Até a década de 1980, os indígenas da Aldeia pescavam na ponte sobre o Rio Ceará, e às margens de suas moradias, mas devido a todo esse contexto, deslocam-se atualmente, quilômetros a jusante do rio para realizarem a pesca e captura de crustáceos.

Na busca pelo entendimento das transformações e apropriações na natureza por meio das práticas sociais, percorreu-se caminhos que tiveram o intuito de associar os fundamentos conceituais com a práxis da pesquisa. Nessa trajetória, percebeu-se que a natureza se configura conforme as formas de apropriação pelos sujeitos e agentes de transformação do espaço geográfico, de forma que ela não está externalizada, mas dialeticamente intrínseca à sociedade, uma natureza socializada.

Compreende-se que os povos originários podem ter as suas vidas amalgamadas com a natureza, no entanto, no contexto específico da Aldeia da Ponte, faz-se necessário ter uma sensibilidade científica para compreender que eles são frutos de um processo histórico, no qual a natureza, além do valor de uso, passou a assumir também, valor de troca, pois eles estão inseridos em uma sociedade capitalista, frutos de fragmentações étnicas, negações de direitos e invisibilidades sociais.

Mas afinal, como podem manter uma conexão direta com a natureza se não vivem em um ambiente ecologicamente equilibrado e se não têm seus direitos e sua história respeitados?

A medida que seus territórios são ocupados por posseiros, em que o rio que é a “fonte de vida” na Aldeia é poluído por efluentes e contaminantes de

origem urbano-industrial; que ocupam áreas insalubre devido as condições físico-naturais do ambiente estuarino; em que prevalece a ausência de terras cultiváveis para a construção de roçados; em que o seu ciclo anual de produção pode vir a ser modificado, à medida que seus territórios de pesca e captura de crustáceos não estão mais disponíveis devido a problemáticas ambientais ocasionadas pelas atividades humanas; a permanência em suas TI's se tornam desafiadoras, de forma que os seus modos de viver são modificados para que consigam garantir a sua sobrevivência.

A Aldeia da Ponte do povo Tapeba, em Caucaia-Ceará é fruto dessa construção social, política e cultural, seu povo, suas mulheres, são exemplos de força e resistência no território cearense. Assim, continuam lutando por reconhecimento, combatendo estereótipos e em conjunto com as outras aldeias, buscam se inserir na luta indígena não apenas estadual, mas a nível nacional, em marchas e manifestações nos centros de poder deste país.

## REFERÊNCIAS

---

ACSELRAD, H; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. (organizador). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ADELCO. Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido. **Kariri**. Disponível em: <https://adelco.org.br/centro-documentacao/terra-indigena-kariri/> Acesso em 12 abr. 2021.

ADELCO. Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido. **Mapa da Saúde Indígena no Ceará**. Disponível em: <http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Mapa-da-Sa%C3%BAde-Ind%C3%ADgena-no-Cear%C3%A1-2013.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ADELCO. Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido. **Mulheres indígenas do Ceará lideram a busca por direitos e combatem feminicídio nas aldeias**. Disponível em: <https://adelco.org.br/geral/mulheres-indigenas-do-ceara-lideram-a-busca-por-direitos-e-combatem-feminicidio-nas-aldeias/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ADELCO. Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido. **Situação dos Povos Indígenas do Ceará**. Movimento Indígena do Ceará. Tapeba, Tabajara, Potyguara, Pitaguary, Tremembé, Anacé, Kanindé, Tapuia-Kariri, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Tapuia, Kariri, Gavião e Tupinambá. 2019. Disponível em: [http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Livro\\_Diagn%C3%B3stico.pdf](http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Livro_Diagn%C3%B3stico.pdf). Acesso em: 27 jul. 2020.

ADELCO. Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido. **Terra Indígena Tapeba**. Disponível em: <http://adelco.org.br/centro-documentacao/terra-indigena-tapeba>. Acesso em 11 abr. 2021.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Ruralistas defendem marco temporal para demarcação de terras indígenas**. Parlamentares propõem que a data da promulgação da Constituição Federal (05/10/1988) seja a base para definir a ocupação e a propriedade das terras. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/428747-ruralistas-defendem-marco-temporal-para-demarcacao-de-terras-indigenas/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

AGOPYAN, K. K. O indígena no contexto urbano: o caso da cidade de São Paulo. In: PAREDES, Beatriz (coordenação); DAMIANI, Gerson; PEREIRA, Wagner Pinheiro; NOCETTI, María Antonieta Gallart (Organizadores). **O Mundo Indígena na América Latina: Olhares e Perspectivas**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 540 p.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade** (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

AMAZÔNIA REAL. Comissão da Verdade. **Ao menos 8,3 mil índios foram mortos na ditadura militar.** Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/comissao-da-verdade-ao-menos-83-mil-indios-foram-mortos-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 04 jul. 2020.

APIB. **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Articulação dos Povos Indígenas aciona PGR contra Bolsonaro por crime de racismo.** Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/01/24/articulacao-dos-povos-indigenas-aciona-pgr-contra-bolsonaro-por-crime-de-racismo/>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BALDI, C. A.; RIBEIRO, L. M. de C. A Proposta de Revogação da Convenção 169 da OIT pelo Brasil e o Princípio da Vedação do Retrocesso Social. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 25, n. 2, p. 241-252, 2015.

BARRETTO FILHO, H. T. "Protagonismo" como Vulnerabilização em Demarcação de Terras Indígenas: o caso do acordo judicial para demarcar a terra Tapeba. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-09>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/bvVDq9rchDMxr6YyQvhpZ5t/?lang=pt#>. Acesso em 22 abr. 2021.

BARRETTO FILHO, H. T. **Tapeba**. 1988. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapeba>. Acesso em 12 abr. 2021.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; e GUERRA, José Teixeira (Org.). **A questão ambiental – diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2003.

BRASIL DE FATO, J. (2021). **"Retomadas" em todo o país: indígenas ocupam suas terras ancestrais, ainda que sob ataque**. Jornal Brasil de Fato, São Paulo (SP). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/14/retomadas-em-todo-o-pais-indigenas-ocupam-suas-terras-ancestrais-ainda-que-sob-ataque>. Acesso em 15 nov. 2021.

BRASIL. **Art. 225**. Constituição Federal (Texto promulgado em 05/10/1988). Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_225\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_225_.asp). Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. **Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira**. Silva, Luiz Fernando Villares e. (Org.). Brasília – DF. Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio. 2008.

BRASIL. **Constituição Federal** (Texto promulgado em 05/10/1988). Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_05.10.1988/ind.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/ind.asp). Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm). Acesso em: 21 nov. 2020.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Portaria MJ n.º 2498/11**. Regulamenta a participação dos entes federados no âmbito do processo administrativo de demarcação de terras indígenas. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=48&data=01/11/2011>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_saude\\_indigena.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf). Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. 2020. **Entenda o processo de demarcação**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. 2020. **Terra indígena: o que é?**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 21 nov. 2020.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. 2021. **Fases do processo administrativo**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. **Lei de aperfeiçoamento da legislação penal e processual, Lei nº 13964**, de 24 de dezembro de 2019 Brasília. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20192022/2019/Lei/L13964.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2019/Lei/L13964.htm#art3). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm). Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI)**. Disponível em: <https://saudeindigena1.websiteseuro.com/coronavirus/dsei/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 734, de 31 de agosto de 2017**. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=34&data=04/09/2017>. Acesso em 20 ago. 2020.

BRASIL. **Portaria/FUNAI nº 14, de 09 de janeiro de 1996**. Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996. <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/dpt/pdf/portaria14funai.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

CARTACAPITAL. **Bolsonaro e a escalada do autoritarismo**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/bolsonaro-e-a-escalada-do-autoritarismo/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

CARTACAPITAL. **Indígenas denunciam Bolsonaro por genocídio no Tribunal de Haia**. A denúncia também pede a condenação do presidente por omissão na gestão ambiental e ecocídio. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/indigenas-denunciam-bolsonaro-por-genocidio-no-tribunal-de-haia/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Área da APA do Estuário do Rio Ceará é ampliada no mês dedicado ao meio ambiente**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/06/23/area-da-apa-do-estuario-do-rio-ceara-e-ampliada-no-mes-dedicado-ao-meio-ambiente/>. Acesso em: Acesso em 17 dez. 2021.

CEDEFES (2011). **As retomadas indígenas**. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/as-retomadas-indigenas/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CERRATINGA (2022). **Carnaúba**. Disponível em: [https://www.cerratinga.org.br/especies/carnauba/#:~:text=A%20carna%C3%BAba%20\(nome%20cient%C3%ADfico%20Copernicia,em%20p%C3%A1ginas%20da%20literatura%20brasileira.&text=Seu%20nome%20%C3%A9%20derivado%20do,a%20parte%20inferior%20do%20caule](https://www.cerratinga.org.br/especies/carnauba/#:~:text=A%20carna%C3%BAba%20(nome%20cient%C3%ADfico%20Copernicia,em%20p%C3%A1ginas%20da%20literatura%20brasileira.&text=Seu%20nome%20%C3%A9%20derivado%20do,a%20parte%20inferior%20do%20caule). Acesso em 07 jan. 2022.

CIME (2019). **Marcha das Margaridas**: cem mil mulheres param Brasília em luta por direitos. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-das-margaridas-cem-mil-mulheres-param-brasilia-em-luta-por-direitos/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CIMI (2017). Conselho Indigenista Missionário. **Povo Tapeba resiste a despejo de retomada enquanto batalha há 32 anos pela demarcação da terra**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/02/39248/>. Acesso em: 06 out. 2020.

CIMI (2019). Conselho Indigenista Missionário. **A maior violência contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contr-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

CIMI (2020). Conselho Indigenista Missionário. **Povo Tapeba, no Ceará, tem casos de coronavírus, é impactado por cheia e teme a fome; você pode ajudar**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/04/povo-tapeba-no-ceara-tem-casos-de-coronavirus-e-impactado-por-chezza-e-teme-a-fome/>. Acesso em 01 mai. 2020.

CNV. Comissão da Verdade. **Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas**. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/inicio/16-grupos-de-trabalho/206-graves->

violacoes-de-direitos-humanos-no-campo-ou-contra-indigenas.html. Acesso em: 04 jul. 2020.

CORREIOBRASILIENSE. **Bolsonaro: Demarcações foram invenção da esquerda para atrapalhar o Brasil.** Disponível em: [https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/10/interna\\_politica,833376/bolsonaro-demarcacoes-foram-invencao-da-esquerda-para-atrapalhar-o-b.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/10/interna_politica,833376/bolsonaro-demarcacoes-foram-invencao-da-esquerda-para-atrapalhar-o-b.shtml). Acesso em: 06 abr. 2020.

CUNHA, M. C. Apresentação - Contra a tese do marco temporal, pela justiça. In: CUNHA, M. C; BARBOSA, S. R. (organizadores). **Direito dos Povos Indígenas em Disputa.** – São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania.** – 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, M. C. **Introdução a uma história indígena.** In: O Mundo Indígena na América Latina: Olhares e Perspectivas / PAREDES, Beatriz (coordenação); DAMIANI, Gerson; PEREIRA, Wagner Pinheiro; NOCETTI, María Antonieta Gallart (Organizadores). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 540 p.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Cacique Pequena, cearense, é homenageada em campanha do Google ao lado de Beyoncé e Opra.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/estilo-de-vida/sisi/cacique-pequena-cearense-e-homenageada-em-campanha-do-google-ao-lado-de-beyonce-e-oprah-1.3056132>. Acesso em: 06 mar. 2021.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Com novo limite, APA do Rio Ceará perde mil hectares incluídos agora na APA do Maranguapinho.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/confira-criancas-agendadas-para-vacinacao-contra-a-covid-nesta-terca-feira-1-em-fortaleza-1.3186915?scrsingle=1>. Acesso em: Acesso em 17 dez. 2021.

DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil.** Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

FIOCRUZ (2019). Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Fundação Oswaldo Cruz, 2021. CE – **Pioneiros na luta dos povos indígenas do Ceará, os Tapeba têm sua Terra declarada após 35 anos. Mas a luta pela homologação continua.** Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-pioneiros-na-luta-dos-povos-indigenas-do-ceara-os-indios-tapeba-enfrentam-o-preconceito-e-as-velhas-oligarquias-cearenses-mas-vencem-a-invisibilidade-pela-arregimentacao-de-forte-corrente-socia/#cronologia>. Acesso em: 12 dez. 2021.

FREIRE, J. **Território Potiguará.** Disponível em: <http://trilhasdospotiguaras.pb.gov.br/pt-br/territorio-potiguara/>. Acesso em 12 abr. 2021.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas.** Brasília: Líber Livro, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Educação Escolar Indígena - Ações**. Disponível em: [https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/acoes\\_educ\\_ind\\_2018.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/acoes_educ_ind_2018.pdf). Acesso em: 23 dez. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Escolas Indígenas e suas Etnias**. 2018. Disponível em: [https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/Etnias\\_escolas\\_indigenas.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/Etnias_escolas_indigenas.pdf). Acesso em: 23 dez. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Educação Escolar Indígena**. 2021. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-escolar-indigena/> Acesso em: 23 dez. 2021.

GRANGEIRO, C. M. M. **Meio ambiente litorâneo e urbanização: o ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza – Ceará**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Ceará - UECE. Fortaleza, 2012.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. -1. ed.- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e ambiente. **Território**, v. 2, n. 3, p. 77-85, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indígenas – Gráficos e Tabelas**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Disponível em: [https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf). Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 - primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro 2012. Disponível em: [https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf). Acesso em: 16 set. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Indígena Porcentagem 1991**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Porcentagem 2000**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Porcentagem 2010.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Rural 1991.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Rural 2000.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Rural 2010.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Urbana 1991.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Urbana 2000.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Urbana 2010.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Total 1991.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Total 2000.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Indígena Total 2010.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

IBGE; FUNAI. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Fundação Nacional do Índio. **O Brasil Indígena.** 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-dez/pdf-brasil-ind.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

IMIP. O Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira. **Saúde Indígena – DSEI Ceará.** Disponível em: <http://www1.imip.org.br/imip/assistenciaesaude/saudeindigena/dseiceara.html>. Acesso em: 12 jul. 2020.

IMIP. O Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira. **Saúde Indígena – Apresentação.** Disponível em:

<http://www1.imip.org.br/imip/assistenciaesaude/saudeindigena/apresentacao.html>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ISA (2002). Instituto Socioambiental. Terras do Brasil. **Festa da Carnaúba**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/6031>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ISA (2017). Instituto Socioambiental. **Terra Indígena Tapeba (CE) é a primeira declarada pelo governo Temer**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/terra-indigena-tapeba-ce-e-a-primeira-declarada-pelo-governo-temer>. Acesso em 20 ago. 2020.

ISA (2020). Instituto Socioambiental. **Povo Tapeba do Ceará está entre as 10 comunidades indígenas com maior vulnerabilidade à Covid-19 no país**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/206293>. Acesso em: 19 mai. 2020.

ISA. Instituto Socioambiental. **Notícias socioambientais**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/esta-no-ar-a-nova-edicao-do-boletim-do-isa-2>. Acesso em: 06 ago. 2021.

ISA. Instituto Socioambiental. **Tapeba**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapeba#:~:text=Os%20Tapebas%20s%C3%A3o%20produto%20de,regi%C3%A3o%20metropolitana%20de%20Fortaleza%20Cear%C3%A1>. Acesso em: 07 abr. 2021.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H. (organizador). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

JORNAL DA USP. **Ministério da Agricultura não deve cuidar de terras indígenas**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/jorusp-no-ar-11-07-ministerio-da-agricultura-nao-deve-cuidar-de-terras-indigenas/>. Acesso em: 02 ago. 2020.

JÚNIOR-ARAÚJO, J. J. A Constituição de 1988 e os direitos indígenas: uma prática assimilacionista?. In: CUNHA, M. C; BARBOSA, S. R. (organizadores). **Direito dos Povos Indígenas em Disputa**. – São Paulo: Editora Unesp, 2018.

LEAL, M. C. H.; ALVES, F. D. A efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais (DESC) pelo Estado brasileiro e a necessária observância do minimum core obligation em “tempos de crise”. **Anuário de Derecho Constitucional Latinoamericano**, Bogotá, p. 285-303, 2017.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**. A Territorialização da Racionalidade Ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1). Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACIEL, Aline Neris de Carvalho. **Educação ambiental no âmbito da escola diferenciada da Terra Indígena Lagoa da Encantada, Aquiraz/Ceará**. 2017. 186 f. Dissertação (Programa de pós-graduação em desenvolvimento e meio ambiente - PRODEMA) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – Ceará, 2017. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25583/1/2017\\_dis\\_ancmaciel.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25583/1/2017_dis_ancmaciel.pdf). Acesso em: 13 mar. 2020.

MORIN. E. **Introduction à la pensée complexe**. Éditions du Seuil, avril. 1990.

MOURA, A. M. M. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: MOURA, A. M. M. (Org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. 1ª ed. Brasília: Ipea, 2016.

OPOVO. **Bolsonaro é denunciado ao Tribunal Penal Internacional por genocídio**. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/08/10/bolsonaro-e-denunciado-ao-tribunal-penal-internacional-por-genocidio.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

OPOVO. **Cacique Pequena, líder indígena no Ceará, é homenageada em campanha mundial do Google**. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/03/05/cacique-pequena--lider-indigena-no-ceara--e-homenageada-em-campanha-mundial-do-google.html>. Acesso em 20 ago. 2021.

OPOVO. **Professores indígenas do Ceará reivindicam concurso público específico**. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/08/19/professores-indigenas-do-ceara-reivindicam-concurso-publico-especifico.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

OPOVO. **Terra demarcada, vida garantida!**. Disponível em: <http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Terra-demarcada-vida-garantida-Weibe-Tapeba.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

PEREIRA, W. P. José Bonifácio e a questão indígena no projeto de construção do Estado nacional brasileiro: uma apresentação de “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil” (1823). In: **O Mundo Indígena na América Latina: Olhares e Perspectivas**. PAREDES, Beatriz (coordenação); DAMIANI, Gerson; PEREIRA, Wagner Pinheiro; NOCETTI, María Antonieta Gallart (Organizadores). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 540 p.

PIB. Povos Indígenas do Brasil. **Direitos constitucionais dos índios**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Constitui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro, Editora: Record, 2004.

RAFFESTIN, C. Produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. -1. ed. - São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

REDEBRASILATUAL. **Bolsonaro é a ameaça mais séria aos indígenas desde a Constituição de 1988, diz revista científica britânica**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/08/bolsonaro-populacao-indigena-revista-cientifica-britanica/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

REDEBRASILATUAL. **Governo Bolsonaro é denunciado na ONU por ameaça de genocídio de indígenas isolados**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/03/governo-bolsonaro-e-denunciado-na-onu-por-ameaca-de-genocidio-de-indigenas-isolados/>. Acesso em: 02 ago. 2020.

RIBEIRO, D. **Os índios e a Civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. – 7. ed. - São Paulo: Global, 2017.

ROSA, R. **Análise Espacial em Geografia**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 275-289, out. 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6571>. Acesso em: 03 jan. 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP). 2008.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. -1. ed. - São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SEMA. Secretaria do Meio Ambiente do Ceará. **APA do Estuário do Rio Ceará**. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/gestao-de-ucs/areas-de-protecao-ambiental/apa-do-estuario-do-rio-ceara/>. Acesso em 17 dez. 2021.

SEMA. Secretaria do Meio Ambiente do Ceará. **Gestão de Ucs**. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/gestao-de-ucs/>. Acesso em: Acesso em 17 dez. 2021.

SEMA. Secretaria do Meio Ambiente do Ceará. **Governador Camilo amplia a área da APA do Estuário do Rio Ceará no mês dedicado ao meio ambiente**. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/2021/06/24/governador-camilo-amplia-a-area-da-apa-do-estuario-do-rio-ceara-no-mes-dedicado-ao-meio-ambiente/>. Acesso em: Acesso em 17 dez. 2021.

SEMA. Secretaria do Meio Ambiente do Ceará. **Projetos nas Unidades de Conservação (Operando e em Elaboração)**. Disponível:

<https://www.sema.ce.gov.br/gestao-de-ucs/projetos-nas-unidades-de-conservacao-operando-e-em-elaboracao/>. Acesso 05 jan. 2022.

SOUSA, M. V. L.; MARTINS, D. V. As Escolas Indígenas no Estado do Ceará: uma história de resistência. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 138–151, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n2.46123. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46123>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SOUZA, B. I; SUERTEGARAY, D. M. A. Considerações sobre a Geografia e o Ambiente. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.1, n.1, p. 1-152, 2007.

SOUZA, C. M. C. de; *et al.* O pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais e o direito à educação no Brasil. **Póiesis Pedagógica**, v. 18, p. 52-65, 2020.

SOUZA, M. L. de. **Ambiente e territórios: uma introdução à ecologia política**. – 1ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. -1. ed. - São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia, Ambiente e Território. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 17, n. 3, p. 128-144, dez. 2015.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. (Org.). **Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e Ambiente: desafios ou novos olhares. **Revista Mato-Grossense de Geografia - Cuiabá** - v. 17, n. 1 - p. 3 - 14 - jan/jun 2014.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia Física e Geomorfologia: temas para debate. **Revista da ANPEGE**, v. 5, p. 22-35, 2009.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia, Ambiente e Território. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 17, n. 3, p. 128-144, dez. 2015.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Meio, Ambiente e Geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021, 145p.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Notas sobre Epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n.1(maio 1999) -. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. Questão Ambiental: produção e subordinação da natureza. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; DANTAS, W. E. C. (org.). **Panorama da geografia brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 91-99.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Religar a Geografia: natureza e sociedade**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017, 179p.

SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. **A Natureza da Geografia Física na Geografia**. Terra Livre. São Paulo, v. 17, p. 11-24. 2001.

SUERTEGARAY, D. M. A.; PIRES, C. L. Z.; BATISTA, S. Geografia e Ambiente. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; PIRES, C. L. Z.; OLIVEIRA, M. G.; **Geografia e Ambiente**. – Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015. 248 p.

SUERTEGARAY, D. M. A.; OLIVEIRA, M. G.; DELFINO, E. da S. Ribeirinhos da FLONA de Tefé – AM: cartografia social na compreensão do modo de vida. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (Orgs.). **Abordagens e práticas de pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre, Letra 1, 2016. Pp. 103-128.

SUERTEGARAY, D. M. A.; OLIVEIRA, M. G.; DEFINO, E. C. S. Ribeirinhos da FLONA de Tefé-AM: Cartografia Social na compreensão do modo de vida. In: HEIDRICH, A. L. & PIRES, C. L. Z. (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.

SURVIVALBRASIL. **A luta indígena nos primeiros 100 dias do governo Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/artigos/3592-100diasdebolsonaro>. Acesso em: 01 fev. 2020.

THELANCET. **Bolsonaro ameaça a sobrevivência da população Indígena no Brasil**. Editorial | Volume 394, ISSUE 10197. Published: August 10, 2019. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)31871-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)31871-9). Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(19\)31871-9/fulltext?dgcid=raven\\_jbs\\_etoc\\_email](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(19)31871-9/fulltext?dgcid=raven_jbs_etoc_email). Acesso em: 21 ago. 2019.

TÓFOLI, A. L. F. de. **As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: mobilização étnica e apropriação espacial**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza/CE, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/1243?mode=full>. Acesso em: 10 set. 2021.

TORRES, C. N. **Por uma crítica da (in) sustentabilidade capitalista: o consórcio intermunicipal da Microrregião de Cascavel – Ceará – Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

VALLE, C. G. **Tremembé**. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trememb%C3%A9>. Acesso em 12 abr. 2021.

VIEIRA, J. G. **Potiguara**. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Potiguara>\_Acesso em 12 abr. 2021.

## **APÊNDICES**

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ENTREVISTA ABERTA / ATIVIDADE DE CAMPO  
ALDEIA DA PONTE, POVO TAPEBA, CAUCAIA – CE**

Realizada com as lideranças Indígenas da Aldeia Indígena da Ponte.

Data do encontro: 18 de fevereiro de 2019.

**Entrevista/Diálogo**

O Rio Ceará e a Proteção Ambiental

- Qual a relação que a comunidade indígena tem com o Rio Ceará?
- A Área de Proteção Ambiental do Rio modificou ou causou alguma alteração na vida da comunidade?
- Quais são os principais problemas enfrentados pela comunidade?

A atividade de pesca desenvolvida na comunidade:

- Quais os locais de pesca produtiva atuais? E os antigos? O que pescavam?
- Pescam homens, mulheres e crianças?
- O território de pesca dos homens e das mulheres é o mesmo?
- As crianças que participam da atividade de pesca vão com os pais e com as mães, ou somente com os pais?
- Os pescados são apenas para consumo ou são comercializados?

Sobre a cultura indígena:

- Onde as pessoas da comunidade capturam e coletam os materiais utilizados no artesanato?
- Homens, mulheres e crianças fazem artesanato?
- Onde o artesanato produzido é comercializado?
- Como funciona atualmente o centro cultural indígena?
- Onde fica localizada a pedra encantada? Qual é a sua história?
- Quando ocorrem as atividades culturais da comunidade?

Sobre a saúde e educação indígena:

- Onde fica localizada a escola indígena?
- A Aldeia da Ponte tem a sua própria escola?
- E o centro de saúde indígena, atende toda a aldeia? Como atua?
- Quais são as principais preocupações da comunidade atualmente?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ENTREVISTA ABERTA / ATIVIDADE DE CAMPO  
BARRA DO CEARÁ, FORTALEZA – CE**

Realizada com as lideranças da comunidade do bairro.

Data do encontro: 19 de fevereiro de 2019.

**Entrevista/Diálogo**

O Rio Ceará e a Proteção Ambiental

- Qual é a relação que os moradores têm com o Rio Ceará?
- A Barra do Ceará se modificou muito nos últimos anos? O que mudou?
- A APA interferiu ou modificou alguma coisa na vida dos moradores?
- Quais são os principais problemas enfrentados pela comunidade?
- Como surgiu a proposta de criação do Parque Ecológico?

Sobre o Bairro Barra do Ceará e a sua Comunidade

- Quais as principais atividades econômicas realizadas pelos moradores da Barra do Ceará?
- Por que vocês decidiram criar o coletivo Barra Unida? Como ele surgiu e com que frequência ocorrem as reuniões?

Sobre a atividade pesqueira:

- Onde os pescadores pescam? Mudou o território de pesca nos últimos 20 anos?
- Pescam homens, mulheres e crianças?
- Onde são realizadas as atividades de lazer?
- A pesca é comercializada?
- Existem marisqueiras?

Sobre a atividade turística e de lazer:

- Onde acontecem as atividades de lazer?
- Ocorrem atividades turísticas? Se sim, qual o local que os turistas frequentam na Barra do Ceará?

Sobre as atividades culturais do Bairro

- Vocês fazem atividades culturais durante o ano? Quais?
- Como surgiu a parceria com o SESC?
- Como funciona as “Conversas Flutuantes” no Rio Ceará?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ENTREVISTA ABERTA / ATIVIDADE DE CAMPO  
COMUNIDADE GUAIE, CAUCAIA – CE**

Diálogo com moradores da comunidade.

Data do encontro: 17 de fevereiro de 2019.

**Entrevista aberta**

O Rio Ceará e a Proteção Ambiental

- Qual a relação que a comunidade Guaié tem com o Rio Ceará?
- A comunidade tem alguma relação com as salinas que foram desativadas na década de 1970?
- A Área de Proteção Ambiental do Rio modificou ou causou alguma alteração na vida da comunidade?
- Quais são os principais problemas enfrentados pela comunidade?

Sobre atividades desenvolvidas na comunidade:

- Quais os locais de pesca da comunidade?
- O território de pesca se modificou nos últimos anos?
- Participam da pesca: homens, mulheres e crianças?
- O território de pesca dos homens e das mulheres é o mesmo?

- Ainda existem muitas marisqueiras na comunidade, e pescadores?
- Os pescados são apenas para consumo ou são comercializados?
- Quais são as principais atividades econômicas da comunidade?
- Existem muitos trabalhos informais?
- A comunidade é assistida por algum projeto social?

## Apêndice D

**Questionário Eletrônico (Google Forms)**

---

**Questionário para Indígenas Tapebas**

Pesquisa de Doutorado - Karinne Menezes

---

Nome Completo \*

Texto de resposta curta

---

Você faz parte do povo Tapeba? \*

Sim

Não

---

Qual a sua idade? \*

Texto de resposta curta

---

Faz parte da liderança indígena? \*

Texto de resposta curta

---

Qual a sua Aldeia? \*

Texto de resposta curta

---

O que significa ser indígena no Brasil hoje? \*

Texto de resposta longa

---

Quais os principais desafios enfrentados pelos Tapebas atualmente? \*

Texto de resposta longa

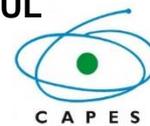
---

Que problemas sociais, ambientais e/ou econômicos você identifica na sua Aldeia? \*

Texto de resposta longa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOGIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA EM CAMPO  
ALDEIA DA PONTE, POVO TAPEBA, CAUCAIA – CE

1. Nome completo

---

2. Nome como é conhecido (a) na comunidade

---

3. Qual a sua idade?

---

4. Faz parte da etnia Tapeba?

( ) Sim

( ) Não

5. Faz parte da liderança indígena?

( ) Sim

( ) Não

6. Nasceu na terra indígena Tapeba? Caso sim, em qual aldeia?

( ) Sim

( ) Não

---

7. Estuda ou estudou na escola indígena? Caso afirmativo, em qual escola?

( ) Sim

( ) Não

---

**8. Quais os principais desafios enfrentados pelos Tapebas? O que você gostaria que mudasse na sua aldeia?**

---

---

---

---

**9. Quais problemas sociais, ambientais e/ou econômicos você identifica na sua aldeia?**

---

---

---

---

**10. Você acha que os problemas enfrentados pelo seu povo aumentaram durante a pandemia do coronavírus? Justifique.**

( ) Sim

( ) Não

---

---

---

**11. Você acha que pandemia do novo coronavírus modificou os modos de viver na comunidade? Justifique.**

---

---

---

**12. O que significa ser indígena no Brasil hoje? Justifique.**

---

---

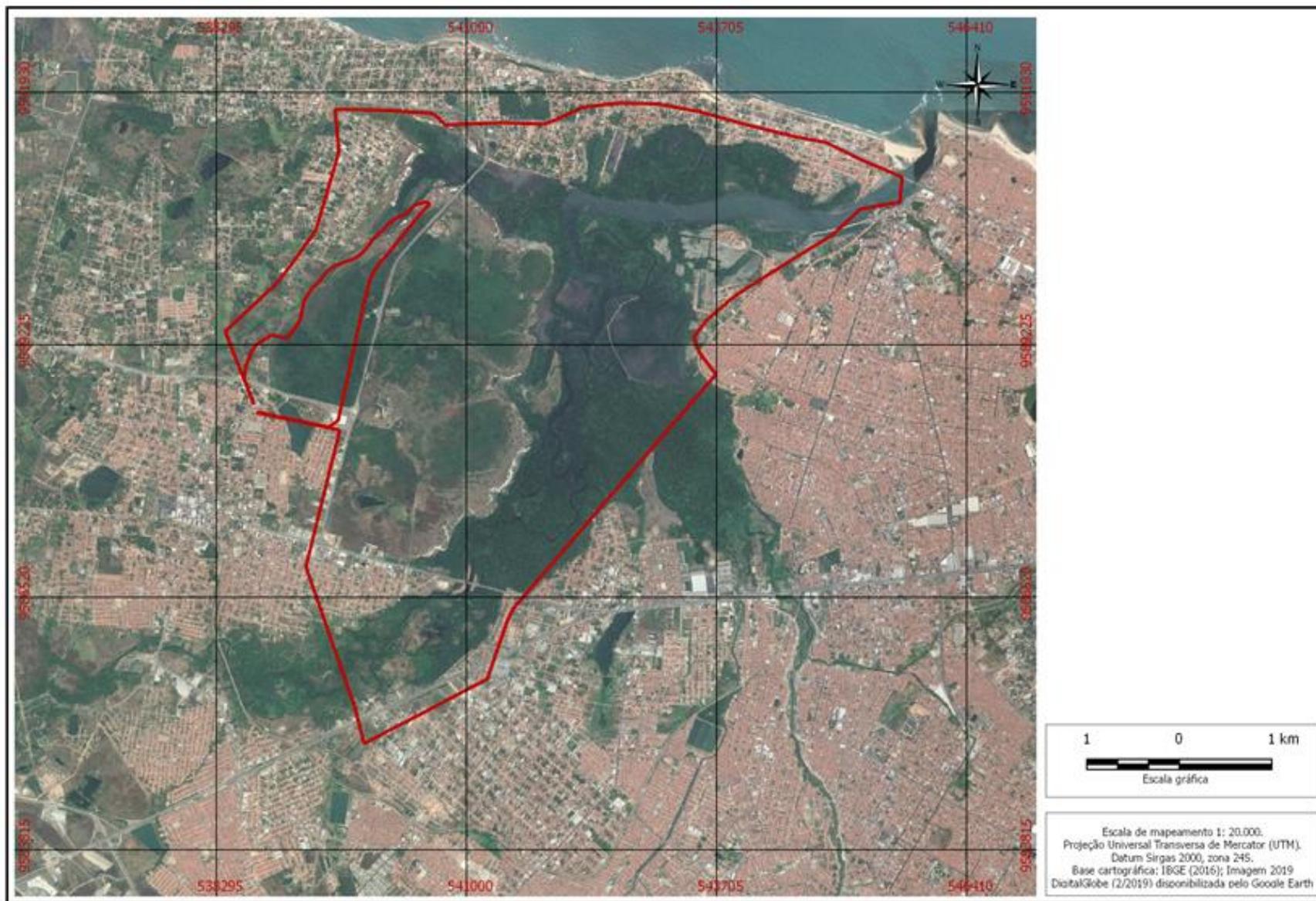
---

**Obrigada pela atenção.**

## **ANEXOS**

---

## Anexo A - Carta Imagem da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará/Rio Maranguapinho com a sua circunvizinhança



## Anexo B – Autorização para Pesquisa

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA  
Coordenadoria de Biodiversidade - COBIO



### AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

**Autorização Nº:** 15/2019

**Processo:** nº 03618603/2019

**Validade/Período:** Junho a dezembro de 2019

**Unidade de Conservação:** APA do Estuário do Rio Ceará -Rio Maranguapinho

**Atividade:** Pesquisa Científica

**Pesquisador:** Karinne Wendy Santos Menezes

**CPF:** 60386335370

**Local de Pesquisa:** APA do Estuário do Rio Ceará -Rio Maranguapinho

A Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, com base na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Resolução COEMA nº 22, de 03 de dezembro de 2015, alterada pela Resolução COEMA Nº 10 de 01 de setembro de 2016, na Lei Estadual 14.950, de 27 de junho de 2011, no Decreto de Criação da Unidade de Conservação e seguindo as condicionantes listadas neste documento, emite Autorização para realização de Pesquisa Científica intitulada "Sustentabilidade e conflitos ambientais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável: APA do Estuário do Rio Ceará -Rio Maranguapinho, Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará - Brasil", a ser desenvolvida, com base no Parecer Técnico nº 107/2019 – APA do Estuário do Rio Ceará -Rio Maranguapinho.

#### Condições Gerais

1. Esta Autorização Ambiental não dispensa outras Autorizações e Licenças Federais, Estaduais e Municipais, porventura exigíveis no processo de licenciamento;
2. Mediante decisão motivada, a SEMA poderá alterar as recomendações, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:
  - a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
  - b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente autorização, e.;
  - c) Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;
3. A SEMA deverá ser imediatamente comunicada em caso de ocorrência de acidentes que possam afetar a Unidade de Conservação;
4. O não cumprimento das disposições neste documento poderá acarretar seu cancelamento, estando ainda o solicitante sujeito às penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.

#### Condicionantes Específicas:

1. A interessada fica ciente que, após seu término, deverá disponibilizar resultado da pesquisa para a Gestão da APA do Estuário do Rio Ceará -Rio Maranguapinho.

Fortaleza-CE, 03 de junho de 2019.

  
Artur José Vieira Bruno  
Secretário

### Anexo C - Quadro com os Marcos Históricos.

<b>Marcos Históricos: Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte</b>	
<b>1500</b>	• Invasão ao Brasil-Pindorama; massacre cultural dos nossos antepassados indígenas
<b>1571</b>	• Registro mais antigo do contato dos colonizadores com os Tremembé da Foz do Rio Parnaíba
<b>Século XVI</b>	• Carta de sesmaria do povo Tapeba
<b>1680</b>	• Alvará Régio – 1ª Lei da Coroa que vai falar do direito originário à terra
<b>1757</b>	• Diretório Provincial Pombalino- Retrocesso
<b>Meados do Século XIX</b>	• Massacre da Furna dos caboclos na localidade de Monte Nebo
<b>1822</b>	• Carta das Sesmarias - O sistema sesmarial perdurou no Brasil até 17 de julho de 1822, quando a Resolução 76, atribuída a José Bonifácio de Andrade e Silva, pôs termo a este regime de apropriação de terras
<b>1823</b>	• A batalha do Jenipapo com participação dos índios do Ceará e Piauí no município de Campo Maior- PI
<b>1850</b>	• Lei de Terra- Retrocesso
<b>1880</b>	• Solução do litígio entre Ceará e Piauí. Crateús passa a ser território do Ceará e Luís Correia passa integrar o Estado do Piauí
<b>1891</b>	• 1ª Constituição da República brasileira
<b>Século XX</b>	• Somos um povo só, de origem Potiguara. Quando deixamos de nos esconder fomos aparecendo com nomes diferentes. Tem uma mistura de Tapeba, Tabajara, Tubiba-Tapuia
<b>1910</b>	• Início da cidade de João Câmara/RN e a construção da linha férrea, sendo o primeiro contato dos Mendonça do Amarelão. A mão-de-obra indígena foi utilizada na construção da linha férrea • Criação do SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais- Marechal Rondon
<b>1930</b>	• O povo Tremembé sofreu com aldeamento em Almofala pelos padres jesuítas. A década de 30 foi o final do aldeamento
<b>1967</b>	• Criação da Funai - Fundação Nacional de Índio • Após 1967: ocorreram várias migrações de indígenas no Estado do Ceará na correria pela sobrevivência, sendo expulsos de suas terras tradicionais por fazendeiros, em deslocamentos para outras regiões
<b>Década de 70</b>	• O povo Tapeba quebra o silêncio e resgata sua história étnica • Contribuições da Irmã Margaret ao Povo Indígena Tabajara e Kalabaça de Umburana- Poranga para assumirem-se etnicamente • Emboscada e eliminação de aldeia dos “Aurikon” – povo do sertão (próximo de 1973)
<b>1973</b>	• Estatuto do Índio

<b>1976</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação dos indígenas era baseada na observação das estrelas, pois não havia os meios de comunicação que existem atualmente</li> </ul>
<b>Década de 80</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levante da luta dos povos indígenas do Ceará</li> <li>• Primeiro estudo antropológico do povo Tapeba</li> <li>• Dona Tereza Kariri faz o primeiro autorreconhecimento da existência do povo indígena de Crateús</li> </ul>
<b>1982</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Padre chegou na comunidade Tapeba perguntando sobre os índios em Caucaia, iniciando a luta indígena no Estado do Ceará. Foi esse movimento que fez os indígenas se levantarem. Houve retomada no estado do Ceará. A Funai fez levantamento na comunidade a partir da informação</li> <li>• Discriminação: negação da identidade indígena</li> <li>• Resgate da medicina tradicional</li> <li>• Visita de Dom Aloisio no povo Tapeba</li> </ul>
<b>1985</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Toré dos Tapeba na praça José de Alencar em Fortaleza</li> <li>• Criação da ACITA - Associação das Comunidades Indígenas Tapeba</li> <li>• Início da demanda para a criação do primeiro Grupo de Trabalho Tapeba</li> <li>• Marcha do povo Tapeba (Dia 03 de outubro)</li> <li>• Escolas Indígenas diferenciadas</li> </ul>
<b>1987</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Povo Tapeba e outros como Pitaguary, Jenipapo-Canindé do Ceará iniciaram a luta, em união, pela demarcação de terra</li> </ul>
<b>1988</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Constituição de 88 impôs a quebra de tutela dos indígenas</li> <li>• Povo Tabajara inicia movimento indígena com a índia D. Tereza, os Potiguaras e Kalabaça em Crateús, Quiterianópolis e Novo Oriente</li> <li>• Aumentam as condições para os povos indígenas assumirem sua identidade étnica</li> </ul>
<b>1990</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da educação indígena no Ceará, aldeia lagoa dos Tapeba e aldeia do Trilho</li> <li>• Criação da primeira escola indígena diferenciada na Terra Indígena Tapeba- escola do tipo “pé no chão” em baixo de mangueira. A Escola não tinha ajuda e houve mobilização com a imprensa</li> <li>• O movimento indígena do Leste e Nordeste do Brasil se reúne e juntos criam uma comissão com representantes de cada povo para reivindicar a demarcação das terras nessas regiões</li> <li>• Início das retomadas do Povo Pitaguary, com o apoio dos Tapeba</li> <li>• Retomada da postura de assumir a identidade étnico cultural dos povos indígenas do interior do Estado do Ceará</li> </ul>
<b>1991</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da “Pastoral Raízes Indígenas” por dom Frágoso em Mosenhor Tabosa</li> </ul>
<b>1992</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeira assembleia estadual dos povos indígenas do Ceará</li> <li>• Primeira retomada de terra dos Mendonça do Amarelão no Rio Grande do Norte, sendo criado o Assentamento Santa Terezinha</li> </ul>
<b>1993</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portarias de identificação e delimitação das Terras Indígenas Tapeba e Tremembé de Almofala. A Funai reconhece as terras do povo de Tremembé</li> </ul>
<b>1994</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da Associação Comunitária do Amarelão</li> <li>• Realizada a II Assembleia dos povos indígenas do estado do Ceará – na aldeia Poranga</li> <li>• Início da desapropriação Anacés em Pecém</li> <li>• Início das discussões sobre educação indígena no estado</li> </ul>

<b>1995</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Comissão dos indígenas do Leste-Nordeste do Brasil é transformada na Apoinme - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo</li> <li>• Assembleia da Apoinme em março do mesmo ano e criação da Capoibe-Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil</li> <li>• Criação do Núcleo de Apoio local da Funai no Ceará</li> <li>• A Cacique “Pequena” de Jenipapo-Kanindé, importante liderança feminina, assume o cargo de cacique e este é um marco muito importante para o Estado do Ceará, pois é a primeira indígena no Brasil a alcançar tal posição</li> <li>• Início dos trabalhos de agentes de saúde no Ceará</li> <li>• Construção do Museu Indígena Kanindé Cacique Sotero</li> </ul>
<b>1996</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do CITA - Conselho Indígena Tremembé</li> <li>• Autoidentificação dos povos indígenas de três Municípios: Monsenhor Tabosa, Tamboril e Boa Viagem</li> <li>• Início da luta pela identificação da Etnia Potiguatapuya</li> <li>• Decreto 1775 regulamenta o processo demarcatório de Terras Indígenas</li> </ul>
<b>1997</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento da etnia Jenipapo-Kanindé pela Funai</li> <li>• Construção das escolas indígenas de Tremembé</li> </ul>
<b>1998</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Sr Barbosa foi nomeado pajé na comunidade Pitaguary, em Maracanaú e Pacatuba</li> <li>• Início da educação escolar indígena do povo Potiguara Novo Oriente</li> <li>• Início da educação escolar indígena com o objetivo de lutar pela terra e de constituir um espaço de articulação para as lideranças Tabajara</li> </ul>
<b>1999</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Luta dos Potiguara, Gavião e Tubiba-Tapuia do Ceará por terra indígena, com coragem para levantar a bandeira e resgatar a cultura</li> <li>• Início da educação indígena no Ceará para o povo Tapeba</li> <li>• Início da formação dos professores indígenas da “Serra das Matas”</li> <li>• Identificação e Homologação da TI Córrego João Pereira (até 2003)</li> </ul>
<b>Década 2000</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O povo Kanindé da aldeia Gameleira entra em conflito com não indígena</li> </ul>
<b>2000</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação da mobilização para a comemoração do Brasil 500 anos, em acampamento “Terra livre”</li> <li>• Início dos trabalhos de equipe multidisciplinar de saúde indígena • PEC 215</li> <li>• Luta dos indígenas do Rio Grande do Norte em busca dos seus direitos, necessidade de autoafirmação dos indígenas Potiguara de Tamboril</li> <li>• A Seduc - Secretaria Estadual de Educação assume a educação indígena no Ceará (Tabajara)</li> <li>• Criação da escola indígena da Comunidade da Ponte, decreto nº 25.970 de 31 de julho, “Conquista pela Educação”</li> <li>• Emergência indígena na comunidade Caboclos de Assú/RN</li> </ul>
<b>2001</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Seduc assume a educação indígena no Ceará (Tabajara)</li> <li>• Início do movimento indígena na aldeia Potiguara, com reunião que teve como temática a terra indígena, com a grande liderança D. Helena Potiguara</li> <li>• Criação da associação dos professores indígenas Tapeba</li> <li>• Criação do curso de magistério de ensino médio</li> <li>• Início do magistério indígena Tremembé, de nível médio</li> <li>• Criação do CIPO - Conselho dos Povos Indígenas de Poranga e Região</li> <li>• Magistério indígena teve início com os Tapeba, Pitaguary e Jenipapo – Kanindé</li> </ul>
<b>2002</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seduc do Ceará assina contrato para pagamento de 06 professores indígenas, por intermédio da ACITA- Associação das Comunidades dos Índios Tapeba</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de escola no Espírito Santo</li> <li>• Escola de Santo Antonio que hoje é do povo Pitaguary</li> <li>• Indígenas de Itapipoca se autoafirmam, grupo espanhol conhecido como Nova Atlântida queria construir resort na terra tradicional. A luta teve início com a Sra. Herbenia</li> <li>• Início de uma escola com 2 turmas multidisciplinares e uma de EJA – Educação de Jovens e Adultos para o povo Potiguara Novo Oriente</li> <li>• Novo Código Civil</li> <li>• Processo de demarcação da Terra Indígena do povo Tremembé de Itapipoca (até 2004)</li> </ul>
<b>2003</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da COPICE – Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas do CE</li> <li>• O Povo Tabajara retorna para terras originais, Quiterianópolis, para fortalecer a luta pela terra</li> </ul>
<b>2004</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criada a aldeia Mambira em Crateús/CE, na serra do Ibiapaba</li> <li>• Início da participação maciça dos Povos Indígenas nos Conselhos de Controle Social nos Estados e a nível nacional, primeiro passo para a articulação dos povos indígenas do Piripiri-Pi</li> <li>• Trabalho realizado na UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte gerou o Grupo Paraupaba, que em seu histórico conta com a realização de duas audiências públicas, uma assembleia indígena, fóruns de discussão, debates, exposições culturais, estudos, trabalho de campo, diagnósticos junto à Funai e ao MEC- Ministério da Cultura, entre outras atividades</li> <li>• A volta dos Tabajaras para Quiterianópolis</li> <li>• I Encontro que o povo Potiguara de Novo Oriente participou em Crateús</li> <li>• Primeira reunião do povo Anacé e nomeação do cacique</li> <li>• A Terra Indígena Jenipapo-Kanindé foi identificada e teve a sua publicação no DOU – Diário Oficial da União</li> <li>• Foi fundada a associação indígena do Povo Potiguara Novo Oriente</li> </ul>
<b>2005</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de jovens Pitaguary recebeu o Prêmio Culturas Indígenas do Ministério da Cultura</li> <li>• I audiência pública dos indígenas no RN, na assembleia legislativa • GT- Grupo de Trabalho para identificação da terra Viração/Mundo Novo em Monsenhor Tabosa</li> <li>• Em Itapipoca uma indígena foi apedrejada dentro do transporte escolar pelo motivo de que se identificava como tal</li> <li>• Início da realização de assembleias para fortalecimento de indígenas Potiguara</li> <li>• Constituição da Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígena, em Piripiri-PI</li> <li>• Reconhecimento da população na Conferência Regional da APOINME</li> <li>• Primeira participação da assembleia indígena do Estado do Ceará</li> </ul>
<b>2006</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção da escola Carlos Levy (Tabajara)</li> <li>• Demarcação de terra do povo Pitaguary, cerca de 1735 hectares, avanços obtidos através das lideranças trouxeram para a comunidade uma escola, um polo base de saúde e o magistério indígena</li> <li>• Início do magistério Tremembé de nível superior</li> <li>• Conclusão de curso da primeira turma de magistério indígena</li> <li>• Construção de prédio da escola na aldeia do trilho em Caucaia, dos Tapeba</li> <li>• Conclusão de trabalho da pesquisadora Jussara Galhardo do Museu Câmara Cascudo com os Mendonça do Amarelão</li> <li>• Criada a associação da aldeia indígena Jucás do povo Potiguara do Ceará</li> <li>• Publicação de Portaria declaratória da terra indígena Pitaguary</li> <li>• Construção da escola do povo Kanindé</li> </ul>

<p><b>2007</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeiro encontro de mulheres indígenas realizado pela Apoinme em Minas Gerais</li> <li>• Primeiro encontro de mulheres indígenas do Ceará realizado na aldeia Monguba no povo Pitaguary e criação da AMICE – Associação das Mulheres Indígenas do Ceará</li> <li>• O Povo Tabajara é cadastrado na saúde indígena pela Funasa – Fundação Nacional de Saúde</li> <li>• O Povo Potiguara Novo Oriente é cadastrado pela Funasa</li> <li>• Criação da Associação das Mulheres Indígenas Pitaguary que ajudou muito no Programa PAA – Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar, na aldeia</li> <li>• Criação da organização dos professores indígenas do Estado do Ceará</li> <li>• Reconhecimento oficial do povo Anacé</li> <li>• A comunidade do Serrote de São Bento adquiriu terra em acordo com o Banco e tem a área de Assucena, no município de João Câmara</li> <li>• Criação do centro cultural da aldeia Jucás do povo Potiguara do Ceará, a partir do Prêmio Culturas Indígenas- edição Chicão Xukuru do Ministério da Cultura</li> <li>• Construção da escola indígena Itaara de Pacatuba</li> <li>• Criada a associação raízes indígenas dos Potiguara de Crateús</li> </ul>
<p><b>2008</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação nas discussões sobre o Estatuto do Índio</li> <li>• II Audiência pública dos indígenas no Rio Grande do Norte - RN • MITS - Magistério Indígena Tremembé Superior</li> <li>• Os indígenas do Ceará participam de assembleias e solicitam o cadastramento. A Funai cadastra os indígenas da aldeia Jucás de Monsenhor Tabosa</li> </ul>
<p><b>2009</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• I Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte</li> <li>• Criação da AJIT – Associação da Juventude Indígena Jenipapo-Kanindé • Conflito com várias esferas da administração pública</li> <li>• Criação dos Territórios Etnoeducacionais</li> <li>• I Assembleia da AJIT</li> <li>• 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena</li> <li>• Elaboração da planta da estrutura fiscal do povo Potiguara Novo Oriente</li> <li>• Abastecimento de água na aldeia Croatá</li> </ul>
<p><b>2010</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 24 de maio- Inauguração da escola na terra do povo Potiguara Novo Oriente</li> <li>• Abastecimento de água em três aldeias do povo Tabajara e construção de Kits Sanitários (de 2010 a 2014)</li> <li>• Criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena</li> <li>• Ano de reestruturação da Funai com o fortalecimento de suas ações para os indígenas do Ceará</li> <li>• Formação em licenciatura intercultural dos indígenas no Estado – curso Pitacajá</li> <li>• Criada a primeira escola indígena no RN, na comunidade do Catu • Criação da primeira escola indígena no RN, na comunidade do Catu</li> <li>• Instalação da CTL – Coordenação Técnica Local em Piripiri-PI</li> </ul>
<p><b>2011</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abastecimento da aldeia Vila Nova</li> <li>• Demarcação da terra Jenipapo-Kanindé</li> <li>• Criação da CTL da FUNAI em Natal/RN</li> <li>• II Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte</li> <li>• Retomada de pedreira em área da aldeia Munguba</li> </ul>
<p><b>2012</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da retomada da pedreira da aldeia Pitaguary</li> <li>• I Assembleia de Mulheres Indígenas do RN</li> <li>• I Encontro de Jovens Indígenas do Rio Grande do Norte</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maracanaú como espaço de lazer</li> <li>• Derrubada de casas da Aldeia Sobradinho, povo Tapeba</li> </ul>
<b>2013</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• III Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte</li> <li>• Participação dos indígenas do RN na Conferência Distrital de Saúde Indígena do DSEI Potiguara</li> <li>• Criação do Centro Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi/RN</li> <li>• Mobilização dos Tapuias Paiacus de Apodi/RN para participar da I Assembleia da Microrregional da APOINME no RN</li> <li>• Seminário sobre Direitos Indígenas no RN</li> <li>• Participação de indígenas no evento I Copa da Diversidade no RN</li> <li>• Inclusão do dia do índio Tapeba no calendário municipal de Caucaia</li> <li>• Formação de equipe multidisciplinar (Povo Potiguara Novo Oriente)</li> <li>• Formação de equipe multidisciplinar e de Transporte (Tabajara)</li> <li>• Movimento indígena contra a aprovação da PEC215</li> <li>• Formação de 10 professores indígenas em pedagogia</li> <li>• I Encontro Estadual da Juventude Indígena do Ceará</li> <li>• Colação de grau de professores indígenas na concha acústica da UFC – Universidade Federal do Ceará</li> </ul>
<b>2014</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação do Projeto de Revitalização Cultural no Corredor TabajaraPoranga - CE e Piri-piri-PI</li> <li>• I Audiência Pública sobre conflitos de terra, em processo de retomada da Aldeia Cajueiro e os direitos dos povos indígenas de Poranga – CE</li> <li>• Abastecimento da aldeia Fidélis</li> <li>• Criação da Associação Renascer dos Povos indígenas Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia da aldeia Vila Nova</li> <li>• Realização de seminário sobre educação escolar indígena</li> <li>• I Encontro de Jovens Indígenas do Ceará</li> <li>• Participação de indígenas no evento II Copa da Diversidade no RN</li> <li>• Início do trabalho sobre saúde indígena nas comunidades do RN pelo DSEI Potiguara/Sesai/MS- Ministério da Saúde</li> <li>• Criação do GT de identificação da Terra Indígena Sagi/Trabanda</li> </ul>
<b>2015</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação “saberes indígenas” para formação de professores indígenas nas escolas das comunidades do RN</li> <li>• XX assembleia em Itarema – CE</li> <li>• Atualmente são encontrados no Ceará 14 povos em 19 municípios</li> <li>• Portaria declaratória da Terra Indígena Tremembé da Barra de Mundaú em Itapipoca/CE</li> <li>• Realização de conferências locais de política indigenista no PI, CE e RN</li> <li>• Reconhecimento de indígenas de Serrote de São Bento por lei municipal de João Câmara/RN</li> <li>• Rosa Pitaguary assumiu a CTL de Crateús/CE como a primeira mulher indígena do Ceará a ocupar este cargo</li> <li>• Realização da Conferência Regional de Política Indigenista no PI, CE e RN</li> <li>• Conferência Nacional de Política Indigenista</li> <li>• Começa a funcionar a escola Kariri – Tabajara</li> <li>• Primeira retomada do povo Anacé</li> <li>• Realização do primeiro encontro da juventude Anacé</li> <li>• Reconhecimento da aldeia Bom Jesus</li> <li>• A equipe multidisciplinar de saúde está completa</li> <li>• Festa da Carnaúba (18, 19, 20) outubro todos os anos</li> </ul>

Fonte: ADELCO (2018).